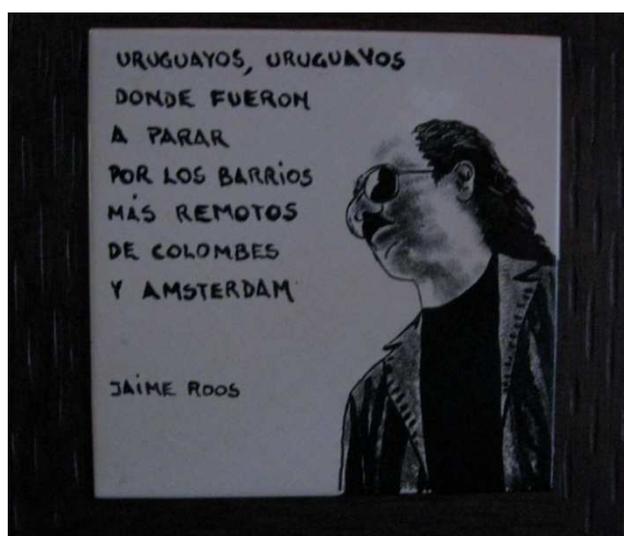


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

“Uruguayos, ¿dónde fueron a parar?”
As “remotas” localidades do *Departamento 20*
**Antropologia de itinerários, sociabilidades e memórias de uruguaios residentes em
Florianópolis e Porto Alegre (Brasil) e na Catalunha (Espanha)**



Mabel Luz Zeballos Videla

Porto Alegre, Junho de 2013

Mabel Luz Zeballos Videla

“Uruguayos, ¿dónde fueron a parar?”

As “remotas” localidades do Departamento 20

Antropologia de itinerários, sociabilidades e memórias de uruguaiois residentes em Florianópolis e Porto Alegre (Brasil) e na Catalunha (Espanha)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Dra. Cornelia Eckert

Porto Alegre

Junho de 2013

Mabel Luz Zeballos Videla

“Uruguayos, ¿dónde fueron a parar?”
As “remotas” localidades do Departamento 20
Antropologia de itinerários, sociabilidades e memórias de uruguaios residentes em
Florianópolis e Porto Alegre (Brasil) e na Catalunha (Espanha)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Joan Josep Pujadas

Profa. Denise Cogo

Profa. Denise Jardim

Profa. Ana Luiza Carvalho da Rocha

Profa. Cornelia Eckert (orientadora)

RESUMO

Esta tese aborda a emigração contemporânea de uruguaios, através de pesquisa etnográfica desenvolvida entre 2009 e 2012 nas cidades de Porto Alegre e Florianópolis, no Brasil, e em Barcelona e outras cidades de Catalunha, Espanha. Analiso as formas de habitar essas cidades, nas práticas de sociabilidade dos meus interlocutores, nos seus deslocamentos cotidianos e nas suas práticas voltadas para a nação de origem. Considero, por sua vez, essas experiências localizadas como parte de uma experiência de vida transnacional, da qual me aproximo tecendo relações entre as observações etnográficas e as referências aos vínculos translocais familiares, profissionais ou políticos que emergem nas práticas e narrativas dos migrantes. Neste sentido, atento para as imagens através das quais estas narrativas se constroem, e as considero parte de uma memória coletiva, em chave transnacional. Abordo algumas trajetórias individuais e coletivas, na tentativa de tecer as configurações do campo social transnacional, do qual trato a partir da categoria “*Departamento 20*”. Essa categoria, produto das recentes políticas de população do Estado uruguaio, me permite refletir sobre o lugar do Estado nação nestes jogos transnacionais dos quais participam os sujeitos da pesquisa, ao tempo que procuro delinear os seus contornos, apresentando a pluralidade do universo estudado.

Palavras chave: migrações; transnacionalismo; cidade; sociabilidade; memória

ABSTRACT

The main object of this dissertation is the current Uruguayan migration. This is the result of an ethnographic research carried out between 2009 and 2012, at the Brazilian cities of Porto Alegre and Florianópolis, and at Barcelona and other cities of Catalonia, Spain. I analyze the ways of dwelling of my research partners, specially, their sociability practices, their everyday pathways, and the practices oriented towards their country of birth. At the same time, I consider these located experiences as part of a transnationalized life experience. I focus on this experience by defining relations through my ethnographic observations and the references of translocal ties of kinship, professional or political nature, displayed in their practices and narratives. I also focus on the images that compose these narratives, as a part of a collective memory, seen through a transnational lens. I dealt with some individual and collective trajectories, looking for the defining bounds of the transnational social field comprised in the category “*Departamento 20*”. This category enters the field as a result of the recent population policy from Uruguayan national state. It allows me to reflect about the role of the state in the transnational social field in which the studied subjects participate. In the other hand, I pay attention to the plurality of the researched universe.

Palavras chave: migrations; transnacionalism; city; sociability; memory

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à CAPES pela concessão de bolsa de pesquisa durante o curso de Doutorado no Brasil e ao CNPq pela concessão de bolsa sanduiche no exterior de setembro de 2011 a agosto de 2012.

Agradeço aos professores e funcionários do PPGAS-UFRGS, pela generosidade com que me acolheram durante meus estudos de Mestrado e Doutorado. Aos professores todos pelos ensinamentos. À prezada Rose pela sua dedicação e carinho no trabalho, sempre prestativa e amável.

Um especial agradecimento para professores e funcionários do DAFITS-URV, pelo recebimento na cidade de Tarragona, durante minha visita como bolsista do CNPq/modalidade sanduiche.

Agradeço à Professora Cornelia Eckert, pela paciência na orientação e o apoio nos momentos difíceis para garantir o sucesso da pesquisa. E, sobretudo, pelos ensinamentos na arte da etnografia.

Ao Professor Joan Josep Pujadas devo enorme agradecimento pela acolhida em Tarragona, sua leitura atenta, as conversas e as sugestões realizadas com carinho e com firmeza, que me fizeram aproveitar ao máximo a estada em terras catalãs.

Agradeço também as críticas e sugestões das Professoras Denise Jardim e Ana Luiza C. da Rocha, realizadas por ocasião da minha banca de qualificação. Elas foram certamente de grande utilidade. Espero ter conseguido me apropriar delas em benefício do trabalho posterior.

Agradeço igualmente o Professor Javier Taks, da Udelar, em Montevideu por sua generosidade na partilha de informação e sua disponibilidade para colaborar com a pesquisa, especialmente na sua fase inicial, além de mostrar sempre respeito e reconhecimento por meu trabalho.

Ao pessoal do Navisual-PPGAS-UFRGS por todos estes anos de parceria, as discussões, comentários do meu trabalho, ensinamentos conceituais e colaborações práticas. Ao Lú pela ajuda com material digital. Às colegas Fernanda, Rumi, Lili, Fabiela, pelo trabalho compartilhado ali no Núcleo. A todos os que ali encontrei e com os quais compartilhei muitas tardes de terça-feira da minha vida.

Agradeço igualmente o pessoal do NACi-UFRGS pelo período no qual me aproximei do Núcleo, sendo recebida com afeto e respeito, aproveitando de interessantes debates e reflexões.

Ao colega Alex Moraes, pela parceria das horas em que o campo etnográfico nos unia e pela parceria à hora de pensar sobre as nossas pesquisas. Também pelos trabalhos que realizamos juntos e, fundamentalmente, pelos que iremos realizar no futuro.

À colega e grande amiga Victoria Irisarri, por tudo. Que esta tese seja uma surpresa a mais para ti, Viqui.

A Gonzalo, também por tudo, mas fundamentalmente pelas traduções e interpretações do sueco falado pelos migrantes uruguaios e pela ajuda com a digitalização de textos e imagens.

A Juan Scuro, pela parceria montevideanamente amiga pelas ruas da Cidade Baixa, sempre com o ouvido antropológico atento.

À minha prima Mariajosé e a sua bella família, que me receberam e cuidaram de mim em Sabadell, à minha chegada à Catalunha.

À Tia Mari pelo estímulo e a confiança sempre.

A Pablito e às amigas Paola Behetti, Thais Cunegatto, Victoria Bonanata, eles sabem...

Finalmente, o maior agradecimento é para todos os homens e mulheres uruguaios que em Porto Alegre, Florianópolis, Barcelona e outras cidades abriram as portas das suas casas, me contaram suas vidas, me permitiram entrar nos seus espaços de trabalho e confiaram em mim. Muitos deles se tornaram amigos e para eles está dedicada esta tese. *Sin ustedes, no habría sido posible...*

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACNUR** – Alto Comisionado de Naciones Unidas para los Refugiados
- ANDEBU** – Asociación Nacional de Broadcasters Uruguayos
- ANII** – Agencia Nacional de Investigación e Innovación
- BIEV** – Banco de Imagens e Efeitos Visuais
- CABU** – Casa de la Amistad Brasil – Uruguay
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
- CCU** – Consejo Consultivo de Uruguayos
- CCU-CAT** - Consejo Consultivo de Uruguayos en Catalunya
- CCU-POA** – Consejo Consultivo de Uruguayos en Porto Alegre y Área Metropolitana
- CCU-VS** – Consejo Consultivo de Uruguayos Vale dos Sinos y Sierra
- CIBAI Migrações** – Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- DAFITS** – Departamento de Antropología, Filosofía y Trabajo Social
- FA** – Frente Amplio
- FGC** – Ferrocarrils de la Generalitat de Catalunya
- FHCE** – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDESCAT** – Instituto d’Estatística de Catalunya
- ILEA** – Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados
- INE** – Instituto Nacional de Estadística
- MARGS** – Museu de Arte do Rio Grande do Sul
- MPP** – Movimiento de Participación Popular
- MRREE** – Ministerio de Relaciones Exteriores
- NACi** – Núcleo de Antropologia e Cidadania
- NAVisual** – Núcleo de Antropologia Visual
- OIM** – Organização Internacional para as Migrações
- Plataforma VEU** – Plataforma Voto Exterior Uruguay
- PPGAS** – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
- PSOL** – Partido Socialismo e Liberdade
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- RS** – Rio Grande do Sul
- SC** – Santa Catarina
- SUS** – Sistema Único de Saúde
- UDELAR** – Universidad de la República
- UERGS** – Universidade Estadual de Rio Grande do Sul
- UFRGS** – Universidade Federal de Rio Grande do Sul
- UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina
- URV** – Universidad Rovira i Virgili

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 0: capa. Azulejo na parede do Bar *Anticuário*, evocando a canção *Los Olímpicos* de Jaime Roos. Porto Alegre, Junho de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 1: p. 8. Cidades da pesquisa no mapa do mundo e trajetos imaginários do Uruguai para o mundo.

Imagem 2: p. 13. Mapa com trajetos entre Montevideu e Paysandu (Uruguai) e as cidades de Porto Alegre e Florianópolis (Brasil). Tomado de Google maps.

Imagem 3: p. 14. Barcelona (Catalunha) no mapa da Europa mediterrânea. Tomado de Google maps.

Imagem 4: p. 36. Cantando o Hino Nacional. Churrasco CCU-POA, Agosto de 2007, Igreja Pompéia, Porto Alegre. Fotografia Sebastián Gonda.

Imagem 5: p. 39. Performance de um dos músicos “amigos” do Conselho. Churrasco CCU-POA, Agosto de 2007, Igreja Pompéia, Porto Alegre. Fotografia Nadia Crosignani.

Imagem 6: p. 41. Conversa com a conselheira Mariza. Churrasco CCU-POA, Agosto de 2007, Igreja Pompéia, Porto Alegre. Fotografia Nadia Crosignani.

Imagem 7: p. 49. Costa e Garufa na porta do Fofa à hora de abrir o bar; Garufa na porta do Fofa; início da atividade no bar Fofa. Porto Alegre, setembro de 2009, Fotografias da autora.

Imagem 8: p. 50. Darío, Costa e Garufa junto ao balcão. Darío e os cartazes na parede do bar. Costa de costas ao que acontece no interior do bar. Darío na sua cozinha. Darío servindo a janta para nós, em companhia dos colegas Fernanda e Jojô (fora de enquadramento) do Navisual. Bar Fofa. Porto Alegre, agosto e setembro de 2009. Fotografias da autora.

Imagem 9: p. 51. O bar Anticuário através do espelho, com sua dona, Ana. Detalhe dos enfeites junto ao balcão do bar. Os donos do Anticuário conversam com Juan. Porto Alegre, Agosto de 2009 e Junho de 2010. Fotografias da autora.

Imagem 10: p. 52. Atravessando as portas do bar Anticuário, arranjos do espaço exterior e interior do bar. Porto Alegre, Agosto de 2009. Fotografias da autora.

Imagem 11: p. 53. Torcida uruguaia no jogo Uruguai – Paraguai, Copa América 2011, nas mesas e na calçada do bar Anticuário. Porto Alegre, Julho de 2011. Fotografias da autora.

Imagem 12: p. 55. Mapa de Florianópolis onde se assinalam as conexões rodoviárias com as diferentes praias da ilha. Material turístico disponível na Internet.

Imagem 13: p. 57. Leonardo na sala da sua casa, Rio Tavares, Florianópolis, Março de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 14: p. 58. Leonardo e Ana na trilha entre os fundos da sua casa e a praia. Rio Tavares, Florianópolis, Março de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 15: p. 60. Revisitando as fotos de família com Leonardo, na sua casa. Lembranças do verão de 2001, no balneário La Floresta, Canelones, Uruguai. Acervo pessoal do interlocutor.

Imagem 16: p. 61. Revisitando as fotos das viagens “com os brasileiros” (União Moradia Popular – RJ) com Leonardo, na sua casa. Visita a Montevideu no ano 1997. Acervo pessoal do interlocutor.

Imagem 17: p. 63. Walter no bar do hostel Bell. Praia de Armação, Florianópolis, Março de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 18: p. 64. Primeiro plano de Walter. Praia de Armação, Florianópolis, Março de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 19: p. 65. Primeiro plano de Enrique. Praia de Armação, Florianópolis, Março de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 20: p. 65. Rober na sua banca da feira de artesanatos, Lagoa da Conceição, Florianópolis, Março de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 21: p. 66. Miguel na sua banca da feira de artesanatos da Lagoa da Conceição, Florianópolis, Março de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 22: p. 67. Miguel à porta da sua casa, detalhe da campainha. Jurerê Internacional, Florianópolis, Março de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 23: p. 68. Exterior da casa de Rober. Pântano do Sul, Florianópolis, agosto de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 24: p. 70. Interior da casa de Rober. Detalhes dos objetos por ele construídos a partir do reemprego de materiais; jogo intertextual construído por Rober a partir de cartazes retirados da rua e pôster de espetáculo. Pântano do Sul, Florianópolis, agosto de 2010. Fotografias da autora. Pântano do Sul, Florianópolis, agosto de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 25: p. 71. Interior da casa de Rober. Objetos construídos por ele a partir de reciclagem de materiais; Rober me explicando o funcionamento da descarga do banheiro idealizada por ele. Pântano do Sul, Florianópolis, agosto de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 26: p. 72. Miguel no pátio - oficina da sua casa, junto ao forno no qual funde o vidro. Miguel me apresentando os moldes, as garrafas para reciclagem, o forno e alguns produtos. Jurerê Internacional, Florianópolis, Março de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 27: p. 73. Bandeira “estelada” catalã em uma rua do bairro de Gràcia, Barcelona. Julho de 2012. Fotografia da autora.

Imagem 28: p. 74. Frente de loja de “produtos latinos” no centro da cidade de Tarragona, dezembro de 2011. Fotografia da autora.

Imagem 29: p. 75. Cartaz à porta do bar “Tomate algo”, em Travessera de Gràcia, Barcelona. Março de 2012. Fotografia da autora.

Imagem 30: p. 82. Estação ferroviária aberta. Praia de Castelldefells, Barcelona. Março de 2012. Fotografia da autora.

Imagem 31: p. 88. Detalhe da casa de Leonardo: marcas da sua trajetória de arquiteto no Uruguai junto aos chaveiros de um time brasileiro. Rio Tavares, Florianópolis, Março de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 32: p. 90. Leonardo na inauguração da primeira cooperativa de moradia na localidade de Isla Mala, Uruguai, em 1970. Fotografia do acervo pessoal do interlocutor.

Imagem 33: p. 91. Leonardo junto aos seus irmãos, na frente da casa de um deles. Cooperativa de moradia COVIN 3, Montevideu, Uruguai, ano 2001. Acervo pessoal do interlocutor.

Imagem 34: p. 93. Detalhe da casa de Leonardo: marcas da identidade brasileiro-uruguaia da família. Rio Tavares, Florianópolis, Março de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 35: p. 114. Plano da rede ferroviária da província de Barcelona. Material informativo da empresa Renfe. Disponível em: www.renfe.com

Imagem 36: p. 116. Mapa turístico de Barcelona com roteiro patrimonial e de consumo. Material promocional de importante loja de roupa, com anotações em inglês.

Imagem 37: p. 117. Vista do Parque Industrial Espanha, vizinho da Estação de Sants. Encontro com Javier. Barcelona, julho de 2012. Fotografia da autora.

Imagem 38: p. 136. Yamandú junto à sua obra “Hay lugar”, montagem em Bienal de Arte de Montevideú, dezembro de 2012. Fotografia da autora.

Imagem 39: p. 137. Com os membros da Ronda Cívica de Barcelona, Paris e Córdoba, Argentina junto a Yamandú, durante a visita à montagem “Hay lugar”, na Bienal de Arte de Montevideú. Exibimos para a foto, cartaz identificatório da Ronda Cívica, dezembro de 2012. Fotografia sem dados de autor.

Imagem 40: p. 158. Performances musicais no ônibus, viagem com os militantes frenteampelistas de Porto Alegre, eleições no Uruguai, primeiro turno (outubro 2009), segundo turno (novembro 2009). Fotografias da autora e Fotografia de Alex Moraes.

Imagem 41: p. 159. “Dar una mano”. Troca de pneu durante a viagem para as eleições de novembro de 2009 no Uruguai. com os militantes de Porto Alegre. Fotografia da autora.

Imagem 42: p. 160. Passagem da fronteira Uruguai – Brasil. Escritório de Migrações em território uruguaio. Viagem para as eleições no Uruguai, junto aos militantes de Porto Alegre. Outubro de 2009. Fotografia da autora.

Imagem 43: p. 161. Preparando enfeites com as cores da bandeira do Frente Amplio. Na viagem de ônibus de Porto Alegre para Montevideú. Novembro de 2009. Fotografias da autora.

Imagem 44: p. 162. Chegada à localidade uruguaia de Minas, Lavalleja, pela manhã. Viagem de Porto Alegre para Montevideú. Eleições no Uruguai, primeiro turno, outubro de 2009. Fotografias da autora.

Imagem 45: p. 185. CD com imagens sonoras. “Los Olímpicos”, Jaime Roos (Versão editada em disco “Candombe, murga y rocanrol”, Argentina, Sony, 2004). Gravação em campo: Walter cantando “Tangueses”. Enrique cantando Retirada de Murga “Araca la cana” de 1937 (1941). Gravações realizadas pela autora, Florianópolis, março de 2010.

Imagem 46: p. 188. Leonardo exibindo disco de Jaime Roos na sala da sua casa. Rio Tavares, Florianópolis, março de 2010. Fotografia da autora.

Imagem 47: p.189. Coleção de discos na sala de Leonardo e Ana. Rio Tavares, Florianópolis, março de 2010. Fotografias da autora.

Imagem 48: p. 198. Conversando com Walter e Enrique no balcão do bar do hostel Bell. Praia de Armação, Florianópolis. Março de 2010. Fotografias de Noelia Morilla.

Imagem 49: p. 201. Trecho da matéria sobre “Murga La Manija” de uruguayos em Gotemburgo. Revista Femina, Suecia, 1977. Acervo pessoal de Graziella Ferrari, Barcelona, 2012.

Imagem 50: p. 205. Janta e noitada musical em casa de Walter e os seus colegas, trabalhadores do hostel, jovens uruguaio e brasileiros vizinhos e amigos de Walter. Execução de “Candombe para Gardel” de Ruben Rada com instrumentos de percussão da música popular brasileira. Ao violão: Walter. Observando na porta: Enrique. Praia de Armação, Florianópolis, agosto de 2010. Fotografias da autora.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1. DESLOCAMENTOS E PESQUISA	7
Construindo uma agenda, esculpando um objeto	18
CAPÍTULO 2. AS CIDADES DO DEPARTAMENTO 20. NO MEIO DE DESLOCAMENTOS E DESENCAIXES: ETNOGRAFIA MULTISSITUADA DOS REENCAIXES	23
A ambiência cidadina: no sul do Brasil	28
Entradas no campo portoalegrense no tempo da política	33
O circuito do lazer e do jogar o social: pelas ruas da Cidade Baixa, Porto Alegre	43
Florianópolis: entre a praia e a cidade	54
A família de Leonardo e Ana	56
A partida para o sul: Enrique e Walter	62
Walter e Enrique. Da Guayabos 1710 à Praia de Armação	63
A feirinha da Lagoa. Deslocamentos pela cidade	65
Na Espanha, entrar em campo estrangeiramente familiar	73
À busca de uruguaios em Catalunha	77
Entrada ao associativismo pela La Ciutadella barcelonesa: Roberto	79
Próxima estação: Barcelona	81
CAPÍTULO 3. “POR LOS BARRIOS MÁS REMOTOS DE COLOMBES O AMSTERDAM”. PERCURSOS ETNOGRÁFICOS E ITINERÁRIOS MIGRATÓRIOS	83
Os interlocutores Leonardo, Graziella e Roberto	86
Leonardo, a arquitetura e as cidades. Projeto, trajetória e memória	87
O exílio holandês de Leonardo	91
Um lugar para morar: Rio de Janeiro – São Paulo – Florianópolis...	92
Graziella	97
	0

Graziella: Barcelona, Casa del Uruguay y después...	102
Roberto e as margens do exílio	106
Educados para partir? Jovens, educados, consumidores globais	110
Conexões metropolitanas: Pedro e Javier	112
Barcelona – Sants: o F5 do que deixamos em Montevideú	117
CAPÍTULO 4. DO ÊXODO À DIÁSPORA. AS <i>PLURALS</i> LOCALIDADES DO DEPARTAMENTO 20	124
O CCU-POA entre o êxodo e a diáspora.	131
A Plataforma VEU: vozes uruguaias em Catalunha.	135
Marcas de origem, conjunturas de acolhida (1): CCU-POA de 25 de agosto de 2007 a 25 de agosto de 2009.	137
Ato show no dia 22 de agosto pelo voto epistolar – CCI/POA	142
A peregrinação do voto	148
Tempo de pausa...	163
Marcas de origem, conjunturas de acolhida (2): à busca das associações de uruguaios em Catalunha	163
A retomada da reivindicação do voto exterior: Plataforma VEU	171
As comemorações do Bicentenário. Incorporação/fidelização da “Pátria peregrina”	177
CAPÍTULO 5. A MEMÓRIA EM DIÁSPORA	184
Walter e Enrique ou “Natalio Ruiz” e “o pai de Sauro”.	195
Gotemburgo, Suécia, 1977: “La Manija”, murga de uruguaios.	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
REFERÊNCIAS	212
FONTES	219

Introdução

Esta tese trata da emigração contemporânea de uruguaios e da conformação de um campo social transnacional (Glick Schiller, 2007), no qual se tecem relações através de fronteiras, em um contexto de circulação planetária de pessoas, bens e informações. Abordo o estudo através da imersão etnográfica nas cidades brasileiras, que têm por língua oficial o português, Porto Alegre e Florianópolis, no sul do Brasil, e diferentes cidades de Catalunha, que têm por línguas oficiais o catalão e o castelhano, na Espanha, particularmente em Barcelona e outras localidades metropolitanas. Estas imersões se desenvolveram entre março de 2009 e dezembro de 2012, quando tive oportunidade de realizar observações na cidade de Montevideú, junto a interlocutores da pesquisa de Barcelona.

Consolidada, após as décadas de 1960 e 1970, uma tendência à dispersão de população para além do território do Uruguai, diversas cidades do mundo têm acolhido estes migrantes. Nesses cenários urbanos eles tecem redes e alimentam formas de pertença ao referido campo transnacional. A pesquisa se orientou a captar a vida destes indivíduos, no jogo simultâneo de pertenças às cidades de acolhida e à nação e as localidades de origem, através da observação das práticas, do estudo dos itinerários e da escuta atenta às narrativas e às imagens da memória.

Porto Alegre capital do estado brasileiro de Rio Grande do Sul, tem aproximadamente 1.500.000 habitantes, e sua superfície é de 497 km². A população da sua área metropolitana foi estimada em 2010, pelo IBGE, em cerca de 4.000.000 de pessoas. Porto Alegre e sua região metropolitana constituem um importante núcleo industrial, situado em meio a rotas de circulação comercial do Mercosul, entre Buenos Aires, Montevideú e São Paulo. Porto Alegre tem sediado o Forum Social Mundial, evento transnacional alternativo ao “hegemônico” Foro Econômico de Davos. Já Florianópolis, capital do vizinho estado de Santa Catarina, conta com pouco mais de 421.000 habitantes em uma superfície de 675 km². Entretanto, residem na sua região metropolitana cerca de 900.000 pessoas. A principal atividade econômica da cidade, 97% da qual é uma ilha sobre o Oceano Atlântico, é o turismo de praia. Tem sido tradicionalmente lugar de veraneio de argentinos e uruguaios, à busca das suas praias atlânticas.

Na Europa, Barcelona é a capital da Comunidade Autônoma de Catalunha e da província de Barcelona. Tem 1.620.000 habitantes, sendo a segunda cidade mais habitada depois de Madri, capital espanhola. Superfície: 101km². Sua área metropolitana conta com 5.000.000 de habitantes. Barcelona é uma “cidade global”, assim considerada pela sua importância financeira, turística e comercial. O seu porto é um dos mais importantes do Mediterrâneo e conta com uma densa rede de comunicação ferroviária e rodoviária¹.

O “mundo uruguaio” de referência é o país Uruguai, nação de colonização espanhola que tem o espanhol por língua oficial. A capital é a cidade de Montevidéu. Nos sites oficiais², os dados demográficos enfatizam as dimensões do pequeno território do país Uruguai (176.000 km²) e uma população total de 3.286.000 habitantes. A capital, Montevidéu, na qual nasceram, ou residiram antes de emigrar, a maioria dos meus interlocutores concentra 1.319.000 habitantes, em uma superfície de 200 km².

Os movimentos migratórios no Uruguai contemporâneo, apresentados como parte de uma “história demográfica uruguaia”, constituem o pano de fundo do meu trabalho em, pelo menos, dois sentidos. Em primeiro lugar, nas categorias geradas pelo relato acadêmico e governamental sobre o comportamento de diversos grupos de pessoas em relação ao território do Estado uruguaio, encontram referências as narrativas dos meus interlocutores de pesquisa sobre as suas experiências de deslocamento e de configuração de identidades. São algumas destas categorias: “país de imigração”, “mobilidade regional”, “internacionalização dos fluxos migratórios”, “país de emigração”, “emigração uruguaia”, “exílio”, “emigração recente”, “diáspora”, “fuga de cérebros”... Em segundo lugar, esse relato do “comportamento populacional” uruguaio

¹ Para mais dados estatísticos ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431490> (dados Porto Alegre) e em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=420540> (dados Florianópolis). E para a cidade de Barcelona ver: Generalitat de Catalunya. Institut d'Estadística de Catalunya. Censo 2011. Disponível em: <http://www.idescat.cat/territ/BasicTerr?TC=6&V0=1&CTX=B&ALLINFO=TRUE&V1=08019&VOK=Confirmar>

² Ver: Instituto Nacional de Estadística. Resultados do censo de 2011: <http://www.ine.gub.uy/biblioteca/uruguayencifras2012/cap%C3%ADtulos/Poblaci%C3%B3n.pdf>

diz respeito a um processo de construção de nação, também referenciado nas práticas e narrativas dos meus interlocutores de pesquisa.

Por sua vez, esta “história demográfica uruguaia” se inscreve em relatos mais abrangentes como o da “mobilidade humana contemporânea” que apela para a unicidade do humano, ou os relatos relativos à “globalização” que apela a unicidade do planeta. Portanto, a minha escrita etnográfica transita por diferentes níveis de análise, atenta aos cenários localizados de pesquisa e à configuração, através de diferentes práticas, de relações sociais em chave transnacional.

Dedico o primeiro capítulo, “Deslocamentos e pesquisa”, à delinear o processo através do qual fui tecendo a pesquisa, através dos meus próprios movimentos entre o Uruguai e o sul do Brasil e das perguntas que esses movimentos me provocavam. Trago ali algumas pistas dos deslocamentos conceituais que me guiaram durante estes quatro anos, partindo de uma forte inscrição nos estudos da antropologia urbana brasileira, e particularmente na linha de pesquisa desenvolvida no Núcleo de Antropologia Visual (Navisual) e no Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV, PPGAS, ILEA e IFCH, UFRGS), que me acolheram generosamente após minha chegada ao PPGAS-UFRGS, em 2007, sobretudo em seus projetos de estudo antropológico conceituado por etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2005). Avanço também, algumas das muitas reflexões sobre as práticas e relações transnacionais com as quais me deparei durante a etnografia junto aos uruguaiois das diferentes localidades pesquisadas e abro a questão sobre os contornos do chamado *Departamento 20*.

No capítulo 2, “As cidades do *Departamento 20*”, busco privilegiar a descrição dos cenários urbanos da vida dos meus interlocutores, orientada pela pergunta sobre esse departamento translocal. Através dos encontros e conversas, das caminhadas e das viagens de trem me aproximo de alguns dos atores que constituem este campo social transnacional, desenrolando ali diferentes formas de ser e de estar (Levitt e Glick Schiller, 2004). Objetivo mostrar nas imagens da vida cotidiana, assim como nas narrativas dos eventos extraordinários, especialmente do “tempo da política” (Palmeira, 2000), as difentes “âncoras” que esses indivíduos criam e recriam nas localidades de residência, ao tempo que sustentam laços mais ou menos estreitos com o país de origem.

É precisamente neste segundo capítulo, onde realizo um primeiro investimento na imagem fotográfica como parte da “intriga” narrativa (Ricoeur, 1994) e dos jogos das

memórias (Eckert e Rocha, 2005). Trago assim os gestos destes interlocutores, em um sentido amplo, incluídas aí algumas técnicas e “artes de fazer” (De Certeau, 2008) sobre a matéria, quanto os traços deixados pelo habitar a cidade, a rua, a casa. O recurso a fotografias do acervo pessoal de um dos sujeitos da pesquisa, é inserido nesta tecitura de imagens, junto aos gestos do encontro, quando ele lembra comigo, me apresenta sua família, me explicita os sentidos que essas imagens carregam para ele, como parte da sua memória.

Estabeleço, enfim, uma ponte com o capítulo 3, no qual destaco do conjunto de vivências etnográficas, uns poucos encontros, para pôr em alto relevo através da trajetória de alguns indivíduos, o entrecruzamento de sentidos e a pluralidade de vozes que conformam o *Departamento 20*. As noções de projeto, identidade, trajetória e memória, tal como trabalhadas pelo antropólogo Gilberto Velho são centrais neste capítulo, intitulado “*Por los barrios más remotos de Colombres o Amsterdam*”.

Reflito ali, sobre as experiências do exílio e da emigração histórica (década de 1970), e sobre as marcas dessas experiências em uma memória coletiva da qual participam no presente novos migrantes, que se inscrevem na conjuntura contemporânea da chamada “globalização”.

Em um segundo movimento, parte do esforço por adensar a descrição dos “remotos bairros” do *Departamento 20*, me aproximo das experiências de uma série de migrantes recentes, de entre 30 e 40 anos, no contexto específico da sociedade catalã, em particular na metrópole barcelonesa. Nesse movimento, trato da questão do lugar da educação e da escola pública uruguaia, tanto no imaginário quanto no desenvolvimento dos projetos migratórios. Essa questão havia aparecido já na primeira parte do capítulo, nas falas dos migrantes mais velhos e me instigara à procura do olhar de outras gerações.

A heterogeneidade do universo pesquisado, é abordada de outra perspectiva no capítulo 4, “Do êxodo à diáspora. As plurais localidades do *Departamento 20*”. Ali, descrevo algumas interações com grupos organizados de uruguaiois, tanto na cidade de Porto Alegre, quanto em Barcelona. As práticas de transnacionalismo político (Baubock, 2003; Landolt, 2003) são o foco deste capítulo. Através da descoberta etnográfica dessas práticas, ao mesmo tempo marcadas por uma identidade “de origem” e pela sua reinvenção na diáspora, com os traços de cada localidade de acolhida, coloco algumas questões relativas às políticas de população e os discursos de identidade

nacional do Estado uruguaio. A reivindicação do direito ao voto extraterritorial se revela peça fundamental desta análise, na qual eu própria faço uma tomada de posição.

Finalmente, retomo no capítulo 5, “A memória em diáspora”, a questão das imagens e da memória, através de imagens sonoras, evocações musicais, que foram tecidas na interlocução etnográfica. Novamente, as marcas do exílio e da ditadura emergem nas narrativas e lembranças dos sujeitos, propiciando as reflexões que desenvolvo a partir da ambiência musical montevideana da década de 1980. Em particular, abordo a música “*Los Olímpicos*” de Jaime Roos, cujo refrão compõe o título da tese e o papel da música de *murga* como veículo de memória de várias gerações de uruguaios, em particular no encontro fora do território do país de origem.

Capítulo 1. Deslocamentos e pesquisa

Esta tese é resultado de múltiplos deslocamentos através dos quais me aproximei de um universo plural, composto fundamentalmente por migrantes uruguaios que residem nas cidades brasileiras de Porto Alegre e sua área metropolitana e de Florianópolis, respectivamente nos estados de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e nas cidades catalãs de Barcelona e sua área metropolitana, assim como em cidades das províncias catalãs de Tarragona, Girona e Lleida.

Isto envolve contextos nacionais e regionais diferenciados. Brasil é uma República Federativa, dividida em estados que, por sua vez, dividem-se em municípios, coincidentes no geral com cidades. Para além de algumas manifestações regionalistas ou certas reivindicações de diferença, sobretudo culturais, não há maiores controvérsias em identificar “a nação” com os limites do Estado nacional, isto é, como o conjunto dos estados federados ou “a União”. De outro lado, Catalunha é uma “Comunidade Autônoma” dentro do Estado espanhol, dividida em províncias e estas, por sua vez, em municípios. Do ponto de vista do Estado espanhol, a nação é a Espanha toda, englobando aí comunidades diversas. Entretanto, algumas comunidades reclamam para si o reconhecimento político como nações dentro de um Estado multi ou plurinacional. Tal é o caso de Catalunha.

Uma das peculiaridades do estar no mundo de trocas sociais e formas de reciprocidade dos migrantes estudados e a minha própria, pois sou uruguaia, é a manutenção de vínculos e o desenvolvimento de práticas movendo-se entre redes de parentesco, de amizade, de pertenças e de identidade (política) nacional não só nas localidades nas quais meus interlocutores residem e eu resido, mas igualmente através de múltiplas fronteiras de Estados nacionais. De modo indireto, muitos outros atores integram o cenário da vida social dos meus interlocutores, e põem em relação as minhas observações localizadas com eventos e lugares tanto do país de origem, quanto de múltiplas localidades nas quais outros migrantes uruguaios habitam e (re)criam uma identidade diaspórica.

Na minha trajetória investigativa há um antecedente que veio influenciar na escolha do tema. Trata-se de uma primeira aproximação etnográfica ao universo da diáspora uruguaia, através da pesquisa desenvolvida junto a uruguaios que residem ou residiram em Sydney, Austrália, após a década de 1970, por ocasião da minha

monografia de graduação como bacharel em Antropologia, pela Faculdade de Humanidades da Udelar em Montevidéu, Uruguai (2002 / 2004). Refiro aqui como “diáspora uruguaia” o conjunto de indivíduos de nacionalidade uruguaia residentes no exterior e que mantém algum tipo de vinculação com o país de origem, seja através de relações à distância, através de práticas individuais ou coletivas através de fronteiras, ou seja através de construções identitárias, formas imaginativas, enfim, através da memória que narra à pertença a terra de origem. Ao apresentar algumas das tensões que atravessam este campo social transnacional, tal como entendido no âmbito dos



Imagem 1

chamados estudos transnacionais (Cf. Glick Schiller, 2007), trato desta categoria e da pluralidade de atores e sentidos envolvidos, ao longo do tempo, na sua incorporação à linguagem cotidiana dos uruguaios, dentro e fora do território do Estado.

Na época da minha formação em graduação em ciências sociais (UDELAR, em Montevidéu, Uruguai), trabalhei fundamentalmente com a palavra, o relato das

experiências migratórias, os discursos de identidade criados no exílio e o forte impacto dos relatos hegemônicos de nação nas próprias interpretações dos meus interlocutores. Coletei essas palavras em entrevistas e conversas pessoais, na cidade de Montevideu; através de correios eletrônicos; análise de *web sites* e outras fontes eletrônicas; assim como através da análise de uma rica produção editorial que encontrei entre os meus interlocutores (uma peça de teatro; um livro de contos breves; uma coletânea de testemunhos e crônicas lançada com motivo das três décadas de convívio com a sociedade australiana).

A presente pesquisa é uma experiência de convívio com os “outros”, os sujeitos da pesquisa, junto aos quais foram se recortando as perguntas e as perspectivas desta tese. Este convívio foi propiciado pelo meu próprio movimento do Uruguai para o Sul do Brasil, no ano de 2007, por ocasião do início dos meus estudos de Mestrado em Antropologia Social, na UFRGS.

Guiaram-me inicialmente perguntas relativas aos movimentos de população uruguaia para o sul do Brasil, sobretudo para a capital do estado sulino de Rio Grande do Sul, a cidade de Porto Alegre, e para sua área metropolitana. Estava instigada pela grande presença de uruguaios nesta capital, muitos deles residentes de longa data, e pelos relatos de itinerários múltiplos entre localidades uruguaias e do sul do Brasil.

Como parte dos deslocamentos da pesquisa, também conceituais, o foco das perguntas foi se transformando. Instigada pela condição transnacional de muitos desses indivíduos fui atrás de itinerários mais estendidos no espaço e de complexas redes de relações que transcendessem fronteiras nacionais e ultrapassassem o cenário regional da proposta inicial de pesquisa.

Recompor os itinerários de uma pesquisa extensa envolve um lento processo imaginativo, onde não apenas lembram-se e relembam-se as experiências etnográficas (ao mergulhar em diferentes momentos nos diários de campo, nas notas, lembretes, desenhos à margem, fotografias e vídeos), mas também se reflete, mais uma vez, sobre as experiências vividas e compartilhadas com múltiplos interlocutores, situados em locais muito diversos, dentro de uma mesma cidade ou de um lado e outro do Oceano Atlântico.

Estes itinerários englobam minha experiência, como estudante de pós-graduação no sul do Brasil; o encontro com muitos outros uruguaios residindo na mesma cidade, Porto Alegre, no mesmo bairro onde eu morava, até no mesmo prédio da Rua da

República do bairro Cidade Baixa, próximo ao Centro da capital gaúcha. Há a experiência do encontro com o “outro”, “o brasileiro”, “o gaúcho”, “o portoalegrense”, e a sua percepção “do uruguaio” e “do Uruguai”.

Há também a experiência de revisitar com frequência Montevidéu, minha cidade de nascimento. Nestas viagens, uma, duas, mais vezes ao ano, eu experimentava minha cidade com uma lente “tingida” pelas vivências portoalegrenses. Mas, também, encontrava o olhar dos “outros”, “os montevidéanos” residentes, sobre “os uruguaio de fora”, sobre o Brasil e “os brasileiros”, reconfigurando assim minhas próprias imagens do cenário de pesquisa.

Precisamente de imagens, de memória e de narrativas tratava minha pesquisa. O território interessava-me mais nas narrativas, devaneios e interpretações dos sujeitos contatados em campo, do que em algum sentido “objetivo”. Minha busca etnográfica orientou-se para as construções narrativas, através das quais os meus interlocutores, interpretam as suas experiências pensadas e vividas (Eckert e Rocha, 2005) em particular aquelas por meio das quais elaboram alguma forma de pertença ou vinculação à sociedade de origem, refletindo retroativamente sobre seus projetos de vida (Velho, ano).

Pensava, a partir dos escritos simmelianos sobre a Filosofia da Paisagem, caros à comunidade de pensamento na qual havia me inserido no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na UFRGS, em termos de uma paisagem recortada através das práticas cotidianas e das relações entre indivíduos em suas imaginações (Simmel, 1996). Neste sentido atentava para os itinerários entre cidades e nas cidades dos meus interlocutores, na busca também das memórias compartilhadas, não apenas relativa à cidade de Porto Alegre, onde eu situei inicialmente a etnografia, mas, também relativa às localidades de origens comuns para muitos deles.

Temos aí múltiplas viagens entre Porto Alegre e Montevidéu, realizadas ao longo de quatro anos de residência na capital do Rio Grande do Sul, entre 2007 e 2011. Os dois primeiros anos desse período correspondem aos meus estudos de Mestrado, no PPGAS, UFRGS. Os anos seguintes dizem respeito a primeira etapa do Doutorado.

Já em 2010 o circuito se alargara, ainda no sul do Brasil, por ocasião de um par de visitas à ilha de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, vizinho do Rio Grande do Sul. Iria compartilhar outras experiências com outros uruguaio ali residentes e também com alguns “nativos” catarinenses, assim como com alguns migrantes gaúchos.

Se passaram uns cinco meses entre a primeira e a segunda viagem, de março a agosto. No meio, eu voltara para Porto Alegre e para Montevidéu. Este circuito “alargado” tem como cenários principais as cidades de Montevidéu, Porto Alegre e Florianópolis.

A cidade uruguaia de Paysandú, litorânea do rio Uruguai, no norte do país, obteve nesta imersão etnográfica um relevo importante. O encontro com vários indivíduos nascidos naquela cidade, distribuídos em uma série de pequenas redes superpostas, de trabalho, amizade e/ou moradia, viera interpelar minha condição de montevideana, e colocara a questão da localidade de origem no Uruguai, do centralismo montevideano na vida social e política uruguaia e do viés que minha pertença à capital uruguaia imprimia na minha interlocução etnográfica.

A minha procura pelas imagens da memória dos meus interlocutores tomara inicialmente alguns caminhos da minha própria memória de montevideana. Ficou expresso nas entrevistas a capacidade potencial da narrativa dos meus interlocutores, no encontro comigo, também narradora, no papel de etnógrafa, mas, sobretudo, conterrânea, parceira imaginária nas evocações daquela casa, naquela esquina, logo atrás do cinema tal, ao lado daquela praça... Assim, as conversas envolvendo itinerários montevidianos, incluídos aí circuitos musicais, artísticos de qualquer tipo, de militância estudantil ou trabalhadora, além de outros, geraram narrativas ricas em detalhes da cidade de origem, ou de residência no Uruguai antes da emigração.

É significativo, que grande parte dos indivíduos nascidos fora de Montevidéu, residiram alguns anos na capital, seja na época de estudantes, seja no início da vida adulta, como parte do itinerário inicial de deslocamentos que os levariam aos cenários nos quais eu os encontrei, no Sul do Brasil ou na Espanha.

Entre agosto de 2011 e setembro de 2012, teve lugar o segundo alargamento do circuito, com minha estância na Comunidade Autônoma de Catalunha, na Espanha. Mais precisamente, na cidade de Tarragona, próxima da capital autonômica, Barcelona. Para então, já havia vivenciado junto aos interlocutores portoalegrenses diversas experiências que me defrontaram com a qualidade transnacional do meu objeto. Vivências localizadas, ao igual que as práticas dos meus interlocutores, mas, muitas vezes relativas a atores situados tanto no país de origem, quanto em outras localidades, às vezes muito distantes.

De fato, as imagens da memória que emergiam nas conversas informais ou nas entrevistas mais formalizadas, evocavam outros deslocamentos, outros itinerários, uma

série de saberes e lembranças que remetiam à experiência de outros migrantes uruguaios, ou, inclusive, a relatos de avôs e parentes mais ou menos próximos que chegaram ao Uruguai, vindos da Europa fundamentalmente, em um tempo “dourado” do relato histórico uruaio (em inícios do século XX).

As cidades do sul do Brasil também integram este circuito, é claro, não apenas pelas experiências nelas vividas por mim, mas, também, pelas referências ouvidas em pesquisa de campo, junto aos meus novos interlocutores. Se evidenciava, à distância europeia, a qualidade regional dos primeiros circuitos, que nesse nível, incluem as cidades de Buenos Aires, na Argentina, e de Santiago do Chile.

Na imersão etnográfica catalã não houve a mediação nem das viagens para Montevideú, nem para Porto Alegre. Foram mais de doze meses sem cruzar o Atlântico. As localidades catalãs pelas quais transitei ofereceram-me inúmeros encontros com diferentes conterrâneos, que lá residiam havia quatro décadas ou apenas quatro anos. Além disso, essa viagem significou o reencontro com parte da minha família, residente na localidade barcelonesa de Sabadell há mais de uma década.

Estes cenários metropolitanos integram circuitos regionais e nacionais. E estão atravessadas por múltiplas conexões transnacionais (Hannerz, 1998), que as integram em circuitos de circulação de mercadorias, serviços, turistas, consumidores, trabalhadores, ideias, informação, etc. As posições relativas das cidades nesses circuitos, no que diz respeito a recursos técnicos e econômicos e as quantias de poder no concerto mundial, são relevantes para as minhas interpretações. Elas configuram a estrutura de oportunidades dos meus interlocutores, horizonte prático e simbólico no qual eles refletem sobre as suas experiências vitais, criam e sustentam projetos, como os migratórios, e tecem relações sociais, locais e translocais.

Os itinerários dos meus interlocutores se inscrevem nesse cenário de localidades interconectadas, em um contexto dito “globalizado”. É preciso, portanto, abordar a pergunta sobre o que isso significa, em termos práticos, para a vida dos sujeitos da pesquisa e

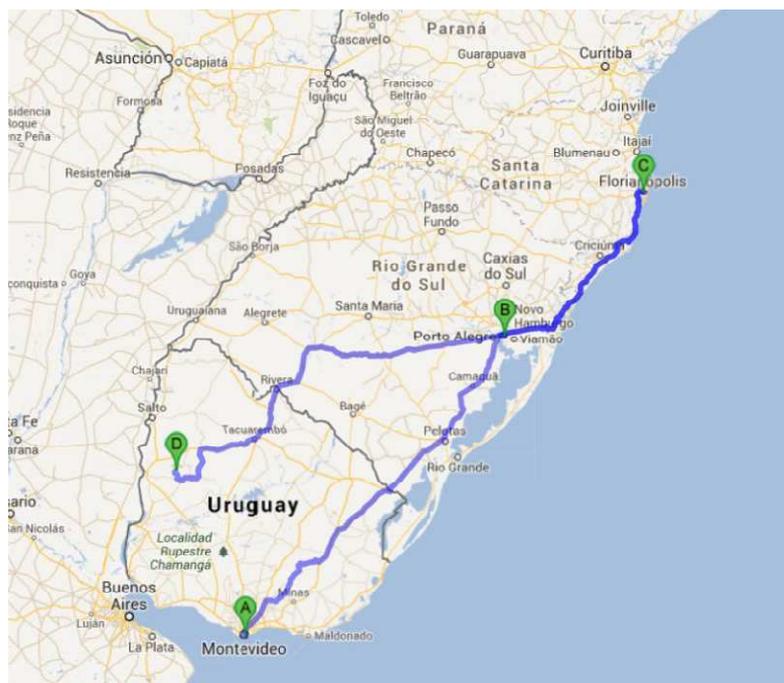


Imagem 2

para as formas em que eles refletem sobre a sua própria experiência. Aqui levo em consideração as reflexões de Bela Feldman-Bianco (2009) sobre a importância das localidades urbanas no estabelecimento de parâmetros identitários e de estratégias políticas entre os migrantes que nelas residem e trabalham³. Importa igualmente atentar para as práticas localizadas dos migrantes, na busca de compreender “as relações entre globalização, escala de cidade e a incorporação [desigual] de imigrantes” (Feldman-Bianco, 2009: 19).

Tanto nas cidades da Catalunha, quanto do Brasil, encontrei indivíduos que haviam residido em outras cidades europeias e americanas, após muitos anos fora do Uruguai. Todos ou quase todos haviam transitado mais ou menos permanentemente, mais ou menos frequentemente, entre o Uruguai e as outras localidades de residência. Não raro, ao pesquisar sobre as redes de parentes, ouvi relatos de famílias multilocais, cujos membros residem no Uruguai, e em vários outros países pelo mundo.

Através de sucessivos deslocamentos, foram emergindo as marcas do momento histórico no qual a pesquisa se situa, nas categorias, discursos e disputas de sentido que

³ Na esteira das reflexões de Nina Glick Schiller e Ayse Çağlar (2007), Feldman-Bianco chama a atenção sobre a ênfase nas diferenças entre Estados-nação, ou entre nacionalidades e grupos étnicos, nas análises das diferenças de incorporação dos migrantes às sociedades de acolhida e dos tipos de conexões transnacionais por eles mantidos, a expensas da análise sobre as experiências imigrantes em cenários urbanos específicos (2009: 23).

atravessam um campo social transnacional, influído ao mesmo tempo por forças globais, locais e nacionais.

Neste ponto, é preciso salientar que o recorte do objeto de pesquisa não é espacial. É mais o tempo o que define os contornos do objeto. É no tempo que se constroem

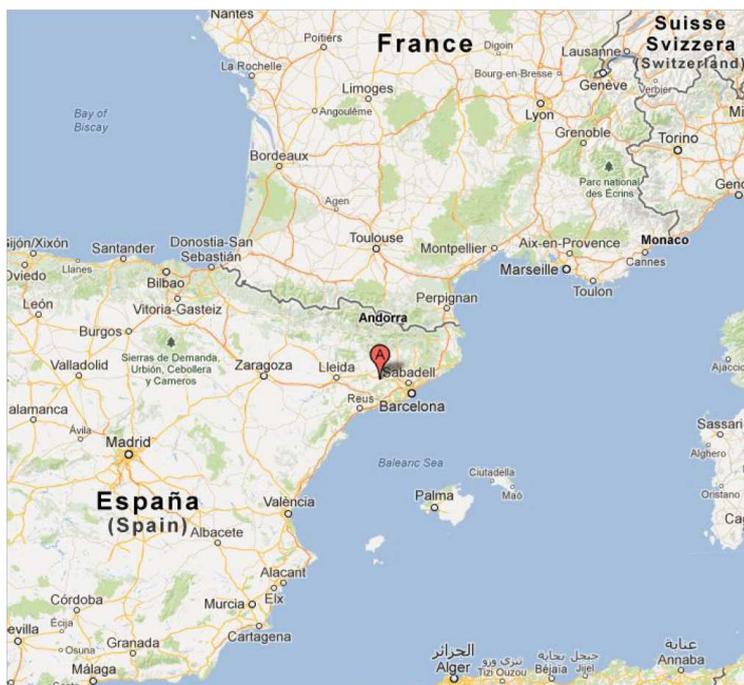


Imagem 3

as narrativas de experiências, se partilham discursos e expressões culturais sobre a nação, em que se gestam imagens e alegorias sobre acontecimentos, eventos, situações que dão densidade semântica as motivações e experiências de saídas massivas de população do Uruguai.

O tempo opera não apenas no “presente etnográfico”. O tempo vem ao encontro etnográfico através da memória, nas entrevistas e conversas, nas piadas performatizadas nos encontros de sociabilidade: no “presente da imagem” (Bachelard, 2000), que é muito mais do que uma evocação de um passado concreto. Através dos jogos poéticos da memória, os limites temporais das experiências biográficas narradas pelos sujeitos da pesquisa se deslocam ao som das evocações e interpretações que colorem essas narrativas.

Em outro sentido, o tempo é desafiado pelos jogos da memória. Segundo Gilbert Durand (2002), a memória ergue-se “contra as faces do tempo”. Na posição epistemológica desse autor, a memória assegura ao ser a possibilidade de regredir, lhe resgatando em certa forma da ameaça da “dissolução do devir” (2002: 403). O mito, a arte, o rito... as máscaras e as danças, inspiram-se nas diversas formas que através do trajeto antropológico *o imaginário* enfatizou na sua constante luta por “escapar à morte e às vicissitudes do tempo” (Durand, 2002: 406).

Nesta linha, Ana Luiza Carvalho e Cornelia Eckert (2009) propõem uma etnografia da duração. Isto é, uma etnografia nas cidades contemporâneas, junto aos diversos grupos que ali habitam, voltada para a escuta das narrativas destes habitantes urbanos visando captar esse universo imaginário, essas formas de agir diante o devir:

(...) o trabalho do antropólogo, na produção de uma etnografia da duração, tem por desafio acompanhar *as viagens* dos habitantes de uma grande metrópole aos confins de suas experiências nela vividas, as quais ultrapassam até mesmo suas referências históricas e geográficas mais ontológicas, mais concretas e palpáveis (Eckert e Rocha, 2009: 37).

Os indivíduos interpretam sua situação presente ativando elementos de um imaginário ou memória coletiva: seja através de uma ancestralidade familiar que os vincula com a localidade de destino; seja através da pertença a uma rede de conterrâneos de uma pequena localidade, ou de um bairro do Uruguai, que participam de um circuito migratório mais ou menos duradouro no tempo; seja por meio de uma “identidade-para-o-mercado” (Machado, 2004), construída na interação com a sociedade de acolhida enquanto “outro” ou “estrangeiro”, mas ao mesmo tempo, “semelhante” a outros uruguaios co-residentes.

Dentre as numerosas interseções de sentidos com as quais nos interpela a memória, quando narrada pelos protagonistas dos fenômenos que tentamos compreender, há uma muito recorrente na minha etnografia. Ela diz respeito a algumas categorias, *emic* e *etic* ao mesmo tempo, como “êxodo”, “exílio”, “diáspora”, “Departamento 20”. Digo *emic* e *etic* ao mesmo tempo, pois estas categorias compõem discursos políticos, se inserem nos relatos de nação, são manipuladas pela imprensa e apropriadas pela academia. Mas, também, são apropriadas pelos indivíduos, pelos cidadãos, pelos pedestres das cidades. Nesta apropriação, as referências aos movimentos de população do Uruguai para o mundo nos últimos 40 anos, através destas categorias, servem como horizonte interpretativo de experiências próprias e alheias, constroem diferenças e proximidades, às vezes hierárquicas.

A “diáspora” é uma categoria recente nos relatos de nação do Uruguai, que pretende englobar uma população muito heterogênea, uma de cujas disjunções criadoras de identidades é a distinção entre migrantes históricos, exilados ou simbolicamente próximos à experiência do exílio, e migrantes recentes.

Entendo como migrantes “históricos” e como exilados políticos aqueles que saíram do Uruguai, durante as décadas de 1960 a 1980, em um contexto de crise social,

política e econômica que envolve um período de doze anos de ditadura militar (1973-1985). Os migrantes “recentes”, seguindo a periodização estabelecida pelas pesquisadoras Wanda Cabella e Adela Pellegrino (2005), são aqueles que saíram do Uruguai entre 1996 e 2004. Estes últimos, fortemente aderidos às imagens da crise econômica que se seguiu ao embate neoliberal da década de 1990, no Rio da Prata, no polo da vitimização e da pobreza; e da busca do progresso material, no polo regido pela própria lógica das políticas predatórias daqueles anos, da queda dos valores comunitários em prol de uma razão utilitarista e a fascinação pelo consumo.

É claro que esta disjunção achata em muito a heterogeneidade do campo, entretanto, ela é ativada pelos próprios atores, lhe conferindo capacidade de criar realidade. É precisamente, ao redor destas diferenças e proximidades que cabe se perguntar pelos contornos de cada uma de categorias como “exílio”, “diáspora” e mesmo “Departamento 20”, e o que elas informam sobre um campo social transnacional constituído tanto pelos “uruguaios de fora”, quanto por alguns “uruguaios de dentro”.

A escolha pela categoria “Departamento 20”, como englobante da população uruguaia residente fora do território do Estado, visa trazer para dentro da escrita etnográfica as circunstâncias histórico-políticas nas quais a pesquisa se desenvolveu. Esta categoria é empregada por muitos dos meus interlocutores, especialmente aqueles que desenvolvem alguma forma de transnacionalismo político (Bauböck, 2003; Landolt, 2003). Entretanto, para muitos outros é uma categoria vazia e distante, que os remete para práticas e relações que lhes são alheias.

De um lado, “Departamento 20” é uma categoria política, própria da aparelhagem governamental instituída, depois de 2005, pelo Frente Amplio, no seu primeiro período ao frente do governo nacional⁴. “Departamento 20” foi a primeira denominação da Direção de Serviços Consulares e de Vinculação com os uruguaios do exterior criada na esfera do Ministério das Relações Exteriores pelo novo governo.

“Departamento” é a unidade administrativa territorial, dentro do Uruguai, um equivalente de província ou estado, mas, sem organização federal. Há 19 departamentos

⁴ O *Frente Amplio* é uma coligação de partidos e movimentos de esquerda, criada em 1971, que entrara na clandestinidade logo em seguida da sua criação e até a reabertura democrática em 1985. Em 1990 alcançara pela primeira vez, a Prefeitura de Montevideú, o que equivale a quase a metade do eleitorado uruguaio. Entretanto, esta força política disputou o governo nacional, historicamente monopolizado pelo Partido Nacional, ou branco, e pelo Partido Colorado, sem sucesso eleitoral até outubro de 2004, quando o Dr. Tabaré Vázquez, fora eleito Presidente da República em primeiro turno.

no território uruguaio. O vigésimo seria o departamento extraterritorial da diáspora. Entretanto, ele não funciona como tal. O Departamento 20 nomeava, apenas, um espaço funcional dentro do citado ministério. Já em 2012, durante a segunda presidência frenteamplista, esse escritório deixou de receber o nome de Departamento 20.

De outro lado, esta denominação foi apropriada pelos “uruguaio do exterior”, e persiste à supressão do nome do escritório de vinculação, nas suas construções de identidade e, sobretudo, na legitimação de reivindicações de direitos de cidadania diante do Estado uruguaio.

A interpretação da pluralidade do universo e das práticas e imagens da memória coletiva compartilhadas com os diversos interlocutores é o traço saliente da pesquisa etnográfica. Penso nesta pluralidade, aqui, através da distinção, proposta por Levitt e Glick Schiller (2004), entre formas de “ser” ou de “estar” no campo social transnacional e formas de “pertencer” a este campo. As formas de ser ou estar referem às relações e práticas em si, nas quais os indivíduos participam para além das identidades desenvolvidas a partir dessas práticas. Como assinalam as autoras, as instituições, organizações e experiências ao interior de um campo social geram categorias de identidade às quais nem todos os indivíduos aderem. Já as formas de pertencer são práticas ligadas a uma identificação consciente com um grupo particular, ações às que se acrescenta uma consciência do seu significado identitário (Levitt e Glick Schiller, 2004). Assim, explicam estas autoras, muitos indivíduos podem realizar práticas ligadas ao seu país de origem, ou manter relações através de fronteiras, sem expressar uma identidade com aquela terra de origem. Por sua vez, pessoas com escassos vínculos sociais com a sua terra de origem podem afirmar uma identidade, uma pertença consciente àquela de origem. Estes indivíduos possuem uma conexão com alguma forma de pertencer. Eles podem entrar ao campo social transnacional através da memória, da saudade ou da imaginação, vinculando-se em redes dinâmicas que narram e acionam esta pertença.

Esta distinção, que não deve ser pensada de modo dicotômico e excludente, senão como condições entre as quais um mesmo indivíduo pode transitar na sua trajetória biográfica, vem ao encontro de uma das perguntas que a heterogeneidade percebida em campo me devolveva já nos primeiros percursos, nas cidades de Porto

Alegre e de Florianópolis, no Brasil. Isto é, como se configura o campo social transnacional uruguaio? Coincide, se justapõe ou é atravessado pelos discursos do *Departamento 20* e de “diáspora”, presentes, sobretudo nos atores governantes, mas, que permeiam as narrativas dos meus interlocutores em graus e formas diversas?

Construindo uma agenda, esculpando um objeto

Já no encerramento da pesquisa, na cidade de Montevidéu, em dezembro de 2012, encontrei alguns dos meus interlocutores da etnografia em Catalunha e outros ativistas vindos de localidades tão distantes quanto Paris, na França, e Córdoba, na Argentina. Nesse encontro, temos, de um lado, uma “volta ao mundo”, do Uruguai para o mundo e do mundo para o Uruguai, através do espaço, nos itinerários migratórios meus e dos meus interlocutores. E, de outro lado, temos uma possibilidade de adotar a perspectiva temporal das práticas e relações sociais criadas e mantidas por estes sujeitos, tanto nas suas localidades de residência, quanto de forma translocal, com auxílio das tecnologias da comunicação e da informação. Sobretudo, aquelas práticas e relações tecidas em relação ao país de origem⁵.

O encontro vivenciado em Montevidéu, em dezembro de 2012, foi motivado pela realização de um evento promovido por uma rede de migrantes uruguaios à qual eu tive acesso na cidade de Barcelona. Esta rede denomina-se “Ronda Cívica” e estende seu alcance a todos aqueles pontos do planeta nos quais grupos ou indivíduos uruguaios lhe conferem apoio, virtualmente, através dos meios eletrônicos de comunicação, ou produzindo eventos e alianças locais.

Entretanto, os ativistas de algumas destas localidades detêm quantias diferentes de poder mobilizador. Os militantes de Paris, Barcelona e um ativista da província argentina de Córdoba exibiram durante o tempo da minha observação direta, entre maio e dezembro de 2012, uma presença forte nos encontros virtuais da Ronda, realizados via Skype, e nas instâncias de diálogo, demanda e produção de eventos junto ao Estado uruguaio, tanto à distância, quanto cara a cara nas viagens dos seus membros para Montevidéu.

⁵ Trato em extenso destas relações e práticas de transnacionalismo migrante (Levitt e Glick Schiller, 2004) no capítulo 4. “Do êxodo à diáspora...”.

As “Jornadas Cidadãs”, como foram chamadas as atividades em dezembro de 2012, são produto desta forma de ativismo translocal. Idealizado à distância – eu encontrava-me ainda em Barcelona quando começou a projetar-se, e concretizado com a presença simultânea de muitos deles e a convocatória de atores sociais, políticos, acadêmicos, em Montevideú. É significativo que as referidas jornadas tiveram lugar no auditório do Ministério das Relações Exteriores, apoiador do evento através do escritório de vinculação com a diáspora, o antigo “Departamento 20” ministerial.

Esta e outras experiências narradas e compartilhadas junto aos meus interlocutores dialogam com discursos de uma agenda “global”, tanto do ponto de vista da governança, quanto do ponto de vista da interpretação das identidades contemporâneas. Neste sentido, as redes de militantes transnacionais que se tecem entre migrantes de diferentes origens e, no caso, entre migrantes uruguaios residentes em localidades tão distantes quanto Sydney, Paris, Gotemburgo, Porto Alegre ou Buenos Aires, por mencionar algumas, participam não apenas do campo de interlocução nacional urguiaio, mas, em formas e graus diferentes são interlocutores relevantes nas localidades de residência.

Essas interlocuções, por sua vez, são desenvolvidas na linguagem, nos códigos aceitos e compreensíveis, tanto das localidades de destino, quanto nas de origem, mas, sobretudo, se servem de discursos e apelam para os códigos de uma conversação “global”. Nesta conversação, as diferenças entre nações e entre Estados são hierárquicas, apesar do que uma interpretação ingênua nos leve a pensar sobre o que a “globalização” possa vir a ser.

Chamo a atenção para armadilha da dicotomia local – global. Ao tratar de escalas, a pesquisadora portuguesa Paula Godinho (2007) reflete a partir da sua etnografia sobre uma “cultura de orla”, desenvolvida por habitantes da fronteira entre a Espanha e Portugal, num marco temporal que a autora recorta no período que inicia em meados do século XIX e desemboca no “tempo denso” da atualidade, observado ao longo dos últimos 20 anos.

Godinho propõe três níveis de construção de uma *cultura de orla*. O primeiro com ênfase nas rotinas que geraram “as culturas de orla” e o recurso às práticas

cotidianas, atualmente afetadas por processos de patrimonialização e turistificação. No segundo a autora interroga os discursos e práticas de determinados grupos em relação ao tratado de limites entre Espanha e Portugal de 1864. No terceiro o foco é colocado em dois momentos de “efervescência coletiva”, para tratar da emergência de um acontecimento e da manipulação da memória em volta da resistência ao franquismo e ao salazarismo e na *Transición*.

De igual forma, meu objeto de estudo impõe uma alternância de escalas e níveis e a consciência de que cada perspectiva focal requer um tratamento específico. Godinho nos lembra que a humanidade é constituída por um conjunto de processos interconectados e, portanto, conceitos como o de sociedade, nação e cultura só podem ser compreendidos se reinseridos nos campos dos que são abstraídos.

É precisamente no tratamento da tensão entre global e local, universal e particular, homogêneo e heterogêneo onde diversos autores tem focado para pensar nas formas contemporâneas de imaginar pertenças. Acredito que, na linha do trabalho do Hommi Bhabha (2002), o trabalho de Partha Chatterjee (2008), *La nación en tiempo heterogéneo*, desenvolve idéias e conceitos que permitem construir uma interpretação das tensões narrativas que emergem ao tratar do chamado Departamento 20, através da perspectiva dos sujeitos chamados a ser membros dessa “comunidade imaginada” (Anderson, 1993).

A pergunta que lança Chatterjee (2008), “‘comunidade imaginada’ por quem?”, diz respeito às encruzilhadas do Estado nacional contemporâneo; aos paradoxos dos discursos de Direitos Humanos universais e dos discursos minoritários; e às políticas de controle de população e de cidadania relativas tanto a instâncias de governabilidade em escala local, nacional ou transnacional.

Ao me aproximar da perspectiva dos sujeitos envolvidos, das redes de relações que eles tecem, das práticas que os vinculam, e das imagens através das quais se narram como fazendo parte de grupos e comunidades imaginadas, saliento que a imaginação dos meus interlocutores dialoga com, mas não é idêntica à narração da nação uruguaia. Esta narração da nação, dinâmica e “movente”, também tem um aspecto “pedagógico” que, como o assinala Hommi Bhabha, cria uma cisão, um espaço limiar no qual emergem os discursos das minorias. Cabe se perguntar se as práticas e as narrativas dos meus interlocutores, enquanto “uruguaios” deslocados do território da nação, podem ser interpretadas como fazendo parte desse espaço limiar.

Assim, de um lado, os múltiplos encontros etnográficos mantidos nestes quatro anos de pesquisa me levaram a refletir sobre o cotidiano dos migrantes nas cidades contemporâneas, não apenas em chave local, mas, também em termos de relatos de nação, como campo de disputas simbólicas, e de políticas de identidade promovidas pelos Estados. De outro lado, em consonância com a complexidade da vida urbana em tempos de “aceleração do tempo” e “encurtamento do espaço”, este percurso de pesquisa me coloca diante de questões tratadas pelos estudos sobre transnacionalismo e dos debates em torno da “globalização”⁶.

Quando estou encerrando a escrita desta tese, no primeiro semestre de 2013, no Uruguai, sou testemunha dos deslocamentos de alguns atores políticos uruguaios em relação à reivindicação do direito ao voto levantado pela “diáspora” uruguaia, e por uma militância local a ela vinculada. Ao tempo que estes atores apelam para a ordem jurídica interna como garantia desse direito, procuram no direito internacional e, sobretudo, nos compromissos políticos do Estado uruguaio com a dita comunidade internacional, os elementos de pressão para construir um consenso favorável à viabilização desse direito cidadão através de mecanismos consulares.

Os discursos de “fraternidade global”, como os chama Gustavo Lins Ribeiro (2008), legitimam uma agenda global sobre as migrações, da qual os migrantes se apropriam para os seus projetos, agenciando uma realidade geopolítica nada igualitária nem horizontal, para pressionar os Estados nas suas demandas de políticas específicas. As alianças com os políticos locais também aderem a estes discursos e os diversos atores os articulam com os discursos dos seus partidos, de acordo com os seus posicionamentos específicos no campo, e com os relatos de nação dominantes.

Por quanto eu estou envolvida com os estudos da memória tal como desenvolvidos nas linhas de pesquisa no Nucleo de Antropologia Visual (Navisual) e Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV, PPGAS, ILEA e IFCH, UFRGS), reflito

⁶ Os estudos transnacionais têm nos trabalhos de Nina Glick Schiller e os seus diversos parceiros de pesquisa um núcleo fundacional destas questões, sobretudo a partir da noção de campo social transnacional e da conceitualização da simultaneidade nas práticas transnacionais (Cf. Glick Schiller, 2007; Levitt e Glick Schiller, 2004; entre outros). Muitos outros autores têm contribuído para este campo de estudos, com aportações de corte mais sociológico (Cf. Portes, 2005) ou discussões sobre os marcos interpretativos dos fenômenos contemporâneos em chave transnacional e global (Cf. Beck e Sznaider, 2006; Ribeiro, 2008). No que diz respeito às práticas de transnacionalismo político, as reflexões tecidas nesta tese foram alimentadas por trabalhos como o de Patricia Landolt (2003); Rainer Bauböck (2003); Nielsen Ostergaard (2003), entre outros. Já para as reflexões sobre o fenômeno da globalização e sua problematização, segui os trabalhos de Sassen (2007); Segato (2002); Santos (1998), entre outros.

sobre as relações entre memória coletiva, enquanto luta contra o esquecimento, e os usos políticos da memória. Como apontam Levitt e Glick Schiller (2004), a memória possibilita aos migrantes transnacionais desenvolver formas conscientes de pertença ao campo social, que os relacionam com os seus conterrâneos dentro e fora da terra de origem.

Entretanto, para além da saudade, da evocação afetiva por parte dos sujeitos, há apropriações das memórias que visam influir nas negociações por direitos e nas disputas de sentido nas quais alguns destes migrantes estão envolvidos. Como aponta Chatterjee (2008), no espaço dos Estados nacionais contemporâneos, a criação e a legitimação de comunidades morais têm servido aos grupos minoritários na luta por direitos.

Cabe refletir se a consolidação dos diversos grupos de uruguaios dispersos pelo mundo como uma única comunidade moral, “a diáspora”, “o Departamento 20”, pode se compreender não apenas em termos de identidade (com o país de origem), mas, simultaneamente, de diferença (com “o Uruguai de dentro”). E, se esta diferença, em termos de uma minoria com status de comunidade, não vem a legitimar as reivindicações de direitos, dentre eles, o direito ao voto extraterritorial. Este direito é demandado ao Estado uruguaio em nome da igualdade de todos os cidadãos, entretanto, categorias como Departamento 20 e mecanismos de vinculação como os Conselhos Consultivos e as associações de migrantes, criam comunidades e denunciam a diferença, fruto da disjunção entre um Uruguai de dentro e um Uruguai de fora.

Estas questões emergem em meio à observação dos arranjos da vida cotidiana (De Certeau, 2008), das formas peculiares de habitar as cidades (Velho, 1980), nas práticas de sociabilidade (Simmel, 1983), trabalho e lazer (Eckert, 2012 e Magnani, 2003). Portanto, é através da imersão nesses cenários urbanos nos quais os meus interlocutores desenrolam sua vida, tecendo simultaneamente memórias individuais e compartilhadas (Eckert e Rocha, 2005), que abordo estas perguntas.

Capítulo 2. As cidades do Departamento 20. No meio de deslocamentos e desencaixes: etnografia multissituada dos reencaixes

Como apontam os precursores da Antropologia Urbana, as cidades são muito mais do que os seus habitantes e o seu território. As cidades são fundamentalmente as práticas e as relações sociais que nelas desenrolam grande número de indivíduos, tanto em contatos cara a cara, quanto em formas indiretas. Nas palavras de Robert Ezra Park (1967: 29), a cidade é também a sua cultura, os estilos de vida que nela coexistem e aos quais os seus habitantes estão incorporados:

(...) a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.

Essa vida social não necessariamente coincide com os limites político-administrativos das urbes, aos quais excede a complexidade do tecido de relações sociais de que participam os indivíduos contemporâneos. Neste sentido, o recorte dos cenários da pesquisa não se constrói a partir de padrões de residência dos interlocutores. Antes bem, são as suas práticas e narrativas as que me orientam a segui-los nas cidades, ou melhor, nos espaços metropolitanos.

Esta pesquisa foi idealizada como uma etnografia das experiências de imigrantes uruguaios em diferentes cidades no contexto contemporâneo. Recorrendo primeiramente a dois autores, sinto-me afetada e desafiada a compreender esse *ethos* cosmopolita vivido por uruguaios em suas trajetórias e singularidades biográficas. O sociólogo inglês Anthony Giddens propõe em sua obra “Consequências da modernidade” (1993) a noção de desencaixe para se referir aos deslocamentos das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação em outras redes de confiança, “extensões indefinidas de tempo-espaço” (1993: 29). Em outra dimensão temática, o antropólogo americano Paul Rabinow, em “Antropologia da razão” (2002), ao discutir a confecção de textos etnográficos sugere um cosmopolitismo crítico cujo princípio condutor é ético. Não se trata de “essencializar” identidades, de reificar identidades locais ou de construir identidades universais. Trata-se antes de vivermos

“no meio de”, uma prática etnográfica *in-between*, entre experiências e contextos históricos complexos assim como “uma macro interdependência mundial incorporando qualquer particularidade local” (2002: 100).

Fazer uma etnografia deslocando-se entre cidades para ali reconhecer as formas de circuito de redes específicas de urbanitas, mais especificamente as formas de habitar de cidadãos uruguaios em outras fronteiras nacionais, nos motiva a reconhecê-los em situações de desencaixe espaço-temporais e de estarmos todos, etnógrafa e interlocutores, no meio dessas circularidades, objetivando, de minha parte, o recomendado movimento de estranhamento crítico diante da alteridade próxima (Velho, 1981: 18).

Nestas experiências diversas há a confiança (na liberdade de) da reprodução de práticas sociais objetivas e subjetivas de reconhecimento, de significação, de integração de valores de referência de suas trajetórias familiares, de tradições de comunidades de origem, aos contextos citadinos ocidentais e contemporâneos que abrigam seus projetos de vida, de ação. Como pretendo evidenciar com o título deste capítulo, há a ideia subjacente de que nas cidades estudadas, esses indivíduos mantêm uma série de relações e conexões que os interligam a uma rede macro interdependente que lhes motiva a uma constante troca de motivações de interação e de pertença ao “Departamento 20”.

Deslocar-se entre essas multiplicidades territoriais e de zoneamentos morais (para lembrar a noção de regiões morais de Park⁷) nos desafiou a diversidade de observar os envolvimento locais, a descoberta das circunstâncias de mobilização, o convívio com os estilos de ser e estar dos interlocutores nas cidades, as modalidades de conexão com a cultura política do Departamento 20. Reconheço este dinamismo de deslocamentos e interpretações de relações sociais globalizadas em que os atores sociais uruguaios podem viver de forma intensificada seus sentimentos nacionalistas, através do que, seguindo George Marcus (1995), é denominado de “etnografia multisituada”. Isto implica em algo mais do que uma série de imersões etnográficas em espaços diferenciados, descontínuos no território. É uma combinação de trabalho de campo intensivo em co-presença com os sujeitos pesquisados, com um enquadramento

⁷ No complexo contexto metropolitano, Park tematiza os fenômenos de segregação na cidade, mas, ao mesmo tempo, as múltiplas possibilidades de trânsito dos indivíduos, não apenas entre espaços territoriais, mas, entre espaços constituídos pelo encontro com outros indivíduos de gostos e temperamentos semelhantes. O autor trata destes espaços como “regiões morais” (1967: 70).

“transversal” dos diferentes locais de pesquisa, levando em consideração que os significados que permeiam os diferentes espaços de observação são parte do mesmo fenômeno (Cf. Marcus, 1995).

A principal motivação para esta escolha reside no caráter transnacional do campo social⁸ que constitui essa entidade denominada “Departamento 20”. Seguindo Nina Glick Schiller (2007), uma rede de redes que permite mapear conexões indiretas entre indivíduos que, incluso sem se conhecer, incidem uns nos outros pelo fato de participar de circuitos de trocas de bens, informações, imagens, serviços, através das fronteiras dos Estados.

Como o conceituam Levitt e Glick Schiller (2004), os participantes de um campo social transnacional estão localizados, mas, a sua vinculação direta ou indireta a redes de alcance nacional, transnacional ou global, os coloca simultaneamente sob a influência de diferentes níveis de organizações e regras. Para as autoras, uma abordagem transnacional das migrações deve captar os compromissos simultâneos dos migrantes e a orientação para o país de origem e o de acolhida através do tempo e consideram a etnografia ferramenta fundamental para essa tarefa.

Ao refletir sobre minha experiência, através das diversas cidades etnografadas, no convívio com indivíduos e grupos de uruguaios nelas residentes, ativo uma múltipla lente de observação e interpretação, levando a sério tanto a conversa cara a cara com um reduzido número de indivíduos nas diferentes cidades pesquisadas, quanto a circulação de informação, imagens e discursos nas quais eles participam, junto a outros indivíduos espalhados pelo mundo, dentro e fora do país de origem.

Neste aspecto, o uso das novas tecnologias da comunicação e da informação cumprem papel fundamental no desenvolvimento de práticas e no sustento de relações sociais através das fronteiras. Para os migrantes mais velhos, a incorporação do uso da internet e a popularização da telefonia fixa e móvel, é narrada em referência à sua

⁸ Levitt e Glick Schiller (2004) resenham a construção da noção de “campo social transnacional” a partir do conceito de “campo social”, tal como trabalhado por Pierre Bourdieu, assim como a partir da noção de rede social como cunhada pelos antropólogos da Escola de Manchester. Quanto à atenção dada a Bourdieu pelas autoras, importa as formas em que as relações sociais são estruturadas pelo poder. Neste sentido, os limites do campo são fluídos, sendo configurado pelas lutas dos seus participantes, indivíduos e instituições, por posições sociais. Já, dos ensinamentos de Manchester, as autoras retêm o emprego da noção de “rede de redes sociais” para darem conta das múltiplas pertencas de migrantes de localidades rurais, dominadas por relações tribais, deslocados para cidades industriais, dominadas pelas lógicas da modernidade ocidental.

experiência de enfraquecimento dos laços com amigos e parentes no país de origem, no tempo em que deviam esperar dias e semanas por uma carta, ou em que realizar uma ligação telefônica constituía um evento de reunião familiar, em volta de um único telefone, à espera de uma conexão analógica⁹.

No âmbito do ativismo transnacional a internet tem se transformado em ferramenta fundamental para potenciar a participação à distância nos assuntos das localidades de origem, assim como tem contribuído para a consolidação de sentimentos de identidade e de pertença alimentados através de fronteiras, em meio a redes dispersas nas múltiplas localidades diaspóricas e no país de origem. Os *web sites* geridos por indivíduos e grupos em torno da pertença ao Uruguai, ou à nação uruguaia, constituem os territórios desta entidade denominada “Departamento 20”. Recorrendo novamente a Giddens (1991: 49 e 50), contemplamos nesta perspectiva um reencaixe em que as relações sociais desencaixadas são reconfiguradas nas rotinas da vida cotidiana, em estruturas de confiança no mundo contemporâneo, nas novas ambiências citadinas em que convivem numa habilidosa “desatenção civil” (Goffman apud Giddens, 1991: 87) de convívio com a massa urbana. Ao tempo que dão corpo a uma rede em dispersão, evidenciam parte da heterogeneidade que lhe é própria. Assim não há, nestas redes de uruguaios observados, constância e hegemonia de ações. Muitos atores etnografados não aderem a estas comunidades de interesse em suas estratégias de aceitação tácita de circunstâncias de identidade cultural, política, nacional, linguística, etc. O entendimento de que existem indivíduos, uruguaios, que não compartilham essas construções de identidade, apenas revelam da efemeridade, complexidade e diversidade da vida na metrópole como já nos ensinava Georg Simmel. Posto que não só a complexidade e a diferenciação sociológicas devemos reconhecer ao configurarmos redes e “quase-grupos” de imigrantes uruguaios nas cidades estudadas, mas também, nos termos de Gilberto Velho, “a multidimensionalidade do mundo real, que expressa em diferentes níveis e províncias de significado, nos termos de Alfred Schutz, apontam para processos de construção de identidades em que o pertencimento a vários grupos, redes e círculos sociais é fenômeno básico a ser investigado e compreendido na sociedade moderno-contemporânea” (Velho, 1983: 18).

⁹ Sobre o tema das migrações transnacionais e internet sugiro leitura de Denise Cogo. Migrações transnacionais e usos sociais da internet por brasileiros na Espanha. *Diálogos de la Comunicación* (En línea), v. 1, p. 1-17, 2012.

Como aponta Gustavo Lins Ribeiro (1997), as condições contemporâneas de transnacionalidade implicam a consolidação das fronteiras dos Estados modernos como delimitadoras de representações sobre pertencas coletivas, mas também, como produto da convergência de outras condições. No meu trabalho, é ponto de partida o pressuposto de que a pertença a uma origem nacional comum cria laços de pertença que são atualizados entre migrantes dispersos por localidades diversas e distantes do mundo.

Durante minha estada em Catalunha, sob a orientação do Professor Joan J. Pujadas acessei o trabalho do pesquisador Andrea Lolicato, que trata da militância transnacional de grupos e redes de argentinos nas cidades de Barcelona e Roma. Para além das semelhanças entre as práticas de transnacionalismo político que eu vinha observando entre cidadãos uruguaios no Sul do Brasil ou na própria Catalunha, e as práticas militantes estudadas por Lolicato, esse trabalho reafirmara a importância de refletir sobre as localidades da pesquisa, enquanto cenários da vida social dos nossos interlocutores, assim como sobre a relação entre “o local” e “o global”.

Com efeito e para além de outras pertencas destes sujeitos, estou atenta para suas formas de ser e de pertencer (Levitt e Glick Schiller, 2004), e onde o local e o global se relacionam, ou com o disse mais acima, são interdependentes, no que tange a pertença dos uruguaios interlocutores ao dito “Departamento 20”, entendido como campo social transnacional, no qual o Estado uruaio, através das políticas de população, joga uma grande influência nas afiliações identitárias dos migrantes. A importância deste agente não deve, entretanto, obliterar a agência dos indivíduos e grupos que constituem este vigésimo departamento do Uruguai.

À época da minha entrada em campo, em 2009, “Departamento 20” era o nome do escritório criado para cuidar da vinculação dos uruguaios do exterior com o Estado-nação. Esse escritório fora inaugurado no âmbito do Ministério das Relações Exteriores em 2005, pelo primeiro governo do Frente Amplio (2005-2009), afirmando um processo de crescente atenção para a população uruaia em diáspora.

A denominação estabelece uma continuidade simbólica entre a divisão administrativa territorial em 19 departamentos ou províncias e um vigésimo espaço extra-territorial disperso. No entanto, o vigésimo departamento não tem representação

no Poder Legislativo, na Câmara dos Deputados, nem uma autoridade executiva departamental¹⁰.

Já no final do meu trabalho etnográfico, fiquei sabendo que o Ministério das Relações Exteriores havia suprimido a denominação “Departamento 20”, para a “*Dirección General para Asuntos Consulares y Vinculación*”. Entretanto, os meus interlocutores continuam a falar em “Departamento 20” como categoria de identidade, sobretudo aqueles que mantêm práticas de pertença à nação de origem, como são as diversas formas de associativismo “étnico” e de militância política observadas em campo. O caráter localizado destas práticas não inibe o seu caráter transnacional, sendo a simultaneidade de afiliações através das fronteiras nacionais o que as define como tais (Levitt e Glick Schiller, 2004).

A ambiência cidadina: no sul do Brasil

A procura pela poética do espaço (Bachelard, 2000), através das quais os meus interlocutores vivenciam o espaço da cidade, não exclui a procura pela política da cidade. Isto é, pelos jogos de poder e a circulação de capitais nas práticas que estes migrantes desenvolvem cotidianamente nas cidades. E isto, não apenas quando vistos como grupos diferenciados no cenário local de acolhida, mas, sobretudo, quando pensados através das suas práticas individuais de incorporação às suas atuais localidades de pertença. Não por acaso, a maioria dos indivíduos contatados durante a pesquisa insiste em mostrar seu desejo de “integração” à sociedade nativa e a necessidade de evitar qualquer efeito semelhante ao “ghetto” entre conterrâneos. Inclusive aqueles que mantêm uma militância “étnica” ou “nacional”, articulam essa prática política em locais específicos, nos quais estabelecem alianças e potenciam recursos graças à sua incorporação em destino.

Assim, a vivência do espaço urbano envolve capacidades diferenciadas de incidir nele, tecidas num espaço social transnacional, através do qual os migrantes mantêm e acrescentam montantes diferenciados de capital social, econômico e cultural, de acordo com itinerários individuais e coletivos. As pertenças geracionais, de classe, as

¹⁰ Como discuto no capítulo 4, há uma relação conflituosa entre a ideia de se conceber uma parte da nação uruguaia não atrelada ao território estatal e a implementação de políticas específicas para essa população, especialmente no que diz respeito a capacidade de continuar participando ativamente da comunidade política nacional.

afiliações políticas ou religiosas, através de fronteiras dão forma às experiências nas localidades de destino e emerge na imaginação destes espaços, quanto na evocação de outros espaços vividos. Ao mesmo tempo, estão em jogo nesta poética do espaço em chave transnacional, as posições relativas das localidades de destino e das previamente vividas, especialmente as de origem, nos arranjos geopolíticos contemporâneos do sistema mundo.

As cidades brasileiras, à diferença das catalãs, se inscrevem em um contexto nacional no qual não há maiores controvérsias sobre a identificação da nação com os limites do Estado nacional. O Brasil é uma República Federativa, dividida em estados, os quais por sua vez dividem-se em municípios, coincidentes no geral com cidades. Destes três níveis administrativos decorrem competências e regulações que muitas vezes confluem, gerando controvérsias ou se tornando em alternativas para agir, nos cenários e contextos nos quais os sujeitos da pesquisa atuam.

A administração e controle da população estrangeira é fundamentalmente da esfera federal, sendo a Polícia Federal o órgão a cargo da identificação e autorização para a residência legal dos migrantes e cuidando a Receita Federal do controle econômico, através do cadastro das pessoas físicas, para além da nacionalidade ou do status migratório.

Um dos pontos críticos do estrangeiro na sua interação com o cotidiano cidadão parece ser o dos cuidados da saúde. Aspecto que me fora revelado em Porto Alegre (RS) por Ana, de apenas 23 ou 24 anos durante o período mais intenso de interação, quem chegara ao Brasil quando criança, junto aos seus pais e o seu irmão mais novo. Ana é o membro mais jovem do CCU-POA. Eu a conheci no meu primeiro contato com este Conselho, em 2009, por ocasião das eleições nesta entidade. Ela me guiou em alguns percursos, diurnos e noturnos, pelos seus percursos de militância social e política no P-SOL¹¹, pelo restaurante vegetariano do Mercado Público, “emblemático” prédio do Centro portoalegrense. Acompanhei-a em uma passeata dos estudantes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), fui vê-la várias vezes em atuações como atriz ou *performer*, em eventos de apoio à Revolução Cubana ou em afastados bairros da cidade, em atividades junto a comunidades urbanas pobres.

¹¹ Partido Socialismo e Liberdade, surgido de uma divisão do Partido dos Trabalhadores (PT).

Nessas experiências pela cidade, compartilhamos informações sobre nossas vidas, sobre nossas famílias, sobre os nossos itinerários portoalegrenses e sobre o nosso país de origem. Ambas as duas, participávamos de modo diferente da nação uruguaia. Ela, a “mais brasileira” das duas, segundo ela mesma costumava brincar comigo e com outros migrantes uruguaiois, mantinha, entretanto, uma militância constante no CCU-POA, uma prática de militância transnacional baseada na nacionalidade de origem.

Através do convívio prolongado com Ana, usuária do Centro de Saúde Modelo, nas proximidades da Cidade Baixa, em Porto Alegre, eu tinha referências do empecilho que constitui para o cuidado da saúde a consciência de ter que enfrentar longas filas para apenas obter o agendamento, com prazos absurdos muitas vezes, para consultar com um médico. Ana narrava indignada como no inverno, mesmo com frio e com chuva, os usuários, muitos deles doentes, deviam esperar na rua. As longas esperas, de outro lado, não garantiam a obtenção do agendamento, especialmente para as especialidades médicas mais solicitadas e/ou as menos atendidas.

Trata-se de falências do sistema público de saúde¹², no caso municipal, que afetam por igual nacionais e estrangeiros, sendo o corte de classe e não de nacionalidade. Estrangeiros podem contratar, se contam com os recursos financeiros, serviços particulares de saúde. O fator econômico não é, contudo, o único a se considerar no caso da interação dos migrantes com o sistema público de saúde e, no geral, com os serviços sociais fornecidos pelo Estado brasileiro¹³. Eu própria na minha experiência de estrangeira tenho verificado o papel jogado pela minha aparência de mulher educada de camadas médias no encontro e negociação com os servidores públicos à hora de demandar serviços.

¹² Existe no Brasil um Sistema Único de Saúde (SUS) que integra hospitais e centros de atenção primária, ora municipais, ora estaduais ou federais.

¹³ O pesquisador Alex Moraes apresentara-me uma análise de quatro casos de imigrantes interagindo com o sistema hospitalar da cidade de Porto Alegre (No prelo). Concordo com o autor na necessidade de evitar a construção de uma diferença *a priori* do migrante, assim como na sua proposta de que, uma vez que o migrante não apresenta determinadas qualidades – como certos recursos econômicos e sociais, o *ethos* de classe- que lhe permitam acessar o sistema mediante táticas astuciosas, fica mais vulnerável à exclusão. Perante um Estado enfraquecido na sua capacidade de oferecer serviços de bem-estar social e no contexto de uma população empobrecida que demanda estes serviços em meio a profunda desigualdade, os casos apresentados por Moraes são expressivos da convergência nas pessoas dos migrantes, nos seus corpos, de várias fronteiras de exclusão, uma delas a negação da universalidade da cidadania aos não nacionais.

A este respeito, devo adiantar que meu universo de interlocutores portoalegrenses compõe-se bem por pessoas que, devido à sua qualificação profissional, capital econômico ou graças à obtenção dos direitos de cidadania por anos de residência, não vivenciam grandes carências na atenção à saúde, ou bem são pessoas jovens e saudáveis que não fazem uso intensivo do sistema de saúde. Inclusive, os relatos de Ana correspondem a interações com um centro de atenção primária e não envolvem largos percursos pelo sistema hospitalar e complicados tratamentos terapêuticos.

É interessante apontar aqui que na época da minha pesquisa em Catalunha, um dos temas de debate que permeavam as conversas entre migrantes era, precisamente, o das políticas de corte de direitos de atenção da saúde para os migrantes em situação jurídica “irregular”.

Outro dilema é a luta pelos documentos, pela regularização da situação de estrangeiro legal no país de morada. À época da minha pesquisa, o Brasil ainda não ratificava a Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias (1990), apesar de ter sido recomendada sua adesão por parte do Conselho Nacional de Imigração em 2008. O instrumento legal específico para a regulação da imigração era, e continua sendo, o chamado “Estatuto do Estrangeiro”, lei de 1980, inspirada na política da segurança nacional aplicada pelas ditaduras latinoamericanas da época.

No ano de 2010 o governo promovia alguns debates públicos sobre o tema, através do mencionado Conselho, parte do Ministério do Trabalho, e visando a implementação de uma “Política Nacional de Imigração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante”. À mesma época, a emigração de brasileiros ganhava visibilidade, mesmo a partir do retorno de migrantes. Mas, é notável a escassa visibilidade dos imigrantes nos debates públicos.

Mediadores da sociedade civil, como a ordem de religiosos católicos dos Scalabrinianos, com sede na Igreja Pompéia do Centro de Porto Alegre, e acadêmicos, como o Núcleo de Antropologia e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, eram atores locais relevantes no cenário

portoalegrense¹⁴, no que diz respeito ao debate público sobre as condições de acolhida dos migrantes, especialmente dos trabalhadores e dos migrantes pobres, durante minha imersão etnográfica nesta localidade.

A minha inserção em campo, junto a indivíduos alheios à militância migrante ou através de grupos muito específicos, como o Conselho Consultivo de Uruguaios de Porto Alegre (CCU-POA), levou-me a transitar apenas circunstancialmente pela Igreja Pompéia e pelo CIBAI.

Já como participante convidada das atividades do NACi-UFRGS, colaborei na organização de alguns dos eventos constitutivos da dinâmica entre estes mediadores (Etcheverry, 2011). Entre eles, uma jornada de debate da mencionada proposta do Conselho Nacional de Imigração, junto a membros do CCU-POA, do CIBAI e alguns atores independentes. Essa jornada se realizou em julho de 2010, e embora fora programada com mais de um mês de antecedência, coincidiria com o último jogo da Copa do Mundo de África do Sul no qual participara o Uruguai. Essa coincidência evidenciou a tensão entre a pertença afetiva à torcida de futebol e à nação de origem, em uma Copa do Mundo onde a seleção uruguaia tivera um desempenho inédito havia muitas décadas, e o envolvimento em práticas de participação cidadã para incidir na política do país de acolhida. Muitos membros do CCU-POA solicitaram a mudança do dia e horário do encontro e, de fato, os poucos que assistiram se dividiram entre a leitura da proposta a debater e a escuta do jogo de futebol pelo rádio, em outra sala do local.

Nesse mesmo sentido, durante o período mais intensivo da minha etnografia em Porto Alegre (2009-2011), o CCU-POA, o ator coletivo com o qual alcancei maior envolvimento, estava claramente voltado para os atores políticos e para o Estado de origem. Inclusive, quando por ocasião de um evento de grande magnitude para os recursos próprios do CCU-POA, foi preciso angariar apoios locais, houve uma pessoa que mobilizou os contatos da sua própria militância na esquerda brasileira para tais fins¹⁵.

¹⁴ Para uma descrição desse e outros mediadores, e das relações entre eles, ver Daniel Etcheverry (2011), especialmente o capítulo 4 dessa tese, na qual o pesquisador descreve através da sua experiência etnográfica a dinâmica dessas relações a partir do ano 2006.

¹⁵ O relato dessa mobilização quase solitária, mas em nome do Conselho, é apresentado pelo pesquisador Alex Moraes (2010), através da descrição da própria ativista. Ela enviara essa descrição, através de correio eletrônico, também para mim, sabedora da partilha de objeto de estudo e da camaradagem existente entre aquele pesquisador do NACi-UFRGS e eu.

Porto Alegre atrai tanto indivíduos à busca de trabalho, pessoas com escassa qualificação educativa, ou em situações de vulnerabilidade (na etapa final do meu trabalho o Rio Grande do Sul acolheu refugiados colombianos, através de convênio com o ACNUR), quanto pessoal qualificado para o mercado de trabalho e para o campo científico. Esse é um dos circuitos estabelecidos entre o Uruguai e o Brasil, sendo Porto Alegre a capital estadual mais próxima para os migrantes qualificados uruguaios, atraídos não apenas pela diversidade da oferta em cursos de especialização e pós-graduação, mas, também, pelos estímulos financeiros que o Estado brasileiro tem fornecido, já historicamente, para captar “cérebros” no nível do Cone Sul e da América Latina¹⁶ (atualmente, também da África lusofalante).

Entradas no campo portoalegrense no tempo da política

A Antropologia política ou da política brasileira, tem em um dos seus principais mentores, o antropólogo Moacir Palmeira (2000), a feliz expressão do “tempo da política” vivenciada por seus interlocutores nos contextos rurais e urbanos estudados.

Etnografar este tempo da política entre os migrantes uruguaios, tem nos espaços dos Conselhos Consultivos (CCUs)¹⁷ um campo de disponibilidades políticas privilegiado. Tanto a cidade de Porto Alegre, quanto Barcelona, mostram uma grande centralidade para a mobilização social e política dos grupos de migrantes, cujas reivindicações de direitos costumam transcender as esferas locais de poder e, apesar de ativar intermediários locais, têm como último interlocutor o Estado de origem.

Em Porto Alegre, todas atividades do CCU-POA que eu acompanhei, desenvolveram-se na capital, fundamentalmente, no Centro, e em espaços públicos ou institucionais. São alguns destes cenários a Igreja Pompéia, a sede do Poder Legislativo estadual e o Comitê de Base do Frente Amplio La Redota. Participei de um par de encontros organizados pelo Conselho, e eu própria promovi um debate com migrantes

¹⁶ Para uma análise específica da população uruguaia qualificada que emigra para o Brasil, ver a dissertação de Mestrado de Patricia Gainza (2012).

¹⁷ Os Conselhos Consultivos de Uruguaios são órgãos da sociedade civil diaspórica. Foram criados como parte dos mecanismos de vinculação viabilizados pelo Estado uruguaio a partir de 2005, época na qual se cria o “Departamento 20”. Apesar da sua origem a partir das políticas do Estado de origem, eles se conformaram de modo autônomo nas localidades nas quais diferentes grupos de uruguaios conseguiram se organizar para tal.

uruguayos, junto aos pesquisadores do Núcleo de Antropologia e Cidadania do PPGAS-UFRGS, em um espaço cultural gerido por um coletivo independente de artistas.

Quando eu tomara contato, em 2007, com o Conselho Consultivo de Uruguayos em Porto Alegre, eu contava para a interpretação desse encontro, apenas com algumas ideias sobre o movimento associativo de uruguayos migrantes. Eu construía essas ideias através das narrativas ouvidas junto aos militantes dos clubes de uruguayos e dos grupos do Frente Amplio em Sydney, Austrália. Tratava-se de grupos de ativistas de 50, 60 e mais anos, residentes na Austrália há mais de três décadas, identificados com a esquerda uruguiaia, através das pertenças mais ou menos orgânicas aos partidos que compõem o Frente Amplio, e com alguma participação em práticas coletivas em Sydney, organizadas ao redor da pertença nacional de origem, em uma sociedade orientada por políticas multiculturalistas, sobretudo a partir das datas da acolhida massiva de imigrantes não europeus, após as décadas de 1960 e 1970.

O domingo 26 de agosto de 2007, um dia depois da efeméride da Independência uruguiaia¹⁸, me encaminhei para a Igreja Pompéia, para degustar um prato popular no Uruguai, o “choripán” ou “chorizo al pan”. Fiquei sabendo do evento graças à Nadia, uma amiga uruguiaia que na época estudava na área das ciências médicas, na mesma universidade na qual estudo eu. Junto a Nádia e meu namorado, também uruguiaio, entramos no salão da reunião, após atravessar um pátio onde várias crianças jogavam bola. Era em torno das 14hs, chegamos no momento dos discursos e do Hino Nacional, cantado em pé por todos os presentes.

Eu não estava ali apenas para matar uma “saude gastronômica”, nem mesmo para acompanhar minha amiga Nádia que não queria chegar sozinha, pois não conhecia ninguém. Ao receber o convite, lembrei imediatamente dos relatos ouvidos e das

¹⁸ Em 25 de agosto de 1825 houve uma Declaração de Independência da Província Oriental, território que iria se tornar a República Oriental do Uruguai. Entretanto, o território continuou sendo disputado tanto pelas novas autoridades portenhas, após a emancipação respeito da Coroa Espanhola, quanto pelo Império do Brasil. Quem fosse instituído como herói nacional, José Artigas, encontrava-se exilado no Paraguai e os novos “libertadores” já não defendiam seu projeto político federalista. Em 1828 se assinou uma Convenção de Paz, com ajuda diplomática britânica, que seria para muitos intérpretes a obtenção de uma verdadeira independência política do futuro Uruguai. Entretanto, foi apenas em 18 de julho de 1830 quando se institui o contrato escrito que deu nascimento à República, a Constituição. Voltarei ao assunto ao tratar do segundo centenário que foi comemorado no Uruguai a partir de 2011, modificando o relato do primeiro centenário, que fixou o nascimento do país no ano 30.

crônicas lidas sobre as comemorações do dia 25 de agosto em Sydney, Austrália¹⁹. Respondi imediatamente que iria e que lamentava não estar pesquisando sobre o tema, mas que mesmo assim iria com câmera de foto, caderno de notas e gravador de voz, o que fiz.

Nesse encontro, dois anos antes de começar esta pesquisa, eu conhecera alguns dos sujeitos junto aos quais iria transitar depois pela etnografia portoalegrense. A sede do evento, a Igreja Pompéia, não era uma escolha aleatória, ela já fora parte importante dos itinerários urbanos dos migrantes uruguaios organizados (Etcheverry, 2011). A participação do Consulado uruguaio em Porto Alegre era expressivo de uma determinada interlocução do Estado uruguaio, após 2005, com a diáspora.

Nesse espaço, inclusive, deu-se uma confluência que, durante o trabalho de campo em 2009, iria poder decodificar como parte das transformações nas formas associativas e nas configurações de identidade, no contexto das transformações políticas no país de origem. Refiro-me à confluência da identidade dos membros do Conselho com a sua pertença à militância “de base” do Frente Amplio no exterior.

Entretanto, eu estive atenta para as semelhanças com as comemorações da nacionalidade uruguaia entre os migrantes de Sydney. Eu havia tratado deste tipo de eventos como encontros rituais, pois neles não apenas se reafirmava uma pertença ao Estado nacional uruguaio como lugar de origem, terra natal, mas também a pertença a uma “comunidade” uruguaia em Sydney, tanto através de laços de amizade e afeto, quanto através de laços institucionais. Um interlocutor da época, me explicava que:

El 25 de Agosto es el día que el consulado hace un comunicado de prensa saludando a los compatriotas, y por ahí si alguna radio lo entrevista se manda su mensaje. En una plaza [de Sydney] donde están casi todos los bustos de héroes latinoamericanos se deposita un ramo de flores [...]... el club uruguayo hace su fiestita, y [radio Río] hace escuchar el himno a las doce del mediodía, como lo hacía antes la cadena ANDEBU²⁰ (no se si ahora lo siguen haciendo).

¹⁹ Saliento dentre essas crônicas o artigo “El Mejunje”, de Walter Amaro, publicado em periódico eletrônico em 2004, disponível até hoje na internet. Nele, se condensam práticas, evocações e símbolos que dizem respeito a certa ritualização da pertença nacional em um contexto de emigração de longa distância e duração e em uma sociedade extremamente diversa como a australiana.

²⁰ ANDEBU: Associação Nacional de *Broadcasters* do Uruguay. Associação empresarial criada pelas principais emissoras privadas de rádio, em 1933. Atualmente abrange também as empresas de televisão. Chama-se “cadena Andebu” à transmissão simultânea, obrigatória, do Hino Nacional em dias de comemorações oficiais (sempre ao meio-dia) ou por ocasião de anúncios de presidentes ou ministros.

Quando eu entrevistara Rodolfo, em 2004, ainda não havia sido criado o Escritório de Vinculação com os uruguaios no exterior do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, nem os Conselhos Consultivos nas diversas sociedades de destino da emigração uruguaia. Ao igual que em Porto Alegre e em outros destinos, as associações de uruguaios preexistentes a este novo mecanismo de governo estão fortemente vinculadas ao processo de constituição do Conselho Consultivo de Sydney.



Imagem 4

É verdade, de outro lado, que este tipo de comemoração são oportunidades para a recriação dos relatos oficiais de nação e para me aproximar de suas representações. A própria confluência de atores e a convergência de pertencas militantes que eu observara no evento da Igreja Pompéia em Porto Alegre²², em agosto de 2007, põe de relevo os jogos políticos locais nos quais os transmigrantes participam na cidade de acolhida. São esses, espaços de sociabilidade, nos quais também participam pessoas com quase nenhum envolvimento na militância política ou social, mas, unidos por laços de amizade e parcerias desenvolvidas ao longo dos anos de moradia na mesma cidade.

Estes encontros se repetem na Catalunha. Ali participei, em 2012, do churrasco anual da *Casa Charrúa* de Castelldefels, localidade balneária ao sul de Barcelona. Ali, o grupo organizador toma como data para a realização dos seus encontros, o aniversário do nascimento do herói nacional José Artigas, o 19 de junho.

²¹ Rodolfo e sua esposa, Estela, emigraram na década de 1970 no contexto da política de recepção de mão de obra qualificada desenvolvida por Austrália, que na época abriu as portas para emigrantes do Cone Sul que deixavam seus países de origem em meio a crises econômicas, políticas e sociais e diferentes processos autoritários. Como a maioria dos meus interlocutores de então, Rodolfo possuía conhecimentos técnicos que lhe permitiram trabalhar no setor industrial. Mantiveram sempre contato com o Uruguai e participaram ativamente das atividades associativas em Sydney. Rodolfo (nome fictício) é um dos autores do livro *Treinta años de emigración uruguaya en Australia* e um ativo militante do Frente Amplio no exterior. No passado, no Uruguai, foi militante sindical. Mantive contato com ele por correio eletrônico e de forma pessoal por ocasião da sua viagem para Uruguai durante as eleições de 2004.

²² Esta igreja católica fica na Rua Dr. Barros Cassal, próxima as avenidas Farrapos e Independência, no bairro Floresta, vizinho do Centro, Porto Alegre.

O encontro objetiva a coleta de fundos para o envio para Uruguai de doações para hospitais, escolas ou projetos de desenvolvimento local. No entanto, é um encontro de sociabilidade para muitos participantes, que fazem desse churrasco uma oportunidade quase única no ano de rever antigos conhecidos, de mergulhar por umas horas em uma espécie de saudosismo da terra de origem, dos tempos de antanho partilhados lá ou cá, por alguns deles. E claro, vê-se ali também na distribuição das grandes mesas, os grupos, as redes, as simpatias, as evitações de um grupo de pessoas que tem mantido um convívio mais continuado ao longo da sua permanência nas localidades de destino.

No convite recebido para o evento de 26 de agosto de 2007, na Igreja Pompéia, pude saber que o CCU – POA era o organizador, com o “apoio” do Consulado. O convite se dirigia “a la colectividad oriental, familias y amigos” e se restringia à comemoração da Independência Nacional. Entretanto, às portas do salão da Pompéia, onde as mesas estavam dispostas para o almoço e uma espécie de palco, enfeitado pelas bandeiras do Uruguai e do Brasil, havia sido improvisado para a ocasião, encontramos uma mesa de votação.

Uma mesa, uma urna, uma única prancha e uma bandeira do Frente Amplio eram cuidados por duas pessoas de mais de 50 ou 60 anos que degustavam um “choripán” enquanto esperavam a chegada de votantes. Que votação era essa da que nada falava o convite para o evento? O que fazia uma bandeira partidária em um evento do Conselho Consultivo apoiado pelo Consulado?

Fomos informados que se tratava da eleição de delegados no exterior para o Plenário Nacional do Frente Amplio, máximo órgão de condução dessa coligação de partidos. Imediatamente fomos convidados a votar e perguntados sobre nossa identificação partidária. No dia seguinte, iria saber através da imprensa local montevideana, lida via internet, que esse ano se inaugurou a incorporação de delegados dos Comitês de Base frenteamplistas do exterior.

Com efeito, o Frente Amplio é o partido, ou coligação de partidos, cuja própria trajetória o inscreve em redes de militância extraterritoriais. Obrigados ao exílio durante a ditadura, muitos dos seus militantes, por outra parte uma geração fundacional (o FA se cria em 1971), contribuíram após a reabertura democrática, em 1985, a multiplicação das estruturas organizativas do FA fora de fronteiras. Os Comitês de Base são peça fundamental nesta estrutura e através deles manteve-se uma vinculação marcada pela

identidade partidária, que antecede e, acredito, contribui a dar forma aos mecanismos atuais de vinculação promovidos pelo Estado.

No convite se anunciava que:

Como en otras oportunidades, para aquellos que deseen almorzar en el lugar, se dispondrá de parrillero y asador, siendo que cabrá a cada uno llevar su carne, "espetos" y cubiertos. No se aceptarán chorizos para asar, ya que la venta de choripán será uno de los recursos utilizados para financiar la fiesta.

CCU – POA, correio eletrônico, agosto 2007.

Além da venda de bebidas e outras especialidades gastronômicas riopratenses, se anunciava que à tarde, como “tem sido tradição nos nossos eventos”, haveria apresentações musicais de “compatriotas y amigos”. Apesar do CCU – POA ter apenas um ano de criação em 2007, o convite por eles emitido evoca repetidas vezes a existência de uma experiência prévia compartilhada, falando inclusive em “tradição”. A convocatória remete “à coletividade oriental²³” e nela se repete duas vezes a palavra “amigos”.

Condensam-se nesse breve texto uma série de enunciações sobre as razões para estar juntos ao longo do tempo. Evidentemente eu, minha amiga e o meu namorado, éramos o tipo de recém chegados que são muito bem-vindos, mas, não éramos parte desse grupo de “compatriotas” e “amigos”, cujos laços se tecem ao longo de quase trinta anos de convívio.

Nessa tessitura, a identidade “oriental” joga um importante papel. A “orientalidade”, enquanto construção ideológica, resgata para a seleção do que deve ser lembrado como fundante da nação uruguaia, o processo que levou a Banda Oriental a conformação de uma República, em inícios do século XIX. Neste processo, e não sem controvérsias, a historiografia acaba impondo a figura do General José Artigas como guia, quase mítico, uma espécie de patriarca da nação oriental. Muitos aspectos do ideário artiguista são retomados, já em fins do século XX, pela jovem militância frenteamplista. Sendo alguns deles o tópico da reforma agrária e o da importância do “povo” como poder soberano.

²³ Estou chamando a atenção aqui para o uso da palavra “coletividade”, também ouvida na pesquisa com uruguaios emigrados à Austrália. “Oriental” é um segundo gentílico para os nacionais uruguaios, referido à situação do país ao leste do Rio Uruguai. Discuto em outra parte alguns significados historicamente atribuídos a “oriental” e à “orientalidad” nos relatos identitários uruguaios.

Apesar de termos nascido no mesmo território que os amigos do CCU e do Comitê, Sebastián, Nadia e eu nascemos em “outro país”, o Uruguai da ditadura (e mesmo Sebastián nascera em Buenos Aires, Argentina, por causa da emigração dos seus pais à busca de trabalho). Mesmo assim, podemos vibrar com as músicas que entonaram estes amigos de militância, naquela tarde na Pompéia, sendo parte da ambiência sonora da cidade de Montevideú, mais presente em algumas famílias do que em outras.

Essa música é peça fundamental da sedimentação da memória das experiências de juventude daqueles militantes. Há um repertório da música popular uruguaia, uma lista de autores e de intérpretes, que permanecem identificados com momentos e acontecimentos específicos da história do país, tal como a vivenciaram os sujeitos envolvidos. A perpetuação dessa memória nos alcança, aos mais jovens, mas, ao mesmo tempo, nos separa.

Os “amigos” que cantam, os que podem executar essa memória ao ritmo do violão, são figuras muito importantes dentro desses grupos de migrantes/militantes. Na ocasião ouvimos, entre outros, a Mariza, com quem também pudemos conversar. Mariza, é a voz feminina das performances musicais da memória dos membros do Comitê, ao final, membros do CCU. Ela, iria descobrir depois, é uma figura muito respeitada pelo grupo e faz parte do “núcleo duro” das mobilizações transnacionais destes migrantes. Quando ela conversara comigo e os meus amigos, nos convidou afetivamente a participar das reuniões do Comitê, às quarta-feiras, pois, nos disse, estão sentindo a falta de novos (jovens) militantes.

Isto ficaria expresso na minha etnografia posterior. Para além das fronteiras geracionais e ideológicas, o entrecruzamento de laços de amizade e a intensidade das experiências vividas juntos, acabam reforçando essa espécie de isolamento lamentado por Mariza. Que, deve ser dito, não diz respeito apenas à falta de gente jovem no grupo, mas, de pessoas com trajetórias diferentes daquelas do dito “núcleo duro”.



Imagem 5

Muitas vezes ouvi de outros interlocutores uma forte rejeição a participar destes encontros rituais, como o de 25 de agosto, onde os emblemas da nacionalidade de origem são enfatizados, ao som de um restrito repertório musical e acompanhado pela ingestão de grandes quantidades de carne assada à brasa de lenha, como nos velhos tempos, “*allá, en el paisito*”. Nas palavras de Rodolfo, de Sydney, a festa de Independência dos Uruguaios Unidos em aquela cidade é uma ocasião em que:

(...) la gente viene a encontrarse con viejos amigos del pasado, a comer un asado, tortas fritas, pasteles de dulce de leche, de membrillo, tomar mate con bizcochos, bailar y yo qué sé cuántas cosas más...

Rodolfo, correio eletrônico, 2004

Nesse “yo qué sé cuántas cosas más...” abre-se o espaço do devaneio, da lembrança junto aos parceiros de geração, das marcas do contexto de saída do Uruguai (“¿Te acordás de la huelga de...?”; “¿Y cuándo te paraban los milicos en...?”), e das conjunturas de chegada à localidade de destino, dos encontros e desencontros no novo país, onde nasceram filhos, casais se desfizeram, outros surgiram novos, se compartilharam angústias e alegrias, houve que aprender o português, ou o inglês... ou o catalão, correr atrás da burocracia para obter “os papéis”, ou evitar ser alcançado pela lei para permanecer na clandestinidade.

Aquela tarde na Igreja Pompéia, transitando entre a churrasqueira, sob comando masculino, e o balcão onde eram vendidos os publicitados “choripanes”, observei que muitos dos participantes eram amigos ou conhecidos de longa data. Ao redor do fogo onde se assava a carne, os homens tomavam chimarrão ou bebiam álcool, enquanto conversavam animadamente sobre pessoas ausentes, rememoravam eventos passados ou faziam piadas entre eles. Nas mesas, cumpridas, ocupadas por diversos grupos aparentemente familiares, as pessoas também mostravam um grau similar de conhecimento e confiança.

Boa parte das pessoas com as quais conversei, na mesa de votação, no balcão, em volta da churrasqueira, manifestaram ser militantes do Comitê de Base La Redota de Porto Alegre. Me encontrava assim diante a superposição da identidade de conselheiros, membros do CCU – POA, e a de militantes frenteamplistas. De fato, ao iniciar minha pesquisa em 2009, iria reencontrar todas ou quase todas as pessoas com as que interagi na Igreja Pompéia em agosto de 2007.

Naquele primeiro encontro, conversei com alguns dos homens reunidos ao redor do fogo do churrasco e anotei brevemente alguns dados de pelo menos três deles. Miguel, professor de segundo grau e reivindicador da ancestralidade indígena no Uruguai, emigrou em 1984 para Buenos Aires, depois de retornar para Uruguai, emigrou em 1994 para Porto Alegre. Gabriel, fotógrafo e massagista, vive em Porto Alegre desde 1984. E Roberto, quem pronunciara um dos discursos pelo CCU – POA durante o evento, era o mais antigo na cidade, onde reside após 1974. Todos os três pertenciam tanto ao Comitê quanto ao Conselho.



Imagem 6

É interessante notar que, tanto Miguel, quanto Gabriel, emigraram pela primeira vez já no período de reabertura democrática. Encontraria várias pessoas no CCU-POA, cuja chegada a Porto Alegre coincide com esse momento da história do país de origem. Isto faz com que à sua chegada a Porto Alegre, e ao encontro com os migrantes que ali residiam havia uns anos, encontrassem também um ambiente de relativa efervescência militante. A atividade mantida em clandestinidade, sob a ditadura do país de origem e a do país de acolhida, pelos pioneiros envolvia uns poucos dos atuais membros do Comitê e do Conselho. Este “clima” associativo contribui para convocá-los e fora nesses anos que se criara a Casa da Amizade Brasileiro-Uruguiaia (CABU). Não fora até então que, à saída da clandestinidade, fosse possível dar visibilidade às organizações políticas que sobreviveram ao exílio, acontecendo a institucionalização da militância de base através da criação dos comitês do Frente Amplio.

É também interessante assinalar que, assim como Miguel, Mariza e o seu ex-esposo, apelidado “Cacho”, também residiram primeiro na Argentina e chegaram a Porto Alegre depois de tentar o retorno ao Uruguai. Isto evidencia uma circulação regional histórica da população uruguiaia para os países vizinhos, mas, também, o quanto essa circulação fora afetada durante as décadas de 1970 e 1980 pelos regimes ditatoriais e pelas crises de emprego e a queda dos salários na região.

À diferença de Miguel, Mariza e “Cacho”, saíram do Uruguai durante a ditadura e por causa do risco que a sua militância envolvia para eles. Estes, não são simples marcos temporais, senão verdadeiras balizas para a construção de uma identidade

compartilhada, o que lhes vale como capital para o encontro com os pioneiros, exilados e emigrados, em Porto Alegre.

Tanto Miguel, quanto “Cacho” e Mariza são atores muito presentes na minha etnografia iniciada em 2009 em Porto Alegre. Junto a Graciela e Luis Carlos, um casal de militantes comunistas que se instalaram nesta capital por volta do ano 1976; Eduardo, um engenheiro de uns 70 anos, também parte dos pioneiros; e Fabián, um militante mais jovem, bem mais “novo” na cidade também, mas, que pelas suas qualidades pessoais para a mobilização coletiva, ganhou um lugar e o respeito dos seus companheiros.

Embora outros atores estiveram presentes, posso dizer que minha interlocução, no que diz respeito ao Conselho Consultivo de Porto Alegre, esteve fortemente marcada por eles. Como contrapeso desse grupo, cujos membros têm entre 50 e 70 anos de idade, mantive uma intensa interlocução com Ana, a quem fora conhecer em 2009, após a sua recente incorporação ao grupo.

No segundo ano da pesquisa em Porto Alegre, eu decidira focar nas trajetórias das mulheres do Conselho e entrevistara Mariza, Graciela e uma militante mais jovem, Sandra, chegada à cidade nos anos de 1980, acompanhando a sua família que deslocou-se como parte do projeto de trabalho do seu pai. Junto à jovem Ana de 24 anos, elas são as figuras femininas com as quais interagi no espaço da militância do Conselho.

Nesta mesma cidade, no churrasco de 2007, conhecera também Ricardo, o dono do bar *Anticuário*. Reunido com os outros homens em volta do fogo, dava mostras do seu humor, suportava as piadas sobre sua cabeça careca e lançava os seus comentários jocosos contra os outros. Na ocasião, ele me entregara um cartão do bar, que eu guardara e que me levara até ele em 2009.

Apesar de encontrá-los naquele evento, e de observar uma grande familiaridade entre Ricardo e os militantes do Comitê e do Conselho, Ricardo e sua esposa Ana não participam dessas redes enquanto militantes. Eles mantêm alguns laços de amizade com outros migrantes que por elas transitam ou transitaram. Além disso, no espaço da cidade, os comércios como o bar *Anticuário* podem se tornar pontos de reunião, lugares de sociabilidade entre militantes, entre os quais há também os artistas da diáspora, para os quais os bares podem constituir-se em palcos das suas performances. Tudo o qual convoca outros conterrâneos que com o passar dos anos acabam se integrando e criando

pontos de memória em que tecem conhecimentos e amizades, para os quais os eventos como o do dia 25 de agosto tornam-se em oportunidades de recriá-las.

Esse denso panorama conforma o espaço local das práticas que colocam estes migrantes num campo transnacional, da militância política à difusão da cultura artística de origem, sobretudo através da música, dos encontros periódicos como torcida de futebol quando joga a seleção nacional. Nestes episódios constata-se um tempo de efervescência, de intensa sociabilidade. Não raro, após as reuniões de trabalho militante, é hora do aperitivo onde se procura uma pizza ou uma cerveja “uruguaia” para relaxar.

O trânsito pelos diferentes grupos ao longo dos quatro anos da pesquisa, nas diferentes localidades, permite também avaliar a dinâmica das posições das associações, dos comitês de partido, dos Conselhos Consultivos, em um campo transnacional.

O circuito do lazer e do jogar o social: pelas ruas da Cidade Baixa, Porto Alegre

É de Georg Simmel que aprendemos o estudo das formas de sociabilidade e de sua postulação pela forma lúdica como a forma pura de sociação (Simmel, 1983). Seguir os circuitos de lazer, de boemia, percorrer os espaços de entretenimento, de encontro, de festa, cantos, músicas e de espetacularização nos levam a encontrar nos circuitos lúdicos das cidades, casas noturnas, casas comerciais, restaurantes, lancherias, livrarias, etc., que tem por proprietários, gerentes, garçons e claro, clientes, uruguaio.

Quando em 2009 iniciara a pesquisa, voltei à pasta onde guardava o material obtido naquele churrasco de 2007. Encontrei o cartão do bar Antiquário e fui lá, visitar os seus donos, Ricardo e Ana.

À época, como membro do Núcleo de Antropologia Visual do PPGAS-UFRGS, fiz parte de projeto sobre roteiro fotográfico na pesquisa fotoetnográfica²⁴, com foco nos bairros de Porto Alegre. Me propus, então, a fotografar os bares “de uruguaio” do bairro Cidade Baixa como parte de um exercício coletivo de construção de roteiros. Este exercício tinha como tema o bairro e enquadrava-se nas linhas de pesquisa que orientam

²⁴ Ver Achutti (1997; 2004).

o núcleo, isto é o estudo das formas de memória das e nas cidades brasileiras contemporâneas, e em particular de e em Porto Alegre²⁵.

Os diversos participantes da oficina escolheram bairros diversos que fotografamos desde perspectivas diversas. Eu tinha pela frente o desafio de pensar o bairro Cidade Baixa como parte da cidade de Porto Alegre e, por sua vez, como cenário da vida cotidiana de alguns migrantes uruguaios. Em particular, estava preocupada com bares de uruguaios, ou seja, espaços do que poderia se chamar “comércio étnico”, seguindo a antropóloga brasileira Laura Gomes (2002). Isto é, empreendimentos comerciais geridos por imigrantes nas cidades de acolhida, para além da origem das mercadorias ali oferecidas. Laura Gomes trata deste tipo de comércios como lugares de memória, seguindo Halbwachs (2006) e Benjamin (1982), como lugares de acolhimento e hospitalidade, seguindo Gotman (2001), e como lugares de construção da “conveniência” (Mayol, 2009).

É nestes sentidos, e não pela procedência nacional dos produtos oferecidos, que podemos tratar dos bares de uruguaios da Cidade Baixa enquanto comércios étnicos, embora a sua freguesia não seja exclusivamente uruguaia. Entretanto, estes bares podem se tornar pontos de encontro e alocar reuniões entre conterrâneos, além de fornecer em formas bem diferenciadas oportunidades de contato com a cultura de origem dos seus donos.

Por sua vez, o pesquisador Mikel Aramburu (2002), aponta o fato deste tipo de comércio depender do trabalho familiar e de formas de financiamento através de redes de confiança entre parentes e conterrâneos. Este pesquisador trata do chamado comércio étnico na *Citat Vella* de Barcelona, onde há uma grande concentração de comércios geridos por imigrantes e, por tanto, onde essas redes são bastante estreitas. Essa paisagem urbana não se verifica em Porto Alegre.

A Cidade Baixa não é um “bairro de imigrantes”. A Cidade Baixa é um bairro contíguo ao Centro de Porto Alegre, cujos limites são enfatizados pelo traçado de grandes avenidas que o cercam, criando uma descontinuidade nos trânsitos dos pedestres. Não moram ali mais estrangeiros do que em qualquer outro bairro

²⁵ O exercício fotográfico era o resultado de um processo de pesquisa em oficina, sobre a construção de narrativas na cidade, coordenada por Cornelia Eckert. Resultados da oficina e dos exercícios desenvolvidos pelos pesquisadores participantes foram apresentados na VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, Buenos Aires, 2009 (Navisual, 2009).

portoalegrense, paisagem urbana na qual ser estrangeiro tem pouca visibilidade. Pode se dizer que a Cidade Baixa é um bairro onde persistem alguns antigos moradores “nativos” da cidade mas que também recebe um crescente fluxo de pessoas chegadas do interior do Rio Grande do Sul e de outros estados do Brasil, entre elas um grande número de estudantes universitários dado um sistema imobiliário propício abrigar estudantes (apartamentos de um quarto) ou edifícios antigos com condomínios mais baratos transformados em repúblicas por estudantes que cotizam as despesas, ou ainda muitas casas de estudantes (Rua João Alfredo, Rua Sarmiento Leite, Rua Luis Afonso).

Afetado pelos processos recentes de construção vertical aos influxos da especulação imobiliária, é possível ainda reconhecer nas suas ruas a antiga arquitetura de casas de um ou dois andares. Trata-se de um bairro carregado de memórias superpostas, entre elas as da escravidão, pois vários dos seus recantos foram redutos negros até avançado o século XX²⁶.

Atualmente a Cidade Baixa está fortemente marcada pelo ritmo de uma boemia noturna, que ali encontra numerosos bares, diferenciados por sua oferta e pelos grupos que os frequentam. Uma intensa vida anima as calçadas após o pôr do sol, quando os bares colocam suas mesas e cadeiras fora dos locais e acolhem “um público de classe média, de estudantes universitários, de pessoas que se reúnem após o trabalho para bater um papo sentados junto as mesinhas espalhadas pelas calçadas” (Abreu da Silveira, 2002: 29), espaço de movimentos sociais homoafetivos, de movimentos ambientais como o ponto de encontro dos ciclistas ativistas da Massa Crítica (<http://massacriticapoa.wordpress.com/>). Poderia se dizer que essa vida fica restrita a uma série de eixos viários, a rua Lima e Silva, a rua da República e, em parte, a José do Patrocínio e a rua João Alfredo.

Como explica Abreu da Silveira, há uma Cidade Baixa diurna, “onde reina a família, o jogo de bola, a brincadeira de roda, o passeio com cachorro, as vovós e vovôs, a escola, os sabiás e cambacicas sobre os jacarandás” (2002: 25). Especialmente, esta

²⁶ Vários espaços no bairro Cidade Baixa exibem ainda à vista do passante os traços desses passados superpostos. Encontram-se descrições de alguns desses espaços em trabalho de Abreu da Silveira (2002), especialmente nos anexos, intitulados “excertos do relato acerca de uma “caminhada etnográfica” no bairro Cidade Baixa”. Para uma análise de um reduto do bairro, reivindicado por descendentes da antiga população negra da cidade, através da memória da escravidão, ver a dissertação de Olavo Ramalho Marques (2006), sobre o “Areal da Baronesa”. Esse espaço da Cidade Baixa dista uns poucos quarteirões dos meus espaços de imersão etnográfica, entretanto, não têm visibilidade na vida cotidiana dos meus interlocutores.

paisagem corresponde mais as pequenas ruas no coração do bairro e não aos grandes eixos, como os acima citados, onde se dá a concentração comercial e predomina o trânsito rápido de automóveis.

Este bairro não apenas muda do dia para a noite, mas também de domingos para segundas e, com certeza, não para de se transformar a cada ano. Assim, lendo o trabalho de Abreu da Silveira de 2002, encontro referências a lugares que já não existiam à minha chegada à cidade em 2007, assim como percebo que outros que eu conhecera não estavam ali cinco anos antes.

Em meio a estas dinâmicas, as lojas e bares de imigrantes na Cidade Baixa constituem nós de memória, espaços de intensa afetividade e reconhecimento (Halbwachs, 2006), incorporando ao espaço do bairro e da cidade traços próprios do que ora pode se constituir em alteridade, ora em identidade.

Refiro-me a traços de uma identidade com o país ou as cidades de origem dos donos destes bares. Traços muitas vezes estereotipados, pois, afinal, ali está em jogo também uma oferta de consumo, que transcende o cardápio e envolve uma estética musical, visual, no qual o sotaque é uma marca apetecível para um setor do público local. Este público está à procura do exótico, da marca do “outro”, e nesse jogo “o uruguaio” apela, simultaneamente, para o “próximo”.

Esse jogo entre alteridade e identidade é expressado, por exemplo, através da reivindicação de uma cultura “de fronteira”, pela exaltação da continuidade geográfica entre os pampas argentino, uruguaio e do sul do Brasil, e da continuidade cultural do “gaúcho” (Oliven, 1993). Assim, as saudades da origem dos donos dos bares vêm ao encontro de um desejo de identidade dos outros habitantes da cidade. O fato desse encontro acontecer em uma encruzilhada comercial não é demérito para o fato de que, precisamente através das performances espaciais, das ambiências musicais, ali sejam (re)criadas memórias, onde a bagagem de origem é explorada junto aos membros da sociedade de acolhida, ou junto a outros migrantes.

Os bares dos quais tratei através do referido exercício fotoetnográfico situavam-se ao longo das ruas Lima e Silva, da República e José do Patrocínio. Foco particularmente em dois deles, o bar *Anticuario*, na Lima e Silva com a Joaquim Nabuco, e o restaurante *Fofa*, na República com a José do Patrocínio.

Entrar no bar *Anticuario* tornou-se uma experiência necessária para mim. Eu não percebera de início quanto eu gostava de ir lá e conversar com Ana e Ricardo, os donos

do local. Eu fui lá pela primeira vez instigada pela existência de vários locais de comida uruguaia no bairro onde eu fui morar à minha chegada a Porto Alegre, a Cidade Baixa. Fui sabendo da existência do *Anticuario* graças a um cartão que me dera Ricardo, dois anos antes de eu decidir iniciar esta pesquisa, em uma comemoração do dia da Independência uruguaia, organizada pelo recentemente criado Conselho Consultivo (CCU-POA), na Igreja Pompeia do Centro de Porto Alegre. Ao reencontrar Ricardo e Ana, já em 2009, compreendi que eles não eram participantes ativos do CCU, entretanto, mantinham laços de conhecimento com alguns conselheiros e gostariam de participar de atividades sociais e culturais com outros conterrâneos, não tanto de militância política.

O ambiente desse bar é cuidadosamente aconchegante, pleno de referências ao Uruguai, a Montevideú e, inclusive, à argentina Buenos Aires, nos quadros, placas de publicidade, placas de carros, cartazes referentes à música do *candombe* ou ao *tango* riopratense. A iluminação, as mesas, muitas delas construídas com antigas máquinas de costurar, as cadeiras de madeira e as prateleiras em cima do balcão, puxam imagens de bares e armazéns antigos de Montevideú ou de Buenos Aires e a música que ali toca remete a maior parte do tempo para o país de origem, inclusive através de referentes “não nativos” como poderia ser o catalão Joan Manóel Serrat, emblema de uma geração e de uns grupos de montevidéanos.

Os donos do *Anticuario* são parte de uma família diaspórica, e isto em mais de um sentido. Ricardo e Ana, são de ascendência armênia, nação altamente representada no cadinho de raças e nações que enriqueceu a sociedade uruguaia entre finais do século XIX e a primeira metade do século XX. Em Montevideú, esta comunidade tem um colégio próprio, com sede nas proximidades do bairro *El Prado*, de cujas vizinhanças é oriunda Ana, e mantém até hoje atividades de confraternização entre os descendentes dos migrantes chegados da Turquia há já várias gerações. De fato, Ana e Ricardo, e suas respectivas famílias, conheceram-se nos eventos da comunidade armênia em Montevideú, embora casassem e conformassem uma nova família em Porto Alegre. Ana, chegou à capital gaúcha seguindo os passos do seu irmão, quem para lá mudara-se com sua família e durante anos gerenciara “A república do pastel²⁷”, uma pastelaria na

²⁷ Cabe assinalar aqui que “pastel” é a tradução para o português de “empanada”, produto tradicional disputado como patrimônio gastronômico entre uruguaio e argentinos. À época da minha chegada a

Rua da República, bairro Cidade Baixa, escassos metros vizinha do Parque da Redenção. Na época da minha pesquisa, o irmão de Ana deslocara-se para o estado de Santa Catarina, para uma localidade continental próxima da ilha de Florianópolis. Lá continua trabalhando como empresário na área da alimentação. Ricardo, por sua vez, tem um irmão em Buenos Aires, Argentina. E ambos têm parentes que permanecem em Montevideú. Em Porto Alegre, eles têm dois filhos brasileiros, persistem no esforço de caracterizar o seu bar como uruguaio e voltam toda noite para casa, onde os espera a mãe de Ana, quem nunca aprendera o português e continua a ouvir cotidianamente, via internet, a rádio armênia de Montevideú.

Em contraste, no térreo do prédio onde morei entre 2007 e 2010, havia outro bar gerido por dois homens uruguaios cuja memória da terra de origem emergia nas primeiras conversas de modo conflituoso e até era negada qualquer forma de pertença afetiva ao Uruguai, ou à cidade de Montevideú, de onde os dois homens eram nativos. Entretanto, havia uma, talvez duas pontes com a origem: a música de *tango*, sobretudo o cantor Carlos Gardel, e o time Peñarol de futebol. Residentes havia mais de trinta anos na capital gaúcha, Seu Costa e Dario, cuidavam do bar Fofa, e de um cachorro chamado “Garufa”, que pode ser traduzido do *lunfardo*, o *argot* riopratense veiculado fundamentalmente nas músicas de *tango*, para o português, como “gandáia”. Nos vidros da porta-janela do pequeno bar, conviviam uma bandeira do Rio Grande do Sul e um distintivo do time gaúcho de futebol Internacional. Como observara jocosamente um amigo meu, da porta pra fora eles se mostram gaúchos, senão brasileiros. É no interior do local onde as paredes são adornadas com recortes de jornal, a foto do Gardel, uma bandeirinha do Peñarol e algumas quantas referências ao *tango*, não como um produto cultural especificamente uruguaio, senão, melhor, do Rio da Prata. Provavelmente, estes dois homens, já beirando os 60 anos, sejam o exemplo mais paradigmático encontrado em campo de indivíduos que se recusam a desenvolver formas conscientes de pertença ao país de origem, sobretudo ao Estado de origem. Assumindo a sua forma de estar no campo social transnacional que eu analiso as formas de uma memória musical e cultural regional, que Seu Costa sabia sustentar com relatos de experiências bonaerenses, junto a cantores de *tango* argentinos, de modo de retirar diante as suspiciões da jovem

Porto Alegre funcionavam pelo menos duas pastelarias na área da Cidade Baixa, ambas geridas por uruguaios, exemplo de produto “étnico” muito apreciado pelos consumidores locais.

pesquisadora e vizinha de prédio qualquer marca de “uruguaidade” ou “montevideanês”.

Imagem 7



Imagem 8





Imagem 9



Imagem 10



Imagem 11

Florianópolis: entre a praia e a cidade

Em março de 2010 empreendi viagem para a ilha de Florianópolis no estado de Santa Catarina, vizinho ao estado do Rio Grande do Sul. Estava aceitando um desafio da minha professora orientadora, a Dra. Eckert. Após a sua participação de uma banca na Universidade Federal de Santa Catarina, ela voltou para Porto Alegre com o contato de um arquiteto uruguaio, chamado Leonardo, residente na ilha, que eu poderia entrevistar.

Interessadas, como nós estávamos, pelas questões relativas à vida na cidade dos migrantes uruguaio, o envolvimento de Leonardo em questões de planejamento urbano naquele estado sulino do Brasil se apresentava como a porta para prováveis novas redes a pesquisar. “O Leo”, tal como o chama sua esposa, Ana, facilitou minha chegada à ilha e, de fato, me forneceu contatos com outros uruguaio ali residentes.

Permaneci uma semana na ilha, em inícios de março, e voltei em uma segunda visita em finais de agosto de 2010. Na primeira visita, o contato com Leonardo e a sua família marcara meu percurso etnográfico catarinense, abrindo inclusive interlocuções que só iria aprofundar ao voltar em agosto.

Ana e Leonardo colaboraram na procura de alojamento, de fácil acesso em transporte público, perto do meu primeiro interlocutor, seguro e de baixo custo. Descobriram para mim um hostel a bom preço, no “centrinho” da Lagoa da Conceição, perto da casa deles, mas não tanto como para ir andando. Eles consideraram que esse seria um bom local para realizar meus deslocamentos, pois ali perto há um terminal de ônibus onde é possível embarcar tanto para o sul quanto para o norte da ilha.

Fiquei ali durante o final de semana, a maior parte do qual o passei na casa dos meus primeiros anfitriões. Perseguindo um contato que Leonardo e Ana me forneceram, o do Enrique, parti para o sul da ilha, para a praia da Armação, na terça-feira. Esta localidade iria se tornar foco de intensas observações, no convívio com outros uruguaio que lá encontrei. Ali voltei também em agosto, delimitando assim o território da incursão etnográfica catarinense entre a Lagoa da Conceição e a Praia da Armação.

Embora eu tenha visitado outras localidades, onde realizei encontros e entrevistas com outros interlocutores, este espaço da ilha corresponde a um lugar no qual encontrei certas redes e onde se desenvolvem certas práticas que envolvem grupos específicos de migrantes uruguaios. As áreas do Centro da cidade, onde certamente residem migrantes uruguaios, ficaram excluídas dos meus itinerários ilheus, pois as redes sociais às que tive acesso não me levaram até lá. Quando visitei o norte da ilha, foi seguindo indivíduos que não teria conhecido se não tivesse entrado em campo através de Ana e de Leonardo, fazendo da Lagoa da Conceição o meu primeiro território familiar dentro da ilha. De fato, visitei o norte apenas para entrevistar Alicia e Ruben, um casal amigo de Leonardo e Ana, residentes na localidade de Sambaqui, e para entrevistar Miguel, um artesão residente em Jurerê Internacional, que conhecera ao visitar a feira da Lagoa, seguindo uma sugestão de Ana.



Imagem 12

Antes de partir de Porto Alegre, uma colega catarinense, havia me explicado que o transporte público em Florianópolis funciona de modo integrado e que nos terminais é possível combinar serviços (ao custo de uma única passagem) de e para diversos pontos da cidade. Esse conhecimento foi precioso, pois, a ilha é extensa e as localidades se espalham do norte ao sul, em meio a grandes vazios urbanos, onde predomina uma basta vegetação, numa geografia de morros e praias, sendo necessárias estudadas estratégias para um deslocamento mais ou menos eficiente.

Esta paisagem tomou minha atenção na primeira hora na ilha, no deslocamento entre o terminal rodoviário, no Centro, e a Lagoa da Conceição. Outros dois fatos chamaram minha atenção aquela manhã de março, depois de uma viagem terrestre de umas 7 horas entre Porto Alegre e Florianópolis. De um lado, eu estava numa cidade, capital de um estado, onde o “ar” de balneário parecia mais dominante que a agitação da

metrópole. Ali, o transporte público contempla a possibilidade de transportar pranchas de surfe, contando alguns ônibus com espaço específico para estes fins e estando assinalado, nos pontos de informação no terminal, o horário destes ônibus especiais.

De outro lado, ao menos nas primeiras horas da manhã, os usuários do transporte público são os trabalhadores, homens e mulheres, que se encaminham para o trabalho ou que retornam para suas casas. Eu era a única “diferente” dentro do ônibus, a única que não tinha com quem conversar. Os outros conversavam animadamente sobre o que se via nas ruas ou sobre o cotidiano do trabalho ou da família. Muitos deles cumprimentaram o cobrador, como se todo mundo ali assistisse à mesma rotina de deslocamento diário. Eu pouco entendia porque, compreendi depois, o sotaque dos ilhéus é bem diferente do, para mim familiar, sotaque gaúcho.

A família de Leonardo e Ana

Aquela manhã de março, uma vez no hostel, entrei em contato telefônico com Leonardo. Ele e sua esposa estavam me esperando e, apesar de terem me indicado um alojamento bem situado em relação ao terminal de ônibus, Leonardo foi me buscar de carro, para me levar até a casa, onde o entrevistei extensamente, antes e depois dos almoços e lanches que Ana nos oferecia.

Leonardo e Ana não usam o transporte público. Há dois carros na sua casa, num condomínio fechado pouco mais ao sul de Lagoa da Conceição, em Rio Tavares, onde moram eles e um sobrinho de Ana, o Paulo. Iria chamar minha atenção, mais tarde, que nenhum dos meus interlocutores na ilha, tanto os que me apresentou Leonardo, quanto os que eu iria encontrar depois, usa o transporte público e que, no geral, o avaliam como lento ou “demorado”.

Uns se deslocam de carro ou de moto, outros não realizam grandes deslocamentos pela ilha, tendo a sua vida ancorada em uma pequena área desta, especialmente nas localidades mais distantes do Centro, pela qual se movimentam a pé ou de bicicleta. Estas relações com a cidade encerram diversos estilos de vida: de austeridade material; de escolha por uma vida afastada do ritmo agitado do Centro; de uma intermitência “utilitária” com as áreas centrais para fins econômicos, ou de disfrute do sossego da natureza combinado com o conforto material das camadas médias.

Ao chegar à casa de Leonardo e Ana, encontrei uma família de camadas médias, de profissionais universitários e uma família atravessada por diversas relações e práticas transnacionais. A categoria “camadas médias” deve ser tratada aqui com precaução. Pois, a pertença de Leonardo às camadas médias montevidéanas pode ter um sentido muito diverso da pertença de Ana às camadas médias cariocas.



Imagem 13

Ana é trabalhadora social, nasceu no Rio de Janeiro, e ali estudou e trabalhou até que, já em finais da década de 1980, mudaram-se com o Leonardo para São Paulo. Quando eu conheço Ana, ela beira os 70 anos e se apresenta num franco processo de mudança nos usos do seu tempo, se afastando do trabalho profissional e se envolvendo em diversas atividades voltadas ao cuidado de si e ao conhecimento ou reinterpretação da sua própria subjetividade. De fato, a mudança de São Paulo para Florianópolis faz parte de um processo de afastamento do ritmo acelerado de vida, na grande metrópole, e de busca de uma vida mais sossegada, na cidade-balneário. E na época em que eu chego à ilha, tanto Leonardo quanto Ana estão experimentando a passagem da vida marcada pelo trabalho para o ritmo da aposentadoria. É assim que ela procura aulas de ginástica e oficinas diversas, enquanto Leonardo conta estar iniciando estudos de língua italiana.

Naquela primeira visita, ao tempo que Leonardo vai tecendo suas memórias, ora no sofá da sala, na companhia de um chimarrão preparado com erva uruguaia, ora nos fundos da casa, numa mesa de jardim, junto a uma pequena piscina, Ana também vai puxando algumas evocações, que remetem para a sua vida como trabalhadora social engajada, ativa em movimentos sociais, nos anos da abertura democrática e do ascenso da esquerda no campo político brasileiro. É precisamente nesse âmbito que conheceu Leonardo. Inclusive, não pode se pensar a trajetória dele como urbanista no Brasil sem essa aliança afetiva e de trabalho com a Ana. O encontro de Leonardo com Ana, na cidade brasileira de Rio de Janeiro, em inícios da década de 1980, constitui um importante ponto de virada na trajetória deste uruguaio. Na época, ele retornava para América do exílio holandês, no qual permanecera entre 1978 e 1982.

Na época das minhas visitas, no ano de 2010, também morava na casa o Paulo, geógrafo de profissão, com menos de 30 anos, originário do Rio de Janeiro, filho da irmã de Ana. Ele viera para Florianópolis para trabalhar com os seus tios, na instituição que ambos comandavam já nos tempos de vida em São Paulo. Paulinho, como o chamavam os tios, participava em um dos últimos projetos que Leonardo estava dirigindo, a implementação do Plano Local de Habitação de Interesse Social, na localidade de Tubarão²⁸.



Imagem 14

Foram dois dias de conversas, regadas pelo chimarrão de Leonardo, quem logo depois da minha chegada me mostra com orgulho o pacote de erva “uruguaia”, da mesma marca que eu consumo em Porto Alegre. Digo “uruguaia”, entre aspas, pois o Uruguai não é produtor de erva mate e a importa do Brasil ou da Argentina. Uma das principais marcas do mercado uruguaio, cujo *slogan* é “la yerba de mi país”, é produzida no estado brasileiro de Paraná. Esta é a única marca disponível no mercado do sul do Brasil como erva “uruguaia”, sendo “re-importada” para o Brasil, depois de empacotada no Uruguai, o que é matéria de piadas e brincadeiras tanto entre os consumidores uruguaio, quanto por parte dos conhecidos, amigos e parentes locais.

Além de fotografar Leonardo, segurando com um sorriso no rosto o pacote de erva *Canarias*, ambos comentamos estas reviravoltas das relações comerciais entre dois países integrantes de um mercado comum (o Mercosul), que não parece tão bem integrado. A jocosidade destes comentários encerra uma forma de reflexão crítica sobre a realidade pessoal ou social, muito presente nas interlocuções nas minhas diversas incursões etnográficas junto a diferentes uruguaio. O criticismo e a desconformidade são muitas vezes consideradas parte de um “caráter nacional” uruguaio, por parte dos diversos entrevistados. Eu mesma tenho aderido a essa ideia como parte dos acordos

²⁸ A instituição na qual Ana, Leonardo e Paulo trabalhavam era o Centro de Assessoria à Autogestão Popular (CAAP), criado em São Paulo por Ana e Leonardo. Tratarei adiante da trajetória de Leonardo e do seu envolvimento com a gestão urbana através deste e outros empreendimentos. Interessa-me, no entanto, a sua vivência da cidade onde a memória se tece para além das localidades concretas, por outra parte muito diversas e distantes no espaço e no tempo. Neste sentido, estou menos preocupada com detalhar as pertencas institucionais atuais, do que com as identificações e lembranças evocadas por Leonardo na sua narrativa dessas experiências.

tácitos da interlocução etnográfica, onde se faz necessário delimitar um chão comum para a conversa, um sinal de que –parafrazeando Geertz- se compreende a diferença entre um piscadelo e uma contração nervosa do olho.

Eu me apresentei interessada nas palavras e nas narrativas das memórias de Leonardo, o único uruguaio da casa. Assim, as primeiras conversas as mantivemos na sala, enquanto Ana circulava pela casa e Paulinho, o sobrinho de Ana, havia apenas aparecido. Na hora do almoço foi quando aquela interação inicial ampliou-se. Ana preparou a mesa com muita dedicação, enquanto Paulinho provocava jocosamente o tio, demandando “*el asadito*”²⁹, que ele associa aos encontros de Leonardo com outros uruguaios, sobretudo os filhos e outros parentes. Nesta família, são frequentes as visitas dos filhos uruguaio-holandeses, e as viagens da família uruguaio-brasileira para o Uruguai, onde a família se encontra no balneário *La Floresta*, na casa que compraram os pais de Leonardo, cenário da vida familiar de três gerações.

Naquele primeiro almoço de sábado, Ana interessou-se pelo meu trabalho e quis saber tanto sobre a metodologia de trabalho, quanto se eu podia arriscar alguns resultados. Enquanto eu já havia explicado ao Leonardo que meu foco era mais a experiência dos migrantes, as suas motivações e projetos, as suas lembranças do Uruguai e dos seus percursos pelo mundo, a conversa familiar serviu para contrastar esta abordagem com outras de corte quantitativo. Ana me deu a oportunidade de enfatizar o foco na perspectiva dos sujeitos envolvidos, e não nas grandes explicações estruturais do fenômeno da emigração do Uruguai.

Aos poucos, ela estava sugerindo ao Leonardo esta ou aquela experiência, por considerá-la importante para o meu trabalho. Ambos lembraram juntos desta pasta ou aquela caixa onde poderia haver fotografias que me interessassem, e nesse final de semana Leonardo me mostrou imagens que evocavam uma vida de trânsitos entre Montevideu e outras cidades, entre a família “holandesa” e a família “brasileira”, dos netos para os parceiros no ativismo social, dos colegas de juventude na universidade para os colegas da vida adulta.

Voltaria à casa de Leonardo e Ana seis meses mais tarde. Então, aceitaria o convite para ficar com eles, ocupando o quarto de Paulinho, de viagem por Porto

²⁹ O “*asado*” (churrasco no Brasil), é alimento preferido no Uruguai para os eventos de sociabilidade entre amigos ou em família. Consistente em carne assada ao calor da brasa de lenha, o seu longo tempo de preparo é pretexto para a partilha de conversas, jogos de bola, audição ou execução musical, etc.

Alegre. Nesta oportunidade continuei conversando extensamente com Leonardo, inclusive sobre um artigo por mim escrito sobre as gerações e as redes de uruguaio além fronteiras, o que motivara reflexões específicas sobre o tema e provocara lembranças da sua geração de colegas da Faculdade de Arquitetura, no Uruguai da década de 1970.

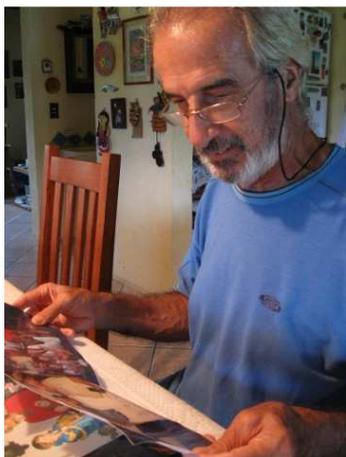


Imagem 15



Imagem 16

A partida para o sul: Enrique e Walter

A interlocução com Ana e Leo também me deixou a caminho de pelo menos duas outras redes. A dos artesãos da feirinha da Lagoa da Conceição e a rede dos trabalhadores em regime informal na hotelaria do sul da ilha, à qual acessei através de Enrique. Com efeito, Enrique me fora apresentado por Ana e Leo, que uma vez já o contrataram para realizar trabalhos de infraestrutura no seu escritório. Ele realiza serviços técnicos de eletricidade, pintura ou hidráulica de modo independente e sem carteira assinada e reside na praia de Armação. Ali, encontrei no mesmo hostel onde me hospedei a primeira noite pelo menos quatro uruguaios servindo o bar do local. Dentre eles, Walter.

As redes destes migrantes se superpõem no sul da ilha, não sempre pela partilha de um mesmo ofício, gênero ou geração, mas, pelo uso de um espaço urbano comum. Espaço que se estende entre as praias vizinhas de Armação e Pântano do Sul, entre as quais é possível transitar a pé ou de bicicleta e onde os filhos provavelmente se encontrem na mesma escola municipal, as mães no mesmo “sacolão” (mercado de alimentos), e os solteiros na mesma roda de violão e cerveja.

Espaço urbano que se percebe ora como espaço do lazer, ora como mercado de trabalho. A presença da praia nesta paisagem urbana é constante. Ela remete para os encontros com vizinhos que, uma vez que falam a mesma língua materna e se acham em condições de deslocamento transnacional, podem vir a se tornar amigos. Ao mesmo tempo, o caráter turístico desta cidade, que nas latitudes mais sulinas torna-se mais balneário e menos capital urbana, faz com que a oferta e a demanda de serviços sejam objeto de conversação entre parceiros e a circulação de informação ao respeito pode contribuir para uma solidariedade entre conterrâneos na busca de recursos para a sobrevivência.

De qualquer forma, a malha de relações entre conterrâneos é heterogênea em diversos trechos das redes no que diz respeito à proximidade entre os diversos indivíduos. O simples fato de haver nascido no mesmo país ou de falar a mesma língua não torna amigas as pessoas. A partilha de um estilo de vida, certo grau de vulnerabilidade perante uma sociedade de destino que lhes estranha e as semelhanças nas trajetórias familiares são às vezes ingredientes que contribuem para as aproximações e as distâncias. Assim, encontrei no sul da ilha mais de um indivíduo “solitário” ou, melhor, com maior autonomia respeito ao grupo dos conterrâneos. Entre

eles Rober, um artesão que conhecera na minha aproximação à “feirinha da Lagoa”, encorajada por Ana e Leonardo à procura de migrantes uruguaios.

Walter e Enrique. Da Guayabos 1710 à Praia de Armação

Enrique e Walter, o mais velho dos atendentes do bar do hostel no qual me hospedei uma noite ao chegar a Armação, foram amigos na sua juventude em Montevideú, moraram numa espécie de república de estudantes e jovens trabalhadores e partilham inúmeras lembranças das aventuras montevidéanas. Ambos fazem atualmente pouco mais de 50 anos.



Imagem 17

No presente eles não parecem estar tão próximos em estilos de vida, apesar dos paralelismos nas suas trajetórias. É possível até, que minha visita tenha atualizado um laço que nunca deixou de existir mas que, com o tempo e as escolhas de cada indivíduo no seu devir, veio a se afrouxar um pouco. Isto, aconteceu por causa das minhas provocações para lembrarem suas vivências montevidéanas e diante a minha insistência por compreender o seu reencontro em Florianópolis.

Quando eu encontro Enrique e Walter numa pousada do sul da ilha de Florianópolis e os encontro juntos acotovelados no balcão do bar da pousada, ao som de diversas peças da música popular brasileira, investida eu da minha missão etnográfica de ouvir sobre as suas vidas entre o Uruguai e o Brasil, eles me obsequiam com inúmeras imagens instantâneas, uma evocadora de outras, todas cheias de repercussões na memória de ambos, e também na minha. São as memórias de todo um grupo de jovens montevidéanos da década de 1980. Entretanto, Walter não é originário de Montevideú, senão de Paysandú, cidade litorânea sobre o rio Uruguai, na fronteira com a Argentina, uns quatrocentos quilômetros ao norte da capital. Revela-se nestas memórias uma intensa experiência coletiva, restrita, entretanto, ao pequeno grupo de convívio numa espécie de república de estudantes.

Esta memória compartilhada lhes permite evocar juntos, parceiros dos mesmos “quadros da memória”, nos termos de Maurice Halbwachs. Isto é bem diferente de afirmar que as imagens por eles narradas, cantadas, corregidas, em fim, a memória

performatizada naquela conversa descontraída, na qual a presença da pesquisadora é resignificada e incorporada ao seu encontro de sociabilidade, tenha uma relação causal o determinista com o passado desses indivíduos.

O fato de eu poder devanear junto a eles, através daquelas imagens, fala mais da “adesão total” à imagem, do “êxtase da novidade da imagem” (Bachelard, 2000), do que do seu passado histórico ou sociológico. De fato, o erro, a confusão, a justaposição, são constantes nas narrativas de um e de outro, sobretudo de Enrique, quem toma a palavra por mais tempo, preocupado por contar uma história, por completar uma paisagem. Entretanto, seu parceiro o corrige pouco, ou não o corrige, até acrescenta este ou aquele detalhe num relato cuja informação essencial não é a veracidade deste ou aquele evento do passado.

O que me está sendo transmitido é a memória de um tempo vivido, da pensão de estudantes no Centro de Montevideú (“La 17-10”), da ambiência musical da protesta juvenil contra a ditadura militar, nos espaços de lazer e de sociabilidade da cidade e nas aventuras das viagens pelo interior do país. Embora eu fosse criança enquanto eles viviam aquela Montevideú, aquele Uruguai urbano, eu encontro ecos para essas imagens na minha memória, pois elas constituem as memórias da cidade e nós, pedestres monteviduanos, podemos atualizá-las no encontro numa praia do sul do Brasil.

Enrique e Walter, à diferença de Leonardo, viveram a cidade de Montevideú durante a reabertura. Calvo e Pellegrino (2005) nomeiam a geração da qual Walter e Enrique fazem parte como geração 83, com referência ao ano das primeiras passeatas e manifestações públicas massivas antes das eleições de 1984. Precisamente, nesses anos eles eram jovens que iniciavam suas carreiras laborais e tentavam, sem maior sucesso alguma carreira como estudantes. Esse tempo foi chegando ao fim quando uns casaram e começaram a ter filhos, outros emigraram. Enrique e Walter lembram daquelas aventuras de estudantes através de muitas imagens, muitas delas musicais³⁰.



Imagem 18

³⁰ Trato destas referências no capítulo 5.

Estas memórias revelam uma capacidade criativa atrelada a laços de amizade e a práticas de sociabilidade. A música e a impressão doméstica de uma revista são algumas das atividades, para além da mera sociabilidade, do grupo de jovens que, junto a Walter e Enrique conviviam em uma república de estudantes no Centro de Montevideú. Atualmente, Walter parece reviver a experiência da república de estudantes junto aos seus parceiros no trabalho e na casa. Já Enrique põe uma distância dessa experiência.



Imagem 19

No entanto, ambos evocam emocionados as memórias de juventude, as quais não correspondem a outras memórias altamente politizadas que tenho ouvido em campo, no geral, de indivíduos que mantêm alguma militância social ou política, e para os quais tanto a experiência, quanto as redes sociais de antanho, lhes valhem hoje uma capacidade de mobilização em chave transnacional.

A feirinha da Lagoa. Deslocamentos pela cidade

Ana e Leo sempre fizeram questão de facilitar meus deslocamentos indo me buscar de carro até o hostel e me receberam calorosamente na sua casa, me convidando com almoços, lanches e caminhadas pela trilha aos fundos do seu condomínio. A ideia de dar um presente para eles me estimulava, além da suspeita de Ana de que ali iria encontrar outros migrantes, a visitar “a feirinha da Lagoa”, como Ana a apresentou. Ali fui antes de deixar a Lagoa da Conceição para continuar minha viagem com rumo ao sul, para a praia de Armação a instâncias de ser aquele o local de residência de Enrique.



Imagem 20

Na feira, encontrei Rober e Miguel, além de um casal que não havendo sendo tão receptivos para minha pesquisa acabei não entrevistando. Ao dia seguinte, conheci o norte da ilha, indo entrevistar Miguel na sua casa de Jurerê Internacional. Na minha segunda estada, em agosto, visitei a casa de Rober, em Pântano

do Sul. Embora Rober pareça estar mais envolvido em redes integradas por outros artesãos e mais ativas na área geográfica da Lagoa da Conceição, ele conhece a rede do Enrique e quase todos os hispanofalantes do sul da ilha se reconhecem ao menos, senão participam de atividades comunitárias ou mantém laços de amizade.

O Centro da Lagoa da Conceição é pequeno pelo que muitas vezes os nativos o chamam “Centrinho da Lagoa”. Em poucos quarteirões à beira norte da Lagoa agrupam-se comércios, bancos e serviços de hotelaria e nas margens do centro comercial, a escassas quadras da lagoa, encontra-se o terminal de ônibus. A feira acontece aos domingos durante a tarde em uma esplanada habilitada pelo município para tal fim, em frente à lagoa. É uma feira de artesanatos e roupas voltada ao grande fluxo de turistas que por ali transitam. Não sendo uma feira de grandes dimensões e atendendo a um público distendido que passeia por ali tanto à procura de *souvenirs* de viagem quanto de conhecer um novo canto da cidade, o ritmo no qual se ingressa ao chegar à



Imagem 21

feira é um ritmo cadenciado pelas conversas entre os vendedores e dos vendedores com os fregueses, além de um caminhar pausado. Dadas estas condições eu comecei andar pela ruela entre as bancas, observando os materiais e as técnicas distintivas de cada artesão, madeira, tecidos, couro, produtos apícolas, pedras, enfeites para a casa, bijuteria, calçado. Ao tempo que via e tocava, ouvia as conversas dos outros, à espreita de qualquer traço hispanofalante. Em seguida encontrei uma artesã argentina que vendia quadrinhos de parede e outros enfeites para o lar. Aos poucos perguntei se conheciam algum vendedor uruguaio e apareceu algum chileno, mas só andando me deparei com Rober e suas joias de prata. Para mim, montevideana consumidora de artesanato em prata no Uruguai, as formas trabalhadas por Rober me resultaram familiares. Logo em seguida ouvi seu sotaque enquanto lhe explicava a uma freguesa o tipo de pedra usado neste anel ou naquele brinco. Também o ouvi ensaiando uns preços em inglês quando uma turista europeia chegou na banca. Me apresentei e fui amavelmente recebida por Rober, quem me permitiu bater algumas fotografias e me facilitou seu número de telefone para um posterior contato. Nessa oportunidade conversamos pouco. Explicou-

me que mora no sul da ilha da onde se traslada de moto cada domingo após o meio-dia para montar sua banca na Lagoa. Durante a semana trabalha em casa, produzindo a mercadoria para a venda. Rober está na casa dos cinquenta e Florianópolis não foi o seu primeiro destino uma vez fora do Uruguai. Já nos anos '70 começou viajar por América Latina e acabou indo para Europa. Apesar de ter saído do país de origem em tempos de aumento da repressão política e social, ele se narra mais como um jovem hippie que saiu numa busca pessoal do que como um perseguido pela violência do estado. Iria saber mais da sua trajetória na minha segunda visita à ilha, em agosto de 2010.

Naquele primeiro encontro, Rober me apresentou Miguel, um velhinho simpático com o qual conversei através dos enfeites de vidro pendurados na sua banca. Miguel mora no norte da ilha de Florianópolis, na praia Jurerê Internacional e percorre de carro a distância que o separa da Lagoa para vender sua mercadoria cada domingo. Miguel também trabalha aos sábados na feira de Santo Antônio de Lisboa, mais próxima à sua residência, e que funciona ao influxo de um turismo de caráter cultural ou histórico ao redor do patrimônio material dessa localidade. Ao dia seguinte, na segunda-feira, embarquei-me para o norte colocando em prática meus conhecimentos incipientes do sistema de transporte florianopolitano. Fui visitar Miguel, quem antes de ir morar em Florianópolis residiu trinta anos em Porto Alegre.



Imagem 22

Tanto o encontro com Miguel, quanto o segundo encontro com Rober, em agosto, me provocaram a refletir sobre as “artes de fazer” (De Certeau, 2008) enquanto formas de habitar a cidade. Ambos têm estruturada a sua vida na ilha ao redor da sua atividade de artesões. Miguel trabalha o vidro e Rober a prata.

Miguel desenvolve a sua prática artesã reciclando garrafas de vidro, que são descartadas do circuito de bares e restaurantes da cidade. Ou seja, um trabalho com sucata, para usar os termos com que Michel De Certeau trata das apropriações criativas que os oprimidos fazem, nas margens dos circuitos “hegemônicos” de produção e consumo. Com tempo, Miguel adquiriu um forno elétrico de tipo industrial, mas, de tamanho reduzido. Essa é a ferramenta que lhe permite fundir as garrafas para lhes dar

nova forma, mediante o emprego de moldes. Miguel fabrica assim diferentes enfeites, coloridos também no processo de transformação das velhas garrafas de álcool.

Ele vende nas feiras de artesanato da ilha, como a feira da Lagoa ou a de Santo Antônio de Lisboa. Se desloca de carro, sendo relativamente grande a distância entre sua casa em Jurerê, no norte, e a Lagoa, caminho ao sul da ilha. E, apesar de brincar comigo dizendo que ele é “um apossentado sem aposentadoria”, é esse trabalho astuto do artesão o que o mantém no mercado, mesmo que não através de um emprego “formal”. Ao se apresentar como apossentado, Miguel da forma à sua trajetória, que envolve trinta anos de vida na cidade de Porto Alegre. Na capital gaúcha, Miguel também tinha o seu próprio negócio. Entretanto, era uma loja estabelecida no coração do Centro, na avenida Salgado Filho. Ali ele continuou com a venda de botões, à qual ingressara na cidade de Montevideu junto aos seus irmãos, em uma loja familiar também muito bem situada no Centro comercial e administrativo da capital uruguaia. Esse passado de lojista o leva a relativizar a sua qualidade empreendedora de artesão, que ele liga ao estar em Florianópolis por escolha, como concretização do sono que construiu verão após verão, quando morando em Porto Alegre ia às praias catarinenses durante as férias familiares.



Imagem 23

Já Rober, dedicado a joalheria em prata, desenvolve outras “artes de fazer”. Para além da própria arte do trabalho do metal e das pedras, que emprega nos brincos, anéis, colares e outros enfeites que ele mesmo desenha e fabrica, Rober tem feito da sua morada, um espaço pleno de reapropriações e reempregos, na linha do trabalho com sucata. Depois de muito viajar pelo mundo, aos 52 anos ele parece decidido a permanecer em Pântano do Sul, próximo à praia de Armação, onde residem Enrique e Walter.

Para se afirmar nesse projeto, me conta, ele construiu sua própria casa e a enfeitou inventando prateleiras a partir de portas velhas de geladeira, mecanismos para abrir as portas a partir de engrenagens de bicicleta e até reinventando as torneiras e aparelhos do banheiro e da cozinha. Rober, está dessa forma em casa, habitando a cidade do alto do pequeno morro no qual levantou uma cabana de dois andares, em cujo andar superior tem a sua oficina de artesão.

Ao igual que Miguel, Rober comercializa os seus produtos nas feiras da ilha. Ele se desloca em moto. Prefere a tranquilidade solitária do seu canto em Pântano do Sul, mas, participa de redes de amizade com outros artesãos e conhecidos das feiras. Inclusive, ao comentar que eu havia visitado Miguel e conhecido a sua oficina, Rober lembra ter compartilhado com ele algum encontro de sociabilidade e lhe reconhece ser um ótimo cozinheiro de “*paella valenciana*” (Miguel é descendente de valencianos).

À diferença de Walter e Enrique, aos que encontrava no espaço do balcão da pousada ou nos bares e ruas da praia de Armação, os encontros com Miguel e Rober tiveram como cenário principal as suas casas e oficinas de artesões, razão pela qual me sirvo da imagem fotográfica para completar esta descrição. Pois na matéria por eles trabalhada revela-se a sua forma de habitar a cidade.



Imagem 24



Imagem 25



Imagem 26

Na Espanha, entrar em campo estrangeiramente familiar

Em finais de agosto de 2011 empreendia viagem para a Europa na condição de bolsista Cnpq para uma missão de estudo denominado sanduiche. Meu destino era uma cidade da costa mediterrânea catalã, Tarragona, distante uma hora e meia de trem da cosmopolita Barcelona. Pedi um visto de estudos no consulado espanhol em Porto Alegre e preparei-me a descobrir a Espanha, destino principal, junto aos Estados Unidos, da emigração uruguaia mais recente³¹.

Em Barcelona, esperava-me parte da minha família. Minha prima, o seu marido e os seus três filhos, que deixaram o Uruguai após a debacle econômica de inícios do século XXI no Rio da Prata, “a crise de 2001-2002”. Inclusive minha avó, residente no Uruguai, lá estava de visita e integrou o “comitê de boas vindas” que me recebeu no aeroporto. Ali mesmo percebi que aquilo não era precisamente a Espanha do imaginário montevideano ou riopratense, que associa Espanha aos imigrantes galegos que chegaram massivamente ao Uruguai e à Argentina na primeira metade do século XX. Naquele aeroporto, as indicações davam-se em inglês, castelhano e em uma língua que, para minha fortuna, assemelhava-se muito ora ao francês, ora ao português. Fui para a Espanha, cheguei à *Catalunya*³².

Catalunha é uma “Comunidade Autônoma” dentro do Estado espanhol, dividida em províncias e estas, por sua vez, em municípios. Entretanto, há nesse cenário um conflito à hora de falar em “nação”. Do ponto de vista “nacionalista catalão” ou “independentista catalão”,



Imagem 27

³¹ Wanda Cabella e Adela Pellegrino (s/d) apontam que entre 1996 e 2004, os maiores índices de emigração do Uruguai se registram de 2000 a 2004, em direta relação com a crise financeira que afeta o Cone Sul na virada do século. Com base em uma Enquete de Caracterização Social demandada pelo Banco Mundial em 2002, as autoras estabelecem para esse ano, que do total de emigrantes uruguaiois 33.3% tem por destino os Estados Unidos e 32.6% a Espanha. As autoras comparam a porcentagem da emigração uruguaia para esses destinos em 1982, 11.0% e 5.1% respectivamente. Como parte da crise regional, a Argentina, que em 1982 captava 49.8% desta emigração, em 2002 retém apenas 8.5% dos migrantes uruguaiois. A combinação desta conjuntura regional e a prosperidade dos países centrais, ainda não atingidos pela crise de 2008, explicaria estas transformações nas escolhas migratórias dos uruguaiois.

³² Essa é a grafia catalã para “Catalunha”. A defesa do direito à língua própria é aspecto central das disputas políticas de identidade na Catalunya.

a nação coincide com os limites da Comunidade Catalã e, para alguns, inclui algumas populações de outras comunidades que compartilham uma raiz linguística e um passado histórico comum. Do ponto de vista do Estado espanhol, a nação é a Espanha toda, englobando aí comunidades diversas, algumas das quais, como a catalã, a basca e, com menor visibilidade pública, a galega, reclamam para si o reconhecimento como nações dentro de um Estado multi ou plurinacional.



Imagem 28

Estas disputas foram muito presentes na época da minha estada em Catalunha (2011-2012), nos debates na imprensa, entre atores políticos e sociais, e em pequenos atos militantes cotidianos, como a colocação da bandeira catalã nas sacadas das casas, a insistência no uso do catalão como língua de troca nos espaços públicos.

Muitos dos meus interlocutores se mostraram favoráveis à independência, especialmente entre os que levam mais tempo de residência em Catalunha. Eu própria, depois de um ano de imersão naquele contexto, cheguei a tecer uma simpatia pela causa e fiz minha própria tentativa de aprender a língua. Esse processo parece-me informativo da “entrada” na sociedade de acolhida, pautada mais pela afetividade, pelos novos laços de amizade, que fornecem ao recém chegado uma compreensão “de perto e de dentro” das disputas simbólicas nas quais os “outros”, nativos, estão envolvidos. Assim, sem perder de vista a realidade jurídica que faz de Catalunha uma comunidade dentro do Estado espanhol, é preciso assinalar que na interlocução etnográfica muitas vezes as referências ao país de acolhida remetem para Catalunha e não para o Estado espanhol.

É necessário fazer notar que antes da emigração, Barcelona era considerada por muitos dos migrantes como uma cidade espanhola e como tal entrou nos seus projetos migratórios. Muitos dos meus interlocutores ignoravam que ao chegar à Catalunha iriam se deparar com uma língua desconhecida e para muitos, incompreensível, o catalão, e que ainda por cima a proficiência nessa língua lhes seria exigida tanto no mercado de trabalho, quanto no mundo acadêmico, além de operar como facilitador nas trocas comerciais ou no acesso à imprensa local, no atendimento nos escritórios públicos, no acesso à saúde ou na participação nas festas populares, cuja celebração tradicional constitui também um mecanismo de afirmação de identidade.

Durante a minha estada na Catalunha, assisti aos debates em volta da crise financeira na União Europeia, nos quais se inscreviam também as justificativas e as críticas dos ajustes das finanças dos Estados, e a redução das atribuições do Estado-Providência. Estes processos de “ajuste” atingem tanto a população “nativa”, quanto os estrangeiros. Entretanto, não são homogêneos para todos os grupos de população. Nem sequer são homogêneos entre os Estados da União.

Como explicita Rita Segato (2002), seguindo Wallerstein, existe uma “grande fronteira” entre os Estados nacionais “centrais” e outros relegados a uma posição periférica. Sem esquecer que os países da União Europeia situam-se do lado dos países centrais, faço recurso da conceitualização de Segato para pensar as nuances necessárias da extendida ideia da globalização como fenómeno homogeneizante. De outro lado, nos cenários europeus de pesquisa esta “grande fronteira” se expressa, precisamente, nas pessoas dos migrantes.

Se bem o alcance do poder econômico, bélico e tecnológico se “globalizou”, os exércitos e os armamentos continuam sendo nacionais, fato nada menor, pois neste “marco



Imagem 29

silencioso” é que se estabelece “uma hierarquia de nações de acordo com o grau de poder bélico, econômico e tecnológico”, em uma espécie de “hegemonia localizada”, que concentra a capacidade de direcionar, induzir e regular os trânsitos de pessoas e bens culturais nos países desenvolvidos (Segato, 2002: 111).

Como evidenciado no meu percurso etnográfico nas cidades europeias, o país, a região e o continente de origem contam. A comunidade transnacional europeia desenvolve uma política de livre circulação e igualdade de direitos para os cidadãos comunitários, mas, não para os nascidos fora da União. E entre estes, há algumas hierarquias que tornam ainda mais desigual a distribuição de direitos. No entanto, o discurso da diversidade cultural é dominante no contexto europeu.

Na Espanha, a Comunidade Autónoma de Catalunha tem sido uma das mais receptivas à imigração. Uma simples caminhada por uma pequena cidade como Sabadell, na área metropolitana de Barcelona, ou pela turística Tarragona, ao sul da capital, evidencia o convívio de pessoas de diversas origens que movimentam diariamente estas cidades. O comércio de bugigangas está dominado por migrantes

chineses, as quitandas dos paquistaneses fornecem alimentos e bebidas em horários bem mais extensos que os dos comerciantes nativos, na venda de roupas, calçados e indumentárias nas feiras de rua pode se observar as mulheres marroquinas comprando no Centro de Tarragona para revender na sua vizinhança e há um mercado aos domingos, na vizinha Bonavista, onde a mistura de nacionalidades domina entre os vendedores.

Não raro, encontrei-me em meio a conversas entre “nativos”, onde os conflitos decorrentes da crise, não são mais encarados em termos de relações entre trabalho e capital, senão que se deslocam para o terreno da diferença, quando não da discriminação, em termos de *eles, estrangeiros, outros, contra nós*³³. Assim, verifica-se um duplo movimento de celebração da diversidade étnica e cultural, e de demarcação de uma fronteira simbólica comparável à dos estabelecidos e os *outsiders* (Elias, 2001).

É o tipo de paradoxo que constata Bela Feldman-Bianco (2009), no seu estudo da incorporação de migrantes portugueses à cidade de New Bedford, nos Estados Unidos, entre a aplicação de políticas restritivas à imigração, de flexibilização e precarização do emprego e, ao mesmo tempo, a promoção de discursos de diversidade cultural. Feldman-Bianco se depara com um cenário no qual as formas de incorporação de imigrantes à cidade de New Bedford se reestruturam, à luz das transformações da economia política global, e as vinculações transnacionais são estimuladas, à luz das transformações no próprio Estado português, notadamente através do seu ingresso à União Europeia. Essas mudanças permitem à autora visualizar a capacidade dos imigrantes portugueses de manejar a nova posição de New Bedford, no declínio da sua histórica posição na indústria regional, em chave transnacional, produzindo eles mesmos “cidade”.

³³ Penso este tipo de deslocamento ideológico à luz das reflexões de Sérgio Lopes Leite (2006), quando ao tratar da “questão ambiental”, assinala as transformações na forma e na linguagem de conflitos sociais outrora tratados em termos trabalhistas, ou fundiários, por exemplo. Para Leite, isto é um resultado da incorporação de novas formas de significar as práticas relativas ao meio físico, em termos de responsabilidade global, particularmente a partir da conferência sobre meio ambiente organizada pela ONU em 1972, em Estocolmo, Suécia. Nesta linha de pensamento, sobre os discursos “globais”, penso nos discursos da diversidade como parte dos discursos de “fraternidade global” (Cf. Lins Ribeiro, 2008), e interpreto os paradoxos evidenciados na etnografia como expressivos da heterogeneidade dos processos da chamada “globalização” (Cf. Segato, 2002).

À busca de uruguaios em Catalunha

Minha entrada a Catalunha pela casa familiar aliviou todo possível estranhamento diante a sociedade que me propunha conhecer. Nas ruas da Barcelona me senti logo em seguida como em casa. A caminho para a casa dos meus primos, na cidade metropolitana de Sabadell, ofereceram-me um pequeno passeio pelo centro da Barcelona. Os prédios, as avenidas, as calçadas, as bancas de jornais, tudo me lembrava, senão a pequena Montevidéu, pelo menos a mais movimentada e povoada Buenos Aires. O contraste com as cidades brasileiras foi imediato, inclusive antes de assumir que podia abandonar o bilinguismo. Em contra da minha expectativa, longe de me lembrar à grandiosa São Paulo, aquela capital européia me remetia para as mais familiares paisagens urbanas da minha memória.

Foi o marido da minha prima, Gabriel, que iria acabar com a ilusão do fim do bilinguismo, já nas primeiras horas de permanência junto a eles. Abandonara o português por um ano, mas, entrara no universo do catalão. Gabriel insistia em que o falasse, sendo para ele ferramenta essencial para a “integração” à sociedade de acolhida. Ele me acompanhara nos meus primeiros dias em Sabadell por diversos escritórios e lojas. Ajudou-me a abrir uma conta bancária; levou-me até o escritório turístico do *Ajuntament* (a prefeitura municipal), onde comprei um mapa da cidade; contratou um serviço de telefonia celular para mim, pois na falta de documento europeu eu não podia assinar um contrato. Em todos esses eventos, Gabriel falava em catalão e oficiava de tradutor para mim. Isto não era estritamente necessário, pois, a sociedade catalã é bilingue, todo mundo fala também castelhano, especialmente nas cidades metropolitanas. Aliás, minha primeira experiência sonora de Barcelona foi a da enorme quantidade de línguas faladas por migrantes e turistas nas ruas daquela cidade. Entretanto, Gabriel continuou a insistir. Ele possui livros de estudo da língua catalã, faz questão de falá-lo na sua vida pública e afirma ser essa uma chave dourada para ser aceito, senão como um igual, ao menos como um estrangeiro que quer se tornar nativo.

Foi provavelmente essa teimosia da “integração” o que o orientou a demorar meses em me facilitar algum contato com outros uruguaios. As amizades dos meus primos, amizades de famílias com filhos nas idades dos meus sobrinhos, são basicamente cinco famílias catalãs e duas famílias argentinas. Eles mantêm contato com um uruaio, Juan, que eu conhecera um ano antes em Montevidéu, por ocasião da sua primeira tentativa de retorno ao Uruguai, e que reside em Tarragona, cidade na que eu

fui morar. Juan fora colega de Gabriel em Montevideu, em uma indústria de alumínio. Anos depois da emigração de Gabriel, Juan e outro colega daquela indústria tentaram migrar para os Estados Unidos. Ao ter o visto denegado, embarcaram para Barcelona, onde reencontraram Gabriel. Eu iria entrevistar o amigo do Juan em Tarragona tempo depois, pela sua participação na criação de uma associação de migrantes latinoamericanos naquela localidade.

Quinze dias depois da minha chegada, eu mudara para Tarragona, pouco mais de 100 Km ao sul de Barcelona. Minha prima, Mariajosé, levava-me de carro até lá na minha primeira visita, à busca de um lugar para morar e à procura do primeiro contato com a universidade que iria me acolher como visitante, *la Universitat Rovira i Virgili*. Gastei vários meses à busca de uruguaios pelas ruas de Tarragona. A estratégia de procurar o sotaque riopratense, tão eficaz nas ruas de Porto Alegre, parecia não dar resultados. Não havia em Tarragona a quantidade de “bares de uruguaios” que encontrara logo em seguida à minha chegada à capital gaúcha. Procurara na internet, com a esperança de encontrá-los em Barcelona, mas, pareciam teimar em permanecer invisíveis. Nem os meus primos, nem o seu amigo Juan, mantinham contato algum com outros uruguaios.

Em contra da expectativa construída antes da viagem, inclusive através da literatura sobre outras cidades espanholas (Cf. Moraes Mena, 2006), também não encontrava nenhuma associação de migrantes uruguaios. A que prometera ser a mais emblemática, a julgar pela sua presença na internet, a “*Asociación de Uruguayos en Catalunya*”, havia desaparecido. Os telefones de contato não existiam mais. Ninguém sabia mais dela.

Insistindo com a estratégia de “caçar” uruguaios nas ruas, encontrei uma mulher, Noelia, vendendo roupa em um mercado de rua no Centro de Tarragona. Ela havia participado, no passado, numa associação de uruguaios, na vizinha cidade de Reus. Entretanto, ela se recusou a falar sobre essa experiência e não me forneceu nenhum acesso a outros participantes daquela associação, chamada “*Termo y mate*”, também desaparecida para a época da minha chegada.

Foram meses, os primeiros da minha estância em Tarragona, propícios para observar a cidade, para comparar o seu ritmo, as suas cores e os seus odores com os que eu conhecera no Brasil, especialmente na cidade de Porto Alegre. A familiaridade com as cidades do Rio da Prata era, no entanto, mais forte na minha imaginação. Tentara

compreender a relação entre Tarragona e outras cidades, como Reus, Castelldefels ou Sabadell, e a grande Barcelona, na esteira da minha formação na antropologia urbana brasileira.

Foi momento propício também para afirmar a minha adesão à perspectiva teórico-metológica dos estudos transnacionais, sob a paciente orientação do professor Joan Josep Pujadas, da URV. E, enquanto ele me animava a pensar meu campo etnográfico portoalegrense em termos de transnacionalismo político, Gabriel, meu primo político, me apresentou finalmente um deputado catalão, nascido no Uruguai. Foi através dele que conheceria Graziella, uma mulher cujos itinerários de deslocamento se aproximam e se distinguem daqueles de Leonardo, meu primeiro interlocutor florianopolitano.

Em primeiro lugar, por terem ambos interlocutores experimentado a emigração como a experiência forçada do exílio político. Depois, por serem os dois indivíduos com os quais interagi, que haviam ido mais longe no espaço, para países como a Holanda e a Suécia, longínquos também no imaginário dos meus outros interlocutores e, poderia se dizer, de grande parte da sociedade uruguaia contemporânea. Finalmente, pois ambos me apontaram as continuidades e discontinuidades que, nas suas trajetórias biográficas, significaram os deslocamentos posteriores às experiências do exílio sueco, na cidade de Gotemburgo, no caso de Graziella, e holandês, no caso de Leonardo, quem viveu em Amsterdã e nas proximidades de Roterdã³⁴.

Entrada ao associativismo pela La Ciutadella barcelonesa: Roberto

A metáfora da cidade amuralhada, bem se presta para qualificar a entrevista com Roberto, um deputado do socialismo catalã, que me recebera na sede do parlamento, no parque da *Ciutadella*. Roberto respondeu amavelmente minhas perguntas, entretanto, não se envolveu numa interlocução duradoura e, iria saber tempo depois, manteve reserva sobre aspectos importantes da sua vida pessoal. Fora cuidadoso nas referências aos diferentes grupos e indivíduos que me apresentara, do campo social dos uruguaiois em Catalunya. Mostrou-se mais envolvido na política local do que nas disputas daquele

³⁴ Trato das trajetórias destes dois interlocutores no capítulo 3.

campo transnacional e não salientou vinculação alguma, nem pessoal nem pública, com a terra de origem.

Fora Gabriel, meu primo político, quem me facilitara o contato com Roberto. Gabriel, também envolvido com a política dos partidos locais, hesitou durante bastante tempo, ou, talvez, não considerou esse contato relevante para o meu trabalho. Seja como for, Roberto tornou-se importante chave de entrada a uma rede de redes de militantes do associativismo uruguaio em Catalunya. Isto, não apenas pelos diversos contatos que me facilitou, mas, especialmente, por ter me guiado até Graziella, quem se revelaria uma liderança importante de um setor bem específico da dita “sociedade civil” do Uruguai além fronteiras.

Ao mesmo tempo, eu já havia conseguido entrar em contato com alguns ativistas, seguindo os dados registrados junto ao governo catalão. Alguns nomes coincidiam com a lista sugerida por Roberto, o que foi muito encorajante naquela hora.

O que eu estava experimentando era uma conjuntura de dispersão do movimento associativo de migrantes no geral. Diante a crise econômica europeia e, particularmente, diante o seu impacto na sociedade espanhola, vários fatores conjugavam-se para produzir essa dispersão. De outro lado, no que diz respeito à sociedade de origem, não havia eventos que convocassem à militância transnacional, tais como eleições ou movimentos de reivindicação de direitos fora de fronteiras. Não era também época de torneios esportivos como a última Copa do Mundo de Futebol, que viera mobilizar parte da diáspora uruguaia, assim como a sociedade de dentro de fronteiras, graças a uns surpreendentes sucessos que levaram à seleção nacional até as quartas de finais depois de décadas de magros resultados ou abertos fracassos.

O que eu percebia imersa no campo catalão, era que muitos uruguaios haviam retornado ou estavam em vias de voltar para o Uruguai. Muitos estavam presos de uma cotidianidade ameaçada pelo desemprego próprio ou dos parentes próximos e amigos. Por sua vez, os estímulos que o poder local costumava dar ao associativismo étnico/migrante, estavam se reduzindo ou desaparecendo diante urgências na saúde, na educação e em outras áreas. Se havia mobilizações sociais, as mais visíveis e as que angariavam mais simpatizantes eram as que demandavam o fim dos “ajustes fiscais” que, num jogo entre o nacional e o transnacional, aplicavam-se na Espanha para manter o equilíbrio da economia europeia... ou assim se dizia.

Próxima estação: Barcelona

Se a pesquisa em Porto Alegre esteve marcada pela minha residência no bairro Cidade Baixa, vizinho do Centro, a pesquisa em Barcelona esteve marcada pela minha residência fora dessa cidade e fora da província de igual nome. As experiências etnográficas junto alguns dos meus interlocutores portoalegrenses desenvolveram-se em meio a caminhadas, no espaço do bairro, nos percursos do centro administrativo e político da cidade e do Estado, em interseção constante com os meus próprios deslocamentos cotidianos.

Já na pesquisa catalã há um outro cenário nas minhas vivências etnográficas. Este é o trem, ou melhor, a rede ferroviária, que imprime o ritmo da vida cotidiana da metrópole, onde diariamente as pessoas se deslocam a pequenas e grandes distâncias para fins de trabalho, educação e lazer, gerando uma figura social que o Professor Josep Pujadas (2012) chama de *commuters* ou viajeros pendulares. Não por acaso, ao menos duas viagens de trem se transformaram em oportunidade de ampliar minha rede de interlocutores.

Há duas empresas ferroviárias cujas redes atravessam Catalunha, os Ferrocarrís Catalães (*Ferrocarrils de la Generalitat de Catalunya* – FGC), que transitam de e para a cidade de Barcelona apenas dentro da província homônima, e a RENFE (empresa que depende do Ministério de Fomento da Espanha), que oferece conexões de longa e média distância para toda a Espanha, assim como conexões em escala provincial e metropolitana.

Indo visitar meus primos a Sabadell, embarquei um sábado pela manhã no S2, dos FGC. Sempre que podia preferia os Ferrocarris Catalães sobre a RENFE. Tentava contrastar minha própria percepção do serviço com a opinião elogiosa que personagens como Gabriel, marido da minha prima, emitiam sobre a empresa catalã, considerada mais confortável e segura, além de “nacional” ou “não-espanhola”. Nessa viagem, ao me acomodar no interior do trem observo que o homem sentado à minha frente, carrega um estojo de couro para a garrafa térmica e o chimarrão. Em meio à cidade de Barcelona havia poucas probabilidades de que não fosse um uruguaio.

Ao me identificar, ele se mostrou amável e conversamos durante a viagem. Seu nome é Miguel e naquele momento voltava de um comício de Esquerra Unida, partido

integrante da coligação Movimento por Catalunya Verde. Era o comício que encerrava a campanha para as eleições que se realizariam no seguinte final de semana (novembro de 2011), em toda a Espanha. Miguel havia participado no Uruguai da militância de base do Frente Amplio, no grupo identificado com a prancha eleitoral “1001”. Comenta assim, que sentia falta dessa atividade na sua vida atual em Catalunya. À época do nosso encontro, Miguel havia sido demitido e havia transformado essa circunstância em oportunidade de ocupar seu tempo voltando à política.

Miguel havia vivido na década de 1970 no Brasil. Entretanto havia retornado para Uruguai e não narrava sua emigração como exílio. Pintor de carros, deixara a sua oficina em Montevideu, em tempos de crise, e fora para a Espanha seguindo os passos de um dos seus filhos, em 2003. Nessa breve conversa, Miguel me provocara a refletir sobre o entrecruzamento das motivações econômicas para emigrar e o sustento de uma identidade política militante, contribuindo para reafirmar quanto são difusos os limites entre “migrantes econômicos” e “migrantes políticos”.



Imagem 30

Capítulo 3. “Por los barrios más remotos de Colombes o Amsterdam”. Percursos etnográficos e itinerários migratórios

O título deste capítulo é uma perífrase da música “*Los Olímpicos*”, de Jaime Roos (Montevideu, 1981). O refrão pergunta: “*Uruguayos, ¿dónde fueron a parar?*”³⁵ e sugere como resposta a frase citada. Ross canta sobre trabalhadores migrantes espalhados pelo mundo, sobre o seu estranhamento, e sobre as percepções dos que permaneceram no Uruguai, durante a década ditatorial de 1970.

A partir dessa época “remotas” cidades europeias, como Colombes e Amsterdã, tornam-se destino de cada vez mais uruguaios, em uma inversão dos fluxos migratórios Europa-América no processo histórico de colonização e mercantilismo e no processo de urbanização, industrialização e consolidação do capitalismo contemporâneo. Trinta anos depois, nos meus percursos etnográficos entre o Sul do Brasil e os Países Catalães, na Espanha, essa música é citada, evocada e interpretada, por muitos migrantes uruguaios.

A marca do exílio político de milhares de uruguaios, durante a década de 1970 e parte da década de 1980, subjaz essas evocações. Enquanto para a monografia de conclusão de graduação (2002 – 2004), eu delimito meu universo entre indivíduos emigrados naquelas décadas, era esperável esta marca aparecer. A escolha da Austrália como cenário de pesquisa, entretanto, procurava pôr em questão divisões excludentes ou delimitações absolutas entre a “emigração econômica” e o “exílio político”³⁶.

Após anos de política seletiva da emigração europeia (leia-se “branca”), aquele membro da *Common Wealth* abriu suas portas para a emigração latinoamericana. Precisamente em tempos nos quais os países do Cone Sul mergulhavam em processos ditatoriais que perseguiram a dissidência ou condenavam ao mutismo boa parte da população.

Nesse contexto, uruguaios e chilenos criaram laços de amizade e solidariedade em cidades como Sydney, onde a politização alcançou inclusive aos que em origem não mantinham nenhuma militância política ou social, replicando as ações de denúncia

³⁵ “Uruguayos, para onde foram?”, ou “onde vocês acabaram?”. [Trato desta música como peça da memória coletiva da diáspora uruguaia no capítulo 5.]

³⁶ Austrália constitui nas análises socio-demográficas um importante destino da “emigração econômica” uruguaia da época (Cf. Petrucelli, 1977), através de políticas públicas de estímulo à imigração, como estratégia de captação de mão de obra para sustentar o seu desenvolvimento material.

contra as ditaduras e os seus abusos contra os direitos humanos, tornando difuso o limite entre as práticas e discursos do “exílio” e a “outra” emigração.

Concluía então, depois do intercâmbio com vários uruguaios que residem ou residiram na Austrália após aqueles anos, que a crise econômica, social, política e institucional prévia e posterior ao golpe de Estado de 1973, no Uruguai, havia “expulsado” em formas diversas uma população que sem ter vivido uma perseguição direta da repressão militar ou policial, sentia sua cotidianidade ameaçada e negada sua liberdade para se desenvolver pessoal ou profissionalmente.

Muitas pessoas durante aquela pesquisa insistiam em apontar que, apesar de ter emigrado à busca de melhores salários ou condições de trabalho mais dignas, sentiam-se numa espécie de exílio político. Para estes indivíduos, o fato de não poder permanecer no seu país, de sentir que ali já não poderiam educar os seus filhos nos ideais de liberdade, igualdade e consenso social no qual eles haviam crescido³⁷, e a sensação de insegurança e medo promovida pelo próprio Estado, outrora garantia da convivência social, constituía uma forma de expulsão. Eles mesmos, também, remarcavam a diferença com a experiência dos “verdadeiros” exilados, os que saíram sob ameaça de prisão, tortura e até morte.

Anos depois, quando decido pesquisar no universo dos uruguaios do sul do Brasil estas marcas “me tomam”. Entre o esforço por direcionar o meu olhar para interlocutores mais jovens, para indivíduos que se desmarcassem das redes politizadas, da militância transnacional e das marcas do exílio, e uma busca pessoal certamente inconsciente (eu própria pertencço à geração dos “filhos da ditadura” uruguaia), começo a intuir que hoje, já deslanchado o século XXI, a chamada “diáspora uruguaia” não pode ser pensada sem referência ao que fora “o exílio uruguaio”.

Isto acontece, em parte, porque muitos exilados continuam a residir no exterior, nas mesmas localidades que os acolheram há trinta ou quarenta anos, ou em outras para as quais se deslocaram depois, conformando redes e grupos através dos quais se transmite a sua experiência de longa duração. Por outro lado, isto remete para os

³⁷ Sobre as ênfases da narração de nação promovida pelas elites intelectuais e políticas no Uruguai da primeira metade do século XX, ver Rial (1986). Sinteticamente, trata-se de um relato que constrói uma excepcionalidade do Uruguai no contexto da América Latina, baseada em altos índices de educação, o alargamento das classes médias urbanas e a estabilidade das instituições e regras do convívio democrático. A universalização de um sistema nacional de ensino público, já a partir da última década do século XIX, foi um eficaz mecanismo para a incorporação desse relato identitário, e ele tinge as interpretações dos meus interlocutores, especialmente as dos mais velhos.

labirintos do imaginário e para as formas nas quais as memórias daquele exílio continuam a operar nas experiências presentes de milhares de uruguaios pelo mundo e também no próprio país.

As marcas do exílio insinuam-se inclusive nos gestos dos governantes contemporâneos, partícipes muitos deles daquela difícil experiência coletiva, e parecem-me importantes para se interpretar determinadas políticas públicas e os discursos que as rodeiam no Uruguai contemporâneo, tensionando as continuidades entre “o adentro” e “o afora” (Diconca e De Souza, 2001; 2002; Uriarte, 2007) e a imaginação de uma comunidade (trans)nacional inclusiva³⁸.

Me debruço sobre a trajetória biográfica de uma mulher e dois homens uruguaios, que transitaram itinerários muito diversos entre o exílio (na categoria de refugiados políticos) e a emigração. Trata-se de Leonardo, residente em Florianópolis, de Graziella, residente em Barcelona, e de Roberto, que reside em Tarragona. Procuo apresentá-los através do nosso encontro nestas localidades, para o qual trago esses cenários da sua vida social e da nossa interlocução para o texto etnográfico.

Amsterdã, na Holanda, e Gotemburgo, na Suécia, são as localidades “*más remotas*” dos seus itinerários, não apenas pela distância com Uruguai, mas, pelo estranhamento cultural, linguístico, do clima e da paisagem, envolvidos nas suas experiências. Estes três indivíduos, em momentos e por motivações diferentes, continuam se deslocando em sentidos diferentes, pro México, para a Barcelona, para o Rio de Janeiro, São Paulo ou Florianópolis. Montevideú continua sendo referência imaginária à origem, nas narrativas dos meus interlocutores, seja para pensar e interpretar as experiências além-fronteiras ou as vividas na cidade natal.

Trago estas trajetórias como parte do esforço por delinear os contornos do campo social transnacional atravessado pela categoria Departamento 20, nas interseções entre o Estado uruguaio e a sociedade civil, entre as experiências e memórias coletivas e as experiências e memórias individuais.

Neste sentido, me orientam as reflexões tecidas por Gilberto Velho (1994), sobre carreira, biografia e trajetória como noções de alto valor para a compreensão das

³⁸ Trato desta complexa relação entre um “adentro” e um “afora” no capítulo 4, quando abordo a questão dos relatos oficiais de nação, no contexto das comemorações do bicentenário “da nação oriental” (2011-2013) e à luz das reivindicações de cidadania da diáspora uruguaia.

sociedades individualistas contemporâneas, sobretudo, através da sua análise relativa à noção de projeto e ao de campo de possibilidades³⁹.

Os interlocutores Leonardo, Graziella e Roberto

Quando encontro Leonardo, em 2010, na sua casa próxima à Lagoa da Conceição, na ilha de Florianópolis – SC, eu não estava à procura da sua experiência holandesa, como exilado político. Entretanto, essa marca aparecia uma e outra vez na sua narrativa biográfica. Quase quarenta anos depois da sua saída do Uruguai, ele relata sua vida no Brasil como uma continuidade das redes e práticas que desenvolvera tanto na sua juventude montevideana, quanto no seu exílio holandês. Essa continuidade se delinha através dos seus percursos profissionais, imbricados numa militância social junto a grupos urbanos de baixa renda no Brasil e o movimento cooperativista de construção de moradias no Uruguai.

Nas “remotas” Amsterdã e Roterdã, em plena experiência de exílio, Leonardo reatara sua vocação de urbanista, antigas amizades da faculdade de arquitetura de Uruguai e novos laços com colegas e parceiros latinoamericanos, no contexto institucional holandês. Estes laços se continuam até hoje, numa verdadeira superposição de redes sociais transnacionais, cuja contemporaneidade não pode ser pensada sem referência àquela experiência marcada pela impossibilidade do retorno a casa.

Conheci Graziella, em 2012, em Barcelona. Nesta ocasião eu insistia em ouvir a sua experiência no movimento associativo de uruguayos naquela localidade catalã. Com efeito, Graziella se tornara uma importante chave de acesso a uma parte, poderia se dizer “hegemônica”, desse movimento. Passamos duas jornadas na sala da sua casa, onde ela me recebera com enorme paciência e amabilidade, a cavocar nas suas memórias. O presente não chegava mais, o passado, e nele a experiência do exílio na cidade sueca de Gotemburgo e o encontro com outros exilados ao se mudar para Barcelona, também teimava a emergir.

Essas experiências colocam estes interlocutores nas suas posições atuais, com seus olhares peculiares e as suas formas de viver as práticas transnacionais que hoje desenvolvem. No caso de Graziella, esta marca se percebe na militância “migrante”, ou

³⁹ Para uma abordagem metodológica dos diversos formatos através dos quais a biografia e a memória têm se incorporado à pesquisa antropológica e de outras ciências sociais, ver Pujadas (2000).

“étnica” do ponto de vista da sociedade de acolhida, junto a outros uruguaiois residentes na Espanha. Primeiro relativo à defesa dos direitos humanos e “a luta contra a ditadura”. Atualmente, vinculada à reivindicação do direito a voto dos uruguaiois residentes no exterior.

Já Leonardo, não participa ativamente da militância política da diáspora. Entretanto, está inserido em uma densa rede de relações através de fronteiras, especialmente com outros colegas arquitetos, residentes tanto no Uruguai, quanto na Holanda, ou em outros países da América Latina além do próprio Brasil, onde Leonardo trabalhara até pouco tempo antes da minha chegada a Florianópolis.

Por sua vez, o encontro com Roberto, o mais jovem dos três, na cidade catalã de Tarragona, me colocara diante uma série de espelhos e contrastes com as experiências de Leonardo e Graziella. Roberto, que tem ao redor de cinquenta anos, emigrou “voluntariamente” para a Suécia, já nas vésperas da década de 1980. Lá ele tinha um irmão, acolhido como refugiado político pela sua militância no Uruguai.

A juventude de Roberto, fez com que chegasse “atrasado” para o exílio. O seu envolvimento político reduzia-se à participação do sindicato dos estudantes no colégio secundário público em Montevideu e, apesar de tentar obter a qualidade de refugiado, acabou emigrando para o México, pois, com a mesma firmeza com que a Suécia acolheu os “verdadeiros” perseguidos das ditaduras latinoamericanas, iria madá-lo embora para o Uruguai, ainda imerso no clima repressivo (e depressivo, especialmente para um jovem cheio de inquietações) e na crise econômica.

Leonardo, a arquitetura e as cidades. Projeto, trajetória e memória⁴⁰

Leonardo e sua esposa, Ana, foram os meus primeiros interlocutores na ilha catarinense de Florianópolis, em março e em agosto de 2010. Mantive vários encontros com eles, na sua casa de Rio Tavares, próximo a Lagoa da Conceição. Além de colaborar com a minha chegada à ilha, eles me apresentaram Enrique, Alicia e Ruben,

⁴⁰ Saliento aqui as afirmações de Gilberto Velho (1994) sobre o papel do delineamento de projetos específicos para a consistência das trajetórias dos indivíduos, assim como as contingências sociais nas quais esses projetos se desenvolvem, as mudanças que sofrem ao longo do tempo e o papel da memória, à hora de evocar esse trajetória, para se interpretar aqueles projetos.

além de me encaminhar para a feira de artesanatos no Centro da Lagoa, o que significou o acesso a outros interlocutores e a descoberta de outras localidades.

Ao conhecê-los, Ana e Leonardo encontravam-se no processo de afastamento da atividade profissional, já por volta dos 70 anos. As inúmeras conversas com eles mantidas me forneceram rica informação sobre suas trajetórias, em particular a de Leonardo, mais relativa a outras cidades brasileiras ou do mundo, que à própria Florianópolis.

Não raro, em nossas interlocuções, Leonardo foi provocado por mim a falar a partir do seu lugar de arquiteto urbanista, pois eu insisti no meu interesse pela cidade, como cenário da vida social dos meus interlocutores e como paisagem das suas memórias. No caso de Leonardo, sua trajetória profissional é uma forte marca da sua incorporação às localidades urbanas onde morou, dentro e fora do Uruguai.

Leonardo é formado em arquitetura pela *Universidad de la República* (Udelar) do Uruguai. Seu pai também era arquiteto, enquanto sua mãe era dona de casa. Já os seus avôs eram os dois alfaiates e, pelo menos um deles de origem italiana; enquanto as avós eram donas de casa. Na sua casa eram seis irmãos, ele é o mais novos dos quatro homens, as duas mulheres são as caçulas. Como as avós e a mãe, as irmãs de Leonardo não fizeram estudos universitários. Já os homens estudaram carreiras universitárias. Um deles é médico; outro, já falecido, era contador; o mais velho, conta Leonardo, jogava futebol e fez um ano de notariado, mas dedicou-se a trabalhar junto ao pai, na sua empresa construtora.

Assim, Leonardo é o único filho que continuou a profissão do seu pai, uma espécie de “guardião da memória” familiar, nesse sentido. Eu estava tentando imaginar uma família montevideana, com seis filhos, residente no bairro *El Prado*, na Avenida Agraciada com a rua Enrique Turini, uma esquina que apesar das transformações da cidade nos últimos 70 anos, ainda hoje é expressiva da forma de fazer cidade que dominava naquele espaço montevideano, durante a infância e a juventude de Leonardo.

Ele estava tentando lembrar comigo as cenas de família, relativas ao que ele é hoje, ou melhor, a como ele se pensa, se imagina, se narra. Foi assim que ao perguntar



Imagem 31

pela casa de origem, pelo colégio e a escola média, pelas ocupações dos pais e dos irmãos, Leonardo lembra que ele alcançou a trabalhar como arquiteto, junto ao pai, nos anos prévios à aposentadoria daquele. Ele o acompanhava pelo interior do Uruguai, visitando as obras de construção que o pai dirigia.

Na sociedade montevideana das décadas de 1940 e 1950, uma família numerosa, um pai profissional, uma mãe dona de casa, uma educação... católica? Leonardo fora a escola primária no colégio *San José de la Misericordia*, distante uns poucos quarteirões da sua casa, na rua *Zufriategui* com a *Avenida Agraciada*. A educação média a cursara no colégio *Sagrada Familia*, também católico. Isto pode significar mais um investimento para o futuro profissional, tanto em conhecimento, quanto em capital social, do que uma adesão religiosa.

A poucos quilômetros de *El Prado*, em um bairro operário emblemático da memória coletiva montevideana, na mesma época, cresceram meu pai e meu tio, filhos de dois migrantes rurais na aventura da vida urbana da capital. Eles também educados em colégio católico e meu tio, cujo projeto de ser arquiteto formado fora rapidamente abandonado antes de entrar à universidade, fora ao mesmo segundo grau ao que fora Leonardo, “*el Sagrada Familia*”, na atual *Avenida Del Libertador* (então *Agraciada*). Leonardo completara a formação pré-universitária no âmbito da educação pública, no *Instituto Alfredo Vázquez Acevedo*, conhecido como “*el IAVA*”.

O colégio “*Sagrada Família*” era frequentado pelos filhos das famílias que podiam pagar a mensalidade, certamente o caso de Leonardo, ou pelos estudantes mais pobres que podiam provar um alto desempenho acadêmico, a aposta da minha avó no meu tio. As redes sociais que se teciam no seio dessa comunidade escolar, podiam tanto reforçar os vínculos entre membros de famílias mais abastadas, quanto abrir o leque de possibilidades para membros de grupos menos favorecidos que, por meio do trabalho, investiam na educação dos filhos como forma de ascensão social. Isto, em uma sociedade dominada, segundo diversos analistas, por uma “cultura” ou “ideologia” das classes médias, como lugar social imaginário de convivência entre grupos desiguais⁴¹.

⁴¹ Vale salientar a recorrência nas falas dos mais diversos interlocutores do meu campo etnográfico de diversas enunciações desta forma de construção de nação. O historiador uruguaio Gerardo Caetano (1992) aponta para o fato da narração de nação, dominante no Uruguai do século XX, ter como eixo a comunidade política dos cidadãos eleitores organizados em volta do reduzido campo dos partidos políticos (apenas dois até 1971). Já Juan Rial (1986), fala no “Uruguay de las medianías”, em referência ao alargamento de um *habitus* de classes médias urbanas para além da pertença a estes grupos, segundo índices “objetivos”, como a ocupação, o nível de ingressos ou o nível de instrução dos chefes de família.

Entretanto, Leonardo não problematiza a posição social da sua família na sociedade montevideana. Sou eu que destaco este aspecto do contexto biográfico do meu interlocutor, pois me parece expressivo do valor dado à educação naquela sociedade.



Imagem 32

O que emerge nas falas dos meus interlocutores são reverberações dos sentidos construídos nesse contexto. Quando converso com homens e mulheres de menos de 40 anos, aqueles sentidos ecoam diferente, mais como fantasmas da memória de pais e avôs, do que como lembranças próprias. Entretanto, o chamado “mito do Uruguai culto” (Rial, 1986), exhibe certa eficácia.

O próprio Leonardo reflete, durante minha segunda visita à ilha:

También hay una cosa en Uruguay, que es la... la salida de... de profesionales, ¿viste? Porque Uruguay genera una cantidad de profesionales brutal, que el país no los... no los absorbe y salen, ¿viste? Y salen y se dan muy bien por ahí. Comprobando que la Universidad de la República en nuestra época era... muy buena, muy buena.

Entrevista de 26 de agosto de 2010, Florianópolis

A marca geracional é colocada ao dizer “en nuestra época”. Esta não é uma marca cronológica, é um sinal de pertença, que Leonardo evoca com orgulho e com carinho, a pertença a uma “geração”, que aqui é o equivalente de “turma”, a dos formandos com os quais compartilhou as aulas e as experiências da extensão universitária. No caso de Leonardo, o reencontro com uns quantos colegas dessa turma, tanto no exílio na Holanda, quanto nas cidades brasileiras nas quais residira depois, e a manutenção de trocas profissionais a partir destes encontros, reafirmam a importância desse capital cultural de origem para a incorporação “bem sucedida” nos diferentes destinos migratórios.

Ao mesmo tempo, essas palavras expressam a pertença a um tempo singular da sociedade e da nação uruguaia. Esse tempo vivido no Uruguai das décadas de 1960 e 1970 é um tempo marcado pela agitação política e social. Entre o crescente mal estar social, à crítica e o questionamento dava lugar à dissidência política e à mobilização social. Em um contexto de ajuste repressivo por parte do Estado, enmarcado pela Guerra Fria e a doutrina da “segurança nacional”, no Uruguai a dissidência chegou a adotar a forma de movimentos de guerrilha urbana.

Leonardo pertence à geração dos jovens militantes que protagonizaram essa efervescência e que, mesmo tendo mínimo envolvimento com os movimentos de esquerda ou com a luta armada, vivenciaram o medo geral e as ameaças concretas da repressão estatal. O exílio fora o desfecho dessas vivências de juventude para muitos uruguaios. Tal o caso de Leonardo e de Graziella.

O exílio holandês de Leonardo

Leonardo partira para o exílio por causa do seu envolvimento em um dos muitos grupos de esquerda, objeto de perseguição pelos ditadores no poder no Uruguai, após 1973. Como fica expresso em muitas das trajetórias de uruguaios que saíram do país nessa época, o grau do envolvimento militante e do risco para a vida ou a liberdade é muito variável de indivíduo a indivíduo. Inclusive, não há como dimensionar esse risco de modo objetivo, sendo a percepção do risco um desencadeante da emigração, muitas pessoas conseguiram sair legalmente do Uruguai, evitando o aumento dessa percepção de risco. Outras, entretanto, foram expulsas depois de serem presas pelas autoridades militares ou saíram com passaportes falsos por serem buscados pelas forças repressoras.

Leonardo era membro do GAU (Grupos de Ação Unificadora) já em 1970, quando estudava arquitetura em Montevideu. O GAU é um dos muitos grupos que deram origem, em 1971, à coligação de partidos *Frente Amplio*, e depois se dissolveram, reagrupando-se os seus membros, num processo que continua com o *Frente Amplio* na legalidade, após a reabertura democrática de 1985.

Leonardo decide sair do Uruguai depois de que os militares foram buscá-lo na sua casa, em uma cooperativa de moradia onde residia ele e um dos seus irmãos, “COVIN 3”. A mobilização em volta do cooperativismo por moradia é narrada por ele como aspecto fundacional (inaugural) da sua trajetória profissional. O cooperativismo por moradia no



Imagem 33

Uruguai da juventude de Leonardo é um movimento social, que se torna ator da “sociedade política” (Chatterjee, 2008) uruguiaia ao longo das últimas décadas do século XX. A luta por obter dos governos de turno uma política pública de moradia para

trabalhadores urbanos de baixa e média renda, envolveu esta população, instituições como a Faculdade de Arquitetura da Universidade da República e técnicos como Leonardo. Morar em uma cooperativa de moradia é também uma opção ideológica, além duma estratégia prática, de determinados grupos urbanos da época. É princípio fundante deste movimento a autogestão e construção pelo sistema de “ajuda mútua”⁴².

Ele escapou de ser detido porque não estava em casa, e relata que ali o esperaram vários dias os militares. Sendo um perseguido político, saiu por terra para o Brasil, sem declarar a saída. Foi ao encontro de outro arquiteto uruguaio, residente em Camboriu. Foi em finais de 1977. Aquele colega, que continua a residir no estado de Santa Catarina, onde trabalha no governo estadual, fora quem lhe aconselhara se apresentar no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), iniciando assim o caminho que levara Leonardo até Holanda, na qualidade de refugiado político.

Um lugar para morar: Rio de Janeiro – São Paulo – Florianópolis...

Já em 1982, é alentado por outros colegas uruguaios que lá encontrara a se apresentar no Consulado uruguaio para pedir seu passaporte uruguaio. Com poucas esperanças, pelo fato de ter saído como perseguido político, fez o pedido. Ao obter o passaporte começa o seu projeto de retorno. No entanto, não havendo ainda caído a ditadura no Uruguai, ele permanecera no Brasil.

Nessa ponte entre Amsterdã e Montevidéu, Leonardo conhecera e casara com Ana, modificando o seu projeto de retorno e multiplicando, com a criação de uma segunda família, as localidades pelas que se espalha sua rede de parentesco. Enquanto os filhos do seu primeiro matrimônio haviam retornado da Holanda e residiam com a mãe em Montevidéu, nasceriam os filhos brasileiros de Leonardo e, no sucessivo, diversos cruzamentos iriam a acontecer entre parentes e através de localidades.

⁴² Os projetos de construção são coletivos, todos os sujeitos envolvidos devem trabalhar nas obras, em sistema de mutirão, e só no final do processo são distribuídas as casas entre os participantes.

Leonardo tinha três filhos, do seu primeiro matrimônio, com uma uruguaia. Residem no Uruguai e já têm suas próprias famílias. Todos os três têm estudos terciários, a filha é professora de matemáticas, um filho é biólogo e ator, e o outro tentou a carreira de arquitetura, mas, brinca Leonardo, “*no aguantó la fama del padre*”. Ao menos, dois deles



Imagem 34

residem na área metropolitana de Montevidéu, nas praias *Médanos de Solymar* e *La Floresta*, este último, balneário de veraneio da família de origem de Leonardo. Estas áreas têm acelerado seus processos de urbanização nas últimas décadas do século XX e são escolhidas por grupos de camadas médias à busca de um estilo de vida menos agitado que o da capital⁴³. Estes dois filhos de Leonardo, por exemplo, estão vinculados a práticas alternativas, relativamente raras no Uruguai, como o culto do Santo Daime.

Ao casar com Ana, nasceram os dois filhos brasileiros de Leonardo. Um deles é engenheiro ambiental e já morou no México, residindo atualmente na Espanha; o outro, professor de Educação Física, reside no Rio de Janeiro. Nenhum deles adquiriu a nacionalidade uruguaia e, como parte das estratégias possíveis de muitas famílias de uruguaios, Leonardo está tramitando a nacionalidade italiana para eles, através do seu próprio direito por *jus sanguinis*.

A permanência no Brasil, a princípio no Rio de Janeiro, significava um encurtamento da distância com o país de origem. Assim o narra Leonardo nas nossas primeiras conversas, com voz pausada, que se perde nos finais das frases como se ele ficasse conversando interiormente, revisando as suas lembranças e costurando explicações retrospectivas.

⁴³ Como problematiza o grupo de pesquisa em Teoria do Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Udelar, a partir da década de 1960 essa aceleração foi provocada pelas estratégias das famílias montevideanas afetadas pela crise de emprego e a queda dos salários à época. Aqueles núcleos familiares que tinham uma segunda residência de veraneio nestas áreas ao leste de Montevidéu, a transformaram na residência principal, reduzindo custos de aluguel ou vendendo a casa na capital. Ao mesmo tempo, a falta de regulação municipal e de infraestrutura e serviços urbanos contribuíram para uma especulação imobiliária que se beneficiou primeiro da mencionada crise e, já na década de 1990 de um consumo seletivo de grupos com poder aquisitivo à busca, por exemplo, de moradias fechadas e com segurança privatizada, à contramão dos usos tradicionais do espaço público urbano no Uruguai. Cf. ITU-Farqu-Udelar (2000).

Uma hora ele parece reavaliar aquele projeto de aproximação ao país de origem. Embora Rio de Janeiro é bem mais próximo de Montevideu que Amsterdã, ainda é longe. As passagens aéreas eram custosas, uma viagem terrestre implica mais de um dia de deslocamento e ele, e a sua família no Uruguai, ainda consideravam arriscado o seu ingresso ao país. Essas considerações aparecem quando evoca a morte da sua mãe e a impossibilidade de voltar a Montevideu nesse momento. Enquanto a morte do seu pai aconteceu durante o seu exílio holandês, a morte da mãe aconteceu quando Leonardo já morava em São Paulo. Ele se lamenta, ao lembrar, que ela estava se preparando para ir visitá-la quando lhe diagnosticaram uma grave doença, e ele, a pesar da proximidade geográfica, não pôde acompanhá-la nos seus últimos momentos... então conclui: “Guardo de ella un recuerdo vivo, como dice Neruda. Guardo un recuerdo vivo”⁴⁴.

Às possibilidades com as quais contava Leonardo à sua chegada ao Brasil, acrescentaram-se as que a aliança com Ana lhe forneceu. Estas novas possibilidades podem ser pensadas em termos de capital social (Bourdieu). Sendo ela nativa da cidade, trabalhando ali havia um tempo e pertencendo às camadas médias intelectualizadas do Rio, ela veio potencializar o capital social que o próprio Leonardo possuía.

Com efeito, já antes de partir do Uruguai, Leonardo participava de uma rede profissional e de amizade que começava se dispersar pelo mundo. Escolheu Brasil como primeiro destino, pois ali poderia contatar um antigo colega, que o ajudaria a se inserir naquele país, ativando outros arquitetos conterrâneos já residentes no Brasil. Atualmente, resenha Leonardo, aquele colega trabalha na Direção de Cidades do estado de Santa Catarina.

Refletindo juntos sobre a incorporação em espaços de poder de vários profissionais uruguaios da diáspora, Leonardo aponta:

Yo por ejemplo fui consultor del Ministerio de las Ciudades. (...) Estuve en dos gobiernos de San Pablo, ¿no? En el municipal y en el estadual. Esteh... no, hay cantidad de gente, ¿viste? Este... Brena y Carlevaro son tipos reconocidísimos acá, ¿viste? Ya en San Pablo, ya estaban trabajando en San Pablo cuando se vinieron pa' acá. Ganaron el concurso acá y se vinieron para acá. Ya habían salido de Uruguay. No sé cómo fue la salida de ellos.

Entrevista de 26 de agosto de 2010, Florianópolis

Precisamente, Brena y Carlevaro são os arquitetos que desenharam o atual terminal rodoviário de Florianópolis. O seu projeto fora vencedor do concurso ao que

⁴⁴ “Guardo uma lembrança viva, como fala Neruda. Guardo uma lembrança viva.”

Leonardo alude na fala acima citada, na qual fica evidenciado também o trânsito destes profissionais dentro do Brasil.

Se, como propõe Bela Feldman-Bianco (2009), determinados grupos de migrantes exibem uma peculiar capacidade de “produzir”, ou influir na configuração das cidades de destino, este é o caso destas redes de arquitetos uruguaios no Brasil e além Brasil. Pois, assim como o expressa Leonardo, eles tem conseguido ao longo dos anos se incorporar não apenas ao mercado de trabalho privatizado, mas, também, na construção pública de cidade. E, por sua vez, em conexão com outros conterrâneos “produtores de cidade” ao longo do planeta.

Assim, Leonardo nunca perdeu contato com os colegas amigos que ficaram no Uruguai. Ao narrar esses laços fica expressa a imbricação das relações pessoais com os contatos profissionais:

Bueno, tengo dos tipos de vinculaciones, una más con los compañeros de trabajo, los arquitectos...

(...) Amigos y compañeros de trabajo, que lo cultivo eso, así, siempre que voy... Al principio hacía unas reuniones enormes, ¿viste?, iba una cantidad de gente, gente de la facultad, gente...

(...) Arreglábamos por correo antes. Después se fue reduciendo eso. Y yo me veo mucho con tres o cuatro compañeros de laburo, no sólo arquitectos. Un... un asistente social que se murió, extraordinario, Coco Salgueiro. No... nos reuníamos...

Entrevista de 26 de agosto de 2010, Florianópolis

Acrescentara aos conhecimentos da juventude no Uruguai os que fez na Holanda e depois no Brasil. E tem integrado sua experiência de juventude no Uruguai à sua trajetória posterior, através de práticas diversas, que podem se interpretar como “mediações” entre mundos socioculturais transfronteirizos:

(...) Y después una cosa muy fuerte que fue, cuando yo traigo la idea... la idea de las cooperativas para San Pablo, para Brasil, empiezo a hacer un puente con... con el movimiento brasilero con la FUCVAM.

(...) entonces, yo voy regularmente a Uruguay con ellos, inclusive...

(...) Con el movimiento de vivienda brasilero y también con técnicos y voy... hago... después yo me vinculo al Centro Cooperativista... Cooperativo Sueco, en el cual trabaja un ex secretario de la FUCVAM, que me empieza a accionar para... para algunos proyectos y para algunas cosas.

Entrevista de 26 de agosto de 2010, Florianópolis

Penso, seguindo Gilberto Velho, nos mediadores como indivíduos cujos trânsitos sociais lhes permitem “lidar com vários códigos e viver diferentes papéis sociais, num processo de metamorfose”, implementando de modo sistemático práticas dessas diversas esferas de pertença (2001. 25).

Embora Velho trate de trânsitos dentro de um mesmo espaço nacional, a sua proposição evidencia a qualidade do indivíduo moderno, exposto a uma pluralidade de espaços sociais, o que é capitalizado pelos ditos “mediadores”, para produzir conexões, transformações e deslocamentos de fronteiras simbólicas.

Caso paradigmático de mediação, é para Gilberto Velho o político, que desenvolve um projeto explícito, consciente, de conexão de mundos, visando transformações específicas. Em formas diferentes, penso em Leonardo, e também em Graziella, como mediadores, não envolvidos na política partidária, ou não diretamente na atualidade, mas, em negociações da “sociedade política”⁴⁵.

Com efeito, Leonardo combina o que no Uruguai fora parte do ativismo social, no movimento cooperativo, com as práticas de gestão de população contemporâneas, em vias de consolidação no Brasil, à sua chegada. Ele transmite o *savoir faire* cooperativista para o campo da política municipal primeiro, e nacional depois, em um contexto de crescimento eleitoral da esquerda brasileira, notadamente do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir da década de 1990.

Em consonância com as ideias de redistribuição da riqueza e de redução das desigualdades sociais, emblemas deste partido, a filosofia que sustenta o movimento cooperativo vem ao encontro das novas políticas urbanas voltadas aos grupos sociais mais desprovidos. Nessa interseção, Leonardo e sua esposa se inserem através da criação de uma ONG, voltada para a assessoria em construção de moradia para pobres urbanos, o que não apenas é um empreendimento laboral, senão, também, uma extensão de suas experiências passadas de militância social. Leonardo em tanto arquiteto e Ana enquanto trabalhadora social, se colocam assim no papel de mediadores entre o governo e os governados, nas circunstâncias específicas da sociedade política à época de crescimento da esquerda no Brasil.

Nesse processo, Leonardo reinventa os laços profissionais e de amizade cultivados no Uruguai e na Holanda. Organiza visitas ao Uruguai, para apresentar a

⁴⁵ Partha Chatterjee (2008), trata da “política dos governados”, em tempos em que as noções e instrumentos da “gubernamentalidade” têm substituído às (modernas) noções de soberania. A sociedade política seria o espaço de encontro e negociação no qual os governados, através de construções de identidade que tornam grupos minoritários em “comunidades morais”, lutam por políticas particulares de reconhecimento e direitos, evidenciando a heterogeneidade obliterada nas construções hegemônicas de nação. Tal o caso dos pobres urbanos, na luta por moradia ou outros direitos à cidade, ou mesmo os migrantes, à procura de direitos de cidadania diante as exclusões simultâneas às que ficam expostos tanto por parte dos Estados de origem, quanto dos de acolhida, nas circunstâncias de deslocamento.

Federação Uruguaia de Moradia por Ajuda Mútua (FUCVAM, em espanhol) aos seus parceiros no Brasil. Obtém apoio financeiro da Holanda para publicação de livro sobre as peculiares experiências de gestão de moradia para camadas populares no Uruguai e no Brasil⁴⁶, realiza trabalho para o Estado paraguaio através de vínculo com um cooperativista uruguaio residente em Suécia, onde trabalha em uma ONG que apoia projetos de cooperação com a América Latina.

Graziella

Já Graziella, minha interlocutora em Barcelona, atua como mediadora, mas não através da sua atividade profissional, senão através da sua identidade de migrante uruguaia. A sua trajetória de militância no Uruguai e sua vivência do exílio, a colocaram no caminho desta mediação. Através de sua ativa participação da *Casa del Uruguay*, fundada em Barcelona à época da sua chegada a Catalunha, em finais da década de 1970, desenvolvera uma militância “cultural”, nunca desvinculada da denúncia das violações dos direitos humanos na ditadura uruguaia. Era princípio de ação da Casa, a promoção da cultura uruguaia em terras catalãs, assim como a facilitação do acesso à cultura catalã para os migrantes uruguaios. Entretanto, e ao igual que muitas associações de migrantes latinoamericanos da época, a “promoção cultural” e a afirmação da identidade de origem, era muitas vezes veículo de trocas com a sociedade de acolhida, e com outros conterrâneos, na tarefa de angariar apoios para a causa da defesa dos direitos humanos (Cf. Lolicato, 2011).

Já na época da reabertura democrática no Uruguai (1983-1985), Graziella trabalhara ativamente na intermediação entre os exilados, o Estado espanhol, o Estado uruguaio, o ACNUR e outros agentes envolvidos nos programas de repatriação e retorno para o Uruguai. Depois de ter tentado ela mesma o retorno ao Uruguai, voltou para Catalunha e, em tempos de “Departamento 20”, retomou a militância como migrante uruguaia, agora como membro do Conselho Consultivo de Uruguaio de

⁴⁶ Mais uma vez, é preciso salientar a falta de equivalência entre a estrutura de classes no Uruguai e no Brasil. No Brasil, “popular” pode se entender como sinônimo de “pobre” ou de população de baixa renda. No Uruguai, essa categoria pode ficar englobada por uma construção alargada de “classe média”, definindo mais um *ethos*, do que uma posição objetiva na distribuição de renda. Com efeito, ao menos à época do seu surgimento, o movimento cooperativo não é um movimento de pobres urbanos, embora os seus participantes pudessem cultivar uma “identidade popular”.

Catalunya, após a sua criação. Como tal, a conheci eu, graças a Roberto, o “deputado uruguaio” do Partido Socialista Catalão.

Eu tomara contato com a trajetória de Graziella, membro do Conselho Consultivo de Uruguaios de Catalunya (CCU-CAT), através de duas longas entrevistas que realizara na sua casa, nas proximidades do Parque Güel, um dos maiores pontos de atração do turismo mundial na cidade de Barcelona, em inícios de abril de 2012.

Graziella, atualmente aposentada, dedica tempo a narrar e exibe grande capacidade reflexiva sobre à sua experiência junto a outros migrantes. Eu a provoquei a falar sobre o Conselho Consultivo de Uruguaios de Catalunha. Ela traçou o seu percurso junto a outros conterrâneos em diversas experiências coletivas de militância, enfatizando minha percepção sobre a importância da experiência acumulada pelos exilados de décadas passadas, nas configurações do associativismo atual.

Ela marchou para o exílio na Suécia em 1973, com dois filhos pequenos. Haviam saído do Uruguai no ano anterior, com destino ao Chile, onde permaneceram até o golpe de Estado que derrubara o governo de Salvador Allende. Dali saíram sob proteção do ACNUR. Este deslocamento duplo, primeiro dentro do Cone Sul e depois para a Europa, fora realizado por muitos exilados, não apenas uruguaios, devido à sucessão de golpes ditatoriais acontecida na região. Assim, muitos uruguaios que saíram do Uruguai para a Argentina ou para o Chile em 1972 e 1973, tiveram que reemigrar por segunda vez.

Na Suécia, ao igual que a experiência vivida por Leonardo na Holanda, Graziella encontrou grande solidariedade em redes locais de simpatizantes com a mobilização de esquerdas latinoamericana. Entretanto, o estranhamento foi grande, a começar pela língua e pelo estilo de vida. Esse estranhamento que os migrantes ou os exilados colocam na “cultura” do outro, põe de relevo a própria falta de laços de parentes e de amigos nas novas cidades de residência. Para os exilados, o encontro com outros exilados, inclusive de outros países, operara como alívio do isolamento do recém chegado. Tanto Graziella, quanto Roberto, o migrante mais novo que permanecera apenas um ano em Gotemburgo, referem a proximidade entre uruguaios e chilenos naquela cidade durante o exílio⁴⁷.

⁴⁷ O itinerário de Graziella é informativo de algumas circunstâncias que contribuíram à conformação de redes de uruguaios e chilenos no exílio. Além da política de acolhida que, como a própria Graziella aponta, favorecia a residência dos recém chegados nos mesmos espaços da cidade, muitos destes indivíduos chegaram à Suécia procedentes do Chile, da onde saíram sob proteção do ACNUR após o

Graziella reafirmara um relato que ouvira em Porto Alegre junto aos antigos militantes comunistas, Luis Carlos e Graciela, hoje membros do CCU-POA. Trata-se de uma periodização do exílio uruguaio diretamente relacionada com a perseguição diferenciada, por parte do aparato repressor da ditadura e da pré-ditadura, aos movimentos políticos de esquerda que na época multiplicaram-se no Uruguai, incluídos os movimentos armados.

Entre estes últimos encontrava-se o grupo dos “*Tupamaros*”, conhecido depois como MLN, Movimento de Liberação Nacional, ao qual Graziella pertencia. Estes grupos, provavelmente pela modalidade de ação direta, foram reprimidos e praticamente desarticulados inclusive antes do golpe de Estado de fevereiro e depois de junho de 1973. Graziella narra esses tempos do ponto de vista do exílio na Suécia, através dos diferentes “tipos” de exilado que iam chegando:

(...) primero vino toda la oleada del MLN... primero salió la oleada del MLN, de la primera andanada, digamos. Antes del golpe, estrictamente...

(...) que fue a partir del 14 de abril, cuando mataron a los del escuadrón de la muerte y a partir de ahí que se desató la represión masiva contra el MLN. Cuando cayó toda la dirección y todo eso. Después, eh... siguió la del MLN eh de, y de otros que estaban, digamos, en la lucha directa después del, del golpe. Eh, febrero y después... Y después, a partir del '75 fue que vinieron los del Partido Comunista, que fue cuando empezaron a reprimir más duramente a la gente del Partido. Y después fueron llegando casi más... sobre todo, llegaban los que iban siendo liberados. Gente que podía salir [da prisão], que algunos salían expulsados, por ejemplo, extranjeros, es decir... de gente que no era uruguaya pero “uruguayizada”, que no tenía nacionalidad uruguaya y entonces en vez de tenerlos y mantenerlos allí los expulsaban.

Entrevista 2 de abril 2012, Barcelona

Graziella brinca comigo, os exilados uruguaios iam chegando “por ideologias”, e apresenta a descrição referida, no contexto da explicitação da reconfiguração das redes de militantes nas diferentes localidades do exílio. Ao enfatizar nessas evocações a grande capacidade organizativa, ela vai tecendo a relação com os desenvolvimentos associativos posteriores aos primeiros anos do exílio, e inclusive atuais. “En el exterior siempre hubo organización política”, enuncia.

E evoca sua própria experiência, junto aos uruguaios com os quais permanecera temporariamente refugiada na Embaixada de Cuba em Santiago do Chile, imediatamente após o golpe de Estado. Eles tomaram conta da organização das tarefas

golpe de Estado de 11 de setembro de 1973. Graziella e outros uruguaios encontravam-se exilados no Chile quando o golpe acontecera, colocando-os em uma nova situação de risco, devido à coordenação dos aparatos de repressão através do Cone Sul.

cotidianas, do cuidado das crianças, disse. À chegada a Suécia relata uma vivência semelhante, durante o período de residência nos centros de acolhida destinados aos refugiados, e já instalada na cidade sueca de Gotemburgo, relata, a organização foi também estratégia de “supervivência”:

Y luego, nosotros fuimos a Gotemburgo y ahí, pues aparte de seguir reuniéndonos, pues nos empezamos a... a aglutinar alrededor de, de cuestiones políticas, de cuestiones, es decir, incluso como de... de supervivencia frente a un medio que nosotros sentíamos... raro y los demás nos sentirían raros a nosotros también (ríe) ¿no?

Entrevista 2 de abril 2012, Barcelona

Certamente, a troca de informações, em tempos sem internet, e as práticas de denúncia da violência estatal no país de origem, eram parte importante desta vida coletiva. Entretanto, como aponta Graziella, o lazer e a sociabilidade eram também fundamentais. Como aponta Simmel (1983), é entre iguais que a sociabilidade torna-se possível.

Desse tipo de práticas, surge em Gotemburgo, uma “murga”, sobre a qual Graziella me fornece uma matéria de revista. Na matéria se traduz para os leitores suecos o que esse tipo de agrupação musical/teatral significa na sociedade uruguaia, sobretudo montevideana, e se apresenta como manifestação cultural e veículo de expressão popular para a dissidência com o regime ditatorial⁴⁸.

Ao refletir e evocar aquela experiência coletiva, na nossa interlocução na Barcelona, trinta anos depois, Graziella lembra que a princípio eles se propuseram criar uma “murga” para transmitir às crianças algo da “cultura uruguaia”. No entanto, os adultos, desejosos eles mesmos de recriar as formas de lazer e sociabilidade de origem, acabaram se apropriando da iniciativa para si.

Como apontam Denis Merklen (2007) e Magdalena Broquetas (2006), entre outros, este tipo de estratégia coletiva foi fundamental para grande parte dos exilados, diante a impossibilidade de retornar a casa e, muitas vezes, diante a negativa de “se

⁴⁸ Dedico o capítulo 5 a tratar sobre as manifestações musicais como veículos de memória ativados por migrantes e exilados, nas suas expressões de pertença a uma comunidade de origem, tal como imaginada por eles, em meio as redes sociais das quais participam e dos diferentes grupos pelos que transitam dentro e fora do Uruguai. A “murga”, o “candombe” e o “tango” como gêneros ou formatos são particularmente expressivos destas apropriações entre os meus interlocutores. Dentre eles, a murga carrega, além do mais, com um peculiar processo de politização relativo ao período de censura imposto pela ditadura (Cf. Chouitem, 2011).

integrar” ou “se adaptar” à sociedade de acolhida, na crença de que o exílio acabaria logo.

Já Leonardo, narrara certo convívio com outros uruguaios, mas, enfatizara sua incorporação à sociedade holandesa, fundamentalmente através do trabalho e da continuidade da sua formação profissional. Ele avalia que a teimosia por permanecer entre conterrâneos teve efeitos negativos para muitos, que diante a prolongação do exílio e o isolamento mantido respeito da sociedade local, caíram em depressão.

Diversos sintomas do efeito devastador do exílio são resenhados por Magdalena Broquetas (2006), sobre tudo como expressões da tensão identitária entre o grupo de militância e de conterrâneos e os novos estilos de vida diante os quais as sociedades de acolhida colocaram estes indivíduos.

Neste sentido, é significativa a clara distinção que tanto Graziella, quanto Leonardo colocam entre suas estadas em Gottemburgo e em Roterdã, respectivamente, e os seus deslocamentos para Barcelona e para o Brasil. Estes segundos movimentos são voluntários, e mesmo não podendo nenhum dos dois retornar ao Uruguai, agenciaram cada um deles, uma forma de saída do exílio e, ao mesmo tempo, de aproximação à origem.

Como foi apontado, Rio de Janeiro, na avaliação de Leonardo constituía em 1982, um território vizinho, ao qual os seus filhos e sua mãe podiam ir visitá-lo, desde que ele ainda considerava arriscado entrar no Uruguai. Para Graziella, se deslocar para Barcelona com os seus filhos significou se aproximar da família, indo ao encontro de uns tios catalães que a acolheram nos primeiros tempos na Espanha e a introduziram nas suas redes sociais, facilitando sua incorporação laboral.

É verdade que ela inclui nesta avaliação o fato de voltar a exercer sua profissão, pois, em Gottemburgo trabalhava realizando trabalhos de faxina. Graziella é formada em Nutrição, no Uruguai, e havia feito uma pós-graduação no Rio de Janeiro. Á época de chegada a Barcelona, 1977, essa carreira não existia na Espanha. Uma profissional chilena, ela e outras uruguaias foram pioneiras na área e isso lhe valeu uma boa posição no mercado de trabalho. Graziella não continuara com a vida acadêmica.

Entretanto, ela relativiza a avaliação laboral, trazendo à tona o estranhamento da sociedade sueca. Apesar do tempo transcorrido, ainda não se sentia em casa, nisto também uma experiência semelhante à de Leonardo, quem uma hora me confessa que “não aguentava mais” a Holanda. Ao refletir ao respeito, ambos valorizam as vantagens

da vida naqueles países, sobretudo em termos das facilidades oferecidas pelo Estado. Entretanto, explica Graziella:

(...) Suecia tiene como social-democracia, tenía un control del gobierno, del Estado sobre toda la vida de, administrativa del país ¿no? Y eh, todo o casi todo era público o semipúblico. Y entonces claro, nos proporcionaban una casa pero nos orientaban hacia dónde elegir, en qué lugar elegir las casas. Y evidentemente, por ellos mismos creo yo, nos ponían en los lugares donde ya habían otros inmigrantes, donde incluso el nivel de los suecos que había allí... eran casas excelentes porque serían de construcción mejor que éstas pero eh, el medio social era digamos, no, es decir, social y cultural... digamos tirando a bajo. Eh, bien, todos nos encontrábamos bien pero había cosas por ejemplo, lo que veíamos de cómo se movía cierta juventud, la que veíamos ¿no? Es decir la droga que en ese entonces allí ya estaba y no había llegado todavía a otros lados eh, en fin, cosas de esas que me daban la...No sé, no me gustaban para que mis hijos siguieran (...)

Entrevista 2 de abril 2012, Barcelona

Nesse depoimento, Graziella chama minha atenção sobre um dos aspectos menos luminosos do multiculturalismo e da socialdemocracia sueca, uma certa fragmentação das cidades na qual os imigrantes viviam certa segregação ou “ghettização”. O que Graziella vivenciou, já em finais da década de 1970, é o processo que iria se aprofundar depois, de fragmentação por identidade “étnica” de uma sociedade que continuou acolhendo pessoas de todo mundo. Como assinala a pesquisadora Aleksandra Alund (1999), na sociedade sueca contemporânea a desigualdade ficou associada à diferença cultural, através de uma perspectiva essencialista da diferença, que expõe os limites do multiculturalismo, assim entendido.

Graziella: Barcelona, *Casa del Uruguay* y después...⁴⁹

A vida de Graziella em Catalunha girou em torno do trabalho e do cuidado dos filhos, mas, sempre que possível manteve alguma atividade associativa. Pouco depois da sua chegada, surgira a associação de uruguaios mais antiga que ainda mantém atividade em Barcelona, a *Casa del Uruguay*. Ela participou da Casa, já nesses tempos fundacionais.

Uma época foi morar na praia de Castelldefels, uma escolha feita à procura de um lugar mais sossegado do que a capital para criar os filhos. Uma estratégia construída também com base na avaliação da oferta escolar, avaliação coletiva desde que feita junto a outros uruguaios conhecidos que moravam naquela localidade costeira, ao sul de

⁴⁹ “Sur, paredón y después... / Una luz de almacén...”. Letra do tango *Sur*, de Homero Manzi e Anibal Troilo, parte da memória compartilhada com estes interlocutores, apesar de ser tango que canta a um amor perdido na cidade de Buenos Aires.

Barcelona. Durante esse período, Graziella viajava tudo dia para trabalhar na capital e reduzira a intensidade da sua participação nas atividades da Casa. Entretanto, Graziella se revela membro muito importante na trajetória daquele grupo.

À época da reabertura democrática no Uruguai, em 1985, ela, no seu papel de secretária da Casa do Uruguai, trabalhara intensamente para o retorno dos exilados uruguaios residentes em Catalunha. Esse trabalho foi feito em coordenação com o pessoal do Frente Amplio residente em Madri:

(...) siempre he estado haciendo alguna cosa para Uruguay. Y en ese entonces, digamos, el retorno... Se había formado en Madrid que era donde estaba, eh, digamos... las autoridades del Frente Amplio en el exilio. (...) Eh...formaron una Comisión Para el Retorno. El CIPREU. La Comisión no se qué, Para el Retorno.

(...)

Y entonces desde Madrid promovieron la formación de otra, aquí, porque había cantidad de gente y cantidad de gente que se quería volver. Entonces se contactó con la Casa del Uruguay y entonces la Casa del Uruguay acogió esa comisión. Te digo porque yo era secretaria de la casa en ese entonces e integré esa comisión y trabajé para esa comisión de retorno. Y se hizo un trabajo muy grande porque se... se... la, esta comisión se encargaba de recibir... como era con acuerdos de... de ACNUR y de CEAR, de la Comisión Española de... De Refugiados. Era de Naciones Unidas y los de aquí... sí. Y, y los de población que no me acuerdo cómo... ahora son la OIM y no me acuerdo cómo eran entonces.

(...)

Y entonces nos relacionábamos con todos ellos. Y había que... cada uno de los postulantes, digamos, de los que querían/ posibles retornados tenían que llenar unas... habíamos preparado fichas y entrevistas y bueno tenían que dar datos y pruebas de que eran... refugiados políticos.

Entrevista 2 de abril 2012, Barcelona

Graziella experimentou ela mesma as tensões e divisões pelas que atravessaram muitos exilados à hora de decidir retornar ou permanecer. Ela escolheu retornar ao Uruguai, acompanhada da sua filha, para quem pesou na decisão o impacto que lhe provocara uma visita à Montevideú, em 1983, junto a outros filhos de exilados, organizada pelas redes militantes dentro e fora do Uruguai.

Lembramos juntas esse evento. Eu como criança que fora levada pela minha mãe até um lugar muito distante da minha casa, um complexo de moradias cooperativas da FUCVAM. Evento que tornara inesquecível a Federação Uruguaia de Cooperativas de Moradia, mas, do qual não lembro as crianças que nos visitavam. Graziella, enquanto mãe, que reflete sobre a exposição dos seus filhos:

[El viaje de los hijos de exiliados hacia Uruguay en 1983] De Madrid lo organizaron. (...) Claro fue la gente del Frente Amplio desde allí. A ver, yo pienso que como efecto fue fantástico, lo que pasa y como efecto para el Uruguay. (...) Lo que pasa es que después piensas bueno en definitiva se usó a los niños para provocar un efecto que está bueno sí pero no pensamos en el efecto en los niños. ¿No?

Entrevista 2 de abril 2012, Barcelona

Essa viagem criou na filha de Graziella uma imagem do Uruguai que a levou a querer voltar. Já o filho, ficara na Europa, pois fora selecionado para uma bolsa de estudo como músico.

Com o retorno que muitos exilados efetivizaram após 1985, a *Casa del Uruguay* viu sua atividade reduzida. É também um tempo em que Graziella tenta a vida no Uruguai novamente. Como ela narra, essa tentativa ficou frustrada pelo efeito das próprias mudanças pessoais, depois de mais de uma década de exílio na Europa, e pelas transformações com as quais se deparara na sociedade uruguaia e na cidade de Montevideú. Uma narrativa recorrente entre muitos migrantes e exilados que voltam ao país de origem depois de ter forjado uma nova vida em outras localidades.

Foi assim que Graziella retornara rapidamente para Barcelona, onde teve que reconstruir sua cotidianidade de trabalho, e onde com tempo retomou a atividade social na Casa. Ela aponta o contraste com o intenso convívio dos tempos fundacionais ou, depois, durante o período da reabertura democrática e o retorno dos exilados. Em algum momento, mais próximo do presente, Graziella relata um movimento de reorganização e de retomada da atividade na *Casa del Uruguay*. Este movimento pode se interpretar como vinculado à chegada massiva de migrantes uruguaiois após 2001-2002, aos estímulos locais para o movimento associativo “étnico” ou “migrante”, assim como ao estímulo que significaram as novas políticas de vinculação do Estado uruguaio.

Tal como Graziella lembra esse retorno da efervescência associativa, as políticas de vinculação, com a criação do Departamento 20 e a convocatória para a constituição de Conselhos Consultivos, teriam encontrado certa resistência das associações de uruguaiois pré-existentes. Funcionando em uma lógica de autonomia, ou de atomização, a convocatória para conformar um único Conselho desafiou a capacidade de articulação e de trabalho em rede. À diferença do observado no cenário metropolitano de Porto Alegre, onde se criaram dois Conselhos, seguindo uma lógica de segregação territorial entre a capital e a área metropolitana, lógica que encerra as dissidências e fragmentações próprias dos faccionalismos partidários de origem e as disputas pelo

prestígio e legitimidade das trajetórias militantes em destino, em Catalunha se criou um único Conselho para toda a Comunidade Autônoma.

Entre os pontos de tensão que dificultaram o processo de criação do CCU em Catalunha, Graziella reconhece uma “rivalidade” entre a *Casa del Uruguay*, instituição pioneira em Barcelona, e a desaparecida *Asociación Uruguayos de Catalunya*. Rivalidade sobre a que Graziella não quis aprofundar.

Entretanto ela tece algumas distinções para me esclarecer o cenário local no qual se desenvolveram as gestões e os debates para a criação do CCU. É aí que surge, de modo semelhante a fronteira que havia percebido entre os militantes “históricos” e os recém chegados de Porto Alegre, a distinção entre a nova e a velha imigração:

(...) ya la parte de emigración política se había terminado y a partir del 2000 y pico había empezado toda esa la emigración económica que es un mundo aparte totalmente. Porque yo no sé si has contactado alguna gente pero es gente que viene con otras intenciones a pesar que se siguen sinti/ con con costumbres uruguayas pero vienen en general resentidos con Uruguay. Entonces es decir las primeras lo que no quieren es juntarse con uruguayos o si es para unos tambores o para un asado con vino sí. Pero no más allá. Y además son gente de las que ha sido criada y formada en dictadura. Y que los que realmente hemos vivido el Uruguay de antes y el Uruguay después es decir hay una gran diferencia.

Entrevista de 3 de abril de 2012, Barcelona

O depoimento de Graziella chamou minha atenção por recair sobre outra imagem repetida em outras interlocuções etnográficas, a ideia da centralidade da educação (pública) nas construções de identidade da nação uruguaia. Tal como venho ouvindo a partir da pesquisa com os uruguaiois de Sydney e, na pesquisa atual, junto a diferentes interlocutores tanto em Porto Alegre, quanto em Florianópolis, e independentemente do grau de escolarização destes indivíduos, se recortam gerações através das transformações da escola pública nas últimas décadas do século XX, mas, sobretudo, se constroem fronteiras e hierarquias, em relação a outros grupos migrantes por exemplo, a partir de uma alta valorização da qualidade do sistema público de origem.

Graziella, ao refletir sobre a distância percebida entre os novos e os velhos migrantes, à hora de gerar redes e articular uma militância à luz da política de vinculação do Estado uruguaio, coloca o acento na perda de qualidade da escola a partir da ditadura. E quando eu, instigada por estas recorrências, pergunto se é questão de qualidade nos conteúdos curriculares ou, também na transmissão de valores, ela conclui:

(...) una vez una conferencia que hizo aquí, una charla: Caetano el historiador. Decía claro la escuela pública nuestra era el crisol de las clases. Es decir allí nos encontrábamos todos. Es decir y realmente no había diferencias entre el hijo del empresario y el hijo del trabajador de esa misma empresa, no, realmente, éramos iguales. Y eso se perdió. Entonces a partir de esa amalgama que se hacía en el colegio, en la escuela, pues es decir se perdió el sentido de solidaridad, el sentido de la igualdad, es decir una cantidad de valores que nosotros/ Que nos venían dados, es decir no le teníamos que pensar. Nadie nos tenía que decir sí mira "tú tienes que hacer esto por solidaridad tienes que ir aquí"... no, lo hacíamos naturalmente.

Entrevista de 3 de abril de 2012, Barcelona

Graziella recorre à construção de nação do Uruguai excepcional, educado, do convívio social consensual, do equilíbrio institucional e das “medianías” (Rial, 1986), isto é, o Uruguai igualitário que o historiador por ela citado, Gerardo Caetano, trata como “hiperintegrador”. A crise e a ditadura significam o fim desse país modélico. Entretanto, uma alta valorização da educação é frequente e isso me provocara à busca de interlocutores mais jovens, com quem contrastar esses sentidos.

Roberto e as margens do exílio

Pouco depois que Graziella deixasse a Suécia para ir morar na Catalunha, o jovem Roberto chegava a Gotemburgo. Muitos exilados levavam quase uma década fora do Uruguai e, apesar de que à época não fosse visível o início da reabertura democrática no Uruguai, Roberto refere o mesmo tipo de tensão entre o bem-estar e as facilidades disponíveis na sociedade de acolhida e a identidade militante dos exilados, para muitos dos quais a opção de permanecer na Suécia era vivida como uma traição ou um abandono dos princípios.

Roberto saiu do Uruguai após 1980, com apenas 20 anos de idade. Ele diz ter deixado o Uruguai à busca de novos horizontes, em uma sorte de projeto de juventude, mas, também, para fugir do ambiente repressivo imposto por uma ditadura que na época já antecipava seu final. A escolha da Suécia como destino não é, entretanto, um mero acaso na vida de Roberto. Ele iria tras os passos do seu irmão mais velho, quem vivia lá como exilado político, após um período de prisão no Uruguai, resultado da sua pertença ao Movimento de Liberação Nacional (MLN-Tupamaros). A marca do exílio, e a importância dos itinerários forjados pelos exilados da década de 1970, fica expressa na narrativa de Roberto, quem tenta sem sucesso obter o estatuto de refugiado político na Suécia:

Yo cuando llego voy a hablar. Y bueno, mi hermano y la compañera en aquel entonces me dicen “mirá, Roberto, si te querés quedar acá te tenés que exiliar. En este momento no hay otra manera.” Salvo que fueras... no sé, o un ingeniero... algo en algún campo específico que los tipos lo necesitaran. (...) En aquel entonces yo estaba con el [Movimento] 26 de marzo, digo en el liceo 12 [colégio secundário público], y pero, claro, yo no había tenido... no me habían llevado preso, no era dirigente tampoco, ni nada... lo que fuera, ¿no? Pero es claro, a ver, yo planteé... hice, armé todo lo que había hecho y eso lo fui rellenando de otras cosas, ¿no? Y... pero ya en aquel entonces, cuando yo llegué los tipos ya no querían refugiados. Aparte no te creían. Decían esto ya está liquidado, ¿entendés?

Entrevista de 1 de junio de 2012, Tarragona

Quando Roberto diz “en aquel entonces” (naquela época), está falando da reabertura democrática no Uruguai. Ele emigrara depois do plebiscito de novembro de 1980, cujo resultado contrário à reforma constitucional, mediante a qual o regime procurava se perpetuar, marcara o início do caminho de negociações através do qual os militares acabaram devolvendo as instituições de governo ao sistema de partidos políticos. É neste sentido que considero a experiência de Roberto na Suécia como uma experiência nas margens do exílio. Como ele mesmo relata, o Estado sueco e provavelmente mediadores como o ACNUR, já “não acreditavam mais”, e “não queriam mais refugiados”, pois começava se vislumbrar o fim da ditadura e do exílio.

De qualquer forma, a decisão de Roberto de deixar Uruguai não pode ser interpretada sem referência ao clima de crise e à tensão social que se vivia nas ruas da cidade, nas aulas da universidade e nas escolas médias do país. Pertencente à geração posterior a de Graziella e Leonardo, Roberto e muitos jovens da década de 1980⁵⁰, tiveram a emigração como forma de desenvolver os seus projetos de vida sem os constrangimentos da censura e da ameaça constante sobre a liberdade e a vida. Entretanto, não fosse o irmão de Roberto ter se exilado na Suécia, ele não haveria considerado esse país como destino possível.

O fato de Roberto ter chegado a Suécia no final da década de 1970, quando a reabertura democrática era iminente no Uruguai, dá a sua narrativa sobre o exílio um tom retrospectivo diferente daquele da narrativa de Graziella ou de Leonardo. Enquanto eu tenho que perguntar a Graziella sobre o desexílio, na narrativa de Roberto este

⁵⁰ Calvo e Pellegrino (2005) tratam desta geração como a geração de 83, por referência aos eventos públicos que a marcaram, relativos ao processo de reabertura. O ano de 1983 fora o primeiro no qual as autoridades ditatoriais permitiram a realização de passeatas, que se tornaram multitudinárias, sendo este o ano prévio à realização de eleições.

emerge espontaneamente para falar nas dificuldades vividas pelos exilados quando permanecer na Suécia se transforma em uma questão de escolha:

(...) para ellos te digo que fue una situación sumamente difícil porque... de alguna manera... eh, te moviliza todas tus convicciones porque... claro, hay mucha gente que se quedó, ¿no? (...) Entonces, claro, vos podés pensar: luchaste, ¿no?, porque fue toda una cuestión social, fue toda una cuestión política, etc. Y te vas para Suecia y te quedás, que de hecho hay un libro que se llama “Suecia, la cárcel de oro”, ¿no?, o... “Suecia, infierno y paraíso”, ese tipo de cosas. Claro, porque Suecia es una cosa mientras la ves por fuera. Y sí obviamente hay una... digo, tienen un pasar económico muy bueno, una... de última, digamos que su sistema social y político es bastante equitativo, pero eso es entre comillas. Cuando estás allá te vas dando cuenta de los diferentes estamentos y las diferentes... diferencias que hay, ¿no? Entonces, claro... pero, a lo que iba, es que mucha gente decía “bueno, si fuiste, estuviste en tu país y todo, ¿y ahora por qué no te regresás?”, ¿no? Entonces, claro, lo que ocurre es que cuando vos luchaste por algo y te la comiste, y te la comiste salado, ¿no?, y estás en un país donde de última estás tranquilo, lo económico lo tenés resuelto, es muy fácil que te vayas quedando, que te vayas durmiendo. Por eso te digo, mucha gente no se volvió. Se quedó allá. De todas maneras, creo que uruguayos se volvieron muchos, ¿no? Pero chilenos, por ejemplo, conozco... pero, la tira de chilenos que no se regresaron, que siguen allá. Y que además no se regresan.

Entrevista de 1 de junio de 2012, Tarragona

A experiência de Roberto dialoga com a de Leonardo e Graziella também no que diz respeito ao encontro com uma Europa “não-latina”, onde a diferença das experiências vividas na Espanha, a alteridade é sentida com maior intensidade por estes e outros interlocutores. Ao igual que Graziella, Roberto expressa uma consciência dos limites da social-democracia sueca, ao relativizar “su sistema social y político es bastante equitativo, pero eso es entre comillas”. Se Graziella colocava o acento na segregação das áreas de residência urbana, Roberto fala em “diferentes estamentos”.

E em registro semelhante ao cantado por Jaime Roos na música “*Los Olímpicos*”, Roberto comenta o fato do conforto material ser contraposto, na construção de identidade de muitos exilados, ao compromisso com a luta que os levara para o exílio.

Depois desta passagem de um ano por Gotemburgo, Roberto viaja com sua jovem família (esposa e uma filha pequena) para o México. Lá, viviu experiências “quase novelescas”, ao chegar, por indicação da rede social familiar, à casa de um empresário misterioso, que, suspeita Roberto, estava envolvido em negócios ilegais. Depois dessa acidentada chegada ele se estabeleceu no Distrito Federal da cidade de México, onde permaneceu aproximadamente uma década.

No México divorciara, sua filha crescera, Roberto se dedicara ao teatro, através do encontro com os membros do *Teatro El Galpón* de Montevideú, novo encontro com

o exílio político na trajetória de Roberto. Se dedicara à literatura, vocação que não abandona. Quando o encontrei na cidade catalã de Tarragona ele estava a terminar um romance. E depois de uma vida muito intensa, decidira voltar para o Uruguai, da onde emigrou, já no século XXI para a Espanha em um novo projeto de família (casou novamente e tem outra filha) e de reencontro com o seu irmão, quem deixara a Suécia para ir à busca de clima e cultura mais “amável”, em Torrevieja, Valência, na Espanha.

Sentados à frente do *Anfiteatro Romano*, à beira do Mar Mediterrâneo, na charmosa cidade de Tarragona, Roberto reflete sobre os seus itinerários e sobre os encontros e experiências neles envolvidos. Como muitos interlocutores, Roberto constrói identidade por referência a esses encontros e nessa construção emergem algumas representações e hierarquias das quais eu já havia ouvido e continuaria a ouvir falar no meu percurso etnográfico.

Chama minha atenção o fato de Roberto, pertencente a outra geração, trazer à tona a mesma reflexão que Graziella sobre a educação uruguaia. Ou talvez, não exatamente a mesma, precisamente porque Roberto pertence à geração que tivera o seu trânsito pela escola atravessado pelos efeitos da ditadura (tal como assinalava Graziella). O comentário emerge ao tratar de oferecimento que recebera no México para ditar aulas de Teoria literária, sendo que ele não é formado em Letras, nem sequer completou a educação secundária pré-universitária. À época ele rejeitara o oferecimento, pois, declara, não seria digno. Entretanto, duvida, se tivesse aceitado estaria lá como professor universitário no México. E a continuação puxa a comparação com um certo “caráter nacional” argentino, um estereótipo amplamente difundido no Rio da Prata e com o qual me deparara nas interlocuções em Catalunha:

(...) el argentino, sobre todo el porteño, estoy hablando del porteño, que yo a veces le envidio, ¿no? Es decir, tiene un desenfado muy grande. Y a veces el porteño se acomoda bien, pero se acomoda bien atrevidamente. Yo, el uruguayo, tengo... es mi percepción, ¿no? El uruguayo es una persona de bajo perfil pero cuando se mete en algo, creo que se mete con consciencia. Y... y lo hace bien. Normalmente lo hace bien. Yo los uruguayos que he conocido... yo siempre creí que era un mito, ¿no?, cuando hablamos del uruguayo como una persona culta...

Mais uma vez, o mito do Uruguai culto se desenrolava nas palavras de um interlocutor. Eu quis saber mais e Roberto acabou remetendo para a mesma construção de nação uruguaia, tal como historizava Graziella:

(...) en la época de Batlle, si bien le dio la espalda al campo, hubo un desarrollo de la capital muy importante y un desarrollo intelectual muy importante. Digo, creo que en

Uruguay lo que es el tema educacional era muy rico. ¡Qué, ojo!, sí se dismanteló durante la dictadura, porque de hecho cuando yo me regreso a Uruguay, yo tenía profesores que no eran... no eran docentes, es decir, eran gurises capaces, de repente en matemáticas o en lo que fuera, pero no tenían docencia, no sabían... enseñar. Pero... pero, en términos generales el uruguayo, no sé, es como si por ósmosis fuera como captando, como una cuestión de cultura, en sí, ¿no?

A época de Batlle, as duas primeiras décadas do século XX, é o tempo da modernização política e social no Uruguai, impulsada a partir do Estado. A escola pública já havia sido universalizada em finais do século XIX, mas, é inegável o seu papel na afirmação deste projeto político que moldeia as formas de integração social e consolida uma sociedade altamente secularizada.

Instigada por estas recorrências do campo de pesquisa, abro a questão sobre a relação entre a educação em origem e os projetos migratórios. Para tal, abordo as trajetórias de interlocutores ainda mais jovens que Roberto, focando na chamada geração dos 90 (Calvo e Pellegrino, 2005), da qual eu própria sou membro, através da pergunta “Educados para partir?”.

Educados para partir? Jovens, educados, consumidores globais⁵¹

Comecei elaborar estas reflexões em 2012, em diálogo com o Professor Pujadas, durante minha estada em Tarragona, participando do espaço de pesquisa da pós-graduação em Migrações e Mediação Social, do DAFITS-URV.

Convivia cotidianamente em Porto Alegre com vários estudantes universitários de diferentes áreas de conhecimento em deslocamento do Uruguai, como parte de projetos de estudo/trabalho. Entrevistara em Porto Alegre um jovem estudante de Economia, Martín, cuja trajetória se constroi entre a cidade de Montevideú, a fronteira Rivera (Uruguai) - Santana/RS, Santa Maria/RS e Porto Alegre/RS. O peculiar na biografia de Martín era que o seu projeto migratório, hoje ligado à formação, é uma transformação individual das táticas que desenrolara junto à sua mãe, viuva e cega. Esta

⁵¹ De modo geral, e como parte do contexto de origem, não entrevistei pessoas de baixo nível educativo. O título deste subcapítulo busca, entretanto, jogar com a idéia ouvida inúmeras vezes em campo, de os uruguaios serem um povo (mais) educado que os seus vizinhos continentais e que isto constituiria um capital fundamental para o sucesso dos projetos desenvolvidos nas localidades de acolhida dos migrantes. Busco tensionar essa ideia através do foco em trajetórias de indivíduos de entre 25 e 40 anos, precisamente por ser esta a geração que haveria sido privada, pela política ditatorial, da educação de qualidade que haveriam recebido os membros de gerações anteriores.

mulher com os filhos para criar, deixara Montevideu para ir morar na fronteira norte do Uruguai com o estado de Rio Grande do Sul, Brasil, onde o dinheiro da previdência social se multiplicava segundo as oscilações das economias vizinhas, as subidas e descidas na cotação das moedas, em fim, ali onde a linha entre os Estados se torna perceptível no cotidiano das pessoas que a atravessam todo dia (Cf. Grimson, 2002; Quadrelli, 2002).

Para além da mobilidade estudantil, propiciada pelas assimetrias entre o “mercado” acadêmico brasileiro e o uruguaio, onde até 2005 não existia uma agência de financiamento da pesquisa, os jovens migrantes que encontrara em Porto Alegre estavam ligados, bem ao mercado do trabalho formal como trabalhadores não qualificados, bem à economia informal.

Já no cenário europeu da pesquisa, encontrei peculiaridades que me levaram a trilhar as questões que aqui apresento e que fui desenvolvendo através da análise das trajetórias de seis indivíduos, cinco residentes em Catalunha e um na Comunidade Valenciana. Contatei eles por vias diferentes, do encontro casual na cidade às minhas próprias redes acadêmicas ou familiares, ou mediante a participação dos espaços da militância política transnacional. Para além desses seis indivíduos, a pergunta pela relação da educação com as construções de identidade e com os projetos migratórios, levou-me a entrevistar outras pessoas. Muitas vezes entrevistei casais ou amigos dos primeiros interlocutores.

Eram eles: Elisa, Javier, Pedro, Cecilia, Pablo e Gabriel. As suas idades estavam entre os 32 e os 42 anos à época da pesquisa. Elisa, Cecilia e Pedro nasceram em localidades urbanas do interior do Uruguai, os outros são montevidéanos. Entretanto, todos os seis residiram na capital, sendo esta a primeira experiência migratória para Elisa, Cecilia e Pedro. Apresento uma tabela com os anos nos quais saíram do Uruguai, as idades que tinham à época da viagem, onde moravam no Uruguai e para que localidades foram em Catalunha. Esquematizo também, o nível de instrução atingido em origem. Vale dizer que todos eles têm entre doze e dezesseis anos de escolarização⁵².

⁵² Esta tabela fora construída no processo inicial de análise, em trabalho que fora apresentado em: International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES) – Commission on Urban Anthropology: “*International Conference on Issues of Legitimacy: Entrepreneurial Culture, Corporate Responsibility and Urban Development*”, Nápoles-Italia, Setembro de 2012.

	edad actual	año de salida	Ciudad de Nacimiento	Residencia al emigrar	Ciudad actual	formación	modalidad migratoria
Gabriel	39	2003	Montevideo	Montevideo	Sabadell - Barcelona	tecnicatura incompleta	pareja con hijos
Elisa	42	2004	Treinta y Tres	Montevideo	Barcelona	licenciada y artista plástica	pareja
Cecilia	35	2000	Minas - Lavalleja	Minas - Lavalleja	Barcelona	profesora	individual
Pablo	32	2002	Montevideo	Montevideo	Gandia - Valencia	tecnicatura incompleta	individual, seguido por padres y hermanos
Javier	38	2008	Montevideo	Montevideo	Barcelona	licenciado	pareja
Pedro	33	2007	Juan Lacaze - Colonia	Montevideo	Barcelona	licenciatura incompleta	pareja

Exceito Cecilia, os outros interlocutores não emigraram em solitário. Gabriel emigrou levando sua esposa e três filhos de 9, 4 e 3 anos à época da viagem. Elisa, Javier e Pedro emigraram junto aos seus cônjuges e Pablo promovera à emigração dos seus pais e irmãos, após se estabelecer em Gândia, Valência.

Todos eles ativaram algum laço de parentesco, amizade ou parceria a partir de contatos profissionais para concretar a emigração. E todos contam atualmente com dupla nacionalidade (uruguaia e europeia). Javier e Pedro a obtiveram a partir do casamento, no Uruguai, pois suas esposas a herdaram dos seus pais e avós. Pablo é descendente de família valenciana.

Conexões metropolitanas: Pedro e Javier

Trago na sequência, alguns traços de dois encontros etnográficos específicos, para depois, retomar algumas das reflexões iniciadas no desenrolar da pesquisa. Esta seleção está orientada pela intenção de aproximar o leitor de certa ambiência metropolitana, que fora a paisagem da minha pesquisa durante um ano e que conforma as paisagens de muitos interlocutores. Refiro-me à paisagem das linhas ferroviárias que atravessam Catalunha e, sobretudo, conectam as mais diversas localidades com Barcelona, capital múltipla, onde convive o turismo e o consumo, com a perseguição policial contra os migrantes sem papéis que vendem bugigangas para os turistas, e com milhares de trabalhadores que se deslocam, às vezes a mais de 100 quilômetros das suas casas, para trabalhar, estudar ou se divertir (Cf. Pujadas, 2012).

Assim como o perambular pela Cidade Baixa, em Porto Alegre, levou-me ao encontro com um chamativo número de bares “uruguaios” nesse bairro, na Catalunha fora o uso do transporte ferroviário que iria me incluir em circuitos frequentados por trabalhadores migrantes de diferentes origens, e os mais diversos aspectos e sotaques, dentre eles alguns uruguaios. Assim como uma grafia no nome do bar –“Anticuário” no lugar de “Antiquário”-, a explícita presença da bandeira uruguaia, ou alguma alusão jocosa à variante riopratense do castelhano –“Tomate algo” em Barcelona⁵³- servia-me para identificar aqueles comércios “étnicos”⁵⁴, uma peça de roupa ou da indumentária, o sotaque ao falar, serviam como signos de “uruguidade” para identificar nas longas viagens de trem, um conterrâneo.

Desta forma conheci Pedro, um jovem de 32 anos que viajava de Tarragona para Barcelona, ouvindo música com uns grandes fones de ouvido e mexendo em uma espécie de *tablet* (dispositivo eletrônico leve e pequeno, com conexão a internet e algumas das possibilidades técnicas de um computador portátil). Sentamos nas fileiras paralelas, separadas pelo corredor, no mesmo carro (vagão) do trem. Eu não o vi até um tempo depois de iniciada a viagem. Eu sempre escolhia o lado direito, na ida para Barcelona, para disfrutar da costa do Mar Mediterrâneo, visível durante boa parte da

⁵³ Na variante ibérica do castelhano a forma imperativa do verbo “tomar”, na segunda pessoa do singular, se acentua na primeira sílaba, sendo uma palavra pré-paroxítona: “tómate”. Na variante riopratense, se transforma numa palavra paroxítona, e não requer o acento gráfico: “tomate”, o que, por sua vez, habilita o trocadilho com o substantivo “tomate”, a fruta. Na Travessera de Gràcia, nas proximidades do Hospital de Sant Pau e não longe da famosa Igreja da Sagrada Família, em Barcelona, deparei-me com o bar “Tomate algo”, cuja placa na porta reafirma o trocadilho exibindo o desenho de um tomate. Parte dos itinerários cotidianos de outra uruguaia, que por motivo dos seus estudos de pós-graduação frequentava as aulas da Universidade de Barcelona, no mesmo bairro, fora ela quem me alertara sobre o “suspeito” bar, aonde fomos comer umas “empanadas” (pastéis) e encontramos um simpático montevidense, de uns 50 anos, de nome Lincoln (não raro sendo nativo de um país latinoamericano onde nasceram inúmeros Washington, Franklin e Wilson).

⁵⁴ Não estou fazendo aqui um uso “forte” da noção de comércio étnico, tal como o faz Laura Gómez (2002). Isto é, não tanto como local gerido por migrantes em uma cidade estrangeira, mas como local onde para além das trocas de mercadoria, desenvolvem-se trocas de informação, práticas de sociabilidade e laços de solidariedade entre migrantes. Segundo esta autora, esses comércios são espaço de uma espécie de socialização aos migrantes recém chegados, por parte dos já estabelecidos no espaço do bairro e da cidade de acolhida. Enquanto esta autora trata dos comércios de um bairro muito específico de Paris, França, o bairro de Belleville, definido como um área com muita população imigrante, os bares uruguaios e de uruguaios que eu tive oportunidade de frequentar, tanto em Porto Alegre, quanto em Barcelona, Tarragona ou Castelldefels, encontram-se inseridos em espaços plurais da cidade, sem marcas étnicas específicas. No entanto, em alguns deles pode se observar algumas práticas de caráter “étnico”, ou melhor, “nacional”, sobretudo de sociabilidade. As identificações com o país de origem podem ter resultado enfatizadas, fundamentalmente, a partir do ano de 2010, após um desempenho bastante bem sucedido da seleção uruguaia de futebol na Copa do Mundo. Acompanhar os jogos da Copa, quando jogava a seleção, tornou-se pretexto para o encontro entre conterrâneos em alguns bares de Porto Alegre.

viagem. Ele havia sentado do lado esquerdo e depois trocara para o assento na minha frente, certamente para aproveitar da paisagem.

Quando estávamos chegando à cidade de Barcelona ele começou falar no telefone celular e alguns vocábulos e pronúncias chamaram minha atenção. Comecei ouvir, em uma espécie de brincadeira solitária consistente em decifrar se era uruguaio ou argentino, duas possibilidades muito próximas naquele contexto ibérico. Hesitei em lhe falar, mas, quando eu já estava em pé para descer em *Passeig de Gràcia*, tendo que passar do lado do seu banco, lhe perguntei “¿Argentino o uruguayo?”. E fiquei pasma quando ele respondeu “Uruguayo”. Peguei seu número de telefone e descí. Depois iria entrevistá-lo, ele iria me apresentar sua esposa, Agustina, quem também iria participar na pesquisa, me encontrando para uma entrevista e me apresentado sua irmã mais nova, também residente em Barcelona.

Pedro, Agustina e os seus amigos, são jovens uruguaio (de entre 22 e 32 anos), unidos por parentesco, amizade, laços de trabalho e moradia. Chegaram em momentos diferentes à Barcelona e ali se reuniram, seja por conhecimento prévio ou através das redes pelas que transitam naquela cidade. Os encontros com eles, me orientaram a refletir sobre o

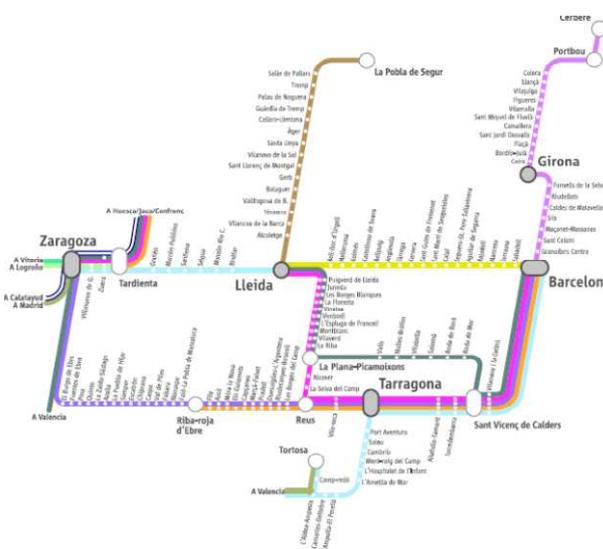


Imagem 35

papel da educação, ou melhor, do capital cultural carregado de origem, nos itinerários migratórios e nas formas específicas de habitar as cidades de acolhida.

Depois de muito convívio com migrantes de mais de 40 e 50 anos de idade, nos espaços da militância transnacional ou do “comércio étnico”, estava junto a outros grupos e redes de uruguaio, onde não apenas a idade, senão também a posição social na sociedade de origem era definidora⁵⁵. Apelando para uma espécie de reducionismo,

⁵⁵ Cabe apontar que no caso dos outros interlocutores isto também acontece. Entretanto os projetos que estes jovens relatavam diziam respeito ao período da vida na qual eles se encontram, adquirindo autonomia das famílias de origem, muitas vezes através da viagem. Já os interlocutores mais velhos se

podemos dizer que se tratava de jovens de camadas médias. Entretanto, o que essa pertença significa na sociedade uruguaia pode precisar de tradução para o leitor brasileiro, por exemplo.

O pai de Agustina, a esposa de Pedro, havia sido empresário em Montevidéu, a mãe é uma profissional universitária, mas, nunca trabalhou como tal, até a separação do casal. Agustina e suas irmãs cresceram em um bairro de camadas médias, médias-altas, na costa leste de Montevidéu, e foram educadas em um colégio particular dos mais caros e prestigiosos da cidade. Agustina é professora de ensino fundamental, carreira não universitária no Uruguai. Fez a carreira no sistema público, o que para ela, relata, foi um radical contato com “a realidade”, uma espécie de saída de uma bolha na que ela considera, retrospectivamente, havia vivido até então.

Já Pedro, é filho de uma humilde empregada doméstica de uma pequena localidade do interior, *Juan Lacaze*, empobrecida pelo processo de desindustrialização que a afetara. Pedro foi educado na educação pública em *Juan Lacaze*, com o esforço da mãe que cuidava dele e dos seus irmãos, sem apoio econômico, nem afetivo, do pai. Ele emigrara para Montevidéu, à busca de ampliar o seu horizonte de possibilidades através do estudo. Morando em repúblicas de estudantes, trabalhando em supermercado ou como porteiro de hotel, sobrevivia enquanto iniciava o bacharelado em Ciências da Comunicação. Não se formou, pois decidiu emigrar junto a Agustina.

Apesar das diferenças de origem, Pedro e Agustina nos cenários urbanos montevidéanos, inseridos em redes de estudantes universitários, consumidores da atividade cultural “jovem”, habitantes de espaços centrais da cidade, dificilmente seriam considerados de camadas sociais diversas. E, de fato, eles se encontram e se mantêm juntos, casam e emigram. E ambos relatam como motivo fundamental da viagem a vontade de conhecer o mundo, de viver em outras sociedades, de ver outras culturas.

Como aponta Diego Hernández (2007), para alguns jovens uruguaio a motivação para emigrar é “o acesso a bens e práticas distintivas”, que são escassos ou caros no mercado uruguaio. E aqui, aponto, não se trata apenas de bens consumíveis no mercado “econômico”, mas, também, de bens culturais. Pedro, Agustina e os amigos da irmã de Agustina se apresentam como jovens com suficiente capital cultural, social e econômico, para sustentar o projeto migratório. Não são trabalhadores migrantes

narram em um momento mais autônomo da sua trajetória, no qual se tece uma identidade mais centrada no indivíduo do que nas suas pertenças à família, por exemplo (Cf. Velho, 1994).

pobres, fugindo do desemprego ou dos baixos salários. Inclusive, muitos deles poderiam ter se formado no Uruguai e, graças ao capital social das suas famílias, ter acessado empregos relativamente bem pagos.

Vivem em Barcelona desenvolvendo trabalhos não qualificados, fundamentalmente como garçons e garçonetes, abandonaram seus estudos universitários e não recebem dinheiro das suas famílias. Dividem apartamento e aventuras no centro da cidade, onde a oferta artística e de lazer é o maior atrativo.

Mesmo Pedro e Agustina, que têm um projeto de família, desejos de retornar a Uruguai, comprar uma casa e criar filhos, escolhem a agitação das proximidades do bairro conhecido como *El Raval*, pois gostam de participar da boemia, dos circuitos da música, do teatro, da dança. É ali onde “tudo acontece” (ali e em outros locais centrais de Barcelona). E, além disso, conta Pedro, ali podem pagar o aluguel, alimentar-se e vestir-se, é não é um luxo comprar discos, livros, ingressos a concertos, em fim, consumir bens e práticas que em Montevideu são escassas ou custosas, inclusive para jovens de camadas “médias”, como eles.

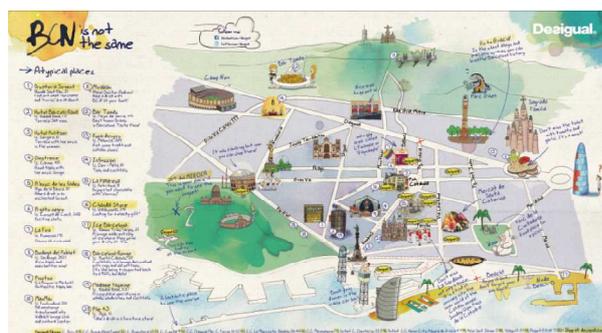


Imagem 36

Para Agustina, Barcelona significou também a possibilidade de continuar estudando. Quando eu a conhecera, estava realizando um segundo curso de pós-graduação em educação especial. A sua vocação se orienta para o trabalho com crianças autistas e valora a oportunidade de estudar em Barcelona, pois os paradigmas teórico-metodológicos que ali se ensinam constituem um grande enriquecimento para sua formação de origem.

Barcelona – Sants: o F5 do que deixamos em Montevideú

Sants representa luego de tanto vericuetto, de tantas vueltas, idas y venidas, el reinicio, el F5 de lo que habíamos dejado en Montevideo.

Javier, Barcelona, 1 de julho de 2012

A estação de Sants constitui importante nó de comunicação para a capital catalã, pois ali confluem e se estabelecem conexões de e para as mais diversas localidades dentro e fora da Comunidade. É ponto de chegada de ônibus, linhas de metrô, ferrocarris, das cidades vizinhas, carregando milhares de pessoas que todo dia põem em movimento as indústrias, os comércios, as escolas e hospitais. Muitas destas pessoas viajam uma hora, às vezes uma hora e meia, para trabalhar, para estudar.



Imagem 37

Em Sants, a cidade pulsa intensamente, num ritmo que parece não cessar, nem aos feriados, nem aos finais de semana. Por baixo da terra e pela superfície, chegam também os turistas recém-chegados ao aeroporto El Prat de Llobregat, os turistas e os migrantes, sutil diferença de status que para os sujeitos é fundamental. Estrangeiros de todas as procedências transitam por ali, assim como os próprios catalães. Também chegam a Sants espanhóis vindos de Madri, ou de Valência. E há ferrocarris de diferentes velocidades e conforto. Mas, certamente aquele ponto da cidade é um fervilhar de gente.

Eu costumava criar táticas para fugir de Sants. Indo de Tarragona para Sabadell, visitar minha família, precisava pegar dois ferrocarris. Um “de média distância”, entre Tarragona e Barcelona, e outro, “de proximidades”, entre Barcelona e Sabadell. Mesmo que fosse mais rápido descer e fazer a conexão em Sants, às vezes descia na segunda estação barcelonina, *Passeig de Gràcia* (Passeio de Gràcia). Isso significava “emergir” à superfície, pois, dentro da capital os ferrocarris circulam soterrados, como o metrô, e caminhar pela cidade até Praça Catalunha, outro fervilhar de gente, dentre a qual os turistas europeus conseguem chamar bastante a minha atenção.

A poucos metros daí, na “*Rambla*”, a outra cara da moeda do turismo e do consumo, os camelôs, a maioria africanos subsaarianos, paquistaneses, romenos: mais ou menos assim compõe-se a base da pirâmide das hierarquias migrantes que me

passam meus novos amigos e conhecidos, os lojistas do meu bairro em Tarragona, meus parentes e os seus amigos. Certamente, grupos étnicos e nacionais que exibem a diversidade na cor da pele, nas suas roupas e cabelos. Achei instigante tudo aquilo, do primeiro até o último dia da minha estada em Catalunha, mas, eu preferia minha vida tranquila em Tarragona.

Entretanto *Sants* seria escolhida por Javier, esposo de Natalia para entrevistá-lo. Ali o encontrei, em uma tarde de verão que ameaçava com escuras nuvens no céu. Ele escolheu o Parque Industrial Espanha, depois que eu lhe propusera o encontro para a entrevista em qualquer local que fosse significativo para ele na cidade de Barcelona. Como mostra o trecho acima, a estação de *Sants* guarda para Javier uma série de significados atrelados à sua experiência, junto a sua esposa Natalia, que o remetem à sua vida montevideana.

Javier (38 anos) e Natalia (30 anos) estudaram antropologia na Faculdade de Humanidades da Udelar. Javier não concluiu o bacharelado, Natalia formou-se no Uruguai e na época da minha estada, defendeu sua dissertação de mestrado no DAFITS-URV, e estava começando os seus estudos de doutorado. O tema das pesquisas de Natalia, as migrações transnacionais.

Este jovem casal, tomou a decisão de casar em Montevideú, com o intuito de emigrar para a Espanha. Natalia possuía cidadania europeia, por herança paterna. O casamento estendera esse status jurídico para Javier. Ele tinha uma irmã morando em Barcelona, o que o animara a viajar para aquela cidade, acolhido pela rede de parentesco e de favor para falarmos nos termos do estudo de Larissa Lomnitz (1994). Os conhecimentos e contatos da sua irmã facilitaram a chegada e instalação do casal em terras catalãs.

Emigraram em 2008 e recém na época da entrevista, julho de 2012, Javier considerava ter achado o “F5” da sua cotidianidade montevideana. Esse “reinício” ao que Javier refere, fazendo uso do linguajar informático com o qual ele está muito familiarizado, não é precisamente uma repetição, uma continuidade no mesmo, no idêntico. Trata-se, muito pelo contrário, da continuidade da sua identidade biográfica através das transformações e mudanças que a experiência na nova terra de acolhida lhe trouxe. De fato, Javier se reinventou profissionalmente em Barcelona e o casal teve que ultrapassar momentos críticos, nos quais a quebra que significou a viagem migratória, ameaçou a continuidade do vínculo.

Houve as crises, a separação, ele foi morar a *L'Hospitalet [de Llobregat]*: a sua pior experiência em Barcelona, onde provavelmente viu-se mais confrontado com a sua qualidade de migrante, longe da família e dos amigos, com pessoas estranhas e diferentes. *L'Hospitalet* é uma localidade vizinha de Barcelona, como poderia ser Viamão para Porto Alegre ou *Las Piedras* para Montevidéu. É conhecida como uma cidade metropolitana de imigrantes.

Nos quatro anos transcorridos após a saída do Uruguai, eles mudaram, ao menos duas vezes, de Barcelona para Tarragona e vice-versa. Estes deslocamentos são narrados por Javier, trazendo para a entrevista toda a carga de sentidos envolvidos para ele na experiência da emigração, bem como acomodando essa mobilidade nas novas redes cidadinas que o acolhem, reencaixes de sentidos, das experiências temporais, da inserção espacial.

Para Javier, o Parque Industrial Espanha, que eu via frio e monumental, logo ali ao lado daquela estação que me resultava tão alheia, era parte do seu bairro, dos passos da suas caminhadas, da sua morada, agora feliz, junto a Natalia. Naquela estação, ele havia embarcado e desembarcado a diário, durante a residência em Tarragona. Lá haviam se mudado por causa do mestrado dela, ele não havia idealizado ainda o seu próprio projeto. Já à época da nossa entrevista, Javier havia redefinido o seu projeto de vida em Barcelona, havia experimentado o “*round trip*” para Montevidéu, nos termos de Torresán (2011), e se pensava em termos completamente transnacionais.

Javier relata que nas avaliações feitas durante o amadurecimento do projeto migratório, ele considerara o fato da sua irmã estar morando em Barcelona. Narra que à época se sentia insatisfeito, tanto do ponto de vista econômico quanto emocional, com os múltiplos empregos que devia manter para viver em Montevidéu. Entretanto, reflete:

(...) Yo más bien, lo que quería era salir de Montevideo, salir de Uruguay y... conocer un poco Europa. Sin plan. Sin criterio.

Entrevista de 1 de julio de 2012, Barcelona

Este desejo de sair para o mundo, aparece em todos estes interlocutores, um traço menos presente nas narrativas ouvidas no Brasil. O fato de encontrar estes jovens na Europa, em Barcelona, é fundamental neste aspecto. Trata-se de uma cidade do outro lado da “grande fronteira” que separa os países paradigmáticos da modernidade dos países “desejosos” de modernidade (Segato, 2002), entre os quais Uruguai.

Javier e os outros, ao refletir sobre suas biografias, se narram como parte de um mundo amplo, do qual sempre tiveram notícias e no qual sempre quiseram participar. Está em jogo ali, a enorme circulação de imagens de localidades e estilos de vida distantes e desejáveis, além das assimetrias e disjunções nesta circulação (Cf. Appadurai, 2000). Esta circulação é alimentada, inclusive, através das redes tecidas entre outros uruguaios residentes no exterior e os que permaneceram em origem.

Nesse cenário, a viagem parece “necessária” ou “evidente” para completar uma formação profissional ou para ultrapassar os limites percebidos na sociedade uruguaia para o desenvolvimento pessoal, individual. Meus interlocutores apontam em formas diferentes a oportunidade de conhecimento, de ampliação de horizontes, envolvida na viagem para fora do Uruguai e do continente sulamericano.

Assim, Elisa, a artista plástica, o coloca em termos de inserção ao mercado internacional da arte:

Me planteé hacer proyectos culturales y salir de Uruguay, porque el mercado del arte en Uruguay es, qué te diría yo, más que diminuto. Entonces, eh... el mercado cultural en general, ¿no? Primero porque, bueno, hay poca gente y, segundo, porque mmm... bueno, aunque dicen que la pintura es cara, o que un cuadro es caro, yo no estoy de acuerdo con eso. (...) Para mí es algo cultural.

Entrevista de 23 de mayo de 2012, Barcelona

No caso de Javier, ele coloca no centro da reavaliação retrospectiva do seu projeto migratório, a “descoberta” de uma nova vocação, graças às oportunidades encontradas na Europa. Sendo antropólogo de formação, ele nunca trabalhou como tal, nem continuou a estudar antropologia em Catalunha. Entretanto, dera lugar ao desenvolvimento de estudos de *web design*, área que sempre lhe interessara, em particular como ferramenta comunicacional (Javier escreve poesia e já havia transitado pela rádio, na época de estudante em Montevideú).

Este tipo de avaliação lhes permite sedimentar sua identidade transnacional. De um lado, incorporados à sociedade de acolhida e se projetando ali. De outro, ligados à terra de origem. A incorporação é interpretada por estes jovens, enfatizando o acesso a recursos culturais, signos de prestígio, em uma exploração das diferenças regionais nas “estruturas de oportunidades” que persistem entre a sociedade de origem e a sociedade de acolhida (Cf. Grant, 1995). Do ponto de vista “social”, e como tenho apontado ao longo desta tese, as construções de nação, no Uruguai do século XX, estiveram

fortemente orientadas por referências externas, onde o cosmopolitismo assumia fundamentalmente a forma do eurocentrismo.

Do ponto de vista individual, poderia se dizer, seguindo as análises de Geraldine Grant (1995) sobre as relações entre Estado, estilo de vida das camadas médias e migração, que uma “qualidade de classe média” (“*middle classness*”) orientaria os projetos migratórios destes interlocutores. Faz parte desta qualidade, nas atuais condições de transnacionalidade, a participação de uma cultura global de consumo. Como explicitara, através de Hernández (2007), para estes jovens uruguaios esse consumo se define mais como um consumo cultural.

A condição transnacional da trajetória de Javier, de Pedro e dos outros jovens aqui considerados, emerge muitas vezes diante a pergunta sobre as possibilidades de voltar a viver no Uruguai. Eles evocam os vínculos com a localidade de origem, mas, ao visualizar o seu cotidiano em destino, deixam em suspenso, para um futuro incerto a possibilidade de retornar para o Uruguai.

Como aponta Torresan (2011), ao tratar de narrativa fílmica sobre a primeira viagem de volta à casa de uma mulher brasileira residente em Lisboa, essa viagem é fundamental na construção do “campo social transnacional pessoal”. Pois, é o momento em que os migrantes adensam sua consciência de estar vivendo através das fronteiras e da ausência de separações netas entre os lugares da sua memória e as práticas de *lar* (2011: 125-126).

Assim, Javier, ao refletir sobre sua primeira viagem para o Uruguai, depois de três anos e meio em Barcelona, conclui:

Cuando yo regreso a Montevideo ya estoy pensando “ah, bueno, acá tengo cosas por qué quedarme”, acá en Barcelona, ¿no? Es decir que me agarra mejor parado que si hubiese vuelto, eh... a los quince días o al año, ¿no?, que creo que me hubiese quedado [sonríe].

E, ao mesmo tempo, acrescenta que a volta para Montevideu o devolve à casa, pois, ali também encontra motivos para estar com outros:

(...) volví a mi lugar. Sabía exactamente dónde estaba todo, qué posturas tener, qué idioma hablar, cómo se le llama a las cosas, dónde están, dónde ir a buscar lo que me gusta, dónde evitar lo que no me gusta. Todo, todo, todo. Fue como... prendí el “modo Montevideo” y... y estaba todo ahí, estaba todo ahí. Eso fue... muy lindo, muy maravilloso. Saber que es tu lugar. Saber que, aunque no sea muy elaborado, lo que a vos te gusta es una pizza con fainá y una cerveza en un bar.

Pois, como aponta Torresan (2011), são as relações sociais concretas, lugares e objetos concretos os que ancoram o migrante transnacional, tanto nas cidades de origem, quanto nas de acolhida.

Voltando para a pergunta inicial, o que é possível dizer a partir das trajetórias de Pedro e de Javier, mas, também de Cecilia, Elisa, Gabriel e Pablo, é que a educação, entendida como a aquisição de habilidades cognitivas ou de diplomas, não sempre teria sido ativada por estes indivíduos para a incorporação à sociedade de acolhida traçando uma trajetória de ascensão ocupacional respeito ao *status* laboral de origem. Cecilia é formada em Educação Física e trabalha como garçonne, Pablo se formou em Comunicação em Gândia e trabalha como vendedor em feiras livres da cidade, Pedro considera que o trabalho que desenvolve, aplicando enquêtes de medição de mercado, não requer a qualificação que ele tem. Inclusive, algum deles relativiza as afirmações dos migrantes mais velhos sobre a qualidade pretensamente “superior” da educação uruguaia.

Entretanto, eu reinterpreto estas afirmativas dos migrantes de gerações anteriores, à luz das trajetórias destes seis jovens, no sentido da educação pública uruguaia constituir lugar de encontro entre classes. Nesse espaço, como apontara Graziella, a ativista que entrevistara em Barcelona, se compartilham valores. Graziella referia à solidariedade entre classes e à valorização da igualdade como forma de ser social.

Eu gostaria de salientar, de forma complementar, que a concepção da escola pública como espaço igualador, tem o efeito de colocar em contato indivíduos com capitais diferentes, permitindo o acesso a redes mais amplas e, também, às estratégias e comportamentos “convenientes” para uma incorporação “bem sucedida” à modernidade. Ao migrar para localidades do centro da modernidade, isto transforma-se em capital valioso para ali permanecer.

Como me assinalara o professor Pujadas, nas nossas discussões sobre estas questões, esse capital próprio da cultura de origem, sustenta a convicção e a busca nas localidades de acolhida de posições sociais concordantes com as expectativas criadas por aquele sistema educativo. Como efeito positivo desta forma de se pensar, estes

migrantes resistem determinadas situações de marginalização e estabelecem com facilidade um diálogo horizontal com as camadas médias da sociedade de acolhida. Por sua vez, eles são aceitos pelos “nativos”, devido à menor distância social (Bourdieu, 1997) que os separa, se comparados com outros grupos migrantes.

Capítulo 4. Do êxodo à diáspora. As *plurais* localidades do Departamento 20

Neste capítulo, foco nas práticas de alguns dos grupos organizados que encontrei no meu percurso etnográfico entre a Espanha, o Brasil e o Uruguai. Apresento algumas reflexões, tecidas através da observação destas práticas junto aos meus interlocutores, sobre os discursos políticos e as construções (no sentido de ficção) da nação uruguaia. Procuo refletir também sobre as formas em que estes indivíduos, enquanto membros de coletivos identificados por determinadas experiências do “exílio” e da “diáspora”, agenciam aqueles discursos e narrações de nação, em tempos de governanças globais e valorização da diversidade, sobretudo, na interlocução com o Estado de origem e na demanda de direitos de cidadania (trans)nacional⁵⁶.

A categoria “diáspora” para se referir à população uruguaia dispersa além-fronteiras, assim como à emigração enquanto fenômeno estrutural da sociedade uruguaia, é de uso relativamente recente. Outrora, usava-se o termo “êxodo” para se referir, tanto à partida massiva de uruguaios durante as décadas de 1960 a 1980, quanto à própria população emigrada. Essa palavra englobava tanto o exílio político, de pessoas ameaçadas pela repressão estatal da dissidência, quanto o exílio, não menos forçoso, dos que emigraram como resposta à crise social, política e econômica, à busca de dar continuidade aos seus projetos pessoais e familiares, através do trabalho⁵⁷.

⁵⁶ Estas reflexões estão orientadas pelas idéias de Homi Bhabha (2002) sobre os relatos de nação. Em particular, sobre a heterogeneidade ou pluralidade que estas construções escondem, e sobre as formas em que os chamados grupos minoritários agenciam estas lacunas. Ao mesmo tempo, penso em um cenário “global”, onde uma política desenvolvida por órgãos supranacionais direciona em grande medida as políticas dos Estados-nação contemporâneas (Cf. Ribeiro, 1997; 2008). Penso, por sua vez, este cenário global como um espaço assimétrico, no qual nem os Estados, nem as nações participam em termos de igualdade da disponibilidade de recursos, de poder e de prestígio (Cf. Segato, 2002).

⁵⁷ De modo geral, se data em finais da década de 1950, o esgotamento do modelo modernizador, promovido pelo Estado durante a primeira metade do século XX. O clima de crise e a crítica social, perante a incapacidade dos atores políticos de continuar no caminho de desenvolvimento e redistribuição, com inspiração no Estado de bem-estar, foram crescentes na década de 1960. O historiador Carlos Demassi afirma que o ano de 1968 pode ser considerado início de um *crescendo* do autoritarismo e da violência estatal, ainda em democracia. Segundo o historiador, “a descontinuidade simbólica que representa [o '68] tem eclipsado o processo prévio de acumulação da crise, e absorvido um trecho da história posterior.” (Demassi, 2001: 13). Parte dessa história posterior é o golpe de Estado de junho de 1973, que impôs uma ditadura de 12 anos no país, com eleições suspensas até novembro de 1984 e toma de posse de presidente eleito em março de 1985. Fala-se da reabertura democrática após 1983, quando são autorizadas algumas passeatas e manifestações massivas, ainda sob o governo militar. Mesmo assim o ano de 1980 significou um importante antecedente para a restauração democrática, pois, em novembro, fora rejeitada, mediante plebiscito, uma reforma constitucional proposta pelo regime.

Para além da ressonância do vocábulo “êxodo” no imaginário cristão, através do texto bíblico e da história da nação judia, no Uruguai remete para o evento histórico conhecido como “êxodo do povo oriental”, uma espécie de peregrinação guiada por um líder secular, o “*caudillo*”⁵⁸ José Artigas, em 1811, durante as lutas de independência contra a monarquia espanhola nos territórios do Vice-reino do Rio da Prata, ao oriente e ao ocidente do Rio Uruguai. Trata-se de uma marcha para o norte, até o rio Ayuí, na atual província argentina de Concórdia, iniciada por Artigas, após a retirada do cerco à cidade de Montevideú, em mãos dos monarquistas espanhóis e crioulos.

A referência à “orientalidade”, relativa à situação geográfica dos territórios do atual Uruguai, nas margens orientais do rio Uruguai, é também relativa ao processo pelo qual esta “*Banda*” Oriental acaba separada das Províncias (hoje argentinas) do Rio da Prata. Precisamente, este “processo” está sendo atualmente celebrado como processo fundacional da nação uruguaia, ou “oriental”, através das comemorações do Bicentenário promovidas pelo governo de José Mujica (2010-2014).

Uma primeira versão da orientalidade, como narração de nação, surgira já em finais do século XIX, constituindo o que Carolina González Laurino (2001) considera a primeira “matriz identitária” nacional. A “orientalidade” é tecida pela intelectualidade do jovem país, inventando uma “tradição” nacional, cujos “tipos humanos” emblemáticos são o “indomesticável” (rebelde, corajoso e amante da liberdade) índio *charrúa* e o *gaucho*, “herói anônimo das lutas pela independência”. Paradoxalmente, dois grupos sociais marginalizados, em tempos de consolidação da propriedade privada da terra e em meio ao esforço estatal de centralização e controle do poder militar (Gonzalez, 2001: 18)⁵⁹.

O apelo à “orientalidade” é direto no tratamento da emigração e do exílio como “êxodo”. Esta associação perdurável até hoje, embora o termo “diáspora” veio se impôr no campo semântico relativo à emigração de uruguaiois, encontra raízes nas construções

⁵⁸ Figura político-militar, cuja forma de liderança, mistura de carisma e capacidade militar, fora substituída pela lógica política dos partidos já em inícios do século XX.

⁵⁹ Segundo González Laurino, este relato será revisado em inícios do século XX, com a chamada “segunda modernização”, de corte redistributivo e cuja política de população orientou-se à “integração” dos imigrantes que em grande número chegaram ao Uruguai, contribuindo para a ocupação de um território praticamente vazio. Desse proceso emerge uma versão de nacionalidade, a “uruguidade”, “cosmopolita e universalista, baseada no eurocentrismo de molde francês”, afirmando “a excepcionalidade dos signos modernos frente ao primitivismo social, político, econômico e cultural da região”, sustento do clichê do Uruguai como “a Suíza de América” (González, 2001: 18-19).

historiográficas, literárias e pictóricas que em finais do século XIX acentuaram o caráter épico do êxodo artiguista, como fonte de sentidos para a fundação da nação oriental⁶⁰.

O historiador Francisco Bauzá (1849-1899) escrevia na sua “*Historia de la dominación española en el Uruguay*”, publicada entre 1880 e 1882, que com a retirada do General Artigas e o seu exército, em outubro de 1811 iniciou-se:

(...) el movimiento confuso y extraño de un pueblo que abandona el suelo natal. Las familias de los voluntarios que rodeaban a Artigas, fueron las primeras en romper la marcha, buscando la incorporación de sus parientes. Tras ellas, siguieron otras, que seducidas por el ejemplo, debían reforzar con sus elementos viriles las huestes de los patriotas. El desfile de las columnas inmigrantes, emprendido sin orden ni concierto, hacía hormigear por todos los caminos, caravanas de gentes, convoyes de carretas y tropas de ganados que arreaban sus propios dueños.

Citado por Arturo Sergio Visca em: *El éxodo del pueblo oriental* (1968)

É o povo seguindo o guia, voluntariamente, após a *Junta Revolucionária* ter assinado um armistício com o governador monarquista de Montevideú. É o protesto do povo oriental por uma decisão da Junta que sesionava em Buenos Aires. O historiador constrói a primeira versão historiográfica nacionalista do Uruguai (Cf. González, 2001), observe-se o título, incorporando a descrição deste evento prévio ao surgimento da República e apelando para a comovente imagem das famílias “imigrantes”, carregando os seus pertences e o seu gado.

Em 2001, a politóloga Constanza Moreira e a demógrafa Adela Pellegrino, da UDELAR⁶¹, apontavam que a emigração das décadas de 1960 e 1970 marcou o início no Uruguai de uma “era da população dispersa com uma dimensão global ou diáspora” (2001: 128). A evocação ao êxodo persiste, quando as autoras afirmam que a instalação da ditadura “implicou em um êxodo”:

“...si bien no todos los emigrantes eran víctimas de la persecución, el fin del sistema democrático presentaba una oposición que se manifestaba en un éxodo. Comenzaba a nacer el Uruguay como nación en diáspora.”

⁶⁰ As pinturas de Juan Manuel Blanes (1830-1901) e a poesia de Juan Zorrilla de San Martín (1855-1931), fazem parte dessa construção “ética, estética e política” da figura de Artigas como herói e de eventos como o referido êxodo ou a *Cruzada Libertadora* protagonizada pelos *Treinta y tres orientales*, em 1825, como fundantes do Uruguai (González, 2001).

⁶¹ Nas últimas décadas, verifica-se um estreitamento das relações históricas entre o campo político e o campo acadêmico uruguaio, fundamentalmente através da apropriação do conhecimento e da captação de profissionais e intelectuais da Universidade da República (Udelar), única universidade pública do país. Quando a palavra “diáspora” ingressa no âmbito dos discursos políticos, amplificados pela imprensa, e é apropriada pelo “senso comum” para significar uma parte “dispersa” da nação uruguaia, ela já estava incorporada ao linguajar da pesquisa sócio-demográfica.

Tal como o campo político uruguaio ficou configurado após 2005, o papel dos cientistas sociais na elaboração das linhas políticas sobre temas como a emigração e a vinculação com a população emigrada foi reafirmado. De um lado, isto faz parte de uma tendência generalizada nas sociedades ocidentais contemporâneas dos atores de governo delegar nos técnicos das diversas áreas do conhecimento a elaboração de sofisticadas técnicas de controle e manejo das populações. De outro lado, o partido eleito em 2004 no Uruguai, tem sustentado seus programas de governo neste tipo de argumentações científico-técnicas e diversos estudiosos têm sido incorporados à orgânica do partido⁶².

No mencionado trabalho, Moreira e Pellegrino propõem um “projeto de integração [política] inclusivo”. As autoras historicizam o processo de ampliação da cidadania no Uruguai, sobretudo como direitos políticos, tanto em relação aos seus nacionais quanto aos estrangeiros que ali chegavam para residir, atribuindo um caráter “transnacional” ao Uruguai do século XIX e inícios do XX.

A seguir elas propõem a vinculação com a “diáspora qualificada”, com objetivos de desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacional, e a extensão do direito ao voto para os uruguaios residentes no exterior. Moreira e Pellegrino argumentam em termos de reconhecimento da diferença, para além da importância quantitativa da participação eleitoral dos uruguaios “de fora”:

Ello pasa por reconocer a estos grupos como portadores de su “diferencia” específica, lo que reclama un modo particular de integración que dé cuenta de ella, a través de proyectos e iniciativas que estimulen un comportamiento ciudadano “activo”, más allá de los dispositivos legales existentes.

(Moreira e Pellegrino, 2001: 136)

Uma concepção de “cidadania diferenciada” contribuiria, segundo as autoras, para esse modelo integrador de sociedade enquanto comunidade política, permitindo a inclusão prática, através do exercício ativo da cidadania, dos cidadãos atualmente excluídos de fato, embora não de direito⁶³.

⁶² Tal o caso da pesquisadora Constanza Moreira, atualmente senadora pelo MPP (Movimento de Participação Popular), partido integrante do Frente Amplio, setor atualmente majoritário.

⁶³ A legislação uruguaia não prevê a perda da cidadania por afastamento do território do Estado. Entretanto, não há um mecanismo normativo e prático que viabilize o direito a votar dos cidadãos que residem no exterior.

Precisamente, estes dois eixos propostos por Moreira e Pellegrino em 2001, foram retomados pelas redes organizadas de migrantes uruguaios espalhadas pelo mundo e pelos próprios membros dos governos frenteamplistas que se sucedeu em 2005-2009 e em 2010 até o presente. A vinculação com o pessoal qualificado não adquire grande relevo na opinião pública geral, pois atinge uma população específica, quantitativamente pequena e cujos canais de comunicação e vinculação com o Estado costumam permanecer mais ou menos invisíveis para a população geral⁶⁴.

Em 2010, foi implementada uma política de educação especificamente voltada para a população uruguaia no exterior, “*uruguay@s por el mundo*”⁶⁵. Esta política não recebera grande difusão nem transcendera no tempo o debate público. Não encontrei entre os meus interlocutores, nenhum indivíduo que se acolhera aos seus benefícios. Trata-se de um mecanismo que permite completar estudos secundários no exterior, através de cursos à distância e da aplicação das provas de avaliação nos escritórios consulares das localidades de destino, mediante conexões eletrônicas com os docentes em Montevideu.

Já a questão do direito a voto extraterritorial, é uma questão muito sensível que tem evidenciado a fragilidade do “projeto de integração inclusivo” promovido pelos dois governos frenteamplistas mencionados. Esta questão atravessa meu campo de pesquisa, revelando-se dinâmica nas práticas dos diversos atores coletivos com os quais interagi. Fundamentalmente, trato da interação durante o ano de 2009 com o Conselho Consultivo de Uruguaios em Porto Alegre (CCU-POA), e em Barcelona, a partir de maio de 2012, com os uruguaios que criaram uma Plataforma reivindicativa do direito a voto, a Plataforma VEU. Essas experiências estiveram marcadas pela dinâmica político-eleitoral do país de origem, e pelas conjunturas locais nas quais estes atores desenvolvem suas práticas.

Como parte das novas políticas orientadas para a população extraterritorial pelo Estado uruguaio, cria-se, em 2005, o Escritório de Vinculação com os uruguaios no

⁶⁴ Trata-se de canais institucionais como as diferentes plataformas de comunicação da UDELAR com os seus formados, a conexão promovida pela recentemente criada Agência Nacional de Pesquisa e Inovação (ANNI), ou mesmo comunicações específicas viabilizadas pelos escritórios consulares que mantêm um registro (voluntário) do pessoal qualificado uruguaio residente dentro da sua área de ação diplomática.

⁶⁵ <http://www.uruguayeduca.edu.uy/Portal.Base/Web/VerContenido.aspx?ID=209586>

exterior, dentro do Ministério das Relações Exteriores (MRREE)⁶⁶. Na verdade, tratou-se da transformação do antigo escritório de Assuntos Consulares, incorporando explicitamente o que sempre deveria ter sido parte das suas tarefas, servir denexo entre os cidadãos e o Estado uruguaio, fora das fronteiras.

A criação dos Conselhos Consultivos, órgãos da “sociedade civil” em diáspora, a princípio destinados a funcionar como interface entre as “colônias” de uruguaio e os escritórios diplomáticos nas diversas localidades de destino, faz parte desta nova era nas políticas de população no Uruguai⁶⁷. Estes Conselhos, não têm poder de incidir diretamente no governo, mas, sim a capacidade de criar e viabilizar opinião, e em função da capacidade de mobilização dos seus membros, de monopolizar a interlocução com o Estado de origem. Com tempo, eles conseguiram interlocução direta com o escritório de vinculação no MRREE, sediado em Montevidéu, minimizando a intermediação dos diplomatas das sedes consulares em destino.

A partir de 2005, os motes “Departamento 20” e “Pátria Peregrina” foram empregados para denominar o escritório ministerial de vinculação, apelando para o poder de diferentes imagens envolvidas nestes termos. Como parte da publicidade governamental da nova política em vias de implementação, esses motes foram difundidos indistintamente para denominar, ora o escritório ministerial, ora a própria população residente além fronteiras. A palavra “diáspora” já circulava nos discursos das ciências sociais, da imprensa e dos atores políticos e movimentos sociais. Assim, na interlocução etnográfica tenho escutado uma alternância entre as categorias de “diáspora”, “Departamento 20” e “Pátria Peregrina”. As significações a elas associadas variam com o lugar a partir do qual os diferentes atores se expressam e se deslocam segundo os interlocutores em questão.

Nas narrativas da memória, tecidas no ato de lembrar, o “Departamento 20” ou “a diáspora” remetem para experiências compartilhadas com outros conterrâneos ao

⁶⁶ Uma resenha das políticas de população, ou da ausência delas, na história do Estado uruguaio é apresentada pelo antropólogo uruguaio Javier Taks (2006).

⁶⁷ Para além do mandato governamental, no geral, os Conselhos têm se atribuído por estatuto tarefas de difusão cultural e de preservação dos laços de pertença e identidade nacional. Como ficou evidenciado na pesquisa, tanto no Brasil, quanto na Espanha, as práticas ditas culturais cumprem muitas vezes importante papel de demonstrar a capacidade de mobilização dos diversos grupos organizados. Neste sentido, “a cultura” de origem que se difunde é também um recorte significativo que resulta informativo das pertenças e das construções de identidade destes grupos.

longo dos itinerários pessoais de migração. Muitos interlocutores, inclusive, ignoram a existência dos mecanismos de vinculação consular e se alguma vez ouviram o nome “Departamento 20”, recorrem a mim para saber o que isso possa vir a ser.

Como aponta Denise Jardim (2000), em trabalho sobre as famílias palestinas do Chui, no sul do Brasil, para estes indivíduos, a diáspora remete para os parentes e amigos espalhados pelo mundo, para as viagens organizadas para se conhecer esses parentes e para se preservar uma cultura própria, entre localidades de diversos países. De forma semelhante, este é o significado que a palavra “diáspora” adquire para um homem como Leonardo, cujos filhos nasceram na Holanda e no Brasil e residem no Uruguai, na Espanha ou no Rio de Janeiro, enquanto ele vive em Florianópolis. Um indivíduo que mantém laços profissionais com colegas que foi conhecendo ou reencontrando nas diversas localidades do seu itinerário migratório.

Ao mesmo tempo, termos como “diáspora uruguaia”, “Departamento 20” ou “Patria Peregrina” são parte da retórica à qual apelam grupos específicos de migrantes uruguaios, como forma de agenciar a participação no campo social e político transnacionalizado e translocal, atravessado e, (re)configurado pelas novas políticas públicas que venho resenhando. Como lembra James Clifford, a palavra “diáspora” não significa apenas transnacionalidade e movimento. Ela envolve lutas políticas “para definir o local, como comunidade distintiva, nos contextos históricos do deslocamento” (1997: 308). Ou seja, os processos de negociação sobre a nação e sobre as próprias formas de entender a vinculação formal com o país de origem, além das posições diferenciais que nessa negociação os diferentes grupos de migrantes ocupam.

Outrora, a evocação do “êxodo” de 1811, que por força do trabalho estético fora convertido em tradição épica da nação oriental, servia para enfatizar a identidade da “comunidade” dos exilados com a nação uruguaia em sentido amplo. Atualmente, o recurso para a categoria de “diáspora”, cumpre função semelhante, em tempos em que grupos de população são “criados” pelas engenharias de governança e sua capacidade de ter sucesso na reivindicação de políticas particulares depende, entre outras coisas, da possibilidade de se legitimar enquanto “comunidades”, detentoras de laços específicos de solidariedade moral (Cf. Chatterjee, 2008).

A categoria “diáspora” ingressa no campo de interlocução nacional como parte dos deslocamentos políticos que atingem o Uruguai como parte do mundo e da região. À época do lançamento da nova política de vinculação com os uruguaios no exterior, a

Organização Internacional para as Migrações (OIM) havia realizado uma análise e um informe “global” sobre a vinculação das diásporas às políticas de desenvolvimento dos países de origem. Uma segunda etapa desse estudo focava especificamente em países de América Latina e do Caribe, aos que se enviara um questionário a fim de:

(...) recabar datos para definir cómo las diásporas pueden contribuir con el desarrollo de sus países de origen y cómo difieren los programas de desarrollo tradicionales a aquellos que vinculan a las diásporas. [Além de] ...analizar experiencias exitosas sobre las políticas gubernamentales destinadas a estimular el desarrollo por parte de las diásporas, que puedan informar sobre las políticas existentes y servir como ejemplo – bien sea para mostrar los éxitos o limitaciones – a otros países de la región.

(OIM, 2007: 1)

Ou seja, uma pesquisa cujos pressupostos iniciais são que a incorporação das populações diaspóricas às políticas públicas nacionais são desejáveis, desde que realizada de modo adequado, para o “desenvolvimento” e que há exemplos bem sucedidos a serem difundidos pedagogicamente entre os países da região. Nesse contexto regional e global se inscreve a política de vinculação implementada pelo governo uruguaio em 2005 e a celeridade com que o mesmo, recentemente renovado, deu trâmite legislativo a uma lei migratória em 2007 (Lei 18250).

Neste contexto, atores como os grupos de migrantes que se organizam ao redor da pertença nacional de origem, e em particular aqueles que levam adiante reivindicações de direitos específicos, se apropriam das categorias e discursos que, ora o Estado, ora os órgãos de governança global, disponibilizam para a interlocução. Pois, como lembra Alejandro Grimson, o campo de interlocução é um espaço social e simbólico no qual uma série de atores se reconhece enquanto participantes legítimos, mesmo como inimigos ou adversários, mediante a adoção de um tipo de identificação validada nesse campo; outro tipo de identificação resultaria incompreensível no diálogo e no conflito social (Grimson, 2006: 4).

O CCU-POA entre o êxodo e a diáspora.

Para a época da minha entrada em campo, em 2009, a noção de “diáspora” já havia sido incorporada e ela se articulava com a narração da orientalidade, no contexto, por exemplo, da reivindicação de direitos cidadãos diante o Estado uruguaio. De um lado, legitimando a existência de uma comunidade “outra”, a população em diáspora, mas, ao mesmo tempo, “igual”, “oriental” e “cidadã”, quanto os uruguaios de dentro de

fronteiras. Demandando uma política pública específica, em nome da igualdade da nação e da diferença decorrente da situação de emigração.

Em abril de 2009 retomo o contato com o Conselho Consultivo de Porto Alegre⁶⁸, por ocasião da eleição dos seus membros. O evento teve lugar em uma sala da Assembléia Legislativa do Estado de Rio Grande do Sul, no sábado 25 de abril de 2009, durante a jornada toda. Eu acompanhei boa parte do evento, quase do início e até as despedidas intermináveis à porta da Assembléia, ao redor das oito da noite. Essa participação valeu-me o contato com os que seriam meus interlocutores durante mais de dois anos.

Recém-chegada, me apresentando e tentando ouvir e ver tudo o que me ajudasse a compreender aquele espaço da “sociedade civil” em diáspora, chamou minha atenção o fato de haver uma única chapa eleitoral, com quinze titulares e dez suplentes. Também me pareceu significativo o número de votantes, que não ultrapassou os quarenta. Isto é, apenas catorze não conselheiros participaram da eleição, o que me colocou de início algumas perguntas sobre a representatividade e abrangência do Conselho na população de uruguaios de Porto Alegre.

O lema da chapa era “*Construyendo la solidaridad en la unión de los orientales*” e a folha branca, tamanho A4, exibia no cabeçalho o gráfico do “*Departamento 20, La patria peregrina*”. Em abril de 2009, último ano do primeiro período de governo do Frente Amplio, o Conselho Consultivo de Porto Alegre mantinha sua adesão à “orientalidade”⁶⁹ e incorporava as denominações impostas pela nova política consular.

Na convocação a participar da eleição, enviada por correio eletrônico pelo CCU – POA se dedicava mais da metade do texto a explicitar as transformações na política de vinculação do Estado uruguaio com os uruguaios “de fora”, “o Departamento 20 ou Pátria Peregrina”, a partir de 2005. Ali se explicava que os Conselhos Consultivos, criados naquele ano, haviam sido reconhecidos pela Lei de Migração, nº 18.250, de

⁶⁸ Havia me aproximado desse grupo em 2007, por ocasião da comemoração da Independência uruguaia na cidade de Porto Alegre, à qual eu acabava de chegar como estudante de mestrado do PPGAS-UFRGS. Participei daquele evento como cidadã uruguaia e não como pesquisadora (ver capítulo 2).

⁶⁹ No passado, os membros deste Conselho, enquanto simpatizantes organizados do Frente Amplio, haviam editado uma revista intitulada “La hoja oriental”, com temas relativos à “coletividade” uruguaia e publicidade de comerciantes uruguaios da cidade. À época da minha entrada em campo, a revista não estava sendo editada. O “comitê” que agrupava estes militantes do FA chama-se “La Redota”, um dos motes para o êxodo do “povo oriental”, em 1811. E numerosas referências à orientalidade se repetem nas diversas comunicações públicas do Conselho.

2007. E se resenhava que, “após um árduo processo de reuniões” se havia conformado um primeiro CCU – POA, que agora devia renovar seus integrantes:

Ahora llamamos nuevamente a la realización de elecciones para que, en aplicación del – para los uruguayos – tan sagrado proceso democrático, podamos continuarlo, ampliarlo y renovarlo, incorporando [ao CCU – POA] a todos aquellos que estén dispuestos a colaborar en la integración de la colectividad oriental y en el reconocimiento de que los uruguayos que estamos en el exterior somos parte inalienable de la Nación Oriental. Es en ese espíritu que convocamos a la comunidad uruguaya a acercarse el día 25 de abril a informarse mejor y votar. Emitiendo su voto, cada conciudadano estará contribuyendo a fortalecer el vínculo con la patria que nunca abandonamos en nuestros corazones.

CCU – POA, correio eletrônico, 23 de abril de 2009 [minha ênfase]

A convocação apelava fortemente para o sentimento de pertença à nação “oriental” e para o papel dos Conselhos Consultivos na reivindicação de reconhecimento dos uruguaios “de fora” como parte dessa nação. Saliento também a sacralização do processo democrático, em particular do exercício eleitoral, como elemento de identidade uruguaia e como forma de integração à comunidade política (Cf. Caetano 1992, 2001).

Parte das transformações observadas ao longo da pesquisa, o mote “Pátria Peregrina”, associado à primeira presidência do Frente Amplio no Uruguai, e difundido nos discursos do Presidente Tabaré Vázquez, acabou caindo no esquecimento dos grupos organizados com os quais interagi, e no geral, essa categoria ficou fora de uso nas comunicações entre o Estado uruguaio e a população diaspórica. É interessante apontar que esse mote alude diretamente para a estetização do êxodo de 1811, feita pelo poeta Juan Zorrilla de San Martín em 1910 em *La epopeya de Artigas*:

¡Oh, la buena primera patria peregrinante! Se la ve hacer alto, tras los días de fatiga y sufrimiento, en la margen montuosa de algún arroyo, y se piensa en los cantos de Ossían, en los sacrificios de Ulises o Eneas a los dioses inmortales, o a las divinidades tutelares de la raza.

(Zorrilla de San Martín, [1910] 1968: 22).

A “diáspora uruguaia” contemporânea continua sendo referenciada àquele êxodo original do povo “oriental”, que acompanhara o General Artigas para a margem argentina do Rio Uruguai em 1811, entretanto o mote “Patria Peregrina” fora

abandonado com a renovação dos quadros de governo no Uruguai⁷⁰. O que está em jogo, do ponto de vista dos migrantes, são as suas adesões às diferentes facções que conformam o Frente Amplio, em tanto coligação de partidos. No tempo da etnografia em Porto Alegre, observara como os membros do Conselho Consultivo naquela cidade, acompanhavam as designações de secretários, diretores ou ministros, como parte do jogo de posições partidárias que os aproximava ou os afastava de interlocutores chave, alguns dos quais eles podiam interpelar diretamente através de uma simples ligação telefônica, enquanto camaradas de partido.

Estas conexões dos migrantes com os quadros de governo em origem são fundamentais para a sua militância. Assim, ao chegar à Catalunha, com um segundo governo frenteamplista, de corte “MPPista”, observara antigos militantes mais próximos a este setor aumentar o seu protagonismo. Através de redes interpessoais, de parentes e de amigos, os militantes transnacionais conseguem acessar as chefias do Ministério, o que não garante a obtenção das suas reivindicações de modo direto, mas, amplifica sua capacidade de influir na interlocução com o Estado de origem.

Em meio às renovações nos quadros políticos no governo e em meio às mudanças nas posições relativas dos diferentes grupos de militantes transnacionais, o mote “Departamento 20” perdura como denominador da população uruguia em diáspora, ainda na etapa final da minha pesquisa. Apesar de alguns interlocutores não conhecer a denominação, nem as políticas a ela associadas, parece-me significativo o uso que dela fazem os militantes, sobretudo, na etapa final da pesquisa, junto aos militantes que encontrara na Catalunha.

“Departamento 20” remete para a divisão administrativa do território uruguio, em 19 departamentos, ou províncias. O vigésimo departamento estaria constituído pela diáspora, tratando-se de um departamento cuja população está dispersa, um departamento não aderido ao território. Entretanto, a referência à territorialidade de origem opera na perdurabilidade dessa categoria.

⁷⁰ Com a segunda presidência do Frente Amplio houve uma renovação dos quadros de governo, passando da posição majoritária do Partido Socialista para a maioria do MPP (Movimento de Participação Popular), setor ao qual pertence o atual Presidente, José Mujica. Isto implicou na substituição dos funcionários de confiança, por exemplo, no Ministério das Relações Exteriores e no escritório de vinculação, com mudanças às vezes mais sutis, às vezes mais radicais na orientação das políticas.

A Plataforma VEU: vozes uruguaias em Catalunha⁷¹.

Em maio de 2012, acessei o grupo de militantes que, em Barcelona, estava se organizando como Plataforma Voto Exterior Uruguay (Plataforma VEU), plataforma de reivindicação do voto extraterritorial, transversal às diversas associações de uruguaios existentes na Catalunha e paralela ao Conselho Consultivo que atua nessa Autonomia da Espanha. Essa transversalidade, e minha adesão à reivindicação, levou-me a aceitar minha incorporação ao grupo, não apenas como pesquisadora, mas, também, como participante.

Em uma das primeiras reuniões que mantínhamos em *Casa del Uruguay*, nas proximidades da Universidade de Barcelona e da estação de trem e de metrô *Passeig de Gràcia*, participei da escolha da identidade gráfica da Plataforma. Nas conversações preliminares à conformação do grupo, havia-se designado como principal encarregado de desenhar um gráfico identificador um dos artistas plásticos que conformam a Plataforma, Yamandú. As propostas por ele feitas envolviam o mapa do Uruguai, reinterpretado de modo tal que o mesmo mapa duplicado e espelhado, invertido, ou justaposto, viera significar, por via da manipulação da representação geográfica do território, a existência de “dois Uruguai”, “o de fora” o “de dentro”.

Eu achei paradoxal, identificar a luta pelo direito a voto para além do território do Estado, através da referência direta a esse território. Minha opinião foi acolhida pelo grupo e abriu-se o espaço para um pequeno concurso de gráficos. Poucos dias depois escolhíamos um outro e, mais tarde, recebíamos a insatisfação de Yamandú, quem imaginara ser o autor da identidade gráfica do grupo.

Em dezembro de 2012, realizou-se em Montevideu um encontro entre militantes pelo voto extraterritorial e as autoridades do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai. Esse encontro fora promovido pelos militantes de Paris, Gotemburgo, Córdoba-Argentina, e os membros da Plataforma VEU, entre outros⁷². Esta rede transacional, denominada “Ronda Cívica” agrupa Conselhos Consultivos e outras

⁷¹ A palavra catalã “veu” significa “voz”.

⁷² A lista completa de organizadores inclui: *Consejos Consultivos de París, Córdoba, Gotemburgo, Cataluña, Nueva Jersey, Paraguay, Bahía, Méjico DF, Tenerife, La Plata, Rosario, Buenos Aires, Río de Janeiro Espiritu Santo*. Além de: *Plataforma Voto Exterior Uruguay V.E.U., Casa Uruguay Tenerife, Casa de la Amistad Urug./Méjico, Asoc. Cultural Italia Uruguay, Retornados a Uruguay, Association Franco Uruguayenne, Asoc. Amigos de Uruguay de Vigo, La Camdombe Sur (Paraguay), Casa Uruguay Barcelona, Centro Cultural y Social José Artigas Uruguayos en Mar del Plata*. (Jornadas Ciudadanas. Programa. Montevideu, dezembro 2012)

organizações de uruguaios ao longo do planeta e surge, visando explorar o novo “tempo da política” que se configura com vistas às eleições nacionais de finais de 2014 no Uruguai, para melhor se posicionar na demanda do direito a voto.

O encontro denominou-se “Jornadas Cidadãs” e durante uma semana foi espaço de palestras e debates, junto a legisladores e autoridades ministeriais, assim como junto a ONGs envolvidas com a emigração/inmigração e retorno de uruguaios, ou agências internacionais com sede em Montevidéu, como a OIM. Os diferentes militantes, sobretudo os que vieram de Paris, Barcelona e Córdoba, mantiveram intensa atividade junto à imprensa local, tentando colocar sua posição na opinião pública.

Atividade derradeira daquela intensa semana, fora a visita a exposição de Yamandú, no espaço da Bienal de Arte de Montevidéu⁷³. Ele mostrou com orgulho sua obra, para uns quantos membros da Ronda Cívica e, sobretudo, da Plataforma, além de outros amigos e parceiros de militância de Barcelona. O título da exposição era “Hay lugar”, e ali estavam aqueles mapas do Uruguai apresentados como gráficos para a Plataforma, em maio de 2012. A viagem de emigração era eixo da montagem, que incluía uma embarcação (uma canoa ou piragua) para se dizer sobre a travessia do mar e várias reinterpretações do mapa do Uruguai.

Significativamente, uma das peças expostas intitula-se “Mapa 20”. Apesar da ênfase das palavras de Yamandú no lugar como porção do território, e da insistência imagética no mapa e nas representações de um lugar físico, mesurável, o tempo vivido emerge na escolha de “uma paisagem de adolescência”, a Serra das Ânimas, no sudeste uruguaio, para uma “brincadeira” visual – não há vulcões no território uruguaio - datada no dia do golpe de Estado que inaugurara a ditadura recente e, como consequência dela, o exílio de milhares de uruguaios. A peça, desenho em aquarela e lápiz (24 x 34 cm), intitula-se “*Erupción del*



Imagem 38

⁷³ <http://www.bienaldemontevideo.com/>

Volcán de Las Ánimas en la mañana del 27 de junio de 1973”. Uma dupla datação, na memória coletiva da ditadura e do exílio e na memória do adolescente que visitara essas serras.

Ao lado, uma impressão digital (40 x 70cm), mostra um mapa do Uruguai emergindo como a fumaça do vulcão, daquele ponto onde se situa o morro das Ânimas. O mapa projeta-se, invertindo a convenção de situar o sul para baixo e o norte no topo, sobre o Rio da Prata. O território da Argentina não está representado, alargando exageradamente o rio. Trata-se do “Mapa 20”, em alusão ao *Departamento 20*. Se a lermos junto à vizinha, poderíamos interpretar que este departamento, que é extra-territorial, mas, na representação de Yamandú é idêntico ao território do Estado uruguaio, é produto da imaginária erupção vulcânica, metáfora do golpe de Estado de 1973. Uma alusão bastante direta ao exílio como substrato identitário do *Departamento 20*.

Assim, os diferentes atores agenciam esta e outras categorias que provém ora do campo acadêmico, ora do campo político, para se pensar e se imaginar a si próprios e para narrar sua própria experiência de diáspora, de exílio ou de emigração. No caso do



Imagem 39

trabalho de Yamandú, ele produz sentidos artísticos, mas, eventualmente os põe a disposição para o jogo político junto aos parceiros da Plataforma, quando buscavam desenhar (literal e metaforicamente) uma identidade local, para uma ação transnacional.

Marcas de origem, conjunturas de acolhida (1): CCU-POA de 25 de agosto de 2007 a 25 de agosto de 2009.

Estes deslocamentos semânticos e a pluralidade das enunciações são expressivos da complexidade do campo e das formas em que os diversos atores manejam suas posições relativas nele. Os contextos locais de ação não carecem de importância para estas dinâmicas relacionais. Como lembra Lolicato (2011), as normas das sociedades de

destino e as formas de incorporação dos migrantes, configuram a “estrutura de oportunidades políticas” dos coletivos transnacionais, isto é, as possibilidades de ação e um contexto político dado. O fato de eles desenvolverem práticas que transcendem as fronteiras dos Estados, não os coloca em um espaço virtual. Muito pelo contrário, eles atuam em localidades concretas e estabelecem conexões com outros militantes também marcados pelas conjunturas de acolhida.

Apresento a seguir um contraponto entre duas celebrações da Independência do Uruguai vivenciadas em Porto Alegre, junto aos membros do CCU-POA. A de agosto de 2007, evento no qual tomei contato com este grupo⁷⁴, e a de 2009, já envolvida através da pesquisa nas práticas militantes dos conselheiros. Trago algumas reflexões sobre a posição do grupo perante as variações nas conjunturas no país de origem e na localidade de destino.

Em agosto de 2009, recebi o convite para o ato de comemoração da Independência, através de um interlocutor alheio ao Conselho, Juan. Ele é um homem de uns 60 anos, músico, residente na localidade metropolitana de Campo Bom, alheio aos grupos de uruguaios com militância política, e em certa medida crítico desses grupos. Eu mantivera algumas conversas com ele em Porto Alegre, depois que o dono de uma banca de jornais da Cidade Baixa, nos apresentara, pelo mês de junho de 2009.

Juan me enviara uma mensagem de texto ao celular, na véspera do evento, sabedor do meu interesse pela diáspora uruguaia em Porto Alegre:

Manana hay una conmemoracion con motivo de la independencia de uruguay aparecete es en la plaza de la alfandega en el memorial de RS JUAN

Convidei o colega Alex Moraes, nessa época encerrando o seu trabalho sobre esta diáspora, e lá fomos. A caminho do evento, entre a universidade e o Memorial de Rio Grande do Sul, eu manifestara minha curiosidade pelo fato de, à diferença do meu anterior ato da Independência uruguaia em Porto Alegre, não ter recebido o convite através do Conselho Consultivo. Já no local, o próprio Juan me entregaria o convite por ele recebido do Consulado uruguaio nesta cidade.

O contraste com a comemoração de 2007 foi forte. Em primeiro lugar, não estávamos no espaço da sociedade civil, senão, em meio a um ato protocolar entre o Estado nacional uruguaio e o governo estadual do Rio Grande do Sul.

⁷⁴ Tratei deste primeiro contato no capítulo 2.

A comemoração na Igreja Pompéia, em 2007, apresentou fortes traços de encontro entre amigos, sendo a participação do Consulado muito breve, nas palavras de saudação transmitidas pelo próprio Cônsul, sempre acompanhado da sua esposa, e enviadas pelo diretor do escritório de vinculação com os uruguaios do exterior, em Montevideú, então chamado “Departamento 20”. Naquele evento privilegiou-se a sociabilidade e a degustação gastronômica, em um ambiente informal, acompanhado pela música executada por membros do grupo, pertencentes tanto ao Comitê de base La Redota, quanto ao Conselho Consultivo.

Já no Memorial, em 2009, o Consulado era o convocante e não houve nenhuma participação dos militantes na organização. O mesmo evento foi o ato inaugural de uma exposição museográfica singular, “Colônia do Sacramento. Nossa origem”. Além da presença diplomática uruguaia, as autoridades e algumas figuras da intelectualidade gaúcha estiveram presentes. Montaram um pequeno estúdio de TV, no qual se filmou uma reportagem do qual participara o coordenador do Memorial, o senhor Voltaire Schilling, o cônsul uruguaio e um membro do CCU-POA, Fabián. A música esteve a cargo da orquestra da Brigada Militar.

A confluência da celebração independentista uruguaia com a inauguração da mencionada exposição, e os atores envolvidos na organização, contrasta fortemente com a convocatória à “coletividade oriental” da celebração organizada pelo Conselho em 2007. Eu lia aquela convocatória como parte do apelo à “orientalidade”, apropriação da esquerda uruguaia do relato de nação, da qual emerge a figura do General Artigas como “pai” da pátria e na qual o evento do “êxodo” de 1811 serve de metáfora para o exílio dos anos 1970 e para a emigração contemporânea.

Esta construção de identidade tem dominado diversos espaços de ação e discursos dos uruguaios fora de fronteiras nos últimos 40 anos. Em Porto Alegre e na sua área metropolitana, isto não é muito diferente. Consideremos, por exemplo, que à hora de criar os Comitês de base do Frente Amplio, na capital e na região do Vale dos Sinos, os militantes frenteamplistas escolhem o nome “La Redota” para ambas as casas partidárias. “La Redota” é o nome vernáculo do “êxodo” de 1811.

O evento de 2009, no Memorial, põe de relevo a peculiar conjuntura na qual estes grupos atuam. No contexto do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), os Estados uruguaio e brasileiro devem, para além dos intercâmbios comerciais, afiançar uma identidade comum. Para os meus interlocutores, na sua perspectiva de pedestres,

tem sido muito lentas as mudanças na regulação da circulação e residência de cidadãos de ambos os países. Os complicados requisitos, os altos custos e as demoras burocráticas para a obtenção de documentos são as caras visíveis de um acordo de livre circulação, de origem econômica e de escassa ossatura política, na vida cotidiana dos migrantes uruguaios em Porto Alegre. Neste sentido se orientam as suas interações com mediadores como o CIBAI, o Centro de Ajuda ao Imigrante que funciona na Igreja Pompéia, e as demandas viabilizadas pelos Conselhos Consultivos para o Estado nacional de origem.

Talvez o duplo evento de agosto de 2009, tenha sido o primeiro de uma linha de aproximação política entre o Uruguai e o estado brasileiro de Rio Grande do Sul, na busca por sedimentar laços de identidade comum. Ao respeito, em junho de 2011, as autoridades do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai convocaram os cidadãos uruguaios de Porto Alegre para um encontro, que se realizara na Casa de Cultura Mário Quintana, no Centro da cidade. O discurso diplomático foi enfático no sentido de “colaborar” para a consolidação de uma identidade comum, que fortaleça as políticas específicas que eles estavam tecendo junto ao governo estadual em relação à extensa fronteira terrestre entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul. É significativo, de outro lado, que devido às enormes dimensões do Brasil, a interlocução localizada com o estado sulino adquira grande relevância para o Estado uruguaio.

Assim, no 25 de agosto de 2009, enquanto nós, os uruguaios, comemorávamos a controvertida Independência de 1825, o Memorial, parte do Poder Executivo do estado de RS, celebrava a fundação da cidade fortificada de Colônia do Sacramento, em 1680, por parte dos portugueses, em um ato de “usurpação” da Banda Oriental (hoje Uruguai), território da Coroa Espanhola. As disputas pela Banda Oriental foram resolvidas em 1777, com o Tratado de São Ildefonso, através do qual os portugueses entregaram Colônia à Coroa de Espanha.

No “Caderno de História” editado pelo Memorial, se explicita que a exposição “Colônia do Sacramento. Nossa origem” tenta resgatar uma filiação entre os primeiros povoadores de Colônia e os seus descendentes deslocados para o sul do Brasil, além de uma filiação política com as quatro nações fundantes do MERCOSUL, não sem colocar uma nuance separatista ao referir ao Rio Grande do Sul e não ao Brasil todo⁷⁵:

⁷⁵ Cabe referir aqui as interpretações antropológicas da dita identidade “gaúcha”, feita por pesquisadores como Ruben Oliven (1993) ou Eunice Maciel (2000). Oliven aponta para o papel das famílias rurais do

Sobre este tema, segundo o historiador José Mazza Leite:

Colônia, por estar ligada aos primórdios da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do Rio Grande do Sul, pode ser vista como capital histórica do MERCOSUL. (...)

Uma pergunta se impõe: para onde foi a população de origem portuguesa que habitava Colônia, aqueles quase 4000 habitantes na época do governador Vasconcellos? Sabe-se que muitos vieram para Rio Grande de São Pedro e se situaram no “rincão das pelotas” onde hoje se ergue Pelotas.

(Leite, 2009: 29)

José Mazza Leite, o historiador que redige esse caderno é ele mesmo um “pelotense”. Esta localidade gaúcha tem sido importante espaço de desenvolvimento à luz da exportação pecuária. Uma elite terratenente desenvolveu-se nessa área do estado de RS, como aponta Leite, a partir da indústria da carne:

Foi com a chegada dos habitantes de Colônia, que trouxeram seus bens, seu dinamismo e conhecimento que o Rio Grande do Sul iniciou a arrancada de desenvolvimento, tendo como base as charqueadas de Pelotas.

Ibídem

Este desenvolvimento, numa área muito próxima ao território uruguaio configura as relações através das fronteiras, permeáveis historicamente à circulação de pessoas e de mercadorias, de forma legal e a-legal. Problemas concretos de direitos trabalhistas e de regulação da propriedade da terra demandam atenção do Estado uruguaio e do brasileiro, hoje no contexto do MERCOSUL. Embora a reivindicação do passado português de Colônia não seja foco de interesse da historiografia oficial uruguaia, é foco da política regional o bom relacionamento com o Brasil, no geral, e com o Rio Grande do Sul, em particular. Neste sentido, aquela comemoração de Independência, à diferença de muitas outras ao redor do mundo, esteve atravessada pela singular posição do Uruguai a respeito do Brasil e pelas relações específicas com o estado de RS.

De outro lado, o Memorial do RS, que depende administrativamente do Poder Executivo estadual, era em 2009 um espaço carregado por uma marca política da qual os militantes frenteamplistas e conselheiros uruguaio de Porto Alegre sempre insistiram em se diferenciar. À época, o executivo estadual estava em mãos da

estado, cujos filhos se deslocam para a capital, Porto Alegre, na “desterritorialização” da figura do gaúcho, impondo marcas tradicionais da vida de campo, associada à exploração pecuária, na nova vida na metrópole. O uso das roupas “típicas” gaúchas pode cumprir em um evento como aqui narrado o papel de enfatizar essa marca regional, por outra parte, também uma marca de classe no contexto que vem sendo resenhado. Este regionalismo encontra contraste nos “outros” brasileiros, não gaúchos, e cria proximidades com a figura do *gaucho* dos pampas uruguaio e argentino, figura rural ancestral nesses países.

governadora Yeda Crusius, cujo partido e cuja política de governo levantava uma forte oposição entre os movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda.

Em contraste, a sede do Poder Legislativo gaúcho, na Praça Matriz da cidade, para além da conjuntura política presente, carrega na memória dos meus interlocutores a marca de ter sido espaço receptivo à sua militância. Em particular, e sempre através da tecitura de relações pessoais no contexto das simpatias partidárias e as proximidades ideológicas, esse espaço foi aberto durante o período de ditadura e a transição para a democracia para atividades de denúncia dos delitos contra os direitos humanos no Uruguai.

Ato show no dia 22 de agosto pelo voto epistolar – CCI/POA

No inverno de 2009 acompanhei a organização de um espetáculo, de apoio à campanha translocal a favor do voto dos uruguaios no exterior. Este espetáculo se realizou no auditório Dante Barone, no prédio da Assembléia Legislativa de Rio Grande do Sul, em 22 de agosto, e contou com a presença do músico uruguaio Daniel Drexler.

A sede da Assembléia Legislativa do estado de RS é um lugar significativo para os membros do CCU-POA, já dos tempos da Casa da Amizade Brasil – Uruguai e do Comitê La Redota. Eles acedem ao uso do local, graças às relações interpessoais tecidas com políticos locais, ao longo de uma permanência de quase 30 anos na cidade. Esses vínculos baseiam-se, tanto nas identidades e proximidades construídas historicamente entre os partidos de esquerda do Uruguai e do Brasil, quanto nas práticas de participação e militância dos próprios migrantes.

Essas identidades me são referidas pelos conselheiros mais velhos à entrada do auditório onde teria lugar o espetáculo musical. Ali, diante uma fileira de retratos de deputados eméritos e presidentes da Assembléia, Luis Carlos me assinala alguns políticos conhecidos pela sua simpatia ou colaboração com a ditadura ou pela sua linha política de direita. Traça assim uma fronteira, entre esses personagens dos que ele e o grupo se afastam, e os outros políticos locais, “a esquerda” brasileira, nas suas múltiplas vertentes.

Nos encontros prévios ao espetáculo pude compreender que o núcleo ativo que sustenta o Conselho não ultrapassa uma dúzia de indivíduos. Dentre eles, por sua vez, apenas dois ou três se engajaram de fato na preparação do ato e, segundo fiquei sabendo

a posteriori, o desafio foi por eles assumido em meio a um delicado equilíbrio junto aos conselheiros mais céticos a respeito da capacidade de ação do grupo. Houve ali, também, um confronto geracional e de concepção das práticas militantes.

Os migrantes mais velhos, que no dia do evento evocaram emocionados atos de mobilização semelhantes desenvolvidos por eles no passado, a hora de projetar o evento de 22 de agosto de 2009 arguiram que era um projeto ambicioso de mais, para a suas forças atuais. A realização desse evento pôs à prova a capacidade de angariar apoios não apenas simbólicos, mas logísticos e financeiros, apelando para os contatos com redes sociais e políticas locais, particularmente através da militância artística e sindical da jovem Ana.

Eu não participara do encontro onde essa tensa negociação se desenvolvera. Conto para a descrição com o relato de Ana, a militante mais jovem do grupo e a que tomara o desafio quase em solitário. Ela conseguira a colaboração de Martín, outro jovem militante recém-chegado ao Conselho e a intervenção conciliatória de Fabián, integrante do Conselho dos tempos fundacionais, mas, não pertencente à “leva” dos pioneiros, pois chegara a Porto Alegre já em inícios do século XXI.

Pelo contrário, lembro ter sido intensa a evocação de eventos passados organizados coletivamente, que trouxeram até Porto Alegre a outros destacados artistas uruguaios e alguns líderes políticos. Estes eventos, narrados pelos conselheiros mais velhos, remetem para a circulação transnacional de intelectuais e artistas que, durante a ditadura e nos primeiros anos da reabertura democrática, contribui para a conformação de uma dita “cultura do exílio”.

Esta cultura, ou melhor, memória do exílio, informa as práticas do grupo de “veteranos” que detêm um capital simbólico do qual estariam desprovidos os mais novos conselheiros. As posições dentro do CCU – POA se constroem, portanto, com base numa trajetória que lhe precede e de alguma forma nele se estariam processando as acomodações ao novo cenário político tanto do local de origem, quanto do local de destino e do mundo em geral.

Tal como eu escrevia nesse intenso mês:

Este grupo é conformado por quase uma dúzia de pessoas, cuja frequência, papel e poder de incidência variam de indivíduo a indivíduo, em função de graus de comprometimento com essa e outras redes das quais participam, disponibilidade de capital simbólico (Bourdieu) dentro e fora do grupo, afiliações e simpatias políticas no meio local gaúcho e no país de origem e até vínculos de confiança, respeito e afetividade desenvolvidos entre eles ao longo de anos de convívio numa cidade “estrangeira”.

Na mesma jornada de 22 de agosto, em meio às provas de som e os últimos ajustes para os artistas subirem ao palco do Dante Barone, alguns conselheiros me narravam as primeiras viagens para participar nas eleições no Uruguai. Os relatos tomavam o tom da aventura, na que havia “companheiros” sem vistos de residência no Brasil ou com os documentos uruguaios vencidos e deviam ser ingressados pela fronteira “clandestinamente”. Não faltava a jocosidade com detalhes como o traslado de um cachorro “clandestino” dentro de um dos ônibus da “caravana”. A própria noção da “caravana” era magnificada e nunca consegui saber ao certo quantos ônibus compunham a mesma. A primeira caravana, de 1984, cresce a cada relato, indo de 21 ônibus para 40, o que resulta uma cifra exagerada.

Quando em maio de 2010 entrevistei uma conselheira participante daquelas primeiras mobilizações através da fronteira, eu questioneei essas cifras com base na minha experiência de 2009, quando se completou um ônibus para o primeiro turno em outubro, e dois para o segundo, em novembro. A conselheira explicou-me que se tratava de “outro contexto político”, em que a memória do golpe de Estado estava muito presente “na nossa carne”. Já depois dos anos de 1980, a participação diminuiria, pois os recém-chegados “seriam emigrantes econômicos”.

Nesta explicação se encerra uma chave de interpretação que nunca é abertamente explicitada. Os “pioneiros” saíram do Uruguai durante a ditadura, viveram “clandestinos” no Brasil durante longos períodos e se atribuem um papel importante no processo de reabertura democrática, cujo corolário seria a eleição de 1984. Isto está em consonância com a já mencionada “cultura do exílio”, que eu interpreto como uma forma de memória. Como já foi dito, essa memória excede a experiência da perseguição política em sentido estrito, tingindo as narrativas de boa parte dos migrantes da época. A própria interlocutora aqui citada emigrou ainda criança, em 1972, acompanhando seu pai em novo projeto de trabalho.

Dito isto, aponto para a ambigüidade do significante “clandestino” nestes contextos de fala. O clandestino e a clandestinidade remetem nestas memórias do exílio para a resistência e oposição ao regime, onde os partidos com os que estes interlocutores se identificam permaneciam proscritos e atuavam na clandestinidade. Entretanto, na década de 1980 em Porto Alegre, e em muitas cidades do sul do Brasil, a clandestinidade de alguns migrantes significava a irregularidade jurídica como

estrangeiros. Cabe lembrar que a extensa linha de fronteira terrestre entre os dois países permitia numerosas passagens indocumentadas, ao tempo que uma política migratória restritiva no Brasil obstaculizava a obtenção de vistos de residência *a posteriori*, não existindo ainda os Tratados do MERCOSUL que iriam facilitar relativamente o fluxo de pessoas, especialmente após a década de 2000.

Foi no final do evento de 25 de agosto de 2009, no MARGS, quando mais uma vez através da jocosidade alguns membros do CCU – POA voltariam sobre relatos que eu vinha ouvindo nas reuniões prévias e, com mais intensidade, no próprio ato de 22 de agosto na Assembléia Legislativa. Desta vez, eu já havia compartilhado minha perplexidade com meu colega Alex, ali presente, quem havia me confirmado a existência de outro, ou de outros grupos de militantes do Frente Amplio na área metropolitana de Porto Alegre.

Os conselheiros Luis Carlos e Ana faziam piadas junto a Alejandro, artista plástico não envolvido no Conselho, mas que alguma vez emprestara o centro cultural onde trabalha para ali realizar reuniões do CCU – POA. As piadas atribuíam às separações do núcleo “original” de militantes e uma tensa harmonia dentro do Conselho, aos faccionalismos políticos próprios da esquerda uruguaia. Sendo o Frente Amplio uma coligação de partidos, seu funcionamento depende da composição de um consenso baseado em linhas programáticas comuns, mas, com diferenças às vezes substantivas. Alguns confrontos históricos dizem respeito à postura em relação à luta armada, ou aos debates ideológicos entre comunistas, socialistas, trostkistas e outros grupos. Longe de ser entendido como empecilho, esta diversidade constitutiva do Frente Amplio é interpretada como sintoma de saúde democrática, pelo menos no nível do discurso.

As piadas, que os conselheiros e Alejandro faziam, traduziam as dificuldades para alcançar consenso no movimento associativo de uruguaio em Porto Alegre a estas diferenças ideológicas. Ana era acusada jocosamente de “trostkista”, implicando uma postura de questionamento radical constante que impediria a conformação de consenso de tipo mais centralizado, à Partido Comunista, setor do Luis Carlos. Para me convencer dessa harmoniosa diversidade interna, eles foram nomeando setores da esquerda uruguaia e identificando-os com algum conselheiro por mim conhecido. Só não houve nenhum conselheiro para atribuir-lhe uma identidade “tupamara”.

Eu li a brincadeira como informativa das fronteiras simbólicas entre comitês e conselhos, os de Porto Alegre e os de Novo Hamburgo - Vale dos Sinos. Em entrevistas e conversas informais com os membros mais ativos do CCU de Porto Alegre, pude estabelecer que eles se filiam aos partidos Comunista e Socialista no Uruguai e mantêm afiliação com os partidos pares no Brasil ou com partidos ideologicamente próximos, ou se declaram “frenteampelistas independentes”. Talvez não por acaso eu não encontrei nenhum “tupamaro”⁷⁶.

Assim, de abril a agosto de 2009 o CCU – POA foi se delinhando como uma transformação de associações prévias de uruguaios residentes nesta cidade. Todos ou quase todos seus integrantes são militantes do Comitê de Base do Frente Amplio La Redota e há como antecedente um processo de conflito, que acabou sendo inscrito no território. Esta divisão é narrada no registro da jocosidade e atribuída a diferenças de ideias. Entretanto, para além das diferenças ideológicas, a impossibilidade de se conformar um único Conselho Consultivo para Porto Alegre e área metropolitana, pode dizer respeito a disputas pelo domínio da interlocução com o Estado uruguaio, no contexto de novas políticas de vinculação com a diáspora.

Estas disputas podem ser interpretadas à luz das trajetórias diferenciadas dos “dissidentes” e “pioneiros”, detendo os segundos um capital simbólico acumulado através da experiência coletiva prévia à chegada dos primeiros. Conjugam-se aqui geração e pertencas políticas. Ao mesmo tempo, tal como explicita Andrea Lolicato ao tratar de tendência semelhante à “descentralização” das práticas militantes de organizações de argentinos em Roma e em Barcelona, a escassez de recursos e o caráter voluntário destas ações limita as possibilidades de amplas coordenações através de localidades distantes serem mantidas no tempo, a exceção de eventos concretos. De outro lado, a densa trama de relações interpessoais, onde laços de amizade e de parentesco são englobados nas redes de militância, fazem com que níveis de conflito que ameacem a perdurabilidade dos grupos sejam evitados, mesmo ao custo da multiplicação de agrupações (Cf. Lolicato, 2011: 325-332).

Na área metropolitana de Porto Alegre, o grupo que estou denominando dos “dissidentes” criou um segundo Comitê do Frente Amplio e, após 2006, um segundo

⁷⁶ O movimento “tupamaro” foi originalmente um movimento armado que protagonizou a breve guerrilha urbana prévia ao golpe de 1973. Este movimento foi dezimado pela repressão militar e a maioria dos seus líderes mantida em prisão durante vários anos. Desse movimento se desprenderam vários braços partidários incorporados ao Frente Amplio.

Conselho Consultivo, como forma de saída de uma situação de conflito. Os militantes deste Comitê e deste Conselho operam na cidade de Novo Hamburgo e definem sua abrangência a todo o “Vale dos Sinos”. Por sua vez, a capital ficou em mãos dos militantes que se reivindicam como fundadores, pois, com efeito, participaram de outras associações como a Casa da Amizade Uruguai – Brasil (CABU)⁷⁷. Este pioneirismo associativo, que também denota a maior idade como migrante, é concebido pelo grupo da capital como elemento legitimador no jogo social deste Uruguai transnacionalizado.

Isto não inibe, entretanto, a coordenação dos diferentes grupos de militantes em situações específicas, como as viagens ao país de origem, motivadas pela participação nas eleições presidenciais no Uruguai. Em outubro e novembro de 2009, os membros do CCU – POA organizaram duas viagens para participar nos dois turnos eleitorais. Dessas viagens participaram alguns dos militantes do Comitê e do Conselho de Novo Hamburgo, Vale dos Sinos. Para além das diferenças, estava em jogo nessas viagens, tanto a oportunidade de participação individual, quanto uma oportunidade de mostrar capacidade de mobilização coletiva, e de legitimar a reivindicação cidadã enquanto “comunidade” diaspórica ao voto extraterritorial. Essa reivindicação foi objeto de plebiscito no primeiro turno, em outubro de 2009.

Minhas observações limitam-se ao Conselho de uruguaios que opera na capital, embora as viagens tenham me permitido me aproximar de atores do Conselho metropolitano. Entre a primeira e a segunda viagem ficou expressa a tensão entre a dupla identidade dos organizadores portoalegrenses, ora como conselheiros ora como militantes frenteamplistas, além dos temores em relação a um possível fracasso do Frente Amplio nas eleições.

Enquanto alguns conselheiros opinavam que as viagens deviam ser promovidas pelo Conselho, outros insistiam no caráter partidário das mesmas e opinavam que deviam ser organizadas e promovidas, como historicamente, pelo Comitê de Base La Redota. A recepção de interessados em viajar para o primeiro turno se realizou na Igreja Pompéia, já para a segunda viagem as inscrições de interessados se realizaram no Comitê, na Rua Cristóvão Colombo, no Centro de Porto Alegre. A execução de ambas as viagens não mostrou, no entanto, grandes diferenças e a identidade frenteamplista

⁷⁷ A CABU foi a primeira forma associativa que por volta de 1983 se deram estes militantes. O Comitê do Frente Amplio seria aberto em Porto Alegre *a posteriori*. Entretanto, militantes do Partido Comunista uruguaio, com colaboração do PC cubano e alguns apoios políticos locais, haveriam trabalhado desde a CABU na articulação do movimento frenteamplista em Porto Alegre.

foram manifestas nas duas, com investimento no enfeite interno e externo de cada um dos ônibus usados no deslocamento.

A peregrinação do voto

¡Oh, la buena primera patria peregrinante! Se la ve hacer alto, tras los días de fatiga y sufrimiento, en la margen montuosa de algún arroyo, y se piensa en los cantos de Ossían, en los sacrificios de Ulises o Eneas a los dioses inmortales, o a las divinidades tutelares de la raza.

(Zorrilla de San Martín, [1910] 1968: 22)

Trago a continuação uma descrição das viagens eleitorais organizadas pelos uruguaios residentes em Porto Alegre, organizados no Conselho Consultivo de Porto Alegre (CCU – POA), no ano de 2009. Como foi dito, estas viagens guardam uma importância múltipla, relativa à participação no ato eleitoral, de grande importância nas construções de identidade destes uruguaios, à visibilização de reivindicações específicas e à legitimação das próprias demandas através da mobilização coletiva, contribuindo com o traslado de votantes, presumivelmente todos simpatizantes do Frente Amplio.

Estas “peregrinações” eleitorais atualizam o vínculo dos migrantes com o país de origem e viabilizam suas reivindicações diante do Estado e, ao mesmo tempo, permitem aos militantes mais engajados tomar contato com suas “fontes” partidárias no Uruguai, renovando compromissos e reconhecimentos. No mesmo sentido, as chegadas às cidades do interior depois de uma noite de viagem, assim como a chegada a Montevideú, são coordenadas com alguma organização sindical ou algum comitê frenteamplista local. Deste modo, é obtida colaboração para conseguir material publicitário para ornamentar o exterior do ônibus, ou para arranjar espaço onde estacionar os ônibus. Se for possível, se ativam os contatos no Uruguai de modo de ser recebidos por algum meio de comunicação local que publique e divulgue a mobilização transnacional, e para tal, se enfatiza a localidade de procedência, acompanhando as marcas e os emblemas partidários e nacionais com alguma bandeira do Brasil e do Rio Grande do Sul.

O etnólogo brasileiro, João Pacheco de Oliveira Filho, aponta para o fato das identidades étnicas implicarem, ao mesmo tempo, a atualização histórica e a referência à origem, e dali tirarem sua força emocional e política (2004: 33). Se perguntando pela emergência e reformulação de identidades indígenas no Nordeste brasileiro, Oliveira

Filho utiliza a imagem da “viagem da volta” para pensar em deslocamentos constitutivos de processos políticos atuais, mas que se vale de lealdades primordiais ou originárias. O autor pensa as viagens das lideranças indígenas às capitais do Nordeste e ao Rio de Janeiro, com fins de estabelecer alianças, obter reconhecimento oficial ou demarcação de terras, como “romarias políticas”. Estas, combinadas com viagens de caráter religioso, por exemplo, estariam na base da constituição com possibilidades de futuro de novas unidades políticas (2004: 34).

Foi o pesquisador Alex Moraes (2010), quem chamou minha atenção sobre esta noção de viagens “da volta” para pensar nas caravanas eleitorais organizadas pelos uruguaios, primeiro enquanto militantes do Frente Amplio, atualmente a caminho dessa e da nova identidade de membros dos Conselhos e, portanto, interlocutores legitimados com o Estado de origem.

O santuário ao que estes peregrinos se dirigem seria o da democracia representativa, com as urnas como materialidade de uma liturgia que se renova cada cinco anos. Como já foi apontado, ao citar a convocação para a eleição de conselheiros para o CCU – POA em abril de 2009, não é raro no linguajar republicano uruaio tratar do exercício democrático como “sagrado”, em consonância com o intenso processo de secularização que marcou a modernização política do país e impôs a centralidade do cidadão eleitor e dos partidos políticos no modelo de integração social⁷⁸.

Nas viagens de 2009 junto aos conselheiros de Porto Alegre, amigos e parceiros de militância, para os dois turnos eleitorais, vivenciei como era alimentado um sentimento de pertença através de pequenas práticas que dizia respeito a uma emoção compartilhada, relativa à memória de outras viagens e da participação eleitoral antes da emigração, mas também, a um dever moral de exercício da responsabilidade cidadã. As *performances* envolvidas nos deslocamentos terrestres entre Porto Alegre e Montevideú, cumprem o papel de encenar a pertença à comunidade cidadã transnacional.

⁷⁸ Este modelo, como aponta o antropólogo uruaio Nicolas Guigou (2000), ao falar na “religião civil” da nação, promoveu ao mesmo tempo a inclusão e exclusão dos “outros” em uma produção da alteridade que equiparou “igualdade” com “homogeneidade”. É precisamente por apelação à igualdade e às noções de cidadania que, atualmente, à luz dos discursos globais de diversidade, os uruguaios do exterior podem demandar uma política específica, se apresentado como diferentes e ao mesmo tempo parte da nação. A celebração da diversidade em um país que a havia negado adquire estes contornos peculiares por ocasião das comemorações do bicentenário, a partir de 2011, como problematizarei mais adiante.

Em outubro de 2009, partimos para Montevidéu umas 40 pessoas, um ônibus. Já em novembro, para o segundo turno, partimos em dois ônibus, dobrando a quantidade de pessoas. Os ônibus saíram as duas vezes do Centro de Porto Alegre, da Praça Matriz. Parece-me significativo que seja essa praça o que eu chamei durante meu campo o centro de poder da cidade. Ali se situam, além da Igreja Matriz e do Teatro São Pedro – tido como o teatro nobre da cidade-, o Palácio Piratini, sede do Poder Executivo estadual, a Assembléia Legislativa do RS e o Palácio de Justiça. A Assembléia Legislativa do estado tem sediado historicamente várias atividades do grupo aqui considerado.

A partida se efetuou mais tarde do horário marcado, à noite. Isto não se deve apenas aos pequenos percalços que impedem uma partida pontual, como a necessidade de esperar algum familiar chegando com uma autorização para alguma criança viajar acompanhada apenas por um genitor, ou algum outro empecilho “prático”. A demora da partida parece constituir o evento, pois é ali que começam se “aquecer” os músicos e os instrumentos que animam boa parte da viagem. Além das bandeiras, do Uruguai, do Brasil e do Frente Amplio, alguns tambores e violões são transportados. Chimarrões e algumas bebidas refrigerantes, além de uma reserva de cerveja e alguma outra bebida alcoólica, constituem junto com alguns petiscos os mantimentos para a larga viagem. Ao tudo, os preparativos da partida já dão o tom dos preparativos de uma festa. Uma festa em deslocamento durante aproximadamente 18 horas.

Uma comissão de organização –termo que por outra parte cabe muito bem ao funcionamento da militância frenteamplista de base - fica encarregada de contratar o/s ônibus, de fornecer estes mantimentos e de reunir, antes do embarque, a documentação dos passageiros. Este último tópico consiste na confirmação em uma lista de inscritos, se confirmando também o pagamento da passagem, da correspondência entre os dados listados com os documentos. Uma lista junto aos documentos deve ser entregue na fronteira, tanto para as autoridades brasileiras quanto para as uruguaias.

À diferença do que aconteceu recentemente com os uruguaios residentes em Buenos Aires, que obtiveram passagens com importantes descontos de uma prestigiosa empresa de transporte fluvial/terrestre entre essa cidade e a cidade de Montevidéu, os residentes em Porto Alegre realizam a sua peregrinação em ônibus particulares por eles contratados. Em outubro, as despesas foram cobertas por meio do pagamento de uma passagem levemente inferior às passagens dos ônibus de linha que transitam entre Porto

Alegre e Montevideu. Já em novembro, foi solicitado um pagamento quase simbólico, pois os organizadores conseguiram apoio financeiro de organizações políticas locais, simpatizantes da coligação de esquerda uruguaia⁷⁹.

Apesar de muitos dos “peregrinantes” contar com a experiência acumulada em sucessivas viagens, algumas tensões são vividas nos momentos prévios à partida. Joga-se ali certa ansiedade pela partida, que para muitos significa também a partida rumo a inúmeros reencontros largamente demorados com parentes e amigos. Há também muito zelo de parte dos organizadores em relação aos documentos, marcados pelas viagens em tempos de transição entre a ditadura e a democracia, quando atravessar as fronteiras envolvia riscos mais severos, especialmente para migrantes sem vistos de residência no Brasil ou documentação uruguaia vencida. Este zelo traz inclusive pequenos atritos entre eles, pressionados pelos outros que querem embarcar logo e tentando manter a performance organizativa.

Após a assinatura do convênio bilateral entre o Uruguai e o Brasil, em 2006, para fazer operativos os acordos do MERCOSUL, um novo tipo de visto de residência foi criado e os que viajamos com esse documento também devemos apresentar o documento de identidade uruguaio. Ou seja, há um duplo controle a ser levado adiante. Além disso, alguns brasileiros também realizam a viagem, especialmente filhos e esposos/as dos votantes. Se colocam então questões relativas a qual documento deve ser exigido a cada passageiro, e ficam expressas as dúvidas sobre o complexo sistema de controle desta população que exercem ambos os Estados.

Já no embarque, pois, se desencadeiam as primeiras narrativas de memória dos migrantes mais experientes, que tenho chamado de “pioneiros”. Elas dizem respeito à atitude desafiante com a que eles encaravam o “exílio”, voltando “clandestinamente” ao Uruguai, sob o risco de serem apresados lá ou interditados de retornar ao Brasil. Elas falam, portanto, do exílio durante o período ditatorial no Uruguai. Entretanto, a conformação da Casa da Amizade Brasil – Uruguai (CABU), antecedente do Comitê do Frente Amplio La Redota em Porto Alegre, data de 1983. Certamente, na primeira “caravana”, para as eleições de 1984, o governo estava ainda em mãos militares. Entretanto, a reabertura democrática havia sido garantida por um peculiar consenso construído entre os partidos políticos, incluído o Frente Amplio, e os ditadores. Olhado

⁷⁹ Os organizadores não me autorizaram a publicar a identidade do colaborador local.

em retrospectiva, eu tenderia a pensar que o maior perigo radicasse na irregularidade enquanto migrantes comuns do que no fato de se tratarem de militantes de esquerda. As narrativas evidenciam não obstante que, na época o exílio, era vivido com particular apreensão e aquela primeira viagem como um verdadeiro desafio ao regime com os riscos que isso implicava, especialmente na memória dos que saíram do Uruguai quando o aumento da repressão e perseguição aos opositores por parte do Estado.

Uma vez dentro dos ônibus, ainda é preciso esperar todos os passageiros se acomodar. Eis que os músicos já embarcados continuam ensaiando suaves toques de tambor. Com a partida do ônibus, e enquanto alguns passageiros pretendem dormir, o grupo mais estreito dos militantes se agrupa, de preferência na parte traseira (a “cozinha”), e uma “cantarola” generalizada regada pelo álcool parece exorcizar as tensões do embarque.

Até altas horas da madrugada é cantado animadamente um repertório musical que identifica a esquerda uruguaia forjada a partir da década de 1970. Faz parte do acervo da música popular uruguaia um interessante número de canções que referem explicitamente ao exílio e à emigração⁸⁰. O repertório musical latinoamericano de tom revolucionário também é atualizado. Mariza, a mulher que me recebera no churrasco na Igreja Pompéia em 2007, é quem monopoliza o violão e a ela são pedidas as diferentes músicas. Quase todos eles cantam, mais ou menos afinadamente. Entretanto, há alguns deles que levam adiante o papel de animadores musicais de modo “oficial”.

Fazem parte do “comitê de animação”, Mariza e “Cacho”, atualmente divorciados, mas que mantém a parceria nesse espaço de militância, ao qual ingressaram juntos, por ocasião da chegada à cidade, já em tempos de reabertura democrática. “Pocho”, um senhor de mais de 70 anos e com alguma passagem pela cena do carnaval, através das murgas, no Uruguai, é também uma das vozes cantantes do grupo. Algumas músicas de murgas, agrupações que combinam canto e atuação nos cenários do carnaval montevidense, são peças importantíssimas de uma memória popular da dissidência contra o regime ditatorial da década de 1970. Finalmente, Eduardo é o segundo executante de violão e também cantante. Eduardo, que viaja em companhia de sua esposa brasileira, cultiva mais a música de tango. Entretanto, todos conhecem e cantam

⁸⁰ Trato destas expressões artísticas no capítulo 5, ao refletir sobre algumas músicas que povoam a memória dos meus interlocutores.

um repertório comum, parte da identidade e da memória compartilhada, dessa pequena comunidade em deslocamento, em intenso convívio durante mais de quinze horas.

Uma vez que o ônibus se adentra na estrada e o cansaço atinge os viajantes, algum dos organizadores assume o sensato papel de encomendar aos seus pares que parem a música, especialmente para permitir “que os outros companheiros possam descansar”. É hora de dormir até chegar à fronteira, onde só uns poucos continuam dormindo.

Na segunda viagem, eu acordei quando o ônibus atravessava a ponte sobre o rio Jaguarão, na fronteira Jaguarão – Rio Branco. Dessa vez, o trâmite na alfândega brasileira não tomou nem meio minuto, fora entregue a lista dos viajantes e se continuou até a alfândega uruguaia. Na alfândega uruguaia a espera foi sempre maior. Na viagem de outubro, as polêmicas iniciadas antes do embarque foram retomadas no balcão das migrações no Uruguai, pois existiam dissensões entre o atendente e os viajantes em relação aos documentos. Ainda não havia amanhecido. Eu descí tão pronto como vi os organizadores descer, sempre curiosa da forma em que iriam conduzir os trâmites. Eu já havia sido avisada da eventualidade de uma “negociação”, posta em prática naquelas míticas primeiras viagens para conseguir o ingresso e o retorno dos indocumentados. Se isto aconteceu em 2009 não me foi permitido sabê-lo. Sob a desculpa de facilitar o entendimento com o funcionário, todos os curiosos fomos convidados a esperar fora do local. Seja como for, após uma pequena demora, continuamos viagem até a cidade de Minas, capital do departamento de Lavalleja.

Chegamos cedo da manhã à tranquila cidade interiorana, onde um dos objetivos era contatar o Comitê frenteamplista local para obter ajuda no enfeite exterior do ônibus. Este foi estacionado na frente de uma padaria que se viu repentinamente “invadida” por umas quarenta pessoas desejosas de comer “bizcochos” e tomar café, enfeitados com bandeiras do Frente Amplio. Satisfeitas a fome e as saudades dos mais típicos produtos da confeitaria uruguaia, os militantes procederam a “vestir” o ônibus com faixas plásticas da fórmula Mujica – Astori (presidente e vice-presidente respectivamente). O slogan visível nas faixas, junto à fotografia dos dois candidatos, dizia “¡Por un país de primera! Productivo, solidário y educado”.

Na viagem de novembro, para o segundo turno, não paramos em Minas. A chegada à alfândega uruguaia teve lugar mais avançado o início do dia solar e muitos de nós caminhamos até a padaria, distante uns duzentos metros, com o objetivo de comprar

os “bizcochos”, acompanhamento ideal para o chimarrão matinal. Dessa vez, portanto, perdi os pormenores junto ao controle dos documentos. Reiniciada a viagem, os passageiros voltaram a se animar e procedeu-se a decoração interior do ônibus, consistente na colocação de balões com as cores da bandeira do Frente Amplio em cada uma das janelas. Nós, os passageiros, também nos enfeitamos. Várias duplas trançaram uns colares de tecido também com as cores do partido. À medida que ônibus avançava pela estrada número 8, rumo a Montevideu, alguns voltaram a cantar, desta vez sem Mariza tocando o violão. Aos poucos, e à medida que a proximidade com a capital aumenta a frequência de centros urbanos ao longo da estrada, os viajantes tiraram as bandeiras pelas janelas enquanto abanavam para os passantes e entoavam cânticos frenteamplistas, como : “¡Vamos, vamos, vamos Frente! ¡que venimos a ganar!”.

Isto também acontecera na primeira viagem, especialmente ao entrar na área metropolitana onde os passantes respondem abanando ou levantando a mão fazendo o chamado “v da vitória” com os dedos maiores e o indicador. Tanto enfeites, quanto cânticos e bandeiras –entre elas a do Brasil- cumprem a função de tornar visível a qualidade “diaspórica” dos votantes que nesses ônibus se trasladam. Ao mesmo tempo, o entusiasmo com que as pessoas na rua nos recebem se torna contagioso entre os passageiros. Nessa hora, converge a expectativa pela jornada eleitoral que temos por diante e as emoções envolvidas na visita à cidade natal e nos reencontros que ali iremos vivenciar junto a amigos e parentes.

Outros momentos carregados de intensidade emocional são a chegada e desembarque dos passageiros. Em outubro o desembarque foi feito na antiga terminal rodoviária, atualmente desativada, de “Dante”. Em novembro, ao lado da “moderna” terminal rodoviária “Três Cruces”⁸¹. Em ambos os casos, há nesses pontos de chegada dos uruguaios do exterior, alguma estrutura de recepção, mesas com as papeletas de votação do Frente Amplio, bandeiras partidárias e nacionais, música do repertório militante tocando de fondo e alguns militantes que dão a “bienvenida” aos viajantes. A essa estrutura, no mês de outubro, acrescentou-se grande quantidade de conhecidos,

⁸¹ Terminais rodoviários da cidade de Montevideu. A antiga “Dante”, pelo antigo nome da rua onde estava situada foi transformado em mercado aberto, uma espécie de camelódromo regulado pela Prefeitura Municipal, depois de ser desativado o terminal. “Tres Cruces” é o moderno terminal de ônibus, com um complexo comercial, estacionamento e cinemas integrados. Dista um ou dois quilômetros do anterior, mas, está situado em um amplo bulevar (General Artigas), o que na década de 1990 foi avaliado como facilitador do fluxo que começava aumentar, com chegada de passageiros de todos os pontos do país e também dos vizinhos países do MERCOSUL.

amigos e parentes que receberam afetosamente aos viajantes, além de algum canal de televisão local registrando o acontecimento.

Após a chegada, o grupo se dispersa, indo cada um para a casa de algum familiar ou amigo. Alguns poucos, inclusive, devem viajar até alguma cidade do interior, pois, no Uruguai, o voto está atrelado ao domicílio, um dos empecilhos para a viabilização do voto extraterritorial, ao menos até pouco tempo atrás. Já em finais do meu trabalho etnográfico, o equilíbrio de forças da política uruguaia tem se modificado em favor dos cidadãos da diáspora e, em nome do consenso, começa se visualizar a intenção de integrantes de todos os partidos de legislar ao respeito.

Ao dia seguinte acontece a eleição. Tenho notícias de que alguns conselheiros irão se encontrar para esperar os resultados. Há grande expectativa pelo triunfo do Frente Amplio e pelo sucesso dos plebiscitos que aconteceriam de modo simultâneo à eleição presidencial. Um deles, concernente à anulação da chamada Lei de Impunidade, norma que garantiu a “caducidade da pretensão punitiva do Estado” respeito dos crimes contra os direitos humanos cometidos durante a última ditadura. O segundo, de aprovação do voto por correio para os uruguaiois do exterior.

Os resultados acabaram com o entusiasmo dos viajantes, os encontros para comemorar ficaram suspensos. Os dois plebiscitos que apoiávamos não atingiram número suficiente de votos, sendo especialmente sensível a derrota do voto para os cidadãos do exterior. De outro lado, o Frente Amplio não alcançou a maioria requerida no primeiro turno. A passagem para um segundo turno nas presidenciais significava mais um mês de espera, além de uma nova viagem.

Já a segunda viagem teve um desenlace “feliz”, pois o Frente Amplio resultou eleito. Tive oportunidade de acompanhar um grupo de conselheiros e familiares deles nas comemorações na Avenida 18 de Julho, no Centro de Montevideú. Muitos não conseguiram chegar ao ponto de encontro, por causa das multidões que tomaram as ruas da cidade para celebrar. O bar onde nos encontramos, *La Pasiva*, de 18 de Julho com a Rua Ejido, era lugar emblemático de encontros montevidéanos para outros uruguaiois da diáspora. Lá encontramos militantes frenteamplistas da Argentina, das cidades de Buenos Aires e de Mar del Plata. Logo ao lado da Prefeitura Municipal, no coração do Centro, ao voltar da Espanha encontro que aquele bar, marca gastronômica uruguaia que é replicada em múltiplas localidades onde uruguaiois vão residir, inclusive Porto Alegre, foi substituído por um global *Burger King*.

A noite de 29 de novembro de 2009, protagonizamos uma improvisada reunião entre migrantes vindos da Argentina e do Brasil, algum parente dos nossos conselheiros, e outros montevidianos desconhecidos, juntando várias mesas através das quais começou a circular uma que outra canção do mencionado repertório de protesto popular dos tempos da ditadura e da transição democrática. A 18 de Julho estava completamente tomada pela passeata dos festejos, pela Rua Ejido não paravam de chegar pessoas, a pé, de carro, em ônibus, com bandeiras, não faltou o grupo de jovens tocando tambores em caminhão aberto. *La Pasiva* estava lotada e clima de festa era total.

Foi um momento de plena expressão da alegria pelo triunfo frenteamplista. Os migrantes vindos da Argentina também integravam Conselhos Consultivos nas suas localidades de residência, mas, essa noite ninguém lamentou o plebiscito mal sucedido no mês anterior para implementar o voto extraterritorial. Essa noite se abria um tempo de espera (e de esperança), de aposta pela vontade política do governo eleito, para terminar com os empecilhos para o exercício do direito a voto dos cidadãos residentes fora do território uruguaio. Essa espera assumiu a princípio a forma da desmobilização.

Ao final destas ações, Fabián, o administrador do blog do CCU – POA escrevia, após um “tempo de observação e reflexão”, em janeiro de 2010⁸²:

Además y de manera concomitante, se hace más necesario que nunca que el gobierno que asuma en marzo renueve [de 2010] su compromiso programático con la vinculación de los uruguayos que estamos en el exterior, afianzando el D20 y dándole condiciones y medios operativos para que pueda desarrollar su trabajo. Del mismo modo los Consejos desde el exterior debemos reforzar la acción hacia el Uruguay haciéndonos más presentes en la vida de nuestros compatriotas dentro de fronteras.

Estes e outros ativistas interpelam o novo governo, enquanto eleito por eles, e continuam a transitar o caminho da interlocução através dos novos mecanismos de vinculação com o Estado de origem, na certeza de que essa estratégia lhes garante ser ouvidos nas suas demandas de uma política específica. Eles se apropriam dos mecanismos de vinculação propostos pelo Estado de origem para dar a sua própria batalha, na trilha do transnacionalismo político em sentido amplo, tal como pensado por Patricia Landolt (2003). Isto é, não apenas como práticas políticas que vinculam os migrantes com o país de origem, mas, como práticas através das quais contribuem a

⁸² Consejo Consultivo de Uruguayos en Porto Alegre. “Aporte al debate necesario. Perdimos el plebiscito sobre el voto desde el exterior, ¿por qué?, ¿cómo continuar?”.

redefinir o que é considerado cidadania, os limites da nação, a inclusão nela e as responsabilidades do estado perante os seus cidadãos (Landolt, 2003: 302-303).

Eles já mostraram sua capacidade de mobilização, agora toca ao novo governo viabilizar o que é direito cidadão, sendo o deslocamento geográfico um fato circunstancial que não diminui o seu sentimento de pertença o seu engajamento com o país de origem. Três anos depois, iria encontrar outros uruguaios de outra localidade deste plural “Departamento 20”, atualizando a demanda do voto extraterritorial, em nome da pertença à nação uruguaia em diáspora.

Com caráter diferente, as viagens para a terra de origem jogam importante papel também nas mobilizações dos uruguaios de Catalunha. A maior distância inviabiliza o tipo de mobilização massiva para participação eleitoral que desenvolvem os uruguaios residentes na Argentina e no Brasil. Entretanto, um reduzido número de militantes cuja incorporação à sociedade de acolhida lhes coloca em posição de sustentar com recursos próprios as viagens para o Uruguai e, cujo capital social lhes facilita acessos privilegiados a interlocutores do campo político em origem, desenvolvem outras práticas políticas transnacionais. Como lembram Guarnizo e Portes (2003), a ação política transnacional é desenvolvida por uma pequena minoria dos migrantes, circunscrita aos seus territórios de residência e de trânsito, e as assimetrias de poder pré-existentes podem continuar a se reproduzir nesses espaços de militância, colocando em contradição certa interpretação do transnacionalismo político como um exercício liberador em si mesmo.

Tanto as “peregrinações do voto” entre Porto Alegre e Montevideú ou as que partem de Buenos Aires e de outras províncias argentinas com sua peculiar qualidade performativa da pertença à comunidade política, quanto o *lobby* junto aos tomadores de decisões no Parlamento na Justiça Eleitoral ou no Ministério das Relações Exteriores, desenvolvido pelos uruguaios de Paris e Barcelona, configuram um Departamento 20 plural, entretanto “uno” à hora da ação reivindicativa.

Imagem 40



Imagem 41



Imagem 42





Imagem 44



Tempo de pausa...

Entre a intensidade daquele ano eleitoral de 2009, vivido fundamentalmente junto aos membros do Conselho dos uruguaios de Porto Alegre, na sua dupla identidade de atores da “sociedade civil” do Departamento 20, e o encontro com a efervescência política dos uruguaios da Catalunha, mediara o ano de 2010, marcado pela celebração da Copa do Mundo de futebol. À intensidade da militância política e da reivindicação do voto extraterritorial, se sobrepôs o entusiasmo da torcida esportiva, logo em uma Copa do Mundo na qual a seleção uruguaia revertera uma trajetória de fracassos, que só enfatizava o contraste com as glórias de 1930 e 1950, como se até no futebol a identidade nacional tivesse que ficar referenciada a uma dourada época passada. Como poucas torcidas no mundo, os uruguaios comemoraram largamente um quarto lugar naquele torneio. E ainda embebidos do entusiasmo do inverno de 2010, voltei encontrar boa parte dos meus panceiros portoalegrenses, durante os jogos da Copa América no inverno de 2011. Outra vez ao redor das mesas do bar *Anticuário*, na Cidade Baixa, se perpetuou mais um pouco a efervescência nacionalista, através do jogo de futebol, mas, parecia definitivamente acabado o movimento político. Circunstâncias particulares, relativas à vida cotidiana dos militantes (mudanças de localidade, parentes doentes, problemas com trabalho) operavam certamente na desmobilização que eu percebia. Entretanto, ao chegar à Catalunha, percebi que no entretempo das eleições no país de origem, a agenda dos grupos organizados fica pautada pelos eventos comemorativos, parte de uma espécie de tradição, e pelas circunstâncias locais.

Marcas de origem, conjunturas de acolhida (2): à busca das associações de uruguaios em Catalunha

(...) el emigrado adopta, tiene el sello del lugar donde vive. Es muy evidente, muchas... muchas veces, ¿no? Y aquí en Cataluña el asociacionismo ha sido muy fuerte siempre. No sé, no sé muy bien por qué pero los catalanes se asocian. (...) Y yo creo que eso también por un lado lo encontramos, nos lo facilitaron y además que instintivamente tú tiendes a unirse a los tuyos cuando llegas a un lugar donde eres extraño, ¿no? Pero aquí especialmente había... hubo un momento en que había muchas asociaciones.

Graziella Ferrari, 2 de abril 2012, Barcelona

Entre a minha chegada à Catalunha, em finais de agosto de 2011, em meio ao período de férias de verão, e os primeiros meses de 2012, tive a sensação que a crise

econômica europeia havia dizimado o movimento associativo migrante em aquelas localidades. Entretanto, como me apontava Graziella, no trecho citado acima, eu estava em um cenário de intensa atividade associativa.

Graziella fala de um tempo da memória no qual se superpõe sua experiência de finais da década de 1970, quando ela chegara a Barcelona, diretamente do seu exílio na Suécia, e a experiência mais recente, já em inícios do século XXI, quando uma nova chegada massiva de uruguaios à Espanha, após 2002, provocara uma “reativação” e uma reconfiguração do movimento associativo entre estes migrantes. Como aponta a pesquisadora Natalia Moraes (2006), entre 2002 e 2003 se criaram pelo menos quinze associações de uruguaios na Espanha e algumas das antigas entidades se reativam e inclusive migrantes históricos ou exilados da década de 1970, que haviam permanecido fora do movimento associativo, participam da fundação de novos grupos.

Ao chegar a Barcelona, e até um breve retorno para o Uruguai após a reabertura democrática em 1985, Graziella participou ativamente da criação da *Casa del Uruguay* e voltara a ela ao se estabelecer definitivamente em Barcelona em finais da década de 1980. Nas extensas conversas mantidas com Graziella, ela foi tecendo o panorama associativo daquelas décadas como contexto explicativo para minha compreensão do que eu estava encontrando, ou melhor, o que estava tendo tanta dificuldade a encontrar em 2012.

Assim, e em processo semelhante ao descrito pelo antropólogo italiano Andrea Lolicato (2011) respeito dos grupos “solidários” de argentinos desta cidade, enquanto no país de origem estava vigente o regime ditatorial, as associações militantes eram atores chaves para a sensibilização da sociedade, e dos atores políticos, das localidades de acolhida, em favor da causa dos direitos humanos. Como conta Graziella, a atividade cultural e social cumpria importante papel na *Casa del Uruguay*, pois, a princípio, não se tratava de uma associação política, nem voltada exclusivamente à denúncia contra a ditadura no Uruguai.

Eles promoviam a difusão da cultura musical, literária e teatral uruguaia na sociedade catalã. A casa constituía também espaço para a sociabilidade, sendo o encontro entre amigos e parceiros uma forma de sobreviver à experiência do exílio, diante os temores de se perder uma identidade de origem, também política, e a esperança do retorno. A través destas atividades se teciam parcerias e se alimentavam

solidariedades com a sociedade de acolhida, em momentos em que a Espanha “acordava” do pesadelo da sua própria ditadura.

Uma hora Graziella começa rememorar o tempo da reabertura no Uruguai, e o importante trabalho desenvolvido em Barcelona pela *Casa del Uruguay*, em rede com os exilados uruguaios de Madri e em colaboração com o ACNUR e contrapartes locais, para viabilizar o retorno ao Uruguai. Conta-me que ela esteve muito envolvida, enquanto secretária da Casa, no trabalho administrativo relativo a este retorno, mas, que ela havia esquecido boa parte daquilo, até que outro pesquisador fora entrevistá-la⁸³. Revela-me mediante esta evocação, que após aquela intensa atividade, e em parte como consequência do retorno de muitos uruguaios, a Casa tinha se mantido com escassa atividade e lá estavam os papéis, tal como ela os deixar por 1985, sendo que o próprio pesquisador se disponibilizou a organizar aquele arquivo.

Quando eu entro na Casa, junto à Plataforma VEU constato que eles estão desmontando a biblioteca que uma vez ali funcionara e que, com efeito, a atividade é quase nula. Um artista plástico da “velha guarda”, Mateo, parece ser o único que abre o local e mantém um mínimo de ordem no espaço. Em 2012, já não se registra ali a atividade de antanho. Entretanto, a *Casa del Uruguay* continua sendo referência do associativismo uruguaio em Catalunha, sendo a organização mais antiga que perdura naquela autonomia da Espanha. Ela é referência para o deputado uruguaio-catalão que me contata com Graziella, diante minha demanda pelas associações de uruguaios. É referência para as autoridades consulares uruguaias. E reconhecida, para se diferenciar ou para se aproximar, por outros participantes do movimento associativo.

Com efeito, como parte das novas conjunturas de chegada de migrantes à Europa, e à Catalunha em particular, houve um enorme crescimento do movimento associativo migrante. Ali, de um lado, entrou em jogo a nova política de vinculação promovida pelo Estado uruguaio e, o estímulo local para a organização formal de grupos “étnicos”, “regionais” e “nacionais” de migrantes. E, de outro lado, o aumento nas restrições à entrada e permanência de estrangeiros não comunitários por parte da União Europeia, traduzido em dificuldades cotidianas para lidar com requerimentos burocráticos e situações de precariedade, tanto no mercado de trabalho, quanto à hora de receber atenção médica, acesso à moradia ou educação.

⁸³ Trata-se de Enrique Coraza, que desenvolvera pesquisa sobre o exílio de uruguaios na Espanha durante a última ditadura (ver entre outros: Coraza, 2003 e 2006).

A reivindicação do direito a residir legalmente na Espanha seria uma das motivações da ação associativa contemporânea neste país. E nesse contexto, o novo associativismo uruguaio teria assumido algumas peculiaridades, como a construção de uma identidade transnacional de “ida e volta”. Em “Ahora nos toca a nosotros venir a ‘hacer la España’...”, Natalia Moraes descreve a circulação entre os migrantes uruguaio na Espanha da idéia de ser parte de uma diáspora herdeira de diversos povos diaspóricos, enquanto procedentes de um país que no passado acolhera à imigração europeia, e em particular a espanhola (Moraes, 2006).

De outro lado, aponta Moraes, a percepção do espanhol como um “outro” próximo emerge como uma representação de direito:

Aquella migración que llevó a miles de migrantes españoles al Uruguay es el argumento fundamental para defender el derecho de todo uruguayo de vivir en España en situación regular. El viaje de ida de aquellos españoles y su integración en Uruguay, que siempre desde el discurso de los migrantes uruguayos se presenta como perfecta y modélica, debe tener desde esta perspectiva un gesto en contrapartida de España a través de la aceptación del Tratado de 1870 mediante el cual se garantizaría el derecho de los uruguayos a residir legalmente en España. La idea que prevalece es “antes fueron ustedes”, “ahora nos toca a nosotros”.

(Moraes, 2006: 9)

Como mostra o trecho acima, a construção desta reivindicação adquire um tom muito específico entre os migrantes uruguaio na Espanha, que podem apelar para um Tratado de Paz e Amizade do século XIX na hora de exigir reconhecimento por parte do Estado espanhol.

À época da minha estada em Catalunha, entretanto, não encontrara uma presença forte deste tipo de demanda entre as associações de uruguaio. Pelo contrário, tive certa dificuldade em localizar os atores do associativismo uruguaio na Catalunha. Orientada pelo Professor Joan Josep Pujadas, sobre as políticas locais de população e sobre os mecanismos específicos de vinculação e controle das associações de migrantes, fui à procura do registro deste tipo de entidades, disponibilizado em linha pelo Departamento de Justiça da *Generalitat*, governo da Comunidade Autônoma de Catalunha.

Até março de 2012 havia 17 associações de uruguaio registradas. Exceto a *Cámara de Comercio, Industria y Turismo Hispano-uruguayo en Barcelona*, classificada como entidade de “Interesses de setores econômicos, geográficos ou

profissionais”, todas as outras são associações “culturais” e de “fomento e defesa dos direitos cívicos, sociais e da pessoa”⁸⁴.

Acessei apenas uma destas entidades através dos canais disponíveis no *web site* da *Generalitat*, a “*Asociación Cultural Joaquín Lencina (Candombe del Uruguay)*”. Esta associação tem a peculiaridade de reivindicar uma identidade afro-uruguaia. Está voltada a atividade cultural, em particular através da difusão do ritmo musical do *Candombe*. A associação Joaquín Lencina gera trocas e alianças para ações concretas no meio local, junto a grupos e associações que defendem raízes culturais e até genéticas africanas, seja pela via das migrações forçadas de africanos para o trabalho escravo em países da América, seja pela via das migrações atuais a partir dos países africanos para os países europeus.

Entrevistei a liderança desta associação, Fernando, um homem negro nascido em Montevideú, em um bairro e no seio de uma família *candomberos*, *Barrio Sur*. Nesse “reduto” da cultura negra montevideana, a pertença à família, ao bairro, à “gente” da comparsa (agrupação de *candombe*), gera através de intensa sociabilidade entre a rua e os pátios de antigos casarões, uma identidade diferenciada no contexto da cidade de Montevideú. A música de *candombe* é parte fundamental dessa identidade, havendo inclusive um sentido “patrimonial” e não raro disputas pela legitimidade do “verdadeiro *candombe*”⁸⁵.

O encontro com Fernando, em Barcelona, me colocou diante esse tipo de construção de identidade, em um contexto transnacional, no qual se vislumbra certa disputa por uma “arte de fazer”, o toque do tambor como somente se aprende na experiência englobante da vida do bairro, da pertença às famílias ancestrais do *candombe* montevideano. Durante a entrevista com Fernando, ele insistiu várias vezes nos benefícios da popularização do *candombe* na sociedade uruguaia, dentro e fora do território. Entretanto, ele lamentava-se da apropriação “sem trabalho” do toque do instrumento e da performance das comparsas de *candombe*. Através do reclamo pela

⁸⁴ GENERALITAT DE CATALUNYA. Departament de Justícia. Guia d'entitats.

⁸⁵ Para um estudo detalhado sobre a imbricação da identidade da família, do bairro e da comparsa, no bairro vizinho de Palermo, ver Guterres, 2003. A autora apresenta esse universo, no contexto urbano contemporâneo, no qual esses “redutos” negros montevidianos, outrora invisibilizados, adquirem novos relevos a partir da apropriação do *candombe* como patrimônio cultural da cidade e do país, tornando-se “produto” cultural consumível, não apenas por outros montevidianos, mas também pela indústria do turismo cultural.

“qualidade” artística deixava entrever as tensões entre a ancestralidade, cultivada até pouco tempo atrás em contextos de exclusão, e a “apropriação” contemporânea, que tornara o candombe produto cultural de consumo turístico e marca do país promovida pelo Estado.

A criação de uma associação como a Joaquim Lencina seria impensável no contexto da década de 1980, tal como narrado por Graziella, onde o eixo da ação militante dos migrantes era a defesa dos direitos humanos vulnerados pela ditadura em origem. Neste sentido, tanto em origem como em destino a aposta em valor da diversidade cultural e os processos de patrimonialização da diferença, convergem para fazer possível este tipo de prática transnacional, entre a identidade com a nação de origem em sentido amplo e uma identidade étnica minoritária dentro dessa nação.

Através da informação que obtive no *web site* da *Generalitat*, consegui também entrar em contato com Adalberto, da Associação “Los botijas” também registrada em Barcelona. Esta associação desenvolve também atividade ligada à música de candombe, mas, não é essa sua única finalidade. *Los botijas* desenvolve também práticas de cooperação com organizações do país de origem, mas, também atividade social e educativa no meio local. Apesar de estabelecido algum contato telefônico, não consegui entrevistar a Adalberto, a quem encontraria meses depois nas primeiras reuniões da Plataforma VEU e nas comemorações do aniversário do nascimento de José Artigas, em junho de 2012.

Los botijas, é exemplo das novas associações surgidas após a virada do século que mantém uma boa interlocução com migrantes de longa data e recebe reconhecimento dos militantes mais antigos, como a própria Graziella. O fato de Adalberto participar do Conselho Consultivo e, ao menos de alguma reunião, da Plataforma VEU, é expressivo desse encontro.

Entretanto, muitas destas novas associações tiveram uma curta vida. Surgiram no contexto de estímulo ao associacionismo promovido pelas políticas locais, muitas vezes municipais, de tratamento da diferença e de normatização do convívio multicultural. Cumpriram o urgente papel de mediadores para grande número de recém-chegados, que precisavam orientação para a incorporação à nova sociedade, viabilizaram reivindicações do direito à permanência legal em território espanhol, e

funcionaram também como espaços de encontro e sociabilidade entre iguais, diante o estranhamento vivido na sociedade de acolhida. Entretanto, ao menos quatro das 17 associações de uruguaios registradas junto ao governo catalão, encontravam-se inativas, já em inícios de 2012. Uma delas é a *Asociación de Uruguayos en Tarragona "Terro y Mate"* (2007 – 2010), sediada na cidade de Reus, província de Tarragona, da qual se originou, depois de uma dissidência, uma nova associação de uruguaios nessa cidade, registrada em 2011. Outra, a *Asociación de Uruguayos de Catalunya*, sediada na cidade de Barcelona, província de Barcelona, foi registrada em 2004 e se dissolveu aproximadamente um ano antes da minha chegada à cidade, sem que eu pudesse encontrar nenhum dos seus membros. Também ficaram inativas simultaneamente as duas associações criadas paralelamente na província de Girona, *El paisito* e *Éxodo Oriental*, ambas ativas entre 2007 e 2009.

Através de referências cruzadas, de participantes destas e de outras associações ou de atores não militantes, pude entrever a lógica destas rupturas e interrupções de atividade que, ao que parece, pode ser informativa também da lógica de multiplicação de grupos. Conflitos sobre objetivos e práticas das associações geram divisões e, muitas vezes, novas associações. Não faltam conflitos de ordem pessoal, informativas da imbricação de laços de amizade e parentesco nas redes associativas. Também circulam acusações tanto de mau uso de recursos, quanto de manipulação da participação associativa em benefício de interesses particulares.

Ao tomar contato com os fundadores da inativa *El Paisito*, de Girona, seguindo as indicações do deputado Labandeira, constatei que, para além de outras circunstâncias, os migrantes residentes fora da província de Barcelona, veem sua atividade associativa desestimulada pela grande centralidade da capital no que diz respeito à vida política e comunitária.

El Paisito é expressivo do fenômeno do encontro já assinalado, entre migrantes de larga data, residentes em Catalunha após a época do exílio, com o contingente de migrantes recentes, chegados depois de 2001-2002. Uma identidade político-ideológica prévia facilitou a criação desta e de outras associações que, potencializavam a experiência dos pioneiros e vinham a canalizar uma necessidade comum de encontro e de espaços onde reviver os laços com a origem. Sustentar essa atividade no tempo não parece tarefa simples, em meio as urgências cotidianas e devido ao reduzido número de

militantes ativos, pequenas ou grandes diferenças e conflitos fazem com que muitas associações fiquem inativas.

À época da minha pesquisa, a maioria das associações contatadas atuava na cidade de Barcelona ou na sua região metropolitana, em localidades como Sabadell, Castelldefels ou Vilanova i La Geltrú. Precisamente, na localidade litorânea de Castelldefels, funciona a *Casa Charrúa – Uruguay de Castelldefels*. Registrada em 1993, é pioneira junto à *Casa del Uruguay* (1979) no movimento de associações de uruguaios em Catalunha.

A Casa Charrúa, está voltada para a cooperação com projetos sociais no Uruguai, uma das formas de vinculação transnacional praticadas pelos migrantes. Este tipo de trabalho recebe críticas de grupos com uma identidade reivindicativa mais forte, próprias da conjuntura de chegada massiva de migrantes “econômicos”, no novo século, que encontraram importantes empecilhos para a incorporação à sociedade de acolhida, em função das restrições normativas crescentes impostas no contexto da crise europeia.

A constituição dos migrantes em agentes de cooperação para o desenvolvimento faz parte de uma lógica de gestão das migrações que, como discute Domenech (2008), não contradiz a ordem geopolítica segundo a qual os países pobres fornecem trabalhadores baratos aos países ricos. Entretanto, a agência (Ortner, 2006) dos migrantes faz com que para além dos fins declarados de cooperação eles possam vir a participar, através das vinculações estabelecidas como membros das suas associações, mas não necessariamente em nome delas, do ativismo transnacional promovido por outros grupos.

Ao entrevistar uma liderança de um grupo de criação recente (2009), na cidade metropolitana de Sabadell, ele questionava o trabalho de cooperação. Aludindo outra associação, ao passo que falava nela com familiaridade e reconhecimento, afirmava:

Ellos hacen cooperación con Uruguay y yo le digo: “Fulano, ahora hay un gobierno de izquierda en Uruguay. Que se haga cargo. Nosotros tenemos que trabajar para los uruguayos que están aquí”.

Notas de campo, 3 maio 2012.

Referem-se a “*Los botijas*”, que apesar de pertencer à “nova” geração de entidades, antecede a emergência da crise europeia, havendo sido registrada em 2002. Em contato telefônico com Adalberto, o seu principal líder, apresentava-me as

atividades de cooperação ou solidariedade transnacional como parte de uma militância ideologicamente sustentada:

Hay gente [na associação] que nunca había participado en actividades comunitarias, que es la primera vez que participa en actividades contra la pobreza infantil del Uruguay. Pero estamos los que venimos [do Uruguai] con nuestras convicciones.

Notas de campo, 3 de maio 2012.

Tanto Adalberto, quanto o seu crítico, mas também parceiro se apresentam como sujeitos com uma trajetória de militância política ou social prévia à emigração. Este aspecto incide diretamente nas definições das associações⁸⁶. Neste sentido, os ativistas que participaram do movimento associativo já nas décadas de 1970 e 1980 exibem estratégias diferenciadas e se valem de redes mais extensas e de longa duração para desenvolver suas atividades.

A retomada da reivindicação do voto exterior: Plataforma VEU⁸⁷

A seguir relato o encontro com um grupo de residentes na cidade de Barcelona que no ano de 2012 iniciou um movimento local de reivindicação do voto extraterritorial dos uruguaios, em conexão transnacional com outros grupos de uruguaios, a Plataforma VEU. Deparei-me com ele na espera prévia e na despedida posterior à apresentação do último livro do escritor uruguaio Eduardo Galeano, na Universidade de Barcelona (UB), no dia 9 de maio de 2012.

Assisti aquele evento na companhia de Graziella. Nos encontramos uma hora e meia antes do início anunciado, às portas da UB, quando começava se formar uma longa fila. O auditório da UB lotou e os organizadores destinaram a Aula Magna da Universidade para exibir a apresentação em uma tela gigante. Eu conversava com Graziella, tão surpresa quanto eu pela massividade do evento. Enquanto isso, os amigos e conhecidos de Graziella iam chegando e paravam para cumprimentá-la, alguns

⁸⁶ Como observara Andrea Lolicato (2011), no seu estudo junto a ativistas argentinos nas cidades de Roma e Barcelona, as trajetórias individuais, as definições político-militantes no país de origem e a construção de identidades em destino a partir da distinção entre migrantes econômicos e exilados políticos, jogam um importante papel nas orientações ideológicas, nos objetivos e nas ênfases reivindicativas do ativismo transnacional argentino contemporâneo.

⁸⁷ Os membros desta “plataforma reivindicativa”, jogam com o fato do acrônimo de “Voto Exterior Uruguay”, VEU, significar “voz” em catalã. Resgatando esse significado, eles reafirmam à pertença à localidade de acolhida e, ao mesmo tempo, a demanda ao Estado de origem do direito de ser ouvidos, através do voto. Esse jogo semântico, entretanto, não é muito enfatizado nas comunicações translocais, junto a outros uruguaios da diáspora.

inclusive ficaram ali “furando” a fila. Dentro do recinto, os velhos conhecidos procuraram sentar-se em lugares próximos e houve tempo para umas quantas conversas. Graziella me apresentou cuidadosamente todos eles.

Ao final do evento, durante o longo ritual das despedidas, já havia recebido o “panfleto” da *Plataforma V.E.U./ Voto Exterior Uruguay* e conhecido uma dezena de militantes históricos, quase todos exilados políticos da década de 1970, envolvidos em maior ou menor grau na promoção da Plataforma.

A princípio, esta seria a expressão local de um movimento mais amplo, a “*Ronda Cívica*”. Precisei transitar uns quantos encontros da Plataforma e conversar com os seus membros tanto de modo informal, quanto em entrevistas gravadas, para compreender que a Plataforma é uma iniciativa plenamente local, surgida das inquietações de alguns indivíduos residentes em Barcelona. Entretanto, devido à trajetória de alguns dos seus integrantes, vinculados a outros grupos de uruguaios em diversas localidades, e graças à identidade com os objetivos, os membros da Plataforma acabam aderindo à Ronda Cívica. Com tempo, iriam aparecer as diferenças, que obrigam o grupo a um contínuo trabalho de negociação para manter uma identidade e autonomia local sem se afastar da rede mais ampla, por quanto essa unidade negociada potencializa as suas práticas de reivindicação⁸⁸.

A *Ronda Cívica* emerge do último Encontro Mundial de Conselhos Consultivos, celebrado em Montevideu em outubro de 2011. Trata-se de uma frente de demanda do direito a voto para os uruguaios residentes no exterior diante do Estado uruaio, após o fracasso do plebiscito de 2009. O objetivo é mobilizar a sociedade civil transnacional para promover uma reforma neste sentido, com vistas às eleições de 2014. Para tanto, envolvem também os legisladores na criação de uma *Ronda Cívica deliberativa*, à procura das soluções legislativas para instrumentar o direito a voto no exterior e, eventualmente à elegibilidade:

Ofreciendo nuestro pleno apoyo, instamos a los miembros de la Comisión de Asuntos internacionales del Parlamento, a los cuales saludamos fraternalmente, a implementar rápidamente esta iniciativa. Este espacio permitiría deliberar en el correr del 2012 sobre opciones relativas al ejercicio del voto, atendiendo distintas iniciativas expuestas oportunamente desde el ámbito político y desde la sociedad civil; exponer problemas y consensuar soluciones legislativas satisfactorias en el marco del interés general para lograr la institucionalización de ese ejercicio

⁸⁸ Para uma discussão da relação local – global e da importância da localidade no estudo das práticas políticas transnacionais sigo Lolicato (2011). Ver também Godinho (2007) e Barañano (2005), entre outros.

ciudadano con la creación del **Distrito Electoral del Exterior y su modalidad electoral y representativa**.

Uruguay del exterior. “Ronda Cívica por el voto”. (Ênfase no original)

Cabe assinalar, que este movimento que foi se configurando ao longo do ano de 2012, faz parte de uma articulação transnacional, semelhante a que atuou intensamente em 2009, por ocasião da promoção do plebiscito sobre a instrumentação do voto por correio para os uruguaios no exterior. Entretanto, à diferença da minha experiência com os militantes de Porto Alegre, na experiência junto à Plataforma percebi um maior dinamismo nas trocas, viabilizadas fundamentalmente através da internet, entre os diversos atores translocais.

A carta convocante da Ronda Cívica é assinada por membros de vários Conselhos Consultivos (de Paris; Catalunha; Gotenburgo; Nova Jersey; Córdoba, Argentina) e alguns indivíduos (de Mar del Plata, Argentina; Ilhas Baleares; e uma pessoa de Barcelona). No que diz respeito a Catalunha, o diálogo parecia ser mais intenso com o pessoal de Paris e com Córdoba-Argentina. E de fato, representantes destas três localidades confluíram na organização de umas jornadas de debate, realizadas em dezembro de 2012, em Montevidéu. Aqui, a capacidade de mobilização da rede foi potenciada pela possibilidade de uns quantos dos seus membros de sustentar a viagem transoceânica para por presença física ao *lobby* iniciado virtualmente.

Claramente, estes atores detém um capital social que lhes permitiu articular esta atividade à distância, além dos recursos materiais para viabilizar a viagem. Alguns deles, em idade de aposentadoria estão em processo de retorno ao Uruguai, aproveitando assim a permanência em Montevidéu para dar continuidade ao trabalho iniciado tanto em Barcelona, quanto em Paris junto aos militantes que lá voltaram depois do evento.

É interessante notar que esta retomada da reivindicação do voto extraterritorial, introduz algumas variações a de 2009. Então, se realiza um plebiscito visando reforma constitucional para a implementação do voto por carta. Em 2012, se procura uma solução legislativa, isto é, se interpela diretamente aos parlamentares uruguaios e, se busca a construção de um consenso entre os diversos partidos políticos. Neste caminho de negociação, não há espaço para o voto por carta. Em caso de ser implementado o voto extraterritorial, será por via consular.

De outro lado, como pode se ler na carta da Ronda Cívica acima citada, houve a tentativa de colocar em pauta a discussão de incluir a eleição de representantes da população dispersa, do Departamento 20. Essa possibilidade ficou rapidamente excluída da negociação.

Este caminho, recolhe a experiência de 2009, no sentido de ser já conhecidos os argumentos contrários à implementação deste direito. O voto por carta promovido em 2009 levantara questionamentos sobre as garantias eleitorais e mesmo sobre o direito dos que emigraram de participar da tomada de decisões internas ao país, sob o argumento de que eles não teriam que “padecer” eventuais consequências negativas de uma má escolha.

Esta (re)construção ou retomada da reivindicação do direito a voto para os uruguaios da diáspora, através da Ronda Cívica, é expressiva de uma grande capacidade de articulação dos seus membros, não apenas com outros uruguaios espalhados pelo mundo, se não, também, com entidades e movimentos da dita “sociedade civil” dentro de Uruguai. Assim, participaram nas jornadas organizadas em dezembro, a Associação de familiares e amigos de migrantes “*Idas&Vueltas*” e a associação de cidadãos uruguaios retornados. Estas entidades tem a peculiaridade de se tratar de grupos que atuam dentro do território uruguaio, com alcance transnacional, lidando com a problemática da vinculação dos que ficaram com os que emigraram, dos que estão fora e projetam retornar, ou dos que retornaram e requerem de mediações com a sociedade de origem da qual estiveram afastados por largos períodos. Essa dupla interlocução com “o adentro” e “o afora” os torna agentes mediadores, capazes de sensibilizar a sociedade uruguaia em sentido amplo, em relação às reivindicações dos migrantes.

As “Jornadas Cidadãs” contribuíram a traçar a agenda para, em 2013, produzir a tomada de posição dos partidos com representação parlamentar sobre o voto extraterritorial. O evento convocou os atores legislativos, contou com o apoio do escritório de vinculação do Ministério das Relações Exteriores, do escritório da OIM em Montevideu, e de alguns acadêmicos da Universidade da República. Ao final de cada jornada pública, ou nos intervalos para o café, ia se tecendo a negociação, se agendavam entrevistas, se trocavam cartões de visita.

Talvez nem todos os meios de comunicação difundissem nos seus canais o que estava acontecendo na sede do Ministério. Entretanto, os membros da Ronda e os membros da Plataforma VEU mantiveram intensa atividade. Para mim foi ocasião de

perceber esse precário equilíbrio entre a articulação, o trabalho integrado, e a autonomia, a reafirmação de identidades grupais, relativas aos territórios de ação das localidades de destino, e às identidades e simpatias com os atores políticos e sociais da localidade de origem.

Dessas jornadas, o resultado mais significativo pode se dizer até abril de 2013, tem sido a emissão de Informe da “*Institución Nacional de Derechos Humanos y Defensoría del Pueblo*” que recolhe os pontos de consenso sobre os possíveis mecanismos de implementação do voto extraterritorial, e que indica ou sugere (esta instituição não pode obrigar):

Que el Poder Ejecutivo retome la iniciativa anunciada, para que la misma cristalice en un proyecto de ley que se constituya en la base de un gran debate nacional sobre el tema.

Que el sistema político en su conjunto, superando intereses partidarios, promueva los consensos imprescindibles para garantizar el ejercicio de este derecho esencial al funcionamiento del sistema democrático a todas las ciudadanas y ciudadanos, como lo manda la Constitución de la República.

Que el Parlamento Nacional procure el tratamiento de la iniciativa en el próximo (4º) período de sesiones ordinarias de esta XLVII Legislatura, a los efectos de alejar la discusión en el tiempo, lo más posible, de la próxima instancia electoral.

Que aprobada la ley que garantice efectivamente el ejercicio del derecho al sufragio a los ciudadanos uruguayos en el exterior, en aplicación del principio de no regresividad, dicho derecho no sea eliminado, limitado y/o restringido por cualquier norma posterior.

Institución Nacional de Derechos Humanos y Defensoría del Pueblo, abril 2013

No ato de apresentação deste informe, na sede do Parlamento nacional, estiveram presentes mais ou menos os mesmos participantes das Jornadas de dezembro de 2012 no Ministério das Relações Exteriores. Entretanto, foi notável a participação dos legisladores dos diferentes partidos, especialmente do Frente Amplio (FA) e do Partido Nacional (PN). O Frente Amplio, partido ao frente do Poder Executivo nacional detém a maioria parlamentar. Nos casos de normas especiais –e há controvérsias se este seria o caso- precisa de uma maioria especial, que se alcançaria mediante a aliança entre o FA e o PN.

O Vice-Ministro das Relações Exteriores assistiu o lançamento deste informe. Ao final da fala do ex-legislador do PN, Juan Raúl Ferreira, membro da Instituição Nacional dos Direitos Humanos, alguns assistentes tomaram a palavra. Pelo menos dois legisladores do PN fizeram uma breve fala que deixava entrever a vontade de negociar a implementação do voto extraterritorial, pela via legislativa, e não mais da reforma

constitucional como em 2009, e com ênfase no consenso. O Vice-Ministro pediu a palavra e expressou o “compromisso” do Ministério de disponibilizar todos os recursos consulares para concretizar o mecanismo, uma vez aprovado pelo Parlamento.

Isto é um deslocamento significativo dentro do campo político nacional a respeito da indiferença com que, inclusive o FA, assistira ao plebiscito de 2009. Os membros da Ronda Cívica e da Plataforma VEU, reconhecidos na apresentação do informe como os promotores da demanda diante a Instituição Nacional dos Direitos Humanos, vêm mostrando sucesso na sua mobilização. Provavelmente resultaram beneficiados das acomodações internas do campo político, mas, eles souberam capitalizar essas oportunidades para colocar em pauta a reivindicação do voto e influir eficientemente nos tomadores de decisões.

Importante papel neste desempenho é jogado pela experiência acumulada ao longo de anos de ativismo no exterior e os laços pessoais de camaradagem e amizade com os atores políticos do país. Saberes e capital social que detêm, sobretudo os migrantes pioneiros, alguns deles exilados da década de 1970, hoje plenamente incorporados às sociedades de acolhida, em Paris ou em Barcelona.

A *Plataforma VEU*, mobiliza vários destes militantes históricos e faz recurso do capital social e simbólico por estes acumulados. Entretanto, esta iniciativa local teria nascido por iniciativa de uma migrante recente, fortemente vinculada àqueles, embora não a partir de uma militância no associativismo uruguaio migrante. Concorreriam nesta iniciativa laços de amizade e sociabilidade e vínculos de ação coletiva muito mais enraizadas na sociedade civil catalã do que no movimento associativo em torno da identidade de origem. Cabe assinalar que a mencionada migrante recente detém um importante capital cultural e social que vem ao encontro com os exilados e mais antigos migrantes uruguaio de Barcelona, muitos deles incorporados à sociedade catalã e ocupando posições sociais que lhes permitem articular recursos em favor do novo empreendimento⁸⁹.

Em 2010 eu me perguntara “emigrados, exilados ou diaspóricos?”, e dera uma resposta restritiva, distinguindo entre a grande população de uruguaio espalhados pelo mundo e uns poucos e muito específicos que se identificam com as categorias “diáspora” e “Departamento 20”. Se “Departamento 20”, “diáspora uruguaia” ou “os

⁸⁹ Compõem o núcleo inicial da plataforma diversos artistas e profissionais, alguns deles lideranças de ONGs locais e, outros, lideranças históricas do associativismo uruguaio.

uruguayos da diáspora” são categorias chamadas a designar o campo social transnacional do qual participam os migrantes uruguayos, podemos dizer, seguindo Levitt e Glick Schiller (2004), que enquanto todos os migrantes “estão” na diáspora e desenvolvem em maior ou menor medida atividades transnacionais, apenas alguns dentre eles “pertencem” à diáspora. Isto é, desenvolvem uma consciência ativa de pertença ao campo, detendo inclusive as formas de memória que atravessam o campo e legitimam sua preeminência na interlocução com o Estado de origem. Os militantes históricos do movimento associativo uruguayo, sem dúvidas, pertencem a esta categoria e possuem especial capacidade de influir na construção de nação através das suas práticas de transnacionalismo político.

* * *

As comemorações do Bicentenário. Incorporação/fidelização da “Pátria peregrina”

Reflexiono para finalizar este capítulo sobre o tratamento por parte do Estado uruguayo do calendário de comemorações dos 200 anos do processo “revolucionário” iniciado no Rio da Prata após 1810 e que desembocara duas décadas depois na constituição do Uruguai como República independente. Em particular, foco nas referências específicas à população uruguia residente no exterior e nas políticas particulares para ela voltadas, no contexto destas comemorações.

Cabe salientar aqui que a literatura sobre transnacionalismo político entre grupos migrantes, tematiza a diferença entre o transnacionalismo promovido pelos Estados de origem e as práticas de transnacionalismo político desenvolvidas pelos próprios migrantes. As primeiras, no geral, são encaradas como vinculação com a diáspora “qualificada”, como controle sobre o envio de remessas, ou como captação dos recursos da cooperação para o desenvolvimento agenciados pelos migrantes.

Respeito da apropriação por parte do Estado argentino do projeto da “Província 25” (análogo do Departamento 20 uruguayo), originalmente forjado por um migrante argentino de Barcelona, Lolicato (2011: 179-180) observa, seguindo Goldring (2002), que se trata, de um transnacionalismo orientado pelo Estado (*State-led transnationalism*), que visa “expandir o alcance da regulação econômica, social e moral nacional” de modo a atingir à população não residente.

Proponho que, através de uma nova manipulação das narrações de nação, o Estado uruguaio incorpora os novos discursos de fraternidade global e de valorização da diversidade, reformulando o modelo de integração social. As comemorações do bicentenário vêm a veicular uma série de políticas inclusivas, por via do reconhecimento da diferença de grupos específicos, como os afro-uruguaio ou os uruguaio do exterior. Entretanto, as peculiaridades da situação de deslocamento transnacional questionam a inclusão à comunidade política nacional, central no modelo de integração social historicamente dominante no Uruguai, confrontando a proposta transnacionalista liderada pelo Estado.

Como venho mostrando ao longo deste capítulo, o desenvolvimento de intensas práticas políticas dos migrantes uruguaio através de diversas fronteiras nacionais, ao redor do planeta, interpelam as definições de cidadania que o país mantém até a atualidade. Fundamentalmente, a impossibilidade de participar do jogo eleitoral do país de origem está na base dessa interpelação e, como tento mostrar a seguir, da interpelação dos próprios discursos das comemorações do bicentenário.

A retomada da “orientalidade” como narração de identidade nacional habilita a ponte com os uruguaio do exterior nestas comemorações, precisamente através do evento do êxodo artiguista de 1811 e sua referenciação do exílio e da emigração contemporânea. Se recupera assim uma referencialidade pré-existente nas construções de identidade do exílio e da diáspora.

Em outubro de 2010 recebo por meios eletrônicos um documento intitulado “Conmemorar el bicentenario en Uruguay. Una historia para reflexionar, un presente para vivir, un futuro para proyectar”. Estava se preparando esta comemoração para 2011, sendo que o primeiro centenário da República foi comemorado em 1930.

Havia nesse deslocamento do calendário comemorativo oficial uma mudança na ênfase entre duas narrações de identidade nacional. No lugar da celebração do nascimento da República, através do pacto constitucional de 1830, se preparava a celebração do “Bicentenário do Processo de Emancipação Oriental”, ou seja, a rememoração de uma série de fatos que, durante 1811, “foram parte dos processos

regionais que determinaram (...) a formação do nosso país e das outras repúblicas da região”⁹⁰.

Ao falar em “emancipação oriental” se refere ao processo prévio à criação da República, quando a Banda Oriental, hoje Uruguai, estava ainda vinculada à atual Argentina, como parte do Vicerreinado do Rio da Prata. Como apontado por Carolina González Laurino (2001), as polêmicas no processo de construção de nação, no Uruguai de finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, giravam em volta da validação das Declarações de Independência de 1825, como ato fundacional do Uruguai. Assim, as celebrações de 1930 cumpriram o papel de instituir o Juramento da Constituição como ato fundacional formal da comunidade política.

O Uruguai do primeiro centenário (1930) consolidou um modelo de integração social que apagava a diversidade, inclusive porque era preciso apagar o genocídio dos povos originários comandado pelo primeiro presidente da República. O relato do Uruguai feliz (Rial, 1986), fazia deste país um país de “medianias”, excepcional no contexto regional. Em consonância com políticas sociais efetivamente progressivas, isto significava a existência de uma estendida classe média, além da expansão de uma idiosincrasia de camadas médias, via educação, inclusive entre as ditas classes subalternas. É o que o historiador Gerardo Caetano tem referido como modelo “hiperintegrador” (1992, 2001).

Essa “hiperintegração” acolheu grandes contingentes de população, especialmente européia. A excepcionalidade uruguaia foi construída baseada na universalização da educação pública, atingindo um alto índice de alfabetização no contexto da América Latina, e com base ao destaque da herança cultural e fenotípica (branca) européia.

Já as comemorações do bicentenário, se orientam para uma celebração da “orientalidade”. Segundo González Laurino (2001), esta haveria sido a primeira versão da identidade nacional, construída pela intelectualidade de finais do século XIX, quando a institucionalidade estatal fora afirmada, em meio a um processo de modernização produtiva (consolidação da propriedade privada da terra, introdução de inovações tecnológicas, alfabetização universal, etc.).

⁹⁰ Comisión del Bicentenario. “Conmemorar el BICENTENARIO en el URUGUAY...”.

A orientalidade surge como uma tradição que exalta as figuras de indígenas e *gauchos* como forjadores da nação através da sua participação nas lutas de independência, e da sua estreita colaboração com o herói militar, José Artigas. Paradoxalmente, os indígenas foram vítimas de genocídio logo no primeiro governo republicano (1830), e os *gauchos* foram marginalizados pelo próprio processo modernizador.

Em 2011, o Uruguai se celebra como parte de uma região e se reconhece prenehe de diversidade. Se o primeiro centenário lançou a hiperintegração, o segundo parece pretender a reintegração do que foi excluído do campo de interlocução nacional, em termos de diversidade. É assim que as novas celebrações servem para a “reintegração” dos uruguaios que residem fora do território do Estado, nos termos de um transnacionalismo orientado de cima para baixo.

O documento “Conmemorar el bicentenario en Uruguay...” expressa que se espera a participação nas celebrações:

(...) de los actores de los procesos del pensamiento y de la construcción política, del mundo del trabajo, de la educación, de la creación artística en todas sus manifestaciones, del deporte, de las comunidades locales y de los uruguayos en el exterior.

E logo depois, no mesmo documento se afirma:

Será un tiempo en el que cada ciudadana y cada ciudadano podrán verse a sí mismos, reflexionar sobre aquello que los hace sentir entre iguales y les posibilita vivir integrados en la comunidad de los uruguayos dentro y fuera del país.

Estas comemorações se inscrevem em um verdadeiro movimento regional, diria sub-continental. Existe um “Programa Bicentenário” e um “Grupo Bicentenário 2009 – 2011”, integrado por Bolívia e Ecuador (2009), Argentina, Chile, México e Venezuela (2010), Paraguai, El Salvador, Uruguai e Venezuela comemorando por segunda vez (2011). Estas ações coordenadas emergem da *Cumbre Iberoamericana de Presidentes* e constituem um gesto político, para o continente e para o mundo, e também para organismos relacionados à distribuição de recursos em termos de desenvolvimento.

Neste contexto, interpreto a “descoberta” da diversidade cultural, em um país que celebrou durante boa parte do século XX a igualdade e a integração social entendidas como homogeneidade e obliteração da diferença (Cf. Guigou, 2000), como

parte da inscrição da retórica do Estado, no processo de valorização que a diversidade adquiriu na “economia global dos discursos fraternos” (Ribeiro, 2008)⁹¹.

Assim, em agosto de 2010, já no segundo governo do Frente Amplio, o parlamento uruguaio aprovou a Lei 18677, que institui o ano 2011 como “ano de Celebração do Bicentenário do Processo da Emancipação Oriental”. No seu artículo 5º, esta lei delimita alguns objetivos e critérios relativos à organização das comemorações. Dentre os quais saliento:

La incorporación de la perspectiva de integración y de diversidad cultural será una orientación transversal a todo el plan de acciones de conmemoración y de celebración del Bicentenario.

<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=18677> (minha ênfase)

A figura do General José Artigas é reafirmada como herói nacional e o evento do êxodo de 1811, das portas de Montevideu para o norte da Banda Oriental e depois para a margem ocidental do Rio Uruguai, é considerado central nas comemorações projetadas. A centralidade dada a esse evento, serve para declarar a intenção de integrar os uruguaios “de fora” a uma nova versão de nação, desta vez translocal.

A associação do êxodo “original” uruguaio com o exílio volta a ser explicitada pela própria Comissão do Bicentenário. A ex-Ministra de Cultura, Maria Simon, explicava em outubro de 2010 que além de se recriar o percurso do êxodo se realizará, em outubro de 2011, uma videoconferência simultânea com todos os Consulados uruguaios do mundo, estabelecendo um paralelo “entre a diáspora atual e o êxodo de Artigas”⁹².

Entretanto, a associação atual do êxodo artiguista, já não com o exílio, mas com a diáspora, parece se fazer em nome da integração presente e futura das diferenças, e já não mais em nome do passado. Tal como expressado no documento emitido pela Comissão Bicentenário:

Las celebraciones y festejos que haremos fortalecerán nuestras identidades porque nos proponemos reflexionar sobre la larga búsqueda de doscientos años hasta llegar a ser quienes somos. Será una ocasión para reafirmar el respeto por nuestras diferencias así como la posibilidad de encontrar factores de comunidad que nos permitan participar de diversos procesos sociales. Como ocurrió durante el Éxodo, en el que marcharon mujeres y hombres de la ciudad, de las villas

⁹¹ Lins Ribeiro (2008) remete para a definição desses discursos à Declaração Universal sobre Diversidade Cultural da UNESCO, de novembro de 2001, onde a globalização é vista como uma oportunidade de incentivar a cooperação e promover a paz.

⁹² El Universal, 24 outubro 2010.

y del campo, comerciantes y hacendados, esclavos y negros libres, zambos, criollos pobres e indios incorporados a la sociedad colonial o en sus comunidades autónomas, que encontraron en esos procesos sociales y políticos una oportunidad para resguardar sus posesiones, encontrar un espacio de poder político, cambiar su condición o participar de una esperanza de libertad.

Commemorar el bicentenario en Uruguay. Pdf

O ano de 2011 fora intenso em atividades culturais e na promoção de eventos no Uruguai. Uma marca gráfica do bicentenário, conformada por duas fitas entrelaçadas, uma com as franjas azuis e brancas da bandeira uruguaia, a outra com a azul, vermelha e branca da bandeira artiguista, acompanhara quase todas as comunicações oficiais do Estado uruguaio.

Entretanto, durante a primeira metade desse ano, ainda em Porto Alegre não experimentei um grande impacto das comemorações junto aos meus interlocutores naquela cidade. Houve a reinaguração do monumento do Artigas, nas margens da Praça da Alfândega, no Centro de Porto Alegre, depois um período em que o mesmo havia sido retirado pela Prefeitura do seu emplacamento original, ficando abandonado – segundo os membros do Conselho Consultivo- nos depósitos municipais. O ato de devolução do monumento à cidade de Porto Alegre, contou com a presença das autoridades consulares uruguaias, assim como também com alguns funcionários enviados do Ministério das Relações Exteriores em Montevidéu, e realizou-se no dia do aniversário do nascimento do herói, no dia 19 de junho.

A visita das autoridades diplomáticas fora oportunidade para promover um encontro com os uruguaio organizados, tanto no Conselho Consultivo da capital, quanto no do Vale dos Sinos. A reunião se realizou na mesma tarde do 19 de junho, na Casa de Cultura Mario Quintana, também no Centro de Porto Alegre.

É verdade que eu viajara para a Espanha em finais de agosto desse ano, perdendo as comemorações do dia da Independência (25 de agosto), tanto em Porto Alegre, quanto em Barcelona. Tempo depois de avançado o trabalho em Catalunha, comecei a ouvir notícias sobre a celebração do nascimento de Artigas, no marco institucional das comemorações do bicentenário.

Entretanto, para além do gesto de reconhecimento da população não residente e da declaração de intenções de estender os limites da nação para tornar mais inclusiva a sociedade uruguaia, o Estado uruguaio ainda não conseguiu dar atenção a que hoje é a principal demanda dos uruguaio da diáspora que desenvolvem uma pertença ativa ao chamado “Departamento 20”. Isto é, a reivindicação do direito de contar com um mecanismo prático que viabilize o voto do exterior, desde que a Constituição não prevê

a perda deste direito pelo afastamento do território do Estado. Um desafio que o transnacionalismo migrante coloca aos Estados nacionais contemporâneos.

Capítulo 5. A memória em diáspora

A música é um excelente veículo da memória coletiva. Esta afirmativa converge aos estudos do precursor da teoria da memória coletiva ao distingui-la da memória histórica, Maurice Halbwachs, também pioneiro (na França, anos 20) em relacionar o tema da memória coletiva à música e sonoridade no campo antropológico. Para o autor, ao contrário da memória histórica sempre reconstruída pelos historiadores, a memória coletiva é reconstituída na vivência coletiva (2006). Para ele a música é, entre as artes, “a que se desenvolve toda no tempo, não se prende a nada que tenha permanência e, para retomá-la, é preciso recriá-la sempre” (Halbwachs, 2006: 222). Ela permite evocar temas, eventos ou personagens de um tempo vivido ou imaginado compartilhado por uma comunidade de comunicação na qual adquire sentido. Esta perspectiva de reconstituição da música pelo grupo em suas existências cotidianas recebe uma análise enriquecida pelo fenomenologista Alfred Schutz, que ao ultrapassar a perspectiva dos quadros sociais como premissa da memória coletiva, dá importância ao reconhecimento dos espaços de prática. Na ação prática da vida cotidiana estão envolvidos os fenômenos de motivação externas e as do movimento do próprio corpo onde indivíduo e identidade (do executante ou do ouvinte) estão em relação performática, uma evidência intersubjetiva (enquanto para o autor-compositor a relação é intrasubjetiva) (Schutz apud Castellana e Fabbri, 1984: 10). O que aprendemos e retemos do debate entre os estudos de Halbwachs e Schutz, é a importância de etnografar as experiências temporais e espaciais dos membros da comunidade que compartilham a prática musical.

Para tanto recaímos sobre o nosso esforço de pesquisar esses tempos no presente da performance dos uruguaios sobre a música que expressa o movimento transnacional, nos espaços pesquisados. Algumas dessas imagens sonoras são trazidas através de gravação apresentada em CD anexo, tanto na voz dos próprios interlocutores, quanto nas versões cantadas pelos artistas evocados na interlocução etnográfica. No mesmo sentido se organiza a narrativa fotográfica dentro deste capítulo, visando trazer os arranjos espaciais e os gestos corporais envolvidos nesta memória musical, tal como atualizada no encontro com os diversos sujeitos da pesquisa.

ENVELOPE COM CD

Imagem 45

O título desta tese implica em uma escolha por uma evocação recorrente da memória musical compartilhada por vários dos meus interlocutores nestes quatro anos de pesquisa. Trata-se da música “Los Olímpicos” de Jaime Roos, dedicada ao fenômeno da emigração massiva e constante de uruguaios, em inícios da década de 1980⁹³. A partir de então, esta canção compõe o repertório do chamado “canto popular uruguaio”, que à época dera expressão ao mal-estar social provocado pela censura, a perseguição e o terror imposto pela ditadura. Como parte das marcas da memória coletiva aquela canção popular fundacional continua se transmitindo através das novas gerações de uruguaios, ou talvez seja melhor dizer de montevideanos⁹⁴.

Na época, o exílio e a emigração de milhares de uruguaios inspirou diversos músicos, dentre eles Roos. Uma vez que a reabertura democrática e estabilidade institucional posterior não significara o fim da emigração e, pelo contrário, ficara estabelecida uma espécie de cultura da circulação transnacional entre o Uruguai e as mais diversas localidades no mundo, os artistas uruguaios continuaram alimentando o acervo musical relativo ao tema. Como aponta a antropóloga uruguaia Pilar Uriarte (2007), esta produção musical veicula as tensões entre identidade nacional e pertencimento territorial que atravessam a sociedade uruguaia. Tensões decorrentes da estabilização da emigração (especialmente de pessoas jovens e relativamente qualificadas) como fenômeno estrutural, precisamente a partir das décadas de 1960 e 1970 (Cf. Aguiar, 1982). Mas, ao mesmo tempo, tensão histórica na construção de nação uruguaia⁹⁵.

⁹³ Disco “Aquello” (Montevideu, Ayuí-Tacuabé, 1981). Essa música tem sido editada em discos posteriores do mesmo autor. Ver CD.

⁹⁴ As dimensões reduzidas do território nacional e o grande centralismo que exerce Montevideu, a capital uruguaia, tem produzido historicamente um efeito metonímico pelo qual, expressões culturais ou artísticas da capital são apresentadas como manifestações culturais nacionais. É verdade que não há grande desconhecimento das expressões artísticas montevideanas entre o conjunto da população, inclusive pela concentração dos grandes meios de comunicação na capital, com difusão em todo ou boa parte do território (quando o contrário não acontece, a difusão da imprensa do interior é quase exclusivamente local). Ao mesmo tempo, cabe assinalar que por efeito desta difusão assimétrica, efetivamente se verificam apropriações locais das formas montevideanas do carnaval, ou de outras expressões artísticas.

⁹⁵ O historiador Gerardo Caetano (1991), aponta algumas das “obsessões” que historicamente têm acometido as tentativas de narrar “o nós” da comunidade nacional uruguaia: à busca de um passado fundacional, o papel dos partidos e da política na construção de identidade, as dúvidas sobre a viabilidade do país e o papel configurador do “afora”. Embora a importância das referências externas atravessariam

As metáforas e as imagens de “*Los Olímpicos*” transcendem a comunidade de sentido geracional do autor, entretanto elas adquirem relevo especial quando evocadas por indivíduos que, durante a sua juventude, compartilharam a experiência da partida dos amigos e parentes, além do clima que anunciava a reabertura, no qual cantar era possível, mas, era preciso vencer a censura (Cf. Chouitem, 2011).

Pertencem a esta geração Ana e Ricardo, os donos do Bar *Anticuario*, em Porto Alegre. Entre os múltiplos objetos que enfeitam as paredes deste bar, no bairro Cidade Baixa, há uns azulejos brancos que exibem frases, ditados ou trechos de músicas junto ao retrato desenhado, tudo em tinta preta, dos seus autores. É significativo que um desses azulejos esteja dedicado ao refrão de *Los Olímpicos* e, é preciso dizer, um outro evoca uma frase do herói nacional José Artigas. Estes azulejos compõem uma paisagem carregada de evocações da terra de origem. Esta paisagem de objetos e sons remete para o *tango*, na sua qualidade de patrimônio compartilhado entre a cidade de Montevideú, e a argentina Buenos Aires; para o *candombe*, exemplo de transformação de manifestação cultural marginalizada, em patrimônio nacional e produto cultural massivo⁹⁶; para o canto popular e para referentes políticos, literários ou inclusive da cultura televisiva riopratense. Estas evocações se multiplicam não apenas nos objetos, mas, também no som que toca constantemente no bar. De modo mais amplo, amostras da música espanhola ou latinoamericana compõem a ambiência sonora do bar. Entretanto, há nesta seleção mais ampla alguns recortes que podem se interpretar como parte da ambiência sonora da década de 1980 montevideana, onde músicos como o catalão Joan Manóel Serrat, compunham um núcleo de artistas engajados com o pensamento de esquerda e significavam pontes entre a dissidência local e a resistência à ditadura espanhola.

diversos períodos da história nacional, Caetano salienta o papel do “batllismo” (programa político e período de governo de José Batlle y Ordoñez em inícios do século XX) na afirmação desta referencialidade exterior, sobretudo, através de um cosmopolitismo que é mais bem um eurocentrismo (Caetano, 1991: 17 - 45).

⁹⁶ O *candombe*, ritmo musical afro-uruguaio, permaneceu “marginal” ou “subalterno” até que, recentemente e sob o influxo das resignificações do afro na cultura uruguaia, vem se reivindicando como parte da tradição cultural nacional, enquanto se tornou parte da “marca país” e dos emblemas com os quais se busca atrair turismo, assim como cada vez mais é performatizado pelos uruguaio da diáspora, como signo de identidade. Para uma análise “de dentro” deste fenômeno de “modernização” do *candombe*, ver Guterres (2003).



Imagem 46

Neste registro, ao chegar à casa de Leonardo, o arquiteto uruguaio que me recebera na minha primeira visita à ilha de Florianópolis em março de 2010, encontro uma família atravessada por laços transnacionais, devidos também aos deslocamentos de mais de uma geração e ao cultivo de pertencas, mesmo de longa duração, como a “italianidade” herdada dos avós por Leonardo. No convívio do primeiro final de semana junto a Leonardo, sua esposa Ana e o seu sobrinho Paulo, eu ia descobrindo marcas do “uruguaio” e combinações com o “brasileiro”, neste adesivo na janela, ou sobre a TV da sala, no canto das chaves ou no canto dos discos de música. Interessada como eu me mostrei, a fotografar as pilhas de CDs, onde Jaime Roos convivia com a “Tropicália” do Brasil das décadas de 1970, Leonardo puxou o disco “Antologias” do músico popular uruguaio “El sabalero”, José Carbajal. E não demorou a entonar “Uruguayos, uruguayos... ¿dónde fueron a parar? ...Por los barrios más remotos, de Colombres o Amsterdam...”.

Já quando entonada por Leonardo, *Los Olímpicos* adquirira o tom da experiência vivida, em meio às nossas reflexões e devaneios sobre o seu itinerário migratório como parte da experiência coletiva do exílio, vivido durante a ditadura por milhares de dissidentes, militantes operários ou estudantis, membros dos jovens grupos contestatários condenados à clandestinidade e à perseguição pelo regime. Amsterdã, cidade citada por Roos no refrão que Leonardo ensaiou, quase sussurrando, foi a cidade que o recebera ao partir para o exílio.

O itinerário de Leonardo iniciou-se pelo Brasil, em 1972. Lá entrou através da fronteira terrestre, passou uma noite em Porto Alegre, fato que lembra por ser a cidade

da qual eu estava chegando, e buscou um colega arquiteto em Blumenau, já no estado de Santa Catarina. Poucos meses depois estava na Holanda, como refugiado e sob a proteção do Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas (ACNUR).

Embora *Los Olímpicos* não esteja explicitamente referida ao exílio político, omissão que pode ser compreendida no contexto de censura no qual foi criada, países como Holanda e Suécia são conhecidos por ter acolhido, em articulação com organismos internacionais como o ACNUR, a população latino-americana perseguida ou ameaçada pelos regimes ditatoriais vigentes no Cone Sul. A referência à cidade de Amsterdã no refrão de Jaime Roos, ele mesmo residente por aqueles anos nas cidades de Paris e na própria Amsterdã⁹⁷, carrega na voz de Leonardo as lembranças da sua própria experiência de uruguaio pelos “remotos” bairros daqueles países europeus.



Imagem 47

A qualidade “remota” daquelas localidades não provém apenas da distância com o Uruguai, senão, e talvez fundamentalmente, das dificuldades para manter o vínculo com os familiares e os amigos deixados em origem, em tempos “sem internet”, sem telefonia celular e, ao menos no Uruguai, com comunicações telefônicas a custos elevados, quando não mediadas por uma operadora, na falta de ligações diretas entre particulares de distintos países. De outro lado, a impossibilidade de retornar “a casa”, seja por motivos econômicos ou políticos, contribuía para essa vivência de estranhamento e de distância subjetiva.

Na Holanda, indivíduos como Leonardo tiveram que aprender uma língua muito diversa do castelhano. O estilo de vida holandês percebia-se também como estranho e os

⁹⁷ Segundo a biografia exibida no *web* site oficial do músico, Roos saíra do Uruguai em 1975 para a França, voltara para o Uruguai e depois da gravação de um disco em 1977, emigrara para a Holanda, onde permanecera até 1984 (ano da reabertura democrática). Ver: http://www.jaimeroos.com.uy/biografia_esp.htm

vínculos com outros latino-americanos, ou mesmo uruguaios, certamente tiveram grande importância para a continuidade da vida, depois da ruptura da cotidianidade imposta pela saída forçada do Uruguai. Entretanto, Leonardo salienta que era preciso, nessa luta subjetiva pela supervivência, “se integrar”, passar a ser parte da sociedade de acolhida, “evitar o *ghetto*” migrante. E refere casos de migrantes que caíram em depressão ou foram presos do alcoolismo por causa do isolamento no qual permaneceram e da adesão a uma nostalgia do país de origem que os paralisara.

Essas tensões provocadas pela inviabilidade do projeto de vida na terra de origem, mas, ao mesmo tempo, pela resistência à acomodação ao conforto das localidades de acolhida, são cantadas por Roos em *Los Olímpicos*. Compreende-se assim a identificação que esta música produz entre os que vivenciaram essa experiência, seja pelo próprio deslocamento, quanto pela emigração de amigos e parentes que, como o amigo Horácio, escreve carta de Nova York:

Ayer recibí una carta directa de Nueva York
De mi amigo el Horacio, trabaja de soldador
Ahora tiene “colachata”, alfombra y calefacción
Parece cosa de locos, le va cada vez peor

Extraña la gente nuestra que te habla sin despreciar
Extraña el aire del puerto cuando anuncia el temporal
Y sin embargo recuerda las cosas por la mitad
Se olvida las que pasaba antes de irse para allá⁹⁸
Los Olímpicos, J. Roos

Como me apontara Roberto, interlocutor de pesquisa em Tarragona, houve à época de criação de “Los Olímpicos” algumas narrativas de migrantes (ele falava de uruguaios na Suécia) que tematizavam o “cárcere do conforto material” representado pela sociedade de acolhida. Esta ideia está presente na música de Roos, ao elencar os novos bens adquiridos pelo Horácio, obtidos, talvez, ao custo da sobre-exploração. E o autor estabelece um contraste com a saudade da terra de origem, idealizada à distância pela memória do migrante como o paraíso que nunca foi.

Com base nos múltiplos relatos ouvidos durante a pesquisa, afirmo que esta vivência envolve muitos migrantes que, apesar das variações conjunturais em origem ou

⁹⁸ Nesse trecho o autor conta que ontem recebeu uma carta do seu amigo Horacio, residente em Nova York: “Agora tem ‘carrão’, tapete e calefação”, entretanto “parece loucura”, cada vez está pior. “Sente a falta da nossa gente, que lhe fale sem desprezos”, está com saudade do “ar do porto [de Montevideú] quando anuncia a tempestade”. Entretanto, denuncia o cantor, “lembra as coisas pela metade”, pois esquece as dificuldades que vivia no Uruguai antes de emigrar.

em destino, continuam a circular em meio aos fluxos de trabalhadores que não pararam de se internacionalizar após a segunda metade do século. Entretanto, as condições contemporâneas de transnacionalidade vêm a introduzir algumas nuances na experiência migratória.

Os pioneiros da emigração uruguaia, nas décadas de 1970 e 1980, esperavam cada semana um envelope com uma foto ou uma carta escrita a mão, trazendo notícias atrasadas vinte ou trinta dias; reuniam-se nos bares das novas cidades de residência, inventavam “eventos culturais” para se encontrar, para falar a língua materna e para comentar as notícias políticas e sociais chegadas do Uruguai, graças a um parente que fez uma ligação telefônica, ou aos recortes da imprensa enviados por algum amigo ou ex-camarada de militância. Nesse contexto, a consciência da impossibilidade do retorno era compartilhada não apenas por exilados políticos, mas, também, por todos os que lá longe se encontravam.

Para o contexto contemporâneo mais recente, não estou propondo que os migrantes contemporâneos disfrutem de uma liberdade absoluta de se deslocar pelo mundo e de ir e voltar do mundo para o Uruguai e vice-versa. Essa é precisamente a miragem que encerram certas teorias da globalização (Cf. Segato, 2002). Entretanto, é inegável que nos encontramos hoje em meio ao que Gustavo Lins Ribeiro (1997) chama de “condições da transnacionalidade”, isto é, uma série de circunstâncias sociais, culturais, políticas, econômicas e técnicas que implicam no encurtamento das distâncias, assim como facilitam a simultaneidade de práticas através das fronteiras.

Estas condições não se distribuem igualmente entre todos os indivíduos do planeta e há grandes diferenças geopolíticas que afetam aos cidadãos dos diversos países. Mas, a proliferação de imagens de lugares distantes, os contatos imediatos através das novas tecnologias da comunicação, contribuem para a proliferação de um imaginário global - no sentido de acervo compartilhado de imagens dado por Appadurai (2000) - que move também o desejo de se participar desse mundo globalizado. Isto é, uma motivação diferente daquelas narradas pelos migrantes das décadas de 1970 e 1980. Para os indivíduos que detém bons montantes de capital econômico, social e cultural, a aventura global é uma possibilidade à qual podem entrar e da qual podem sair com mais ou menos liberdade. Já para os milhões de trabalhadores que emigram apostando para a viagem os escassos recursos de que dispõem essa aventura pode ficar marcada pelas mesmas tensões que cantava Roos na década de 1980.

Isto, desde que o “sonho”, melhor dizendo projeto global não seja violentamente interrompido pelos, cada vez mais, rígidos controles sobre a circulação de pessoas, especialmente nos chamados países do primeiro mundo:

*Trabajador inmigrante es la nueva profesión
Al que agarran sin papeles lo fletan en un avión⁹⁹
Los Olímpicos, J. Roos*

Mas, a capacidade de “*Los Olímpicos*” de continuar gerando identidade entre os uruguaios da diáspora contemporânea, provavelmente graças à enorme difusão que os migrantes históricos fizeram dela como marca do exílio, não reside somente no seu retrato da contemporaneidade. Na sua qualidade de veículo da memória, carrega as marcas de um tempo glorioso, quase mítico quando olhado em retrospectiva crítica. Refiro-me ao “Uruguai do [primeiro] centenário”, isto é o Uruguai das primeiras décadas do século XX, onde se consolidou um relato de nação próspera, educada e democrática, que se diferenciava dos outros países da América Latina e se espelhava na Europa, “a Suíça de América”¹⁰⁰. Precisamente, um “Uruguai feliz” (Rial, 1986) que se quebrou após a década de 1960.

Quando Jaime Roos canta “antes éramos campeones, les íbamos a ganar /hoy somos los sinvergüenzas que caen a picotear”, refere ao passado de campeões olímpicos (eis o título da música) das seleções de futebol que ganharam medalha de ouro em 1924 e 1928, jogando na Europa. Os outrora campeões, os “suíços da América”, são hoje os “sem-vergonhas” que vão para a Europa à busca do ganha-pão.

O Estádio de Colombes foi sede inaugural dos jogos de 1924, na França; os jogos de 1928 se celebraram em Amsterdã. Colombes, Amsterdã, Olímpica e América são os nomes das quatro arquibancadas do Estádio *Centenario* de Montevideu, monumento que celebra o primeiro centenário da Constituição de 1830, convertida então em marco fundacional da nação. Como parte das celebrações, o Uruguai sediou a primeira Copa do Mundo de Futebol, precisamente em 1930. Mesmo que muitos montevidianos não conheçam a origem dessas referências geográficas nas arquibancadas do maior cenário futebolístico da cidade, todos sabem que outrora, num

⁹⁹ Trabalhador imigrante é a nova profissão/ao que encontram sem documentos o põem em um avião de volta.

¹⁰⁰ Para uma discussão aprofundada sobre estas construções de identidade ver: Caetano, G. (1992; 2001) e González Laurino, C. (2001).

tempo para os mais jovens quase inimaginável, o Uruguai fora campeão do mundo jogando futebol. E todos os torcedores de futebol do Uruguai guardam imagens do Estádio Centenário e das arquibancadas citadas por Roos.

Assim, quando trinta anos depois da sua criação, “Los Olímpicos” reverbera na memória dos uruguaios da diáspora, joga-se ali também uma saudade de um “tempo perdido”, mas, que continuou a ser referência para muitos, mesmo que nem os mais velhos tenham vivido aquele tempo de glória. Trata-se do tempo lembrado e relembrado nos relatos dos pais e dos avós, que hoje se perpetua nas rodas de bares, em festas e, nos churrascos familiares e de amigos¹⁰¹.

Como parte destas reverberações musicais da memória, ouço novamente as frases de *Los Olímpicos*, ao conhecer Enrique, na praia de Armação, no sul de Florianópolis, poucos dias depois de conhecer Leonardo. Enrique, é uns vinte anos mais novo que aquele e sua trajetória é muito diversa. Junto a Walter, amigo da juventude com quem iria se reencontrar nas “remotas” praias de Santa Catarina, Enrique evocou muitas outras músicas e imagens da cultura popular do Montevideu dos anos de 1980, precisamente, quando Leonardo e outros já haviam iniciado os itinerários da diáspora.

Já no primeiro encontro, no bar da pousada à qual eu havia chegado e onde trabalhava Walter, a lembrança da música de Jaime Roos emergira, e com ela viera “Tangueses”¹⁰², cantada por Walter, e um par de histórias sobre nomes e apelidos que me leva a refletir sobre a importância da memória musical compartilhada por estes dois homens. O meu encontro casual com Noelia, uma turista catalã, fez com que Enrique e Walter contaram com platéia para as suas performances.

“*Tangueses*”, reaparecera ao longo dos 3 ou 4 dias que passara em Armação, junto a Enrique e Walter. Uma hora, eu comentara com Enrique que Walter havia evocado o refrão de “*Los Olímpicos*”, em meio a uma reflexão sobre os uruguaios que ele conhecia no sul de Florianópolis. Dizia Walter: “Acá hay tanto uruguayo, tanto uruguayo... Uruguayos, ¿dónde fueron a parar?”. E a continuação evocara “*Tangueses*”:

¹⁰¹ Capítulo especial mereceria “o churrasco” uruguaio, não apenas como refeição colocada no topo das preferências gastronômicas nacionais, mas, como espaço de sociabilidade. Convidar ou ser convidado para comer um churrasco é um convite para uma extensa jornada, temperada pelo álcool, a música e as conversas, que por regra geral transitam pela atualidade política e futebolística do país.

¹⁰² Eu desconhecia essa música. Pertenceria a um grupo/orquestra denominado “Camerata” e haveria aparecido em um disco de 1974, também intitulado “Tangueses”, da discográfica RCA Victor, provavelmente editado na Argentina.

“¿No conocés “tangueses”?, e começara cantar, diante meu desconhecimento daquela música e enquanto eu estava a gravar (ver CD).

Esta referência aciona a memória de Enrique:

Enrique. Sí, “Tangueses” es... habla de Montevideo... [não lembra, pede mina ajuda]. Dame un pedacito que yo... Pará, pará...

Mabel. Dice alguna cosa como “por las puertas de mi madre”...

Enrique. [Tenta cantar] *Por las puertas de mi madre (...) no pude ser español, no pude ser francés, me quedé completamente uruguayo.* [Finalmente recita:] *Casuales casualidades, me llevaron a nacer, en un lugar escondido, tan chatito y tan perdido que en el mapa no se ve.* ¡Ay, cómo no me voy a acordar! Eso es un tangazo de... aparte el loco que escribió fue... Nunca me *esqueço* [lusismo] de ese tango. Es una parte que es muy... muy, muy... muy cotidiano, muy de Uruguay mismo. Esa canción es muy de Uruguay.

E do som de “*Tangueses*”, Enrique passa à palavra do escritor uruguaio Eduardo Galeano:

Mabel. Pero , ¿vos cómo la interpretás esa música? Porque... yo confieso que me suena la melodía pero no es una canción que yo conozca como Los Olímpicos de Jaime Roos...

Enrique. Claro, no... [entona de nuevo:] *Casuales casualidades me llevaron a nacer en un lugar tan chiquito, tan perdido, que en el mapa no se ve.* Como dice Galeano, hay una parte que dice “Todos los uruguayos *acreditamos* [lusismo] que Uruguay existe. Pero, por qué, dice Galeano. Claro, los uruguayos *acreditamos* que Uruguay existe porque... Uruguay es un país que nunca nombran en ningún lugar, medio de comunicación internacional, no está nombrado. De repente alguna cosa que pasa. Y no lo conoce prácticamente nadie. Nadie lo nombra, por eso... somos nosotros que lo conocemos y que creemos que es Uruguay, ¿no?... que somos tres millones de técnicos [ríe] y...

Mabel. ¿De directores técnicos [de fútbol]?

Enrique. Tres millones de directores técnicos, tres demagogos políticos. Tres millones de demagogos políticos, ¿no?, que hablamos siempre de estas cosas. Del [Café] Sorocabana, ¿no?, de todas esas cosas. Entonces eso es lo que decía Galeano, que nosotros somos los uruguayos que *acreditamos que ainda* nuestro país existe. Entonces ese tema que yo te digo, es el tema que dice “casuales casualidades me llevaron a nacer en un lugar... tan chiquito, tan perdido, que en el mapa no se ve”. Como tú me preguntás por qué, qué identificación tiene. Una identificación de un ser uruguayo mismo.

A escuta da música cantada por Walter, diante a minha insistência, e a escuta e leitura da evocação do Enrique revelam quanto o primeiro lembra pela música e o outro pelo sentido. De fato, Enrique sempre introduz alguma reinterpretação nas letras das músicas que canta, assim como é imaginável a mesma operação ter sido efetuada sobre as palavras de Eduardo Galeano. Mas, a fidelidade de Enrique está voltada para as imagens que essas músicas e os textos literários despertam à sua memória.

Dias depois, durante uma excursão às cachoeiras do sul da ilha, Enrique cantarolara em meio à floresta, o “saludo de 1937” da murga montevideana “Araca la Cana”¹⁰³, ou uma versão pessoal dele. Mas, o que dá a força àquele cantarolar é que ele emerge em meio a um momento pleno de sociabilidade (onde a única que estava preocupada pela pesquisa e andava gravadora em mãos, era eu). O encontro guardava vários traços que o faziam extraordinário, uma retirada do cotidiano de Enrique no Brasil, da vida no sul da ilha, da interlocução em português.

De um lado, o filho de Enrique o visitava depois de muito tempo sem vê-lo. Lá tinha chegado do Uruguai, com três amigos montevidianos, em uma *tournee* pelo sul do Brasil, de carro. De outro lado, estava eu a insistir havia três dias com as memórias de migrantes uruguaios. Finalmente, como consequência da minha presença, havia se unido à excursão minha recente amiga catalã e um antropólogo uruguaio, que encontrara por acaso caminhando na Praia de Armação, onde ele residia enquanto realizava estudos de mestrado em Ciencia Política na Universidade Federal de Santa Catarina. Ou seja, uma platéia hispano-falante para dar curso à vocação performática de Enrique, uma platéia majoritariamente uruguaia para acolher os sentidos comunicados por Enrique, e uma antropóloga que achava tudo interessante e estava lá a fotografar e gravar a toda hora.

Walter e Enrique ou “Natalio Ruiz” e “o pai de Sauro”.

Há algumas operações de nomeação que expressam traços identitários tanto de Walter quanto de Enrique. Elas me são reveladas por ambos interlocutores no nosso primeiro encontro no balcão do bar da pousada, a noite da minha chegada. Noelia, minha recente amiga catalã, fora testemunha e ensaiara algumas fotografias daquela conversa. Provavelmente a origem de Noelia servira de inspiração para Walter, quem rapidamente a apelidou de “Penélope”, aludindo uma música do catalão Joan Manóel Serrat. Este músico teve grande popularidade no Uruguai durante os anos 80. Minhas

¹⁰³ *Araca la Cana* é uma das murgas que, como tematizo mais adiante neste mesmo capítulo, representou uma expressão alternativa durante a época da ditadura e da reabertura democrática no Uruguai. a música evocada por Enrique é, no entanto de 1937, ou segundo a controvérsia recentemente estabelecida de 1941. Isto expressa de um lado os laços tradicionais entre a murga e a cultura popular montevideana e como estes laços, através das transformações acontecidas na década de 1980 (Cf. Chouitem, 2011), foram reinventados e apropriados para uma memória coletiva da qual a geração de Enrique e Walter partilham em grande medida.

próprias lembranças de infância estão cheias de músicas cantadas por ele, que meus pais colecionavam em discos de vinilo e ouviam-se também na rádio “de esquerdas” que costumava tocar na minha casa do amanhecer até à noite.

Como disse, nos dias da minha visita a Armação, Enrique recebia a visita do seu filho Sauro e alguns amigos dele. Precisamente, a primeira operação de nomeação da qual tratarei é a do filho do Enrique. Sauro, explica-me o pai, “é o melhor amigo de Joan Manoel Serrat”.

Frase pronunciada quase com solenidade, após me apresentar o filho que o acompanhava. E imediatamente, evoca:

¿Sabés cuál es la historia de él? La historia de Sauro, que a vos te sorprende... Yo estaba leyendo un libro de Joan Manuel Serrat. No lo tenía. No tenía nombre para... Digo, porque tampoco no se había hecho una ecografía, justamente, mi... No, digo, es varón por la... ¡una luna así llena!, ¿no? Y ahí llegamos y digo “¿Cómo le vamos a poner?”. Yo quería ponerle “Sauro Cayetano”. [se ríe] No, ahí le puso Sauro Martín. Pero ahí viene la historia... de Sauro. Viene la historia: eh... yo tengo un libro, justamente, de Joan Manoel Serrat, la historia de Joan Manoel Serrat, y su amigo... el mejor amigo de Joan Manoel Serrat era Sauro Cayetano. Entonces ahí, apareció el nombre.

Enrique, Praia da Armação, 10 março 2010.

O nome¹⁰⁴ escolhido por Enrique para o seu filho expressa a sua admiração pelo cantor catalã, o que diz respeito não apenas a um gosto musical, mas, também, a uma opção estético-política própria dos seus anos de juventude montevideana. Faço esta afirmação à luz das muitas outras imagens da memória que o Enrique veio a compartilhar comigo, especialmente aquelas tecidas em animada conversa com seu antigo parceiro, Walter. Ambos performatizavam narrativas prenes de refrãos de músicas, populares nos anos de 1980 entre os jovens urbanos uruguaios. A cidade de Montevidéu era a protagonista das lembranças, especialmente a casa na qual moravam, e onde desenvolviam uma intensa sociabilidade. Desse convívio nasceram alguns “produtos culturais”, como a revista “*Las Larairas*”, que eles mesmos editaram lá pelos

¹⁰⁴ Trata-se de Cayetano Sauro, um jockey argentino cuja carreira esportiva foi interrompida por um acidente numa corrida hípica. Em nota de Carlos Ares, de 1992, Joan Manoel Serrat lembra do acidente ao manifestar suas preferências na cena turfística de Buenos Aires. O cantor, menciona que o jockey Sauro teria sido prejudicado por uma manobra do jockey Jara, cujo estilo não é do agrado de Serrat, manobra que haveria desencadeado aquele acidente (In: http://personal.telefonica.terra.es/web/joanmanuelserrat/pdf/serrat_bs_aires.pdf). Circulam versões que falam num acidente entre múltiplos cavalos. O acidente aconteceu em 1969, no hipódromo de San Isidro, Buenos Aires. É provável que Enrique estivesse se referindo à admiração de Serrat pelo Jockey Cayetano Sauro, o que nas acomodações da memória o transformou no melhor amigo do cantor.

idos de 1981 ou 1982. É tão forte a imagem da casa, que eles a nomeiam –tornando-o assim inesquecível- pelo endereço: “*Guayabos 17-10*” ou “*La 17-10*”.

De igual forma, Walter realiza mais recentemente uma operação nominativa que interpreto na mesma chave. Já no século XXI, em tempos de popularização das novas tecnologias da comunicação e da informação e em plena disseminação das redes sociais digitais, ele adota como apelido ou identidade virtual o nome de “Natalio Ruiz”. Me explica que o tomara de uma música do grupo argentino Sui Géneris¹⁰⁵, popular em ambas margens do Rio da Prata na década de 1970. Isto é, um ato nominativo também alicerçado nas memórias musicais de juventude, as quais compartilha com Enrique.

Sem dúvidas, fora um grande achado etnográfico encontrar estes dois personagens no mesmo lugar, e não uma casualidade. Depois das intensas vivências juvenis, eles permaneceram afastados pelas circunstâncias da vida adulta, família, trabalho, Walter retornou à sua cidade de origem, Paysandú, enquanto Enrique permaneceu em Montevideú. Sobretudo, eles me ofereceram a oportunidade de lembrar juntos aqueles anos de juventude e chamaram a minha atenção sobre a ambiência musical da década de 1980 em uma Montevideú escurecida pela repressão, mas, na qual os cidadãos começavam afirmar as táticas de uma subversão que em vários sentidos vencera a censura. Fora fundamental nesta paisagem montevideana o papel da música e da performance da “*murga*”, com o seu ritmo, marcado pela percussão, dominada pelo *bombo, platillo e redoblante*.

A murga é um grupo coral do carnaval uruguaio. Portanto uma expressão artística popular. Embora tenha existido historicamente na cena carnavalesca uruguaia, ao longo do século XX as formas da murga sofreram transformações, das quais apenas poderia dar conta através da nostalgia de alguns depoimentos. Entretanto, gostaria de chamar a atenção para uma transformação que parece-me significativa para a minha interpretação etnográfica. Refiro-me à politização da murga na década de 1980, quando começava se vislumbrar o fim da ditadura militar.

Como explicita Dorothée Chouitem (2011), em meio a censura e a repressão das manifestações coletivas, o futebol e a festividade do carnaval foram nos últimos anos da ditadura, canais de expressão popular para o descontento e o dissenso, além de formas de apropriação coletiva do espaço público. Assim, nas lembranças de Walter e Enrique,

¹⁰⁵ “Natalio Ruiz, el hombrecito del sombrero gris”. Disco “Vida”, Argentina, 1972. O grupo Sui Generis estava integrado por Nito Mestre e Charly García. “Vida” foi o primeiro disco da dupla.

do convívio na *Guayabos 17-10*, aparece a murga que eles mesmos criaram, ludicamente, durante uma visita às águas termais de *Arapey*, no norte do Uruguai. Apesar de emergir como a lembrança de um evento protagonizado junto aos amigos e parceiros da república de estudantes, em meio a uma visita turística marcada pela austeridade da economia de estudantes e jovens que sobreviviam trabalhando mais ou menos informalmente, é através das escolhas musicais que se expressam as circunstâncias históricas nas quais essas vivências aconteceram e como essas circunstâncias operam ainda como marcas da memória dos meus interlocutores.



Imagem 48

O nome da murga era o mesmo que o da revista que eles editavam domesticamente, “*Las larairas*”. O trecho da letra que Enrique lembra para mim diz respeito à viagem, um pouco fazendo *autostop*, um pouco na desaparecida (e à época única) empresa de ônibus que circulava entre Montevideu e o resto do país, “*la Onda*”, e a que, devido aos altos custos do ingresso ao parque de águas termais, tiveram que se desfazer dos poucos alimentos que levavam consigo:

Walter. Y ahí había grupos y... jugaban al básquetbol, al ajedrez, al truco, a todo. Certamen. Una de las participaciones era formar una murga o... para desfilas, yo qué sé. Nosotros formamos una murga y fuimos... actuamos profesionalmente, porque la letra la hicimos nosotros, ¿te acordás?

(...)

Mabel. ¿Y ustedes?

Walter. ¡Nosotros cualquier cosa!

Enrique. Todo. Nosotros nos disfrazamos, nos pintamos con... cosa, con carbón. Y llegamos haciendo un *sketch* del chicle. Uno caminando y uno masticando y la pelota que se... se pegaba, así, ¿no? Una pelota de básquetbol. Se pegaba en el suelo, entonces todo el mundo... empezamos a tirarla, ¿viste?, todo el mundo, y nos caíamos. Eso fue el sketch cuando entramos, ¿no? Ahí la murga era así, ¿no?, la letra era así... Entonces eran tiempos de la dictadura, ¿no?, tiempo de la dictadura, era el tiempo en que todavía estábamos en la dictadura, entonces hicimos con una... con la misma música de... Los Olimareños, la letra del pueblo¹⁰⁶. Entonces, decía así: “Llegamos a las termas, haciendo dedo, en la Onda y un camión -¡En la Onda y un camión!- Y de entrada, nos asaltaron, dejamos los fideos, la

¹⁰⁶ Los Olimareños: “Al Paco Bilbao”. Disco “Cielo del 69”, Montevideu, Orfeo, 1970. Autor da canção: Ruben Lena.

yerba y el arroz. Somos Las Larairas que venimos a divertir a todas las termas, a todas las [...] a alegrar”. Entonces con ese tema... con ese tema, ¿no?, con ese tema de que, era en tiempos de la dictadura, que era... prácticamente... de Los Olimareños, nosotros... los aplausos, nos robamos todos los aplausos. Pero salimos últimos, lógico.

Walter. ¡Sí, salimos últimos!

Toda a *performance* era humorística, a viagem e a escassez de recursos destes jovens parecem temas triviais. Entretanto, eles escolhem uma música proibida, ou pelo menos, de artistas que estavam no exílio, que haviam sido censurados e até prendidos pelo regime, “*Los Olimareños*”. Uma dupla de cantores integrantes do chamado “canto popular uruguaio”, vertente de artistas que deram expressão à resistência ao regime e que à época coloriam a paisagem montevideana. Este mecanismo é tradição nas murgas uruguaias, mas, como assinala Dorothée Chouitem, houve à época certa esperteza, a tática dos oprimidos (De Certeau, 2008), em se apropriar de músicas que eram em si mesmas uma mensagem¹⁰⁷.

A paisagem cultural montevideana estava marcada pela censura e a vigilância de qualquer expressão de dissidência. Mesmo após o plebiscito de 1980, cujo resultado fora contrário à expectativa ditatorial de legitimar o governo golpista e institucionalizar o “militarismo”, e quando se insinuava a reabertura democrática. Assim, o futebol e o carnaval, constituíram, segundo a autora um espaço de expressão da dissidência e, conformaram o reduzido espaço público no qual qualquer sensibilidade política de esquerda pôde se manifestar (Chouitem, 2011).

Assim, algumas letras de murga:

(...) se transformaron en vías de comunicación proteiforme y polifuncional, transmitiendo mensajes, más o menos encubiertos, de orden emocional (alegría, placer) pero también y sobre todo de orden político como el compromiso. Siempre proscritas de la escena política, las sensibilidades de izquierda recuperaban así una determinada “visibilidad” negada por el espacio público hegemónico.

Chouitem, 2011

¹⁰⁷ Em 1984, *Araca la Cana* toma uma música de Daniel Viglietti, exilado na França após 1973, para cantar o seu texto. Essa música, “*A desalambra*”, cantava contra o latifúndio e, nas vozes da murga, canta ao carnaval, mas, ao mesmo tempo, rinde homenagem a um músico comprometido com a resistência e faz um piscadela ao público, que lembra a canção censurada de Viglietti. Em 1982, a mesma murga tivera seu texto de despedida censurado, pois cantava sobre uma paloma, que os censores interpretaram como referência ao símbolo da paz e à pintura de Picasso. Entretanto, no mesmo ano, a mesma murga contornou a censura mediante a operação intertextual de se apropriar de uma música significativa para a memória coletiva. Eles cantaram com a música de uma canção considerada anônima da resistência a Guerra Civil espanhola.

Nos termos do historiador francês Michel De Certeau (2008), autor de conceitos para tratar das dinâmicas da vida cotidiana e as formas de resistência populares às estruturas de poder e dominação, como “artes de saber e fazer”, “tática” dos oprimidos, falar a linguagem da murga, não apenas as suas palavras, senão também a gestualidade que o seu ritmo impõe aos corpos dos artistas e do público, constitui uma forma de identidade, o veículo para a memória coletiva dos grupos dissidentes, dos cidadãos que se opunham à continuidade do regime e para os que, sendo crianças, incorporamos essa ambiência sonora, talvez nem sempre acionando os outros significados que na época carregava.

A falta de regras claras da censura contribuía, segundo Chouitem, para que os autores de letras de murga arriscassem nos textos, pois, ninguém sabia o que podia ser aceito ou eliminado. E, apesar de algumas murgas ser foco de vigilância mais estrita, de modo geral a censura foi mais flexível entre 1982 e 1984.

Parte do sucesso na viabilização do protesto no espetáculo de murga, residia em que a murga não é apenas canto, mas, também, atuação. A censura lidava com os textos das canções, mas, no palco os murguistas podiam encenar alguns duplos sentidos e alusões oblíquas:

Entre otras cosas estas alusiones preservaban las apariencias y ocultaban un discurso depositario de la heterodoxia. Gracias a la palabra oblicua, el discurso disidente podía escapar del amordazamiento mientras que el espectáculo “paralelo” contaminaba al público. Y puesto que, incluso disfrazado, el murguista no podía ocultar su identidad, era el mensaje que de una determinada manera estaba codificado. El espectáculo de la murga era, en superficie, un discurso autorizado y adaptado al espacio público pero, en el fondo, variable y adaptable en función del destinatario del mensaje. Así, mediante caminos desviados, una práctica, una expresión del compromiso podía volver a manifestarse. La actividad social, política, podía, hasta cierto punto, salir del confinamiento, de la compartimentación donde seguía encerrada, denunciando al mismo tiempo la censura sufrida por la prensa y por la sociedad en general.

Chouitem, 2011

Essa ambiência montevideana alcançara à diáspora, ou melhor, o exílio, como o mostra outro achado etnográfico realizado junto a Graziella, minha interlocutora da *Casa del Uruguay* e do Conselho Consultivo em Barcelona.

Gotemburgo, Suécia, 1977: “La Manija”, murga de uruguaaios.

No encontro com Graziella Ferrari, em Barcelona, a música de murga emergira não sob a forma de *performance*, mas, através da evocação das práticas coletivas dos exilados uruguaaios em Gotemburgo, na Suécia. Graziella insistia em me esclarecer a importância da capacidade de organização, não apenas para a mobilização política no exílio, mas, também, para resolução das questões práticas da vida cotidiana e para suportar o sofrimento subjetivo provocado pela situação de exílio.

Foi então que ela lembrou haver participado de uma “murga”, elemento completamente alheio à cultura sueca e extremamente significativo para a construção da identidade uruguaia no exílio. Em primeiro lugar, pela popularidade em origem desta manifestação artística. De fato, Graziella e outros uruguaaios começaram com a murga como forma de transmitir aos seus filhos uma expressão cultural uruguaia. Em segundo lugar, pela peculiar apropriação que determinados setores da sociedade uruguaia, dentro e fora do país, estavam operando na época, e da qual trata Dorothé Chouitem em trabalho citado.

À diferença de Walter e Enrique, Graziella não fez questão de me mostrar sua cultura “murguera”. Pelo contrário, enquanto falávamos, tocava de fundo música *jazz*. Quando eu comentara a ambiência sonora de nossa conversa, perguntando que música era aquela ou manifestando que era do meu agrado, ela contara com orgulho que estávamos ouvindo o disco do seu filho, músico de *jazz*. Isto provocara uma breve conversa sobre esta música, pois nesses dias eu programava assistir uma *jam session*, no Centro de Barcelona, da qual havia me falado Pedro, um jovem uruguaio que conhecera no trem entre Tarragona e Barcelona.

A escolha pelo *jazz*, uma expressão musical nada popular no Uruguai, além de refletir o orgulho de mãe pelo sucesso do filho, é expressiva de certa distinção do gosto, no sentido em que Pierre Bourdieu (2007) trata de determinadas práticas e afinidades estéticas. Com efeito, Graziella exhibe certo refinamento do gosto, sem implicar nisto um elitismo. Através de conversas e



Imagem 49

observações posteriores, eu percebi que há uma distância social (Bourdieu, 1997), por exemplo, entre os grupos de uruguaios que cultivam o candombe em Catalunha e alguns migrantes mais velhos que, como Graziella, saíram do Uruguai muito tempo antes da posta em valor do que outrora foram expressões da cultura “subalterna”.

Assim, a sua participação em “*La manija*”, a murga uruguaia surgida em Gotemburgo, é interpretável como parte das estratégias coletivas para reverberar a memória de origem, com especial preocupação pela transmissão à geração dos filhos, muitos deles nascidos na Suécia, de um código de acesso à sociabilidade dos pais e, na eventualidade do retorno, às práticas populares que iriam encontrar no Uruguai.

Ao mesmo tempo, a criação da murga de adultos, não pode ser pensada sem alusão à atividade de militância política própria do exílio. Graziella, lembra que ainda guarda o exemplar da revista “*Femina*”, de 1977, na qual “*La manija*” fora objeto de matéria. Ela sai da sala e volta aos poucos com uma pasta de plástico onde guarda a revista. Eu começo folhear a revista e ela me explica, “Esse aqui se chama Fulano... essa aqui era irmã deste... Este... este já morreu”. Diante o meu entusiasmo pela matéria, com grande foto colorida do grupo e texto em sueco, Graziella oferece me emprestar a mesma para fazer um xerox, fundando no final daquele primeiro encontro um laço de confiança que foi muito reconfortante para mim, e muito proveitoso para o futuro trabalho etnográfico junto a rede de militantes que conhecera graças a Graziella.

De regresso a casa, em Tarragona, entrei em contato com meu amigo e colega Gonzalo, que crescera na Suécia por causa do exílio da sua mãe. Ele fez para mim uma rápida tradução sintética daquela matéria e ambos comentamos o que achamos uma peculiar capa em se tratando de uma revista “de mulheres” de finais da década de 1970, permanecendo a dúvida se tratava-se de uma revista “feminista” ou não.

Naquela matéria se explicitam os objetivos da criação da murga em Gotemburgo, ligada a uma espécie de casa cultural, com a correspondente biblioteca, voltada para a transmissão da “identidade cultural” uruguaia as novas gerações. Além disso, os entrevistados estabelecem algumas pontes com os eventuais leitores suecos, resenhando o surgimento das murgas no Uruguai, especialmente nas primeiras décadas do século XX e nos bairros operários, como *La Teja*, no oeste montevideano. Neste sentido, os porta-vozes da murga narram que já em finais da década de 1960, as murgas começaram a assumir o papel de amplificadores do mal-estar popular, já em tempos de aparição da guerrilha urbana e mencionam um ator emblemático da cena “murguera”, o

“*Pepe Veneno*”, que fora vítima de prisão por causa da sua atividade artística de resistência.

Ao mesmo tempo, estes uruguaiois aproveitam para dar a conhecer as razões pelas quais se encontram morando em Gotemburgo e salientam que no Uruguai não há liberdade de expressão, comparando a conjuntura com a do Chile, conhecida na Suécia por causa da acolhida de refugiados. Enfatizam que o regime ditatorial guarda as aparências democráticas com colaboração de alguns civis, mas, que se trata de uma ditadura militar.

No que diz respeito especificamente à murga, eles tentam transmitir tanto os aspectos cénicos do espetáculo, esclarecendo que em Gotemburgo não puderam contar com os figurinos adequados por falta de recursos, quanto os aspectos que contornam a própria cena. Assim, por exemplo, e segundo a generosa tradução do meu amigo, eles tentam uma descrição aromática do “*chorizo*”, ao tentar explicar o que acontece em volta dos cenários (*tablados*) do carnaval, por exemplo a venda de *chorizo al pan* (salsicha assada e colocada entre duas fatias de pão).

Na linha do que Chouitem chama de “espelho fiel”¹⁰⁸, os entrevistados contam que as letras de *La Manija*, falam basicamente da nova vida, da cotidianidade no exílio, e em parte, da vida no Uruguai. Como parte das transformações da murga no exílio, e levando em consideração o contexto da sociedade sueca respeito dos padrões de gênero, *La Manija* introduz a participação de mulheres em uma expressão artística dominada até então por homens (já na década de 1990 florescera uma geração de “murgas jovens” onde esta exclusão de gênero fora transcendida). Oportunizada pelo contexto de acolhida, esta inovação é assim narrada na entrevista: “E a murga não está livre de traços conservadores e patriarcais. Apenas têm homens na murga. Mas, a murga *La Manija* quebrou esta tradição porque as mulheres exigiram participar”.

¹⁰⁸ Na análise que Dorothee Chouitem (2011) realiza do processo de politização da murga na década de 1980, ela traz uma observação de longa duração, segundo a qual, a murga uruguaia (montevideana) foi se afastando do modelo bachtiniano do mundo às avessas e, tudo ao longo do século XX, foi se tornando espelho da sociedade. Mas, não um espelho deformante, afirma Chouitem, senão um “espelho fiel” a posta em cena da “realidade” da vida cotidiana na cidade, da qual se avaliam seus defeitos, inclusive, às vezes, a partir de uma perspectiva conservadora.

Los Olímpicos, Jaime Roos

*Se nos viene Fin de año, Festejamos Navidad
Los ensayos Se complican, Preparando Carnaval
Ya está cerca Fin de año, En Holanda, En Canadá
Los muchachos Congelados, Recordando Carnaval*

*Uruguayos, Uruguayos, Donde fueron A parar
Por los barrios Mas remotos De Colombes o Amsterdam*

*Antes éramos campeones, Les íbamos a ganar
Hoy somos los sinvergüenzas Que caen a picotear
Trabajador inmigrante Es la nueva profesión
Al que agarran sin papeles Lo fletan en un avión*

Uruguayos...

*Ayer recibí una carta directa de Nueva York
De mi amigo el Horacio, trabaja de soldador
Ahora tiene colachata, alfombra y calefacción
Parece cosa de locos, le va cada vez peor*

*Extraña la gente nuestra que te habla sin despreciar
Extraña el aire del puerto cuando anuncia el temporal
Y sin embargo recuerda las cosas por la mitad
Se olvida las que pasaba antes de irse para allá*

Uruguayos...

*Volver no tiene sentido, Tampoco vivir allí
El que se fue no es tan vivo, El que se fue no es tan gil
Por eso si alguien se borra Qué le podemos decir
No te olvides de nosotros Y que seas muy feliz*

Fuente: <http://www.musica.com/letras.asp?letra=976326>



Imagem 50

Considerações finais

Tenho abordado a emigração uruguaia contemporânea, a partir de etnografia junto a indivíduos, grupos e redes de uruguaios que, ao redor do mundo sustentam diferentes laços (familiares, comerciais, políticos, profissionais) que os mantêm dentro de um campo social transnacional. Durante a pesquisa, com especial atenção para as peculiaridades das experiências destes sujeitos ao longo do tempo e nas diversas localidades que os acolhem, e pelas que transitam, foi ficando em evidência o impacto das transformações econômicas, políticas e culturais da modernidade, nas formas em que os indivíduos projetam suas vidas e interpretam suas experiências no mundo.

O mundo é pensado hoje em termos de globalização e, com efeito, uma série de transformações institucionais, de inovações técnicas e a reformulação das relações de produção, tem estimulado circuitos de movimentação planetária e a ideia de que as peculiaridades locais tendem a se apagar, assim como a percepção de que o poder dos Estados nacionais se enfraqueceu.

Entretanto, e apesar da multiplicação de agências de governança transnacionais e da aparente desterritorialização do capital, os efeitos desta globalização não são homogêneos e é possível delinear uma fronteira ente Estados e nações centrais, que detém maior poder bélico e técnico, e Estados periféricos (Cf. Segato, 2002). Esta fronteira opera como limite da mobilidade dos migrantes, como ficara expresso no campo etnográfico europeu, nas disputas ao redor da acolhida e os ajustes econômicos na encruzilhada do Estado espanhol e da Comunidade catalã.

Nos cenários “globais”, a nacionalidade de origem conta, ela constrói diferenças e hierarquias, entre cidadãos e não cidadãos (isto é explícito na Europa, ao se distinguir entre cidadãos “comunitários” e “não comunitários”, por referência a Comunidade Econômica, hoje União Europeia). Minhas observações junto aos uruguaios que lá residem, me levaram a refletir sobre estas diferenças e hierarquias. Pois, apesar do Uruguai, país da América Latina, estar “do lado de cá” dessa fronteira entre “modernos” e “desejosos de modernidade”, os uruguaios que vivem, trabalham e estudam na Barcelona, em Reus, em Sabadell, Castelldefels ou Girona, se percebem como melhor “integrados” e como bem acolhidos pela sociedade catalã.

Esta identidade se inscreve em uma hierarquia de diferenças, na qual grupos “mais” diferentes, como paquistaneses ou marroquinos, são vistos com desconfiança, considerados “inconvenientes” para o convívio nas cidades e para sua incorporação ao mercado formal de trabalho. Contribui para esta percepção positiva da sociedade de acolhida, também, o cultivo de uma identidade uruguaia historicamente atrelada à chegada massiva de imigrantes europeus, e particularmente espanhóis e italianos, considerados constitutivos da nação uruguaia. A possibilidade de ativar essa ancestralidade, para muitos interlocutores de modo concreto através da obtenção de passaporte europeu por direito sanguíneo, se torna capital para a incorporação à sociedade de acolhida.

De outro lado, a constância da emigração do Uruguai e a acolhida que os exilados políticos tiveram durante a ditadura uruguaia da década de 1970, por parte de países como a Espanha e de cidades como Barcelona, e outras cidades catalãs, faz com que muitos cidadãos uruguaios encontrem-se plenamente “integrados” à vida destas localidades, exercendo inclusive direitos de cidadania política.

Neste cenário marcado pela circulação transnacional, as políticas de controle das populações continuam a ser nacionais, criando paradoxais cruzamentos com os chamados discursos de “fraternidade global” (Cf. Ribeiro, 2008) que promovem a valorização da diversidade e o respeito das diferenças.

Ao transitar pelas cidades brasileiras, no encontro com homens e mulheres uruguaios, foram outras as fronteiras mais evidentes. Entretanto, o Brasil tem demorado a revisar suas leis migratórias e, após a sua incorporação ao Mercosul, do qual também faz parte o Uruguai, outros paradoxos tem emergido e estão sendo resolvidos por força de políticas bilaterais que, na vida cotidiana dos migrantes, constituem novas aparelhagens burocráticas contra as quais tem que lutar.

No campo brasileiro de pesquisa, a própria linha de fronteira entre os dois países adquirira relevo através dos trânsitos e itinerários dos migrantes. O caráter regional histórico da mobilidade de população entre o Uruguai e o Brasil ficara expresso. E mais uma vez, na construção hierárquica de identidades, os interlocutores uruguaios conseguem se aproximar da sociedade de acolhida, ativando proximidades culturais e fraternidades históricas (do passado colonial até o presente como parte da periferia global), para se incorporar convenientemente. Claramente, o fato da pesquisa se desenvolver no sul do Brasil, opera na ênfase nestas proximidades. Pois, os migrantes

uruguayos se encaixam nos jogos de alteridade que operam neste imenso país, pleno de diversidade. Assim, por exemplo, no cenário portoalegrense de pesquisa, o cultivo de uma identidade gaúcha, a partir de determinados grupos sociais do Rio Grande do Sul (Cf. Oliven, 1993), transforma a fronteira com os países do Cone Sul, sobre tudo com Uruguai e a Argentina, em um espaço de proximidades culturais. Isto não esconde as assimetrias e as situações de exploração às quais podem ficar expostos os migrantes.

No entanto, e através de determinado *ethos* configurado por uma hegemônica educação para a igualdade e a participação das prestações do Estado, em termos de pertença a uma extensa classe média (Cf. Caetano, 1992; 2000; Grant, 1995), a ênfase dos meus interlocutores coloca-se nas proximidades que o mencionado espaço de fronteira cria e as transforma em oportunidades para a incorporação. Exemplo, desta apropriação das “simpatias” locais para a “cultura” uruguaia são os chamados comércios étnicos, dos quais tratei através dos bares de uruguayos de Porto Alegre.

Um grande paradoxo encontrado ao longo da pesquisa, remete para a política de população do Estado uruguaio. Após anos de indiferença, na virada do século se abriu o debate para criar políticas específicas para a população uruguaia do exterior. Em 2005, com a renovação dos quadros políticos no governo nacional, se afirmara uma política de vinculação com “a diáspora”. Foi criado o “Departamento 20”, um escritório no Ministério das Relações Exteriores, destinado a centralizar esta vinculação, e se promoveu a criação de Conselhos Consultivos, órgãos da sociedade civil, nas diversas localidades de residência dos uruguayos diaspóricos. Estes avanços foram acolhidos com grande expectativa por um setor da diáspora, reduzido e muito específico, mas com grande capacidade de mobilização transnacional.

Estes migrantes desenvolvem práticas e formas específicas de pertença ao campo social transnacional (Cf. Levitt e Glick Schiller, 2004). Refiro-me a práticas militantes de mobilização política, partidária, mas também social, através de projetos de cooperação com organizações sociais que trabalham dentro do território uruguaio. Este universo é responsável pela reivindicação de direitos de cidadania diante o Estado de origem, sobretudo, a reivindicação do voto extraterritorial.

É bom lembrar aqui, que muitos migrantes não participam ativamente destas mobilizações, ou o fazem apenas em eventos específicos e extraordinários, como o fazem muitos uruguayos que viajam do Rio Grande do Sul para participar, a cada quatro anos, das eleições presidenciais no Uruguai. As formas de cultivar a pertença à nação

são múltiplas, sendo a circulação de artistas e de obras musicais, literárias, cinematográficas, plásticas, uma dessas formas de reencaixe ou reencaixe das formas de pertença. O “consumo” das artes do país de nascimento é oportunidade de atualizar a identidade de uruguaios em deslocamento pelo mundo. O constatei ao assistir a apresentação do último livro do escritor uruguaio Eduardo Galeano, na Univesidade de Barcelona. O local estava lotado, sendo o público em grande parte local. Entretanto, vários grupos de uruguaios foram se delineando no espaço da Aula Major da UB, sendo impensável para muitos deles não assistir ao evento, por ter um prestigioso uruguaio como protagonista. No mesmo sentido, os membros do Conselho Consultivo de Porto Alegre me apontaram, sempre que possível, a lista de músicos, escritores e políticos que eles levaram até Porto Alegre, enquanto migrantes organizados (na Casa da Amizade Brasil – Uruguai e no Comitê do Frente Amplio “La Redota”, na década de 1980).

Faz parte deste cultivo da pertença nacional, uma circulação mais “microscópica”, que eu abordei pelo lado da memória musical. Essa memória circula nos encontros de sociabilidade, com amigos, parentes, conhecidos. Essa memória é atualmente potenciada pela circulação de imagens sonoras pela internet, mas, historicamente foi alimentada através das fitas cassette e dos poucos discos que os migrantes escolhiam para levar nas suas malas (Cf. Alonso, 2011).

Finalmente, tenho observado uma tendência ao retorno para o Uruguai dos migrantes mais velhos, sobretudo a partir da aposentadoria nas sociedades de acolhida. Assim como são frequentes as visitas, mesmo para fazer turismo, e não raro os envios de dinheiro para contribuir à economia familiar de origem. Não sendo as remessas uma grande fonte de ingressos financeiros para o Uruguai, a vinculação com o pessoal altamente qualificado se torna foco de atenção para o desenho de políticas de vinculação por parte do Estado uruguaio.

Gostaria, portanto, assinalar um aspecto paradoxal dos discursos políticos do Uruguai contemporâneo, que tem chamado particularmente minha atenção. Refiro-me à retomada da narração identitária da “orientalidade”, por parte do Estado, no contexto das celebrações do “Bicentenário do processo emancipatório” que propiciara o surgimento do Uruguai como República independente, em chave de “diversidade”, “inclusão” e “integração”, estabelecendo pontes com a população uruguaia do exterior.

Ao tratar deste paradoxo, no capítulo 4, afirmara que estes novos discursos identitários, à diferença do modelo de integração social postulado no primeiro

centenário (Cf. Caetano, 1992; 2000; Guigou, 2000), em inícios do século XX, promovem a integração da diversidade e da diferença à comunidade da nação. Ao se instituir as comemorações de 2011, se insiste em estabelecer analogias entre o “êxodo artiguista” de 1811 e a diáspora uruguaia contemporânea, além de se incluir no apelo integrador a esta parte da população uruguaia.

Entretanto, diante da demanda dos uruguaios do exterior da implementação de um mecanismo que viabilize o voto extraterritorial, se abrem debates que me devolvem para a pergunta que Partha Chatterjee (2008) coloca sobre a suposta homogeneidade da comunidade imaginada (Anderson, 1993) da nação. Isto é, “imaginada por quem?”.

Certamente, as presentes condições de transnacionalidade desafiam as definições de nação e o papel dos Estados na relação com as chamadas diásporas. Se o tempo da nação nunca fora homogêneo e vazio (Cf. Bhabha, 2002; Chatterjee, 2008), no mundo contemporâneo de interconexões planetárias, a imaginação da comunidade nacional tem que lidar, não apenas com os diferentes “de dentro”, senão que parece ter que procurar na diferença dos “de fora”, o argumento para integrá-los.

Realizo esta reflexão, ao evocar o último evento que vivenciara durante a pesquisa. Isto é, as “Jornadas Cidadãs”, realizadas de 3 a 7 de dezembro de 2012, na cidade de Montevideú. Em particular, lembro da participação da politóloga citada nesta tese, e atual senadora da República, Constanza Moreira, no segundo dia do evento, no Anfiteatro Artigas do Ministério das Relações Exteriores. A senadora frenteamplista resenhou as tentativas falhidas e as possibilidades presentes de se legislar em favor do voto extraterritorial, e encerrou a sua exposição refletindo sobre o contexto socio-institucional no qual esta reivindicação está sendo defendida.

Como parte da sua argumentação ela escolheu transitar pelos discursos da diferença, de grande receptividade no mundo contemporâneo e no campo político local uruguaio. Assim, relativizou, as dificuldades e empecilhos para se implementar o voto extraterritorial no Uruguai não são maiores que as que deveram se ultrapassar, recentemente, para despenalizar o aborto ou instituir o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo, ou as que ainda terão que ser removidas para a legalização da maconha, reivindicação com grande *lobby* atualmente no Uruguai. Desta forma, deixou aberta a oportunidade de estabelecer analogias entre os militantes transnacionais pelo voto exterior e algumas minorias, ou grupos de população, que conseguem negociar políticas públicas específicas, dentro de uma lógica de governamentalidade que cria estes grupos

específicos (Cf. Chatterjee, 2008), mulheres, homossexuais, consumidores de drogas fracas, e muitos outros.

Ao tratar do contexto “socio-institucional”, no qual esta negociação de uma nova política particular se desenrola, Constanza Moreira resenha os conflitos da agenda da segurança e o controle da circulação com os discursos de fluidez e liberdade de migrar, no geral; aponta a resistência institucional à acolhida dos uruguaios que retornam do exterior e, retomando o tema das Jornadas, conclui que as resistências contra o voto extraterritorial são expressões das profundas ambiguidades da sociedade uruguaia entre o “adentro” e o “afora”, entre a “inclusão” e a “expulsão”. Nas palavras de Moreira, “*Entre el Uruguay que expulsa y el Uruguay que incluye*”, “*Entre el ‘hermano no te vayas, ha nacido una esperanza’ y el no volvás*”. Tensão que se expressa, segundo a palestrante, no ditado “*Los de afuera son de palo*”¹⁰⁹.

A construção da diáspora, dos uruguaios do exterior, enfim, do *Departamento 20*, como um grupo de população que requer políticas específicas, é uma estratégia que aposta no valor da diferença, como evidenciam os discursos ao redor das comemorações do “bicentenário (uruguaio) oriental”. Ao mesmo tempo que legitima a fronteira entre o adentro e o afora, reafirma a vigência do papel dos Estados nacionais como reguladores das formas de integração social.

Espero ter contribuído para este debate, interpretando os contornos do chamado *Departamento 20* e mostrando que, em meio à pluralidade nele envolvido, emerge a voz dos que demandam não apenas o seu reconhecimento em nome da integração da diversidade, senão, a efetiva habilitação para participar da comunidade política nacional.

¹⁰⁹ Ditado que haveria pronunciado o diretor técnico da seleção uruguaia de futebol de 1950, no Estádio de Maracanã, RJ, em partido contra Brasil (Cf. Uriarte, 2007).

Referências

- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia da Biblioteca Jardim*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tomo Editorial, 2004.
- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Palmarinca, 1997.
- AGUIAR, César. *Uruguay: país de emigración*, Montevideú, E.B.O., 1982.
- ALONSO, Natalia. *Las cosas de la maleta. Migraciones y cultura material*, Dissertação de Mestrado, DAFITS – URV, Tarragona, 2011.
- ALUND, Aleksandra. “Etnicitat, multiculturalisme i l'emergencia d'identitats transnacionals”. In: Revista d'Etnologia de Catalunya 15, 1999. pp. 22-36.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*, México, FCE, 1993.
- APPADURAI, Arjun. “La globalización y la imaginación en la investigación.” (s/d) (2000) In: www.cholonautas.edu.pe/biblioteca.php (Acesso: outubro de 2008).
- ARAMBURU, Mikel. “Los comercios de inmigrantes extranjeros en Barcelona y la recomposición del “inmigrante” como categoría social. In: Scripta Nova, v. VI, n. 108, Universidad de Barcelona, fevereiro de 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-108.htm> (Acesso agosto de 2012).
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*, Sao Paulo, Martins Fontes, 2000.
- BARAÑANO, Margarita. “Escalas, des/reanclajes y transnacionalismo. Complejidades de la relación global/local”. In: Ariño, A. *Las encrucijadas de la diversidad cultural*, Madrid, Cis, 2005. pp.: 425-451.
- BAUBÖCK, Rainer. “Towards a Political Theory of Migrant Transnationalism”. In: International Migration Review, vol. 37, n. 3, 2003. pp. 700 – 723.
- BECK, Ulrich & SZNAIDER, Natan. “Unpacking cosmopolitanism for the social sciences: a research agenda”. The British Journal of Sociology 2006 Volume 57 Issue 1.
- BENJAMIN, Walter. “La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica”. In: BENJAMIN, Walter. *Discursos Interrumpidos I*, Taurus, Buenos Aires, 1989. Disponível em: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Benjamin1.pdf>
- BHABHA, Homi. “Diseminación. El tiempo, el relato y los márgenes de la nación moderna”. In: BHABHA, H. *El lugar de la cultura*, Buenos Aires, Manantial, 2002. pp. 175-209.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção. Crítica social do julgamento*, Porto Alegre, Zouk, 2007.

- BOURDIEU, Pierre. *Razones prácticas. Sobre la teoría de la acción*, Barcelona, Anagrama, 1997.
- BROQUETAS, Magdalena. “En Suecia: descubrimiento, inserción y (des)encuentros”. In: DUTRENIT, Silvia (Coord.). *El Uruguay del exilio. Gente, circunstancias, escenarios*. Montevidéo, Trilce, 2006.
- CABELLA, Wanda; PELLEGRINO, Adela. “Estimación de las migración internacional en Uruguay. 1963-2000”. In: *Serie documentos de trabajo*, N° 70, Montevidéo, Unidad Multidisciplinaria/Facultad de Ciencias Sociales/Udelar, 2005.
- CABELLA, Wanda; PELLEGRINO, Adela. “La emigración internacional de uruguayos en el período reciente: un diagnóstico y aportes para discutir políticas (borrador para discusión)”. Montevidéo, Programa de Población – UDELAR, s/d.
- CAETANO, Gerardo. “Identidad nacional e imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario”. In: Achugar, H. y Caetano, G. (comp.). *Identidad uruguaya: ¿mito, crisis o afirmación?*, Montevideo, Trilce, 1992. pp. 75-96.
- CAETANO, Gerardo. “La ciudadanía ‘hiperintegradora’ y la matriz política del Uruguay moderno. Perfiles de un modelo (1900-1933)”. In: Gioscia, L. (comp.). *Ciudadanía en tránsito. Perfiles para el debate*. Montevideo, E.B.O, I.C.P., 2001. pp. 9-37.
- CAETANO, Gerardo. “Notas para una revisión histórica sobre la ‘cuestión nacional’ en el Uruguay”. In: ACHUGAR, Hugo (ed.). *Cultura(s) y nación en el Uruguay de fin de siglo*, Montevideo, Trilce, 1991. pp. 17-45.
- CALVO, José; PELLEGRINO, Adela. “Veinte años no es nada...”. In: CAETANO, Gerardo. *20 años de democracia. Uruguay 1985 – 2005: miradas múltiples*, Montevidéo, Santillana, 2005. pp. 251-268.
- CASTELLANA, M et FABBRI, P. “Le contrepoint de l’identité”. In: *Sociétés Revue des Sciences Humaines et Sociales*. 1984, Vol. 1, n. 1. pp. 9-11.
- CHATTERJEE, Partha. *La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2008.
- CHOUITEM, Dorothée. “Una nueva ‘politización’ de la murga (1981-1984): La reapropiación de una palabra demasiado tiempo confiscada”. In: *Encuentros Uruguayos*, Revista digital, n. 4 (2011), Centro de Estudios Interdisciplinarios del Uruguay – FHCE – UDELAR. Disponible em: http://encuru.fhuce.edu.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=62 (Acesso em 17/12/2011).
- CLIFFORD, James. *Itinerarios transculturales*, Barcelona, Gedisa, 1997.
- COGO, Denise. “Migrações transnacionais e usos sociais da internet por brasileiros na Espanha. Diálogos de la Comunicación (En línea)”, v. 1, p. 1-17, 2012.

- CORAZA, Enrique. “España de mil destierros”. In: DUTRENIT S. (Coord). *El Uruguay del exilio: gente, circunstancias, escenarios*, Montevideo, Editorial Trilce, 2006.
- CORAZA, Enrique. “Realidades y visiones del exilio uruguayo en España”. In: *América Latina Hoy*, 34, Ediciones Universidad de Salamanca, 2003. pp. 79 – 102.
- DÁVALOS, Cristen; C. PLOTIER; S. TORRES. “Fuga de cerebros. El caso uruguayo”. In: FISCHER, Peter (org). *Migración y políticas sociales en América Latina*, Rio de Janeiro, Fundacion Konrad Adenauer. pp. 281 – 302. Disponível em: <http://issuu.com/observatoriodiasporas/docs/davalos-plottier-torres-09-uruguay> (Acesso 13 de maio 2011).
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano, 1. Artes de fazer*, Petrópolis, Vozes, 2008.
- DICONCA, B., DE SOUZA, L. “El camino del "afuera": La opción de emigrar”. In: *Anuario Antropología Social y Cultural en el Uruguay*. Montevideo, Ed. Nordan-Comunidad, 2002 – 2003. pp. 155 – 172.
- DICONCA, B., DE SOUZA, L. “Percepciones en torno al uruguayo emigrante: Enfrentamientos reales y virtuales”. In: *Anuario Antropología Social y Cultural en el Uruguay*. Montevideo, Ed. Nordan-Comunidad, 2001. pp. 59 -
- DOMENECH, Eduardo. “La ciudadanía de la política migratoria en la región sudamericana: vicisitudes de la agenda global”. In: NOVICK, Susana (comp.). *Las migraciones en América Latina*, Buenos Aires, Catálogo, 2008. pp. 53 - 72.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*, São Paulo, Martins Fontes, 2002
- ECKERT, C. e ROCHA, Ana Luiza C. da. *O tempo e a cidade*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2005.
- ECKERT, Cornelia & ROCHA, Ana Luiza C. da. “Etnografía da duração: estudos de memória coletiva”. In: LOPES, Cícero Galeno; ADOLFO, Luiz Gonzaga; FRANÇA, Maria Cristina C. de C.; BRISOLARA, Valéria; BERND, Zilá (org.). *Memória e cultura: perspectivas transdisciplinares*, Canoas, Salles Editora e Unilassalle Canoas, 2009 a. pp. 39-68.
- ECKERT, Cornelia. *Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (La Grand Combe/França)*, Curitiba, Appris, 2012.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- ETCHEVERRY, Daniel. “Vivo en un mundo y quiero otro”. *Um estudo etnográfico sobre os discursos migratórios e as modalidades de controle dos imigrantes em Buenos Aires, Madri e Porto Alegre*, Tese de Doutorado, IFCH-PPGAS-UFRGS, Porto Alegre, 2011.

- FELDMAN-BIANCO, Bela. “Reinventando a localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais”. In: Horizontes Antropológicos, UFRGS. IFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. N. 31, 2009. Porto Alegre, PPGAS, 2009. pp. 19 – 50.
- GAINZA, Patricia. *Caracterización, razones y vínculos de la emigración calificada reciente de uruguayas y uruguayos a Brasil. Período 2000-2010*. Dissertação de Mestrado, UDELAR-FCS-Departamento de Sociología, Montevideo, 2012.
- GIDDENS, Anthony. *Consecuencias de la modernidad*, Madrid, Alianza, 1993.
- GLICK SCHILLER, Nina. “Transnationality”. In: VINCENT, Joan; D. NUGENT (eds.). *A Companion to the Anthropology of Politics*, Oxford, Blackwell, 2007.
- GLICK SCHILLER, Nina e ÇAGLAR, Ayse. “Migrant Incorporation and City Scale: Towards a Theory of Locality in Migration Studies”. In: Willy Brandt Series of Working Papers in International Migration and Ethnic Relations, 2/07, MIM - IMER / Malmö University, Malmö, 2008.
- GODINHO, Paula. “Antropologia e questões de escala: os lugares no mundo”, Arquivos da memória, n. 2, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2007.
- GOMES, Laura Graziela. “‘Comércio étnico’ em Belleville: memória, hospitalidade e conveniência”. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 29, 2002
- GONZÁLEZ LAURINO, Carolina. *La construcción de la identidad uruguaya*, Montevideo, Taurus, 2001.
- GRANT, Geraldine. “International Migration, ‘Middle Classness’ and the State”. In: Urban Anthropology and Studies of Cultural Systems and World Economic Development, Vol. 24, No. 3/4 (FALL-WINTER, 1995), pp. 281-312. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40553287> (Acesso em: 17/06/2012)
- GRIMSON, Alejandro. “Nuevas xenofobias, nuevas políticas étnicas en Argentina”, en Alejandro Grimson y Elizabeth Jelin (comp.). *Migraciones regionales hacia la Argentina: Diferencia, desigualdad y derechos*, Buenos Aires, Prometeo, 2006.
- GRIMSON, Alejandro. “Vivências do Estado como alteridade. Imagens cruzadas na fronteira argentino-brasileira”. In: Frigerio e Ribeiro (org.). *Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos*, Petrópolis, Vozes, 2002. p. 163-185
- GUARNIZO, Luis Eduardo; PORTES, Alejandro. “Assimilation and Transnationalism: determinants of Transnational Political Action among Contemporary Migrants”. In: American Journal of Sociology, Vol. 108, No. 6 (May 2003), pp. 1211-1248. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/375195?origin=JSTOR-pdf> (Acesso em 16/04/2012).
- GUIGOU, Nicolás. “De la religión civil: identidad, representaciones y mito-praxis en el Uruguay. Algunos aspectos teóricos.”. En: Romero, S. (comp.). *Anuario de Antropología Social y Cultural en Uruguay*. Nordan, FHCE, UDELAR, Montevideo, 2000.

- GUTERRES, Liliane Stanisçuaski. *La gente de Ansina. Performance, tradição e modernidade no carnaval da “Comparsa de Negros y Lubolos Sinfonía de Ansina” em Montevideo/Uruguai*, Tese de Doutorado, IFCH-PPGAS-UFRGS, Porto Alegre, 2003.
- HALBAWCHS, Maurice. *A memória coletiva*, São Paulo, Centauro, 2006.
- HANNERZ, Ulf. *Conexiones transnacionales. Cultura, gente, lugares*, Madri, Cátedra, 1998.
- HERNÁNDEZ, Diego. “Los argonautas de los shoppings boreales”. In: DICONCA, Beatriz e Gabriela CAMPODÓNICO (comp.). *Migración uruguaya: un enfoque antropológico*, Montevideo, UDELAR-FHCE – OIM, 2007. pp. 105-124.
- ITU-FARQ-UDELAR. “Análisis de las relaciones entre la dinámica territorial de las ciudades intermedias y los trazados viales nacionales”, Agosto 2000. Disponível em:
http://www.farq.edu.uy/estructura/servicios_docentes/institutos/itu/InvAplicada/mtop/
- JARDIM, Denise Fagundes. “Diásporas, viagens e alteridades: as experiências familiares dos palestinos no extremo-sul do Brasil”. In: Horizontes Antropológicos, n. 14, Porto Alegre, 2000. pp. 39-69.
- LANDOLT, Patricia. “El transnacionalismo político y el derecho al voto en el exterior: El Salvador y sus migrantes en Estados Unidos”. In: CALDERÓN, Leticia (coord.). *Votar en la distancia. La extensión de los derechos políticos a migrantes, experiencias comparadas*, México, Instituto Mora, 2003. pp. 301-323.
- LEVITT, Peggy & Nina GLICK SCHILLER: “Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society”. In: International Migration Reviews, 38 (145): 595 – 629, Fall 2004. <http://www.peggylevitt.org/pdfs/Levitt-Glick.conceptsimult.pdf> (último acesso: 24/10/2011).
- LOLICATO, Andrea. *Movilidad transnacional y movimientos sociales. Las organizaciones solidarias de argentinos en Roma y Barcelona*, Tese de Doutorado, DAFITS – URV, Tarragona, 2011.
- LOMNITZ, Larissa. *Redes sociales, cultura y poder. Ensayos de antropología Latinoamericana*, México, Flacso – Miguel Porrúa Ed., 1994.
- LOPES, L. “Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre os dilemas da participação”. In: ECKERT, C., A. L. ROCHA e I. C. M. CARVALHO (org). Horizontes antropológicos, n. 25, Porto Alegre, 2006
- MACHADO, Igor J. de Renó. “Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação”. In: Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2004, v. 47 n. 1. pp. 207-234.

- MACIEL, M. Eunice. “Apontamentos sobre a figura do gaúcho brasileiro”. In: BERND, Zilá (org.). *Olhares cruzados*, Porto Alegre, Editora UFRGS, 2000. pp. 76-95.
- MAGNANI, José G. Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*, São Paulo, Hucitec, 2003.
- MARCUS, George. “Ethnography in /of the world system. The Emergence of Multi-Sited Ethnography”. In: *Annual Review of Anthropology*, 24, 1995. pp. 95-117.
- MARQUES, Olavo Ramalho. *Entre a avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS*. Dissertação de Mestrado, UFRGS-IFCH-PPGAS, Porto Alegre, 2006.
- MAYOL, Pierre. “Morar”. In: DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*, 2. *Morar, cozinhar*, Petrópolis, Vozes, 2009.
- MERKLEN, Denis. “Sufrir lejos, quedarse juntos. El exilio de los uruguayos en Francia”. In: *Anuario de Estudios Americanos*, v. 64, n. 1, janeiro-junho de 2007, Sevilla.
- MORAES MENA, Natalia. “Ahora nos toca a nosotros venir a hacer "La España": migraciones de ida y vuelta y reconstrucción de la identidad nacional”. In: *Viejas y nuevas alianzas entre América Latina y España. XII Encuentro de latinoamericanistas españoles*, Santander, 2006. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=10777> (Último acesso: julho de 2011).
- MORAES, Alex Martins. *Deslocamentos transnacionais no Cone-Sul contemporâneo: estudo antropológico dos discursos e práticas imigrantes em torno à diáspora uruguaia*. Trabalho de Conclusão de Bacharelado em Ciências Sociais, IFCH-UFRGS, Porto Alegre, 2010.
- MORAES, Alex. “‘Te ponen el ojo y te sacan una radiografía’: ser imigrante nas redes de saúde e concessão dos benefícios sociais em Porto Alegre”. In: JARDIM, Denise; LÓPEZ, Laura (orgs.). *Políticas da diversidade: (in)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica*. Porto Alegre, Editora da UFRGS. pp. 135-164. No prelo.
- MOREIRA, Constanza e PELLEGRINO, Adela. “Ciudadanía y migración: las fronteras del Uruguay como comunidad política”. In: GIOSCIA, Laura (comp). *Ciudadanía en tránsito. Perfiles para el debate*. Montevideo, E.B.O, I.C.P., 2001. pp. 109 – 139.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, Rio de Janeiro, Contra Capa /LACED, 2004.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de. *Ensaio antropológicos sobre moral e ética*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.

- OLIVEN, Ruben. “A dupla desterritorialização da cultura gaúcha”. In: FONSECA, Claudia (org.). *Fronteiras da cultura: horizontes e territórios da antropologia na América Latina*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1993. pp. 24 – 40.
- OSTERGAARD, Nielsen. “The politics of migrant’s transnational political practices”. In: International Migration Review, **Volume 37**, Number 3 (Fall 2003):760-786.
- PALMEIRA, M. G. S. . “Eleições Municipais, política e cidadania”. In: Tempo Presença, v. 21, n.310, p. 7-15, 2000.
- PARK, Robert Ezra. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” [1916]. In: VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967, pp. 29-72.
- PETRUCCELLI, J. Luis. El movimiento migratorio desde el Uruguay hacia Australia, Doc. de Trabajo Nº 1, 1976-1977. Montevideú, CIEDUR, 1977.
- PORTES, Alejandro: “Convergencias teóricas y evidencias empírica en el estudio del transnacionalismo de los inmigrantes”. In: Revista Migración y Desarrollo, 2005.
- PUJADAS, J. Josep. “El método biográfico y los géneros de la memoria”. In: Revista de Antropología Social, 9, 2000. pp. 127-158.
- PUJADAS, Joan Josep. “Itinerarios metropolitanos: policentrismo, movilidad y trayectorias personales en la ciudad porosa”. In: Biblio 3w: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, v. XVII, n. 968, março de 2012, Barcelona, Universitat de Barcelona. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-968.htm>
- QUADRELLI, Andréa. *A fronteira inevitável. Um estudo sobre as cidades de fronteira de Rivera (Uruguai) e Santana (Brasil)*. Dissertação de Mestrado, PPGAS-UFRGS, Porto Alegre, 2002
- RABINOW, Paul. *Antropologia da razão*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.
- RIAL, Juan. “El ‘imaginario social’ uruguayo y la dictadura. Los mitos políticos de (re-construcción)”. En: Perelli y Rial. *De mitos y memorias políticas. La represión, el miedo y después...* E.B.O., Montevideo, 1986. pp. 15-37
- RIBEIRO, G. Lins. “A condição da transnacionalidade”. In: Série Antropologia, 223, Brasília, 1997.
- RIBEIRO, G. Lins. “Diversidade cultural enquanto discurso global”. In: IX Congresso Argentino de Antropología Social, Anais do congresso, Misiones, 2008.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa I*. Campinas, Papirus, 1994.
- ROSALDO, Renato. “Desde la puerta de la tienda de campaña: el investigador de campo y el inquisidor”. In: CLIFFORD, James e MARCUS, George E. (Eds.). *Retóricas de la antropología*. Madrid, Ediciones Júcar, 1991. pp. 123-150.

- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*, São Paulo, Hucitec, (1994) 1998.
- SEGATO, Rita Laura. “Identidades políticas y alteridades históricas. Una crítica a las certezas del pluralismo global”. In: *Nueva Sociedad*, 178, Caracas, Texto, março-abril 2002. pp. 104- 125.
- SIMMEL, Georg. “A filosofia da paisagem”. *Política e trabalho*. N. 12, 1996. pp. 15-24.
- SIMMEL, Georg. “Sociabilidade. Um ejemplo de sociologia pura ou formal”. In: MORAES FILHO (org.). *Georg Simmel. Sociologia*, São Paulo, Ática, 1983. pp. 165 – 181.
- TAKS, Javier. “Migraciones internacionales en Uruguay: de pueblo trasplantado a diáspora vinculada”. In: *Revista Theomai. Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo*, n. 14, 2006. Disponível em: <http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero14/artTaks.pdf>
- TORRESAN, Angela: “Round Trip: Filming a Return Home”. In: *Visual Anthropology Review*, Vol. 27, Issue 2, Fall 2011, pp. 119–130.
- URIARTE, Pilar. “¿Los de afuera son de palo? Música e identidades nacionais em contextos translocais.”. In: SEYFERTH, G.; POVOA, H.; ZANINI, M.C. e M. SANTOS (orgs.). *Mundos em movimento: Ensaio sobre migrações*, Santa Maria, Editorial UFSM, 2007. pp. 385 – 410.
- VELHO, Gilberto e Karina KUSCHNIR (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, 2001.
- VELHO, Gilberto. *O desafio da cidade*, Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: *Individualismo e Cultura*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1981. pp. 121-132.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

Fontes

- “Los Olímpicos”, canção. Autor: Jaime ROOS. Disco: *Aquello*, Montevideú, Ayuí Tacuabé, 1981.
- COMISIÓN DEL BICENTENARIO. “Conmemorar el Bicentenario en el Uruguay. Una historia para reflexionar, un presente para vivir, un futuro para proyectar”. In: <http://www.agn.gub.uy/pdf/bicentenario.pdf> (Acesso em: 28 outubro 2010).
- El éxodo del pueblo oriental*, Montevideú, UDELAR, 1968. “Advertencia” de Arturo Sergio VISCA, pp. 9-11.
- EL UNIVERSAL, CULTURA. “Uruguay recordará en 2011 el éxodo de Artigas para festejar su Bicentenario”. Caracas, 24 de outubro 2010. In:

http://www.eluniversal.com/2010/10/24/cul_ava_uruguay-rememorara-e_24A4646895.shtml (Acesso em: 19 janeiro 2011).

GENERALITAT DE CATALUNYA. Departament de Justícia. Guia d'entitats. Disponível em: <http://www20.gencat.cat/portal/site/Justicia/template.PAGE/menuitem...> (último acesso em: 13 de março de 2012).

INSTITUCIÓN NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS Y DEFENSORÍA DEL PUEBLO. “Fundamento del derecho al voto de las ciudadanas y ciudadanos uruguayos residentes en el exterior. Recomendaciones de la Institución Nacional de Derechos Humanos y Defensoría del Pueblo”. Abril de 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO. “Política Nacional de Imigração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante”, Proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Imigração em 12/05/2010 para avaliação pública e sujeita a alterações. Disponível em: http://www.mte.gov.br/politicamigrante/imigracao_proposta.pdf (Acesso em maio de 2010).

OIM. *Diásporas como agentes para el desarrollo en América Latina y el Caribe*, OIM, Ginebra, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL. LEITE, José A. Mazza. *Colônia do Sacramento*. Caderno de História, n. 64, Memorial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ROOS, Jaime. Biografia. http://www.jaimeroos.com.uy/biografia_esp.htm

SERRAT, Joan Manoel; Carlos ARES. Entrevista, 1992. http://personal.telefonica.terra.es/web/joanmanuelerrrat/pdf/serrat_bs_aires.pdf

URUGUAY DEL EXTERIOR. “Ronda cívica por el voto”. Abril de 2012. Disponível em: <http://www.d20.org.uy/RONDA-CIVICA-POR-EL-VOTO> (Acesso em 12 maio de 2012).

URUGUAY, Poder Legislativo. Ley 18677. Disponível em: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18677>

ZORRILLA DE SAN MARTIN. “Las Piedras y el éxodo del pueblo oriental”, Cap. VII da Conferência IX de *La epopeya de Artigas* (1910). In: *El éxodo del pueblo oriental*, Montevideu, UDELAR, 1968. pp. 15 – 34.